Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 13
1.5 Principais clientes 32
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 33
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 43
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 45
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 46
1.10 Informações de sociedade de economia mista 50
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 51
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 52
1.13 Acordos de acionistas 53
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 54
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 55
1.16 Outras informações relevantes 56
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 57
2.2 Resultados operacional e financeiro 75
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 85
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 86
2.5 Medições não contábeis 88
2.6 Eventos subsequentes as DFs 92
2.7 Destinação de resultados 93
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 97
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 98
2.10 Planos de negócios 99
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 105
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 106
3.2 Acompanhamento das projeções 113

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 116
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 143
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 146
4.4 Processos não sigilosos relevantes 151
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 185
4.6 Processos sigilosos relevantes 186
4.7 Outras contingências relevantes 187
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 195
5.2 Descrição dos controles internos 205
5.3 Programa de integridade 210
5.4 Alterações significativas 213
5.5 Outras informações relevantes 214
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 215
6.3 Distribuição de capital 224
6.4 Participação em sociedades 225
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 228
6.6 Outras informações relevantes 230
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 231
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 235
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 236
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 241
7.4 Composição dos comitês 262
7.5 Relações familiares 285
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 290
7.7 Acordos/seguros de administradores 296
7.8 Outras informações relevantes 297
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 298

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 313
8.3 Remuneração variável 317
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 319
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 329
8.6 Outorga de opções de compra de ações 330
8.7 Opções em aberto 332
8.8 Opções exercidas e ações entregues 333
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 334
8.10 Outorga de ações 337
8.11 Ações entregues 346
8.12 Precificação das ações/opções 347
8.13 Participações detidas por órgão 348
8.14 Planos de previdência 349
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 350
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 354
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 355
8.18 Remuneração - Outras funções 356
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 357
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 358
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 360
8.20 Outras informações relevantes 361
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 363
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 364
9.4 Outras informações relevantes 365
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 366
10.1 Descrição dos recursos humanos 368
10.2 Alterações relevantes 369
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 370
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 374
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 375

Índice

10.5 Outras informações relevantes 377

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 378

11.2 Transações com partes relacionadas 380

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 521

11.3 Outras informações relevantes 523

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 524

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 525

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 526

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 539

12.5 Mercados de negociação no Brasil 540

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 541

12.7 Títulos emitidos no exterior 542

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 556

12.9 Outras informações relevantes 557

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 584

13.1 Declaração do diretor presidente 585

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 586

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 587

1.1 Histórico do emissor

A Suzano S.A. (“Companhia”) é controlada por uma empresa pertencente a um grupo empresarial cujas atividades se iniciaram em 1924, quando Leon Feffer deu início às suas atividades no negócio de papel através da revenda de papéis nacionais e importados utilizados para a fabricação de cartões de visita, blocos para anotações e papel de carta. Com a aquisição da primeira máquina de papel no final da década de 1930, foi iniciada a produção própria de papel. Na década de 1950, foi então constituída a Companhia Suzano de Papel e Celulose ("Companhia Suzano"), a qual a Companhia acredita ter sido a primeira produtora em nível mundial a utilizar a celulose de eucalipto em escala industrial e que, em meados da década de1960, foi a primeira empresa a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto, conforme descrito no livro "A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil", da ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Papel e Celulose), São Paulo, 2004, Tempo & Memória.

Em 08 de dezembro de 1987, a Companhia foi constituída sob a denominação de Bahia Sul Celulose S.A. ("Bahia Sul"), *joint venture* entre a Vale S.A. (atual denominação da Companhia Vale do Rio Doce) e a Companhia Suzano. Em 15 de abril de 1992, a CVM concedeu à Companhia o registro de companhia de capital aberto.

No início de 2001, a Companhia Suzano adquiriu todas as ações de emissão da Bahia Sul de titularidade da Vale S.A. A Companhia Suzano passou, assim, a ser titular de 100% do capital votante da Bahia Sul e de 73% de seu capital social total. Em setembro de 2001, a gestão da Bahia Sul foi unificada com a da Companhia Suzano, visando a obter sinergias para implantar uma sólida estratégia de crescimento no setor de papel e celulose. Em setembro de 2002, a Companhia Suzano realizou uma oferta de permuta de ações preferenciais sem direito a voto de emissão da Bahia Sul por novas ações preferenciais sem direito a voto de sua emissão, com o objetivo de adquirir todas as ações preferenciais em circulação da Bahia Sul. Após a conclusão da oferta de permuta, a Companhia Suzano aumentou sua participação no capital social total da Bahia Sul para 93,9%.

Em junho de 2004, como parte do processo de reestruturação societária da Companhia Suzano e da Bahia Sul, foi aprovada a realização da incorporação da Companhia Suzano pela Bahia Sul. Em julho de 2004, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a Companhia aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (“B3”)), garantindo maior transparência em suas operações e qualidade na prestação de contas aos seus acionistas.

Com a incorporação ocorrida em 2004, a Companhia passou a adotar a denominação social Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. e, em 06 de julho de 2006, foi modificada a denominação social para Suzano Papel e Celulose S.A.

Em 15 de maio de 2012, a Companhia anunciou ao mercado a realização de oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta resultou em aumento do capital social, considerando a distribuição de lote suplementar, de R$1.463.369 mil. A oferta de ações foi apenas um dos componentes de um pacote amplo de blindagem financeira que se mostrou relevante para a Companhia durante a fase de investimento na construção de sua planta no Maranhão. Esse planejamento financeiro reforçou a liquidez da Companhia e mitigou a necessidade de refinanciamentos.

Em 09 de abril de 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou o pedido de sua controlada, FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda, para uso comercial do eucalipto geneticamente modificado com aumento de produtividade – evento H421.

A Companhia detém um pilar de negócios adjacentes que objetiva atribuir novas utilizações à sua base de ativos, diversificando os produtos da Companhia. Em 2015, foi iniciada a produção de celulose *fluff* e foram anunciados investimentos em lignina e no segmento de *tissue*.

Em 2016, a Companhia avançou em sua estratégia baseada em três pilares: competitividade estrutural, negócios adjacentes e redesenho da indústria. No pilar de competitividade estrutural, foram anunciados investimentos para desgargalamento e modernização das plantas industriais em Imperatriz (MA) e Mucuri (BA), e para incremento e aproximação das bases florestais nessas localidades. Tais projetos contribuíram para aproximação do que a Companhia considera ser o custo estrutural objetivo, por meio de menor consumo de insumos, maior diluição dos custos fixos, e redução do custo da madeira com a otimização de raio médio das florestas que abastecem as fábricas.

1.1 Histórico do emissor

Em 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de migração da Companhia do segmento de listagem Nível 1 da B3 para o segmento de listagem do Novo Mercado com a operacionalização da conversão de cada ação preferencial classe A ou B de emissão da Companhia em uma ação ordinária e início da negociação das ações de emissão da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado.

Em 01 de março de 2018 a Companhia concluiu a aquisição de aproximadamente 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da FACEPA Fábrica de Papel da Amazônia S.A. Com essa aquisição, a Suzano torna-se uma das maiores fabricantes de papéis sanitários do Brasil, com posição de destaque nas regiões Norte e Nordeste. Além das unidades da Facepa, em Belém (PA) e Fortaleza (CE), adquiridas com a conclusão da operação conforme descrita acima, a Suzano já operava fábricas próprias em Mucuri (BA) e em Imperatriz (MA).

Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia iniciou a negociação de American Depositary Receipts (ADRs), de acordo como programa aprovado pela CVM. O Bank of New York Mellon atua como o banco depositário da Companhia nos Estados Unidos, responsável por emitir os respectivos títulos, na base de um American Depositary Share (ADS) para cada duas ações ordinárias. O programa de ADR teve como objetivo aumentar o acesso de investidores estrangeiros à Companhia e aumentar a liquidez de seus valores mobiliários.

Em 14 de janeiro de 2019, foi concluída reorganização societária para combinar as operações e bases acionárias da Companhia e da Fibria ("Operação"). Nesta data, titulares das ações e ADSs da Fibria receberam ações e ADSs da Companhia e um montante em reais por ação (R$50,20) calculado de acordo com os instrumentos da Operação.

A Operação resultou, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Companhia e ao mercado em geral, na titularidade, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Fibria. Com a Operação, criou-se uma empresa sólida, detentora de ativos de primeira linha, estrategicamente localizados, capaz de suprir clientes em todos os continentes com seus produtos de forma eficiente.

A integração das atividades da Companhia e da Fibria permitiu a captura de ganhos de sinergias derivados da redução de custos e riscos operacionais florestais, logísticos e administrativos, com significativos ganhos de eficiência para as companhias.

Em 1º de abril de 2019, foi aprovada a incorporação da Fibria, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Companhia e a sua consequente extinção ("Incorporação"). Em virtude da Incorporação, a Companhia sucedeu a Fibria em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Companhia passou à denominação de Suzano S.A. Para mais informações e detalhes societários sobre a combinação de negócios com a Fibria, consultar as atas de assembleias gerais, as propostas da administração e os protocolos de justificação e incorporação referentes à combinação de negócios disponíveis nos websites da Companhia (ri.suzano.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Em 14 de junho de 2022 a Companhia comunicou ao mercado a criação da Suzano Ventures, o Corporate Venture Capital da Companhia, com US$ 70 milhões em recursos disponíveis para serem investidos em startups. A Suzano tem como objetivo com essa iniciativa acelerar o processo de inovação aberta e se tornar uma plataforma global no estímulo ao empreendedorismo em torno de soluções para a bioeconomia com base na floresta plantada. O foco dos investimentos da Suzano Ventures são em (i) tecnologias e aplicações de biomassa celulósica, (ii) embalagens celulósicas, (iii) empresas de agrotecnologia que acelerem a produtividade agroflorestal e na (iv) captura, mensuração e gestão de carbono, em negócios nas fases de Pre-Seed a Series A.

Em 12 de novembro de 2022, a Suzano, em parceria com Itaú Unibanco, Marfrig, Rabobank, Santander e Vale, anunciou uma aliança para a criação de uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil, denominada Biomas. A empresa nasceu com planos de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala. Em 2023 as Companhias parceiras fizeram os aportes de capital, de R$ 20 milhões cada, passando assim a fazer parte do quadro acionário da Biomas, cada uma com 16,66% de participação.

Em 1 de junho de 2023, a Companhia concluiu a aquisição do negócio de tissue no Brasil da Kimberly-Clark. A aquisição envolveu uma fábrica localizada em Mogi das Cruzes (SP), que prevê contratualmente uma capacidade instalada de aproximadamente 130 mil toneladas anuais de fabricação, marketing, distribuição e/ou

1.1 Histórico do emissor

venda no país de produtos de tissue, incluindo a propriedade sobre a marca “NEVE”, trazendo à Suzano complementariedade de marcas, categorias de produtos e de geografia. Com a aquisição, a Suzano passa a ter aproximadamente 24% do mercado de papéis higiênicos em valor transacionado.

Em 2024, a Companhia comemorou o primeiro centenário plantando o futuro para os próximos 100 anos por meio de um projeto legado que envolve parcerias com universidades brasileiras e internacionais para aprimorar a educação em sustentabilidade e investimentos voltados à proteção da biodiversidade.

Em julho de 2024, a Companhia concluiu a construção da nova fábrica de produção de celulose com capacidade nominal de 2.550.000 toneladas de celulose de eucalipto por ano, localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul, conhecida como Projeto Cerrado. O Projeto Cerrado representa um importante desenvolvimento na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a expansão de sua competitividade estrutural, atendendo à crescente demanda por celulose de fibra curta, e para sua evolução em sustentabilidade.

Em agosto de 2024, a Companhia adquiriu uma participação minoritária de 15% na Lenzing Aktiengesellschaft (“Lenzing”) detida pela B&C e celebrou um acordo de acionistas com a B&C, que estabelece os principais termos e condições dessa parceria, incluindo: (a) o direito da Suzano de ocupar dois assentos no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano de alterar o controle da Lenzing adquirindo uma participação adicional de 15% nas ações da Lenzing detidas pela B&C, por meio de um processo obrigatório de oferta pública de aquisição, conforme estabelecido pela Lei de Aquisições da Áustria.

Em outubro de 2024, a Companhia adquiriu os ativos que compreendem fábricas integradas de papelcartão revestido e não revestido usadas para a produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas em Pine Bluff, Arkansas, e Waynesville, Carolina do Norte, ambas nos Estados Unidos. Ambos os ativos pertenciam anteriormente à Pactiv Evergreen Inc. e suas afiliadas.

Em junho de 2025, a Companhia anunciou a celebração de um contrato com a Kimberly-Clark Corporation para aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade, que será titular dos negócios de produtos “tissue” em diversas regiões globais, excluindo América do Norte e algumas joint ventures. A operação envolve 22 fábricas em 14 países, com capacidade anual de cerca de 1 milhão de toneladas, e inclui a transferência de marcas regionais e o licenciamento de marcas globais da Kimberly-Clark. O valor da aquisição é de USD 1,734 bilhão (equivalentes a R$ R$9.463 bilhões), a ser pago à vista no fechamento, previsto para meados de 2026, sujeito à aprovação regulatória e reorganização societária.

A nova sociedade será uma joint venture entre Suzano e Kimberly-Clark, com possibilidade de compra futura dos 49% restantes pela Suzano, a partir do terceiro ano após o fechamento. A parceria une a expertise industrial da Suzano à força comercial e de marca da Kimberly-Clark, com foco em inovação, sustentabilidade e expansão do uso de fibra curta de eucalipto. A operação está alinhada à estratégia de crescimento da Suzano com disciplina financeira e criação de valor, garantindo continuidade operacional e comercial dos negócios envolvidos.

Em agosto de 2025, a Companhia anunciou a celebração de contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”) sobre permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul.

A transação acima mencionada consiste na permuta de madeira em pé (ativo biológico), apta ao processo de produção de celulose. A Eldorado cederá o volume acordado de madeira em pé atualmente madura, a ser colhido pela Companhia entre os anos previstos de 2025 a 2027. Em contrapartida, a Suzano entregará volume equivalente de madeira em pé atualmente imatura, para colheita pela Eldorado entre os anos previstos de 2028 a 2031. A transação também envolve pagamento pela Companhia à Eldorado no valor de R$ 1,317 bilhão (um bilhão, trezentos e dezessete milhões de reais), sendo R$ 878 milhões em 2025 e R$ 439 milhões em 2026.

Por meio desta transação, a Companhia acredita que captura uma oportunidade estratégica para ampliar a idade média de sua base florestal no Estado do Mato Grosso do Sul, viabilizando maior eficiência de suas operações com a redução do custo de colheita da madeira e do consumo específico de madeira na produção de celulose; bem como uma menor necessidade de investimento em novos plantios de eucalipto e compra de madeira de terceiros. Além desses benefícios, a Companhia acredita que a transação proporciona um aumento

1.1 Histórico do emissor

na disponibilidade futura de madeira, oferecendo maior flexibilidade na gestão da base florestal e contribuindo na criação de opcionalidade de crescimento de volume de produção de celulose na região sem necessidade de investimento adicional. O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para este tipo de transação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

A Companhia é uma produtora verticalmente integrada de papel e celulose da América Latina, com mais de 100 anos de experiência no setor. A Companhia, por meio de suas empresas controladas, opera, preponderantemente, em dois segmentos: celulose e papel, cujo portfólio é integrado por celulose de mercado, celulose fluff, papéis de imprimir e escrever (revestido e não-revestido), papel cartão e papel tissue.

Tem por objeto (i) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, bem como sua reutilização e reaproveitamento, além de madeira e de produtos relacionados ao setor gráfico; (ii) a formação e a exploração de florestas homogêneas, próprias ou de terceiros, diretamente ou através de contratos com empresas especializadas em silvicultura e manejo florestal; (iii) a prestação de serviços, a importação, a exportação e a exploração de bens relacionados ao objeto da Companhia; (iv) o transporte, por conta própria e de terceiros; (v) a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento; (vi) a operação de terminais portuários; (vii) a geração e a comercialização de energia elétrica, incluindo a comercialização varejista de energia elétrica e a comercialização atacadista de energia elétrica; (viii) a prestação de serviços de transporte aquaviário pelas modalidades cabotagem e navegação interior, bem como atividades auxiliares, tais como operação e sinalização náutica; (ix) a prestação de serviços de operador portuário para movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área de porto organizado; e a operação de aeroportos e campos de aterrissagem.

Na década de 50, a Suzano foi a primeira produtora no mundo a utilizar a celulose de eucalipto em escala industrial, sendo que, em meados da década de 60, a Companhia foi também a primeira a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto. A Suzano foi responsável em 2024 por cerca de 47% das vendas frente aos fabricantes brasileiros de papel para imprimir e escrever e 25% de papel cartão, de acordo com a Ibá. Ainda, além das controladas que suportam as atividades principais da Companhia, a empresa FuturaGene, atuante no setor de biotecnologia, foi adquirida para alavancar a competência florestal da Suzano.

Em 2024, a Companhia era a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, também ocupando a primeira colocação como maior produtora de celulose de mercado, segundo a consultoria especializada na indústria de papel e celulose Hawkins Wright. Ainda segundo a Hawkins Wright, os 20 maiores produtores tinham uma capacidade combinada de celulose de mercado de 63,7 milhões de toneladas no final de 2024, representando 79% do mercado total de celulose de mercado em 2024.

A estrutura da Suzano inclui escritórios administrativos em Salvador (BA) e em São Paulo (SP), e conta com duas fábricas de produção integrada de celulose e papel no Estado de São Paulo, as Unidades Suzano e Limeira; uma fábrica não integrada de produção de papel no Estado de São Paulo, a Unidade Rio Verde; uma fábrica integrada de celulose, papel e tissue no Estado da Bahia, a Unidade Mucuri; uma fábrica integrada de celulose e tissue no Estado do Maranhão, a Unidade Imperatriz; e uma fábrica de produção de celulose de mercado no Estado do Mato Grosso do Sul, a Unidade de Ribas do Rio Pardo. Após a incorporação da Fibria, passaram a fazer parte desta estrutura três fábricas de produção de celulose de mercado, uma localizada no estado do Mato Grosso do Sul, a Unidade Três Lagoas, uma no Estado de São Paulo, a Unidade Jacareí e uma no Estado do Espírito Santo, a Unidade Aracruz.

A participação acionária na Veracel, em conjunto com a Stora Enso, uma unidade produtora de celulose de mercado localizada em Eunápolis no Estado da Bahia, e de Portocel, em conjunto com a Cenibra, um terminal especializado na exportação de papel e celulose localizado em Aracruz no Estado do Espírito Santo, também passam a fazer parte desta estrutura. Com a aquisição da FACEPA, somam-se também as unidades industriais de produção de papéis tissue localizadas no Estado do Pará, a Unidade Belém, e no Estado do Ceará, a Unidade Fortaleza.

Em 28 dezembro de 2020 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A. a incorporação da Facepa e da FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. que teve efeitos a partir de 31 de dezembro de 2020.

No exterior, a Companhia mantém escritório de representação e subsidiária na China, controladas nos Estados Unidos, Suíça, Argentina, Holanda e Áustria, e laboratórios de pesquisa em Israel, Canadá e Brasil. Ao final de 2024, atuavam mais de 23,9 mil colaboradores próprios e 25,1 mil em atividades terceirizadas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 2,8 milhões de hectares de terras (próprias, arrendadas, parcerias e fomento), dos quais 1,6 milhão de hectares são ocupados por plantios de eucalipto e 1,2 milhão de hectares destinado à conservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente - localizadas principalmente às margens dos rios. O restante de terras está relacionado a áreas de infraestrutura, como estradas.

A capacidade instalada destinada a produção de celulose de mercado era de 13,4 milhões de toneladas por ano, 1,7 milhão de toneladas de papel e embalagem e 280 mil toneladas de bens de consumo. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose.

A escala de produção da Suzano, a proximidade dos plantios em relação às fábricas e a integração entre os processos de produção de celulose, papel e tissue são importantes alavancas de competitividade da Suzano. Em 31 de dezembro de 2024, as áreas de plantio localizavam-se em média a 187 km das unidades produtoras de celulose, tendo como estratégia o uso de modernas tecnologias de otimização de transporte. As Unidades Suzano, Rio Verde e Limeira (SP), voltadas principalmente para o mercado doméstico, estão localizadas próximas à cidade de São Paulo, o maior centro consumidor do Brasil, de acordo com dados da Ibá e da RISI. A Unidade Aracruz (ES) utiliza a estrutura de Portocel, localizado a apenas 3 km por rodovia desta fábrica. A Unidade Mucuri (BA), voltada, principalmente, para o mercado externo, está localizada a, aproximadamente, 320 km do Porto de Vitória e a 250 km de Portocel. As unidades Jacareí (SP), Três Lagoas (MS) e Imperatriz (MA), focadas na exportação de celulose, utilizam o modal ferroviário para escoamento de sua produção para os Portos de Santos (SP) e Itaqui (MA). A distância relativamente curta entre as florestas, as fábricas, a maioria dos clientes do mercado doméstico e os portos, assim como o uso da multimodalidade, possibilitam menores custos de transporte e impactos socioambientais, assim proporcionando menores custos totais de produção.

Conforme Fato Relevante divulgado em 21 de julho de 2024, a Companhia iniciou a operação da nova fábrica de produção de celulose de Ribas do Rio Pardo, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, com capacidade de produção anual de 2,55 milhões de toneladas de celulose branqueada de eucalipto.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha um total de ativos consolidados de R$ 165,9 bilhões, um patrimônio líquido consolidado de R$ 32,4 bilhões, receita líquida consolidada de R$ 47,4 bilhões e EBITDA Ajustado de R$ 23,8 bilhões.

A tabela a seguir apresenta um resumo de algumas de suas informações financeiras consolidadas e operacionais para os períodos indicados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	**2023**
Receita Líquida (R$ milhões)	**47.403**	**39.756**
Vendas no mercado interno	9.574	8.863
Vendas no mercado externo	37.829	30.892
Resultado Líquido do Exercício (R$ milhões)	**(7.045)**	**14.106**
EBITDA Ajustado(1) (R$ milhões)	**23.849**	**18.273**
% de exportações na Receita Líquida	79,8%	77,7%

(1) Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, favor verificar item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia tinha um total de ativos consolidados de R$ 159,4 bilhões, um patrimônio líquido consolidado de R$ 43,3 bilhões, receita líquida consolidada dos últimos doze meses de R$ 51,3 bilhões e EBITDA Ajustado de R$ 24,0 bilhões.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A tabela a seguir apresenta um resumo de algumas de suas informações financeiras consolidadas e operacionais para os períodos indicados encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024:

	Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2025	2024
Receita Líquida (R$ milhões)	**24.849**	**20.953**
Vendas no mercado interno	4.423	4.362
Vendas no mercado externo	20.426	16.591
Resultado Líquido do Período (R$ milhões)	**11.360**	**(3.545)**
EBITDA Ajustado(1) (R$ milhões)	**10.953**	**10.846**
% de exportações na Receita Líquida	82,2%	79,2%

(1) Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, favor verificar item 2.5 deste Formulário de Referência.

A Suzano é uma companhia de capital aberto, e os papéis da Companhia integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – Nível II. Adicionalmente, em 30 de junho de 2025 o capital da Suzano era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias, sendo que aproximadamente 49% das ações encontravam-se em circulação no mercado (free float).

A Companhia possui operações verticalmente integradas que garantem a flexibilidade de ajustar a produção e as vendas de papel e celulose com base nas mudanças de condições de mercado. Além disso, a Suzano possui ativos com baixos custos de produção, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou custo caixa de produção de celulose de mercado, ex-paradas programadas para manutenção, de R$ 807 por tonelada, o qual, acredita, com base em estudos da consultoria Hawkins Wright, representar um dos mais competitivos custo caixa de produção do mundo.

Dado o grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Companhia detém baixo custo de conversão de celulose para papel. A Companhia atribui baixos custos de produção aos seguintes fatores:

- *Produtividade florestal:* A Companhia utiliza técnicas avançadas de clonagem e práticas silviculturas em suas florestas plantadas renováveis, que fazem o eucalipto crescer em apenas sete anos (período de crescimento significativamente menor que a da madeira de seus competidores extraída fora do Brasil). A aquisição do controle da empresa de biotecnologia FuturaGene possibilita a Companhia, somada a sua competência em pesquisa e desenvolvimento de eucalipto, acelerar ganhos de produtividade nas florestas e ir além de suas operações, na medida em que pode aplicar essa tecnologia também nas florestas de terceiros.
- *Proximidade entre as áreas de plantio e unidades industriais:* os plantios da Companhia estão próximos a suas fábricas. Em 2024, o raio médio entre os plantios e as fábricas da Companhia foi de 187 km.
- *Produção própria de energia:* a energia gerada no processo de produção de celulose garante a autossuficiência energética das unidades produtivas.

Pesquisa e inovação florestal

No que diz respeito à tecnologia e inovação florestal, os esforços da Companhia estão direcionados ao melhoramento do eucalipto, biotecnologia, manejo florestal, nutrição do solo e proteção da floresta. O objetivo é continuar melhorando a produtividade e a qualidade das florestas plantadas de forma sustentável. Com base nesse propósito, o time de pesquisa está desenvolvendo novos clones de eucalipto com base no crescimento, teor de celulose e qualidade da madeira. São utilizadas técnicas como a recombinação genética através da polinização controlada para explorar toda a diversidade do germoplasma, ferramentas genômicas para a seleção de novos clones, extensa avaliação de campo e análise laboratorial.

A Suzano realiza pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia nas suas instalações em Israel e no Brasil para maximizar a produtividade, resiliência e sustentabilidade florestal. As atividades da FuturaGene estão focadas em melhorar a produtividade das plantações, aumentando e protegendo o rendimento enquanto reduz os

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

insumos e a pegada de carbono no nível das operações florestais e industriais, otimizando assim a eficiência do uso dos recursos naturais.

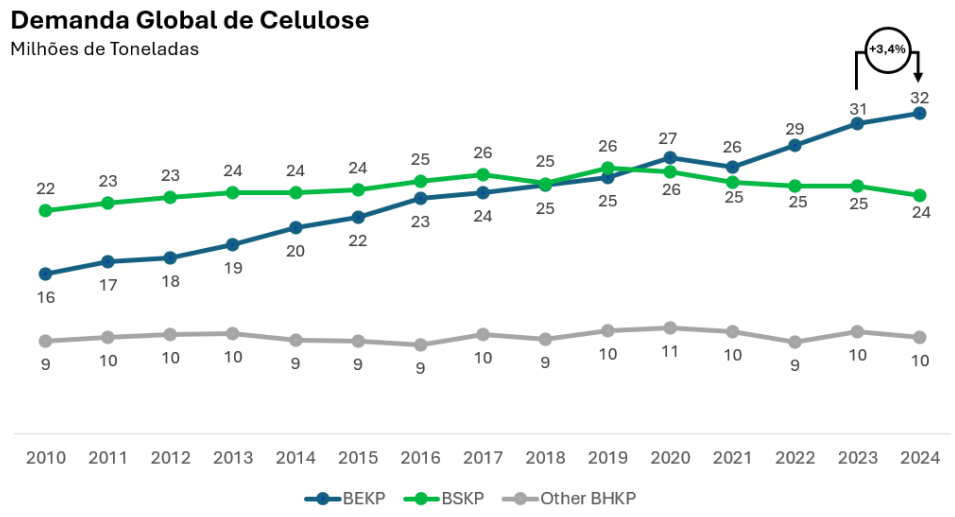
Em 2023, os resultados em termos de "inovabilidade" no manejo florestal foram obtidos a partir do desenvolvimento de projetos focados no aumento contínuo da resiliência para as florestas do futuro, com a missão de caracterizar em larga escala, com segurança de genótipos para sensibilidade à pesticidas, resistência a doenças e pragas e tolerância aos estresses abióticos. Dessa forma, é possível acelerar o programa de melhoramento e minimizar perdas ao identificar precocemente clones que não devem prosseguir para as fases seguintes.

Ainda em 2023, foram disponibilizados à Operação Florestal algoritmos de previsibilidade climática e de risco de erosão, além de uma solução de sensoriamento do solo e planta. Com isso, hoje, a operação é capaz de planejar e acompanhar cenários operacionais antes imprevisíveis, selecionando e priorizando áreas para plantio, além de reduzir tempo e custo de análises florestais.

Diversificação de produtos e capacitação tecnológica

Os papéis de imprimir e escrever produzidos com fibra de eucalipto apresentam melhor formação e distribuição na superfície da folha, qualidade na impressão, opacidade, uniformidade, maciez e corpo superior quando comparado aos papéis produzidos com outras fibras. Da mesma forma, o papel cartão destaca-se pela qualidade de impressão, lisura superficial, rigidez, e alto desempenho em processos de impressão, corte, vinco e envase, características importantes para a produção de embalagens. A demanda de celulose de Eucalipto em 2024 cresceu 3,4% com relação ao ano anterior, de acordo com o PPPC.

O gráfico abaixo demonstra a competitividade da fibra de eucalipto em relação a outras fibras:



Fonte: PPPC Dezembro/2024

A Companhia investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e aplicações para atender as necessidades de seus clientes.

A Suzano apresenta um portfólio de produtos balanceado e complementar, composto por produtos de celulose de eucalipto e papel, incluindo celulose utilizada nos processos de produção de papel e celulose de mercado. O portfólio de produtos inclui papel de imprimir e escrever, revestido e não revestido, papel cartão, papel higiênico, celulose de mercado e celulose fluff. Especificamente na categoria de papel de imprimir e escrever, são oferecidos tamanhos e formatos diversos, incluindo papel cortado para fins gerais (tamanho de corte), tamanho de fólio e bobinas.

Além disso, a Suzano foi a primeira empresa no mundo a utilizar fibra curta para a produção de celulose tipo *fluff*, usada em fraldas e absorventes. A entrada da Suzano neste mercado ocorreu em novembro de 2015.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Dentre as vantagens do projeto podemos citar a flexibilidade de produção de *fluff* ou papel de imprimir e escrever em relação à capacidade de produção atual e a redução de custos para os clientes.

Gestão focada em criação de valor

A estrutura de governança atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral. A seguir apresenta-se a estrutura de governança da Suzano:



As características sobre o Conselho da Administração e os Comitês de assessoramento estão descritas no item 7.1 deste formulário.

Cabe destaque em 2023 a formalização e aprovação em 2023 da Política Específica de Clawback referente ao management da Companhia em atendimento à recente exigência da NYSE. A Companhia já adotava de forma voluntária tal mecanismo através das cláusulas Malus e Clawback, tendo configurado, portanto, este ano uma evolução de governança no que tange à remuneração de seus executivos e a revisão das seguintes políticas corporativas (i) Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (iii) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante para adequação as menções as alterações das legislações vigentes aplicáveis, bem como foram objeto de revisão e atualização também (i) a Política de Endividamento Financeiro, (ii) a Política de Gestão de Derivativos, (iii) a Política de Partes Relacionadas; (iv) Política Anticorrupção; e (v) o Regimento Interno do Conselho de Administração.

Estratégia

A Suzano busca evolução contínua, por meio da adoção de um conjunto de medidas e inovações que levam a Companhia a apresentar resultados econômicos e financeiros consistentes. Nesse contexto, em 2019, foi definida a visão estratégica de longo prazo da Companhia, com base em três pilares, conforme imagem abaixo:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



No primeiro nível está a visão estratégica de longo prazo com os 3 objetivos que indicam onde a Suzano quer estar daqui a 10 - 15 anos. Com base nessa visão integrada de longo prazo, a alta liderança foi responsável por desdobrar cinco principais ambições, que visam orientar o caminho da Suzano nos próximos anos e contemplam o segundo nível de nossa estratégia. Esses são os passos no horizonte de cinco anos que precisarão ser dados para garantir o sucesso da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos comercializados

A Companhia concentra seus negócios nos segmentos de (i) celulose, que abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e fluff para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado doméstico, e (ii) papel, que abrange as atividades de produção e comercialização de papel não revestido, revestido, papel cartão e *tissue*. As vendas de bens de consumo (*tissue*) são, hoje, classificadas no segmento de papel devido à imaterialidade de seus resultados para a Companhia. As receitas da Companhia resultam, majoritariamente, da venda de celulose/papel, e não estão concentradas em qualquer cliente ou mercado específico, seja a nível doméstico ou no mercado externo. Para mais informações sobre a relevância de cada segmento para a receita da Companhia, vide subitem item "b", abaixo.

O portfólio da Companhia é composto pela celulose e uma variedade de produtos de papel, como papel para imprimir e escrever não revestido e revestido, papel cartão e *tissue*. Dentro da categoria de papel para imprimir e escrever, a Companhia produz produtos de tamanhos e formatos variados, tais como papel cortado para uso geral (*cut-size*), formato para uso em gráfica (fólio) e bobinas. Em 2017, a Companhia iniciou a produção de bobinas de papel *tissue*, e a partir de 2018 iniciou a conversão parcial destas bobinas para a produção de rolos de papel higiênico (produto acabado).

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita líquida proveniente de cada segmento de negócio e sua participação na receita líquida, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2024			2023		
	Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	Total
Receita Líquida (R$ milhões)*	37.593,5	9.809,8	47.403,3	30.677,3	9.078,3	39.755,6
Participação na Receita Líquida	79,3%	20,7%	100,0%	77,2%	22,8%	100,0%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

A receita líquida proveniente de cada segmento de negócio e sua participação na receita líquida, correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 são as seguintes:

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de						
	2025			2024		
	Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	Total
Receita Líquida (R$ milhões)*	18.899,0	5.949,0	24.848,8	16.594,9	4.357,9	20.952,7
Participação na Receita Líquida	76,0%	23,9%	100,0%	79,2%	20,8%	100,0%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro ou prejuízo proveniente de cada segmento de negócio e sua participação no lucro ou prejuízo líquido, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Celulose	**Papel**	**Não Segmentado**	**Total**
Resultado Líquido do Exercício*	13.515,9	2.715,2	(22.735,8)	(7.044,7)
Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido	(191,9)%	(30,9)%	322,7%	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Celulose	**Papel**	**Não Segmentado**	**Total**
Resultado Líquido do Exercício*	9.445,2	2.771,1	1.890,1	14.106,4
Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido	67,0%	19,6%	13,4%	100,0%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

O lucro ou prejuízo proveniente de cada segmento de negócio e sua participação no lucro ou prejuízo líquido, correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 são as seguintes:

Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2025				
	Celulose	**Papel**	**Não Segmentado**	**Total**
Resultado Líquido do Exercício*	4.242,1	594,4	6.523,7	11.360,1
Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido	37,3%	5,2%	57,4%	100,0%

Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2024				
	Celulose	**Papel**	**Não Segmentado**	**Total**
Resultado Líquido do Exercício*	6.118,2	1.047,7	(10.711,4)	(3.545,5)
Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido	(172,6)%	(29,6)%	302,1%	100,0%

(*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel e celulose, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

A Companhia produz uma variedade de produtos de celulose e papel de eucalipto, incluindo celulose usada em seus processos de produção de papel, bem como celulose de mercado. A Companhia vende celulose para o mercado brasileiro e para o mercado externo. Além disso, a Companhia produz papel para imprimir e escrever revestido e não revestido, papelcartão, tissue, celulose de mercado e celulose fluff. Dentro da categoria de imprimir e escrever, a Companhia produz produtos de diferentes tamanhos e formatos, como papel cortado para propósitos gerais (tamanho de corte), tamanho de fólio e bobinas. As vendas da Companhia não estão concentradas em nenhum cliente específico, seja no mercado brasileiro ou exterior.

Processo de Produção de Celulose e de Papel

O processo de produção de papel compreende três etapas: (i) a formação das florestas e seu corte; (ii) a produção da celulose; e (iii) a produção do papel. Em linha com a estratégia da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Companhia utiliza técnicas de plantio e colheita que sejam menos agressivas e que exijam menos ao meio ambiente, tais como cultivo mínimo e técnicas de preparo do solo, o que evita erosão e mantém o solo mais úmido proporcionando elevados níveis de eficiência e produtividade.

Formação de Florestas e seu Corte

A formação de florestas começa nos viveiros da Companhia, onde a Companhia utiliza técnicas disponíveis de clonagem, e em viveiros terceirizados que utilizam material genético desenvolvido pela Companhia. As mudas produzidas nos viveiros da Companhia são variedades de eucalipto de alta produtividade florestal e que melhor se adaptam ao clima e demais características das respectivas microrregiões onde serão plantadas. A Companhia utiliza colheitadeiras mecânicas (harvesters) que cortam as árvores em altura próxima ao solo, descascam e cortam o tronco em toretes. Parte da casca, galhos e folhas permanecem na floresta. Os toretes são transportados para a beira dos talhões de plantio por equipamentos específicos (forwarder e auto carregável) e dali são transportados em caminhões para a fábrica.

A gestão de nossas florestas é a base de sustentação dos negócios da Companhia, baseada no plantio e manejo de florestas renováveis e visa o abastecimento competitivo de madeira, por meio do planejamento de longo prazo, do desenvolvimento e a aplicação de melhoramento genético. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 3,2 milhões de hectares de terras (próprias, arrendadas, parcerias e fomento), dos quais 1,7 milhão de hectares são ocupados por plantios de eucalipto e 1,2 milhão destinado à conservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente - localizadas principalmente às margens dos rios. O restante do montante está relacionado a áreas de infraestrutura, como estradas. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose. Dado o elevado grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Companhia detém baixo custo de conversão de celulose para papel.

Muitos fatores contribuem para nossa vantagem competitiva em relação ao custo da madeira para a produção de celulose: (i) topografia favorável, materiais genéticos adequados às condições de clima e solo nas regiões do Brasil onde operamos; (ii) programa de melhoramento genético e desenvolvimento operacional na silvicultura e colheita; (iii) baixa distância média entre as nossas florestas plantadas e fábricas, que estão entre as menores do Brasil; (iv) nosso sistema de seleção de clones, que visa melhorar o rendimento de nossas florestas e desempenho industrial, integrando nossas atividades florestais e industriais; e (v) nossas técnicas sustentáveis de manejo florestal, tais como plantação de mosaico e técnica de cultivo de mínimo. Juntos, esses fatores nos permitem desfrutar de: (i) um elevado aumento de volume médio de madeira por hectare plantado; (ii) uma maior concentração de fibras por tonelada de madeira colhida; (iii) desenvolvimento sustentável de nossas operações; e (iv) rotações de colheita de árvores de eucalipto de aproximadamente sete anos, um dos períodos mais curtos quando comparado com outras regiões do mundo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Produção de Celulose

O Processo Kraft de Cozimento

Os toretes recebidos nas fábricas de celulose são, se necessário, descascados e posteriormente picados em cavacos. Os cavacos são, então, transferidos por esteira transportadora aos digestores, onde passam por um processo de cozimento com adição de sulfato de sódio e soda cáustica. Este processo de cozimento, designado Processo Kraft, minimiza os danos às fibras da celulose, de forma a preservar sua uniformidade e resistência. Durante o cozimento, as fibras de celulose são separadas da lignina e resinas, quando então é obtida a celulose não branqueada. Numa fase de pré-branqueamento, a celulose é então lavada e submetida a um processo de deslignificação por oxigênio que, combinado com o Processo Kraft, remove aproximadamente 95% da lignina. A esta altura do processo, uma pequena parcela da fibra de celulose produzida é utilizada na produção de alguns tipos de papelcartão. A lignina e os produtos resultantes do Processo Kraft compõem o chamado "licor negro", que é separado e enviado para evaporadores para elevar a concentração de sólidos e em seguida para uma caldeira de recuperação. Neste equipamento, o licor negro é utilizado como combustível para a produção de vapor e energia elétrica e, recupera-se, aproximadamente, 99% das substâncias químicas utilizadas no Processo Kraft.

Branqueamento

A próxima etapa do processo de produção de celulose é o processo de branqueamento químico. Os atuais complexos branqueadores da Companhia consistem em uma série de torres de branqueamento de média densidade através das quais passa a celulose deslignificada. Cada torre de branqueamento contém uma mistura diferente de agentes branqueadores. A Suzano emprega em todas as suas unidades industriais o processo de branqueamento do tipo "Elemental Chlorine Free", ou ECF, que utiliza químicos como Oxigênio, Peróxido de Hidrogênio e o Dióxido de Cloro, e, em menor proporção, também adota o processo "Total Chlorine Free", ou TCF, feito sem a utilização de Cloro ou Dióxido de Cloro, que são tratados via estação de tratamento de efluentes em harmonia com o meio ambiente. Ao final desta etapa a celulose branqueada é transferida para torres de armazenagem. A partir deste ponto, ela pode ser destinada diretamente para as máquinas de papéis nas Unidades Mucuri (BA), Limeira e Suzano (SP), transferida para a Unidade Rio Verde (SP) ou, ainda, no caso da celulose de mercado, para secadoras onde a celulose é então secada, moldada em folhas e cortada e, em seguida, embalada para o cliente.

Produção de Papel

A Companhia produz: (i) papel para imprimir e escrever do tipo não revestido nas unidades de Limeira, Suzano (SP), Mucuri (BA), e Rio Verde (SP); (ii) papel para imprimir e escrever revestido nas Unidades de Suzano e Limeira (SP); (iii) papelcartão na Unidade de Suzano (SP) e na unidade de Pine Bluff (EUA), adquirida em outubro de 2024 e (iv) papel tissue nas unidade de Mucuri (BA), Maarcanau (CE), Cachoeiro de Itapemirim (ES), Imperatriz (MA) e Mogi das Cruzes (SP) . A Companhia inicia a produção de papel encaminhando a celulose para refinadores, que aumentam o nível de resistência das fibras. Após o refino, a máquina de papel é alimentada com a solução de celulose que é misturada a outros materiais e aditivos de forma a fornecer as propriedades demandadas pelos consumidores finais. Estes aditivos incluem cola sintética, carbonato de cálcio precipitado (processo alcalino), alvejantes ópticos e outros. Durante o processo de produção de papel e papelcartão, a folha é formada, prensada e seca. Na etapa final do processo, rolos de papel de grande dimensão são convertidos em bobinas, papel formato fólio e papel cut-size. No caso do papel revestido, o papel passa por tratamentos adicionais, com aplicações de tinta de revestimento nas duas faces do papel, antes de ser cortado conforme as especificações do cliente ou do convertedor.

A Companhia monitora a produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de papel são feitos com estreita coordenação entre as áreas de marketing, vendas e produção. Desta forma, a Companhia é capaz de planejar, otimizar e customizar a programação de produção, bem como de antecipar e responder com flexibilidade às variações sazonais e preferências dos consumidores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Turnos da Produção de Papel e Celulose

As fábricas integradas de papel e celulose da Companhia operam em três turnos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção das paradas programadas de manutenção. As datas das paradas são flexíveis e podem ser alteradas em função de fatores relacionados à produção, mercado e fornecedores.

A Companhia mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. A Companhia também desenvolve um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar seu acessoa peças sobressalentes.

Produção de Bens de Consumo

A Companhia iniciou a operação da nova Unidade de Negócios de Bens de Consumo em setembro de 2017 com o startup da máquina de bobina na fábrica de Mucuri (BA). Logo após esse evento, a unidade Imperatriz (MA) teve o início das operações de bobinas também em 2017. No início de 2018, foram iniciadas as operações das máquinas de conversão nas mesmas unidades.

Em março de 2018, a Companhia assumiu o controle da Facepa, empresa líder de mercado na região Norte e com presença relevante na região Nordeste. A companhia conta com máquinas de papel, conversão, guardanapo, plásticos e fraldas, em suas unidades de Belém (PA) e Maracanaú (CE).

A capacidade instalada de bens de consumo é de 150 mil toneladas anuais de bobinas tissue para uso próprio e atendimento do mercado de papel para fins sanitários.

A produção de papel tissue inicia-se com o bombeamento de celulose para o tanque de recepção, a partir daí segue para os refinadores - cuja função é conferir resistência ao papel - então continua o processo para a fase de diluição e sistema de depuração, através de separadores centrífugos, na sequência passa pela bomba de mistura que injeta a solução de massa e água na caixa de entrada - que é o equipamento onde se inicia a formação da folha de papel – na sequência, passa por sistema de secagem através de pressão mecânica (prensa), a vácuo e secagem através de ar quente e vapor e, finalmente, vai para o sistema de rebobinamento do papel. Neste momento tem-se bobinas como produto final.

Durante o processo de fabricação, alguns químicos são adicionados para controle de pH, correção da cor do papel, para resistência em úmido e seco e químicos para promover película protetora no cilindro secador. Estes aditivos incluem resina para resistência em úmido, anilinas, agente release, mono amônio fosfato, enzima e outros.

Na última etapa do processo, rolos de papel de grande dimensão (bobinas) são convertidos em rolos de papel higiênico e as etapas desse processo são: desbobinamento, gravação do papel por meio de rolos de aço e borracha, sistema de picote da folha, rebobinamento do papel, corte, embalagem dos rolos em diferentes formas de apresentação e, finalmente, enfardamento dos pacotes para facilitar o transporte do produto até o cliente final.

Seguros

A Companhia acredita que mantém uma cobertura de seguro adequada para suas instalações com relação aos seus riscos operacionais e comerciais. Consistente com as normas e práticas do setor no Brasil, a Companhia não mantém cobertura de seguro contra incêndio e outros riscos para suas florestas plantadas. No entanto, a Companhia adota uma série de medidas, como a manutenção de uma brigada de combate a incêndios e a manutenção das faixas entre suas unidades de produção de eucaliptos desobstruídas, o que historicamente tem impedido significativamente a propagação de incêndios. A Companhia usa os valores que, de outra forma, pagaria como prêmios pelo seguro de incêndio para implementar medidas preventivas e de segurança, como instalar torres de monitoramento, manter equipamentos de controle de incêndio e treinar equipes de combate a incêndios. É política da Companhia manter cobertura de seguro para seu estoque de madeira.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b. características do processo de distribuição

A Companhia conta com equipes de vendas próprias nas unidades de negócio de celulose e papel com atuação nacional e internacional, responsáveis pela comercialização dos seus produtos diretamente aos usuários finais ou intermediários distribuidores. Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente, 79,2% e 82,2% da receita líquida de vendas de celulose e produtos de papel da Companhia foi atribuída a vendas realizadas fora do Brasil. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, 79,8% e 77,7% da receita líquida de vendas de celulose e produtos de papel da Companhia foi atribuída a vendas realizadas fora do Brasil. No Brasil, a Companhia conta com uma equipe de vendas composta por funcionários que operam em várias regiões do país.

Celulose

A Unidade de Negócio Celulose possui uma estratégia comercial lastreada em 3 pilares: relacionamento, parceria de longo prazo e serviços diferenciados.

A partir da equipe brasileira (que atende o mercado da América Latina) e dos escritórios internacionais, localizados na Europa (Áustria), América do Norte (EUA) e Ásia (China e Singapura), a Companhia garante proximidade com seus clientes, oferecendo pacotes de soluções comerciais e técnicas em linha com suas necessidades. Para garantir serviços diferenciados, as gerências de Suporte Técnico do Brasil e de cada escritório internacional atuam intensivamente no apoio às necessidades dos clientes, com o objetivo de propor soluções inteligentes que incentivem o uso e a migração das demais fibras para a celulose de fibra de Eucalipto – Suzano Pulp.

Periodicamente, a Companhia realiza workshops técnicos no Brasil e encontros em cada um dos continentes em que atua, para dividir com os escritórios as iniciativas em inovação, técnicas em desenvolvimento e alinhamento estratégico e mercadológico.

Papel

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, aproximadamente 59% da receita de papel da Companhia foram provenientes de vendas no Brasil e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 74% da receita de papel da Companhia foram provenientes de vendas no Brasil. Nosso negócio de papel no Brasil é segmentado comercialmente com base no perfil de seus clientes, sendo eles classificados nos seguintes grupos: Grandes Contas, pulverizados e micro pulverizados. Como as necessidades destes grupos são diferentes, a Suzano estruturou suas ações comerciais, de marketing e estratégicas de acordo com o mercado, atuando da seguinte forma:

Segmento de grandes contas

Atuação principal no mercado de embalagem, editorial e caderno.

- *Embalagem:* Principal destino das vendas de papelcartão, como o próprio nome sugere, é responsável pela produção de embalagens para as indústrias farmacêutica, cosmética, tabaco, brinquedos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas, higiene e limpeza e *food service*.
- *Editorial:* Caracterizado pela produção de livros, revistas e jornais, consome papéis de imprimir e escrever não- revestido, revestido e papelcartão.
- *Cadernos:* Atendendo ao mercado doméstico e exportações, este segmento é responsável pela produção de cadernos, agendas, formulários, faturas e envelopes e consome os papéis não-revestidos, revestidos e papelcartão.

Segmento pulverizado:

Atuação principal no mercado office, varejo, gráficas e editorial.

- *Office*: abrange os sub-segmentos copistas, licitações e corporativo, comercializa apenas papéis não-revestidos no formato *cut-size* (papel cortado), com predominância do formato A4.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- *Varejo*: Assim como o sub-segmento office, este segmento comercializa apenas papéis não-revestidos no formato *cut- size* (papel cortado), com predominância do formato A4, porém com foco de atuação em papelarias, auto- serviços e conveniência.
- *Gráficas*: comercializa principalmente papéis revestidos, não-revestidos e papelcartão, produz, entre outros, encartes promocionais, catálogos, displays, revistas, livros e cartazes.
- *Editorial*: comercializa principalmente papéis revestidos, não-revestidos e papelcartão, para produção de livros.

Segmento micro pulverizado:

Atuação principal também no mercado de office, varejo, gráficas e editorial porém para clientes com perfil de compra para menores quantidades.

Para distribuição de papel no Brasil, a Companhia conta com um Centro de Distribuição Nacional, localizado em São Bernardo do Campo (SP), três Centros de Distribuição Regionais (CDRs), sendo um em Suzano (SP), um em Serra (ES) e um em São José dos Pinhais (PR), além de 18 Centros de Distribuição Locais (CDLs), localizados em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Chapecó (SC), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Uberlândia (MG).

Além da sua própria linha de papelcartão e papéis para imprimir e escrever, a Suzano também distribui outras linhas de produtos correlacionadas ao seu negócio de papéis.

Na Argentina, possuímos uma distribuidora de papeis e insumos para gráficas e papelarias, a Stenfar S.A.I.C. Importadora y Exportadora ("Stenfar").

A Stenfar, distribuidora própria de papéis e suprimentos de informática, conta com mais de 58 anos de existência, e possui uma presença ativa e importante participação no mercado. Esta operação atende aos segmentos gráfico, editorial, de consumo e convertedor, trabalhando com papéis para imprimir e escrever, papel cartão e suprimentos de informática. Acredita-se, com base em estimativas do mercado realizadas para o setor de distribuição de papéis e suprimentos de informática, que a Stenfar é uma das maiores distribuidoras locais atuantes nesse setor.

No Equador, a Suzano possui uma distribuidora que iniciou suas operações em 2023, na cidade de Guayaquil. A Suzano Equador distribui nossos produtos diretamente no mercado local, contribuindo para o fortalecimento da nossa participação na região.

As operações de distribuição no Brasil, da Stenfar e da Suzano Equador reforçam o compromisso da Companhia com o fortalecimento do seu canal de distribuição, ampliando a sua capilaridade e beneficiando diretamente os seus clientes, pela maior proximidade e agilidade no atendimento a clientes, além da oferta de portfólio mais completo de produtos e serviços. Somos líderes em distribuição de papéis nesses mercados.

Além disso, em outubro de 2024, a Companhia adquiriu dois novos ativos nos Estados Unidos da Pactiv Evergreen: uma fábrica integrada de papelcartão, em Pine Bluff, e uma unidade de extrusão e conversão em Waynesville. Ambos os ativos são focados na produção de conversão de papelcartão para uso em embalagens de líquidos e alimentos. Através desses ativos, a Companhia passou a distribuir esses produtos localmente e os exportar para mercados estrangeiros, a partir dos Estados Unidos.

Bens de Consumo

O negócio de tissue da Suzano está dividido em duas principais linhas: Consumo (*At home*) e *Professional (Away from home).*

A produção e conversão de todo papel tissue pela Suzano acontece nas unidades de Mucuri (BA), Imperatriz (MA), Belém (PA), Maracanaú (CE), Cachoeiro (ES) e Mogi das Cruzes (SP).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O modal de transporte planejado para utilização na Companhia é o rodoviário, através de veículos baú ou *sider* (abertura pelas laterais). Dependendo da região de atendimento, principalmente na região norte, também poderá ser utilizado o transporte multimodal (rodoviário e cabotagem/fluvial).

Na linha de Consumo (*At home*), a chegada dos produtos da Suzano até o consumidor final inicia-se com o carregamento e faturamento para os clientes previamente definidos de acordo com a estratégica de "*Go to Market*" da companhia (canais de distribuição). Esses canais de distribuição são basicamente Atacados, *Cash & Carry*, Varejos Nacionais, Regionais e Distribuidores. Para o caso de *Professional (Away from home)*, existe a operação de *dispensers*, onde o cliente é abastecido com produtos do portfolio Suzano. Essa linha também inclui acessórios como *skincar*e, WypAll®, além do papel tissue.

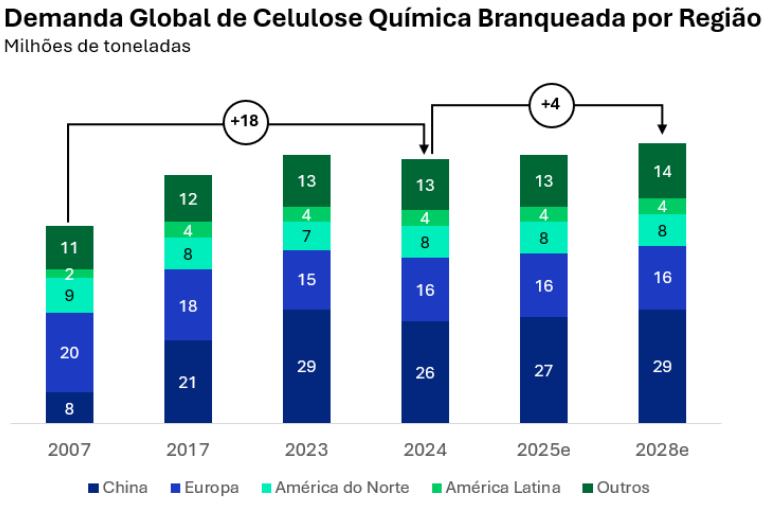
Na linha de Consumo (*At home*), a partir do recebimento pelos clientes e de acordo com cada canal de distribuição, os produtos da Suzano seguem diferentes caminhos até o ponto de venda. O Varejo e o *Cash & Carry* disponibilizam os produtos direto nas gôndolas de suas lojas e caso possuam centros de distribuição, eles próprios operam a armazenagem e futura distribuição para suas respectivas lojas. No caso de distribuidores e atacados, por serem um canal intermediário, após receberem os produtos da Suzano, operam a armazenagem e revendem os produtos aos pequenos varejistas. Na operação de *Professional (Away from home)*, há clientes de atendimento direto, como shopping centers e redes hospitalares, assim como atendimento indireto, como distribuidores e revendas.

c. características dos mercados de atuação

Celulose

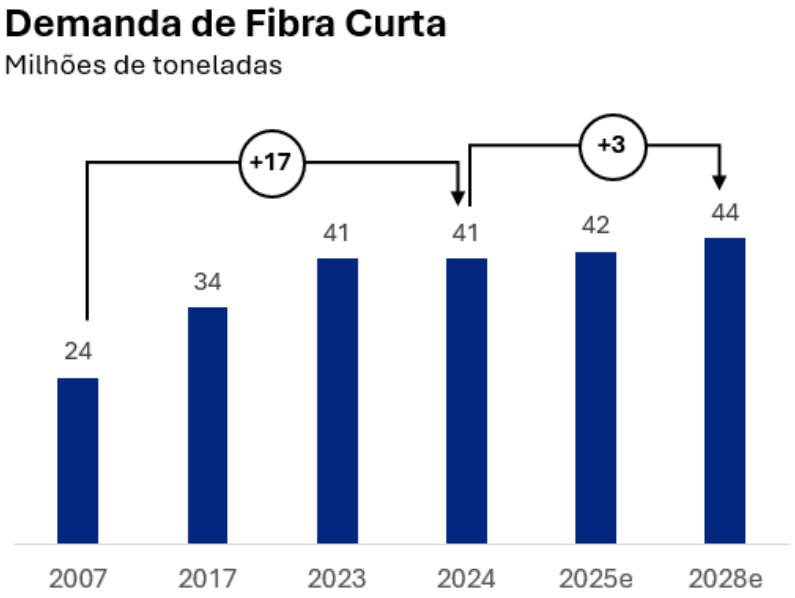
De acordo com estimativa do Hawkins Wright, o total da capacidade de celulose de eucalipto no mundo em 2024 é de 33,1 milhões de toneladas, estando predominantemente na América Latina com 30,2 milhões de toneladas. O Brasil é o maior produtor do mundo de celulose de eucalipto com 21,9 milhões de toneladas de capacidade em 2024, seguido de Uruguai e Chile, que juntos contam com 8,2 milhões de toneladas. Outros tipos de fibra curta são produzidos em outras regiões, como, por exemplo, a Ásia. A produção de fibra longa concentra-se principalmente no hemisfério norte, sendo que Canadá e Estados Unidos são responsáveis por 43% da capacidade total de fibra longa de mercado no mundo.

O consumo de papel e embalagens na China têm sido o maior driver de crescimento de demanda de celulose nos últimos anos, principalmente devido ao tissue. De acordo com o PPPC, para os próximos anos é esperado que a demanda de fibra longa e curta continue em crescimento, sendo essa impulsionada principalmente pela fibra curta de eucalipto.

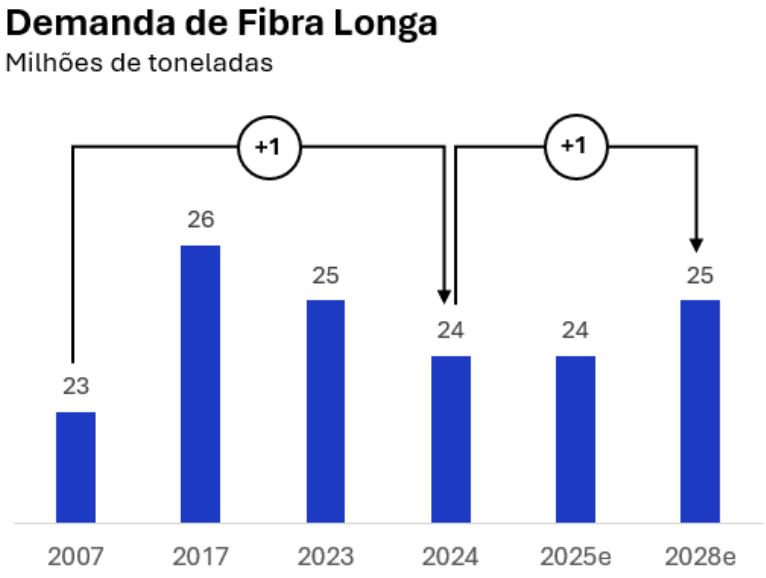


Fonte: PPPC (Dezembro 2024)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

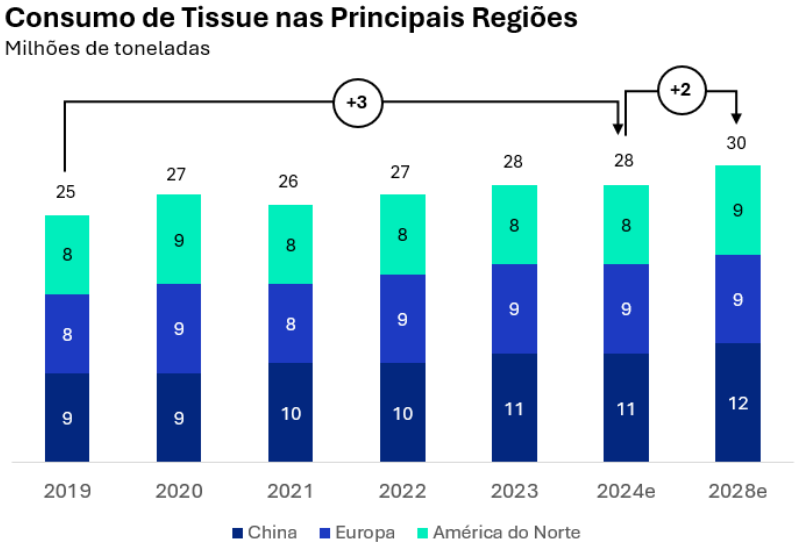


Fonte: Pulp and Paper Products Council – PPPC Dezembro de 2024



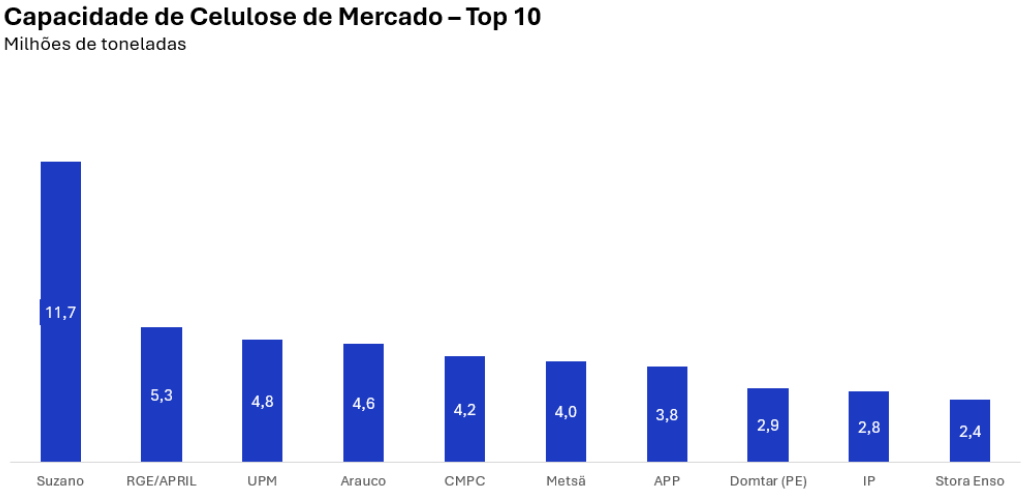
Fonte: Pulp and Paper Products Council – PPPC Dezembro de 2024

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: PPPC - Numera Tissue – Dezembro 2024

De acordo com a Hawkins Wright, em 2024, a Companhia se posicionou como o primeiro entre os 10 maiores produtores em termos de capacidade, representando 15% da capacidade global de celulose química de mercado.



Fonte: Hawkins Wright – Outlook for Market Pulp de Dezembro de 2024

O Brasil apresenta custos de produção entre os mais baixos do mundo para celulose de fibra curta.

Dentre as vantagens competitivas do Brasil estão: (i) disponibilidade de terras produtivas, (ii) excelentes condições de solo e climáticas, (iii) florestas plantadas de ciclo curto, (iv) potencial de recuperação de áreas degradadas e (v) baixo custo de formação e manutenção.

Em 2024, a Companhia alcançou volume de vendas de 10,9 milhões de toneladas de celulose, com receita líquida de celulose de R$ 37.593 milhões.

A Ásia representou 41% da receita do negócio de celulose da Companhia no período encerrado em 2024, seguido da Europa com 33%, América do Norte com 18%, América Latina com 8%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 a Companhia alcançou volume de vendas de 5,9 milhões de toneladas de celulose, com receita líquida de celulose de R$ 18.899 milhões.

A Ásia representou 47% da receita do negócio de celulose da Companhia no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, seguido da Europa com 30%, América do Norte com 16%, América Latina com 7%.

Papel

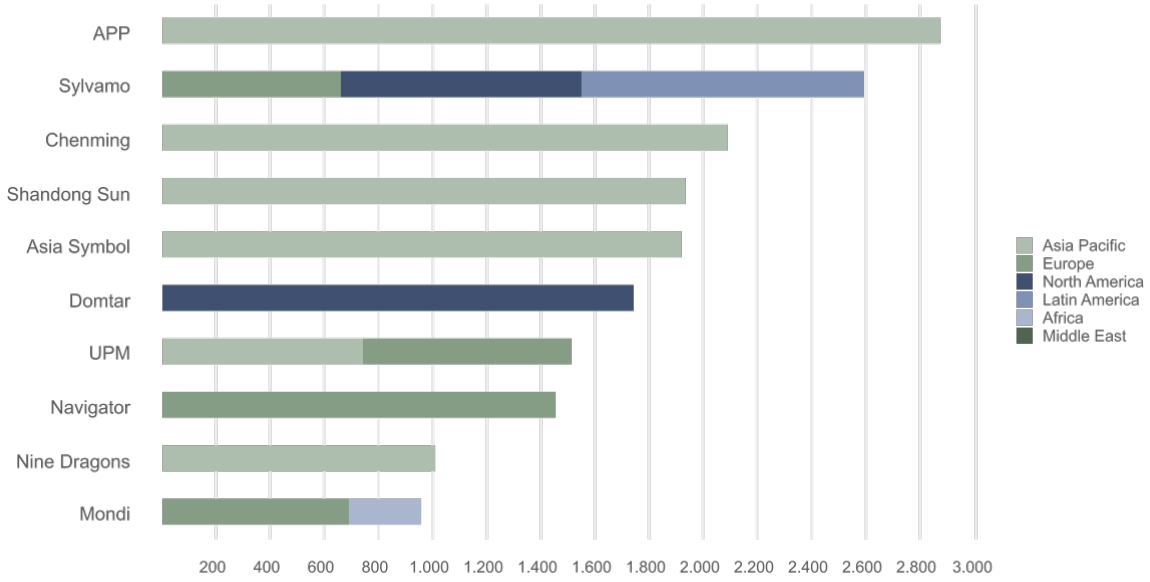
O mercado de papel é composto basicamente por 4 (quatro) segmentos: papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem, papéis especiais e papéis para fins sanitários. A Companhia atua em todos eles. Os papéis de imprimir e escrever são usados em livros, revistas, catálogos, impressão comercial, formulários, dados variáveis, cópias e jornais. Os papéis para embalagem são utilizados em embalagens primárias e secundárias, nos mercados de alimentos, farmacêutico, cosmético, eletrônicos, limpeza, higiene pessoal, brinquedos e calçados. Os papéis especiais englobam papéis autocopiativos, reciclados, papéis decorativos, papéis de segurança, auto-adesivos e papel para cigarros.

Diferentes fatores influenciaram e influenciam o crescimento da demanda mundial por papéis nos mercados emergentes, tais como: (i) crescimento do PIB; (ii) crescimento populacional; e (iii) elevação do consumo per capita.

Já nos mercados considerados “maduros”, como Oeste Europeu e América do Norte, o consumo de papel e papel cartão está reduzindo, devido à queda nas taxas de crescimento da população e ao avanço nas formas e facilitação de acesso às mídias eletrônicas.

O mercado mundial de papel possui diferentes produtores e concentrações de acordo com o tipo de segmento, conforme dados divulgados pela Pöyry Management Consulting. A seguir são apresentados os principais produtores dos mercados que a Companhia participa.

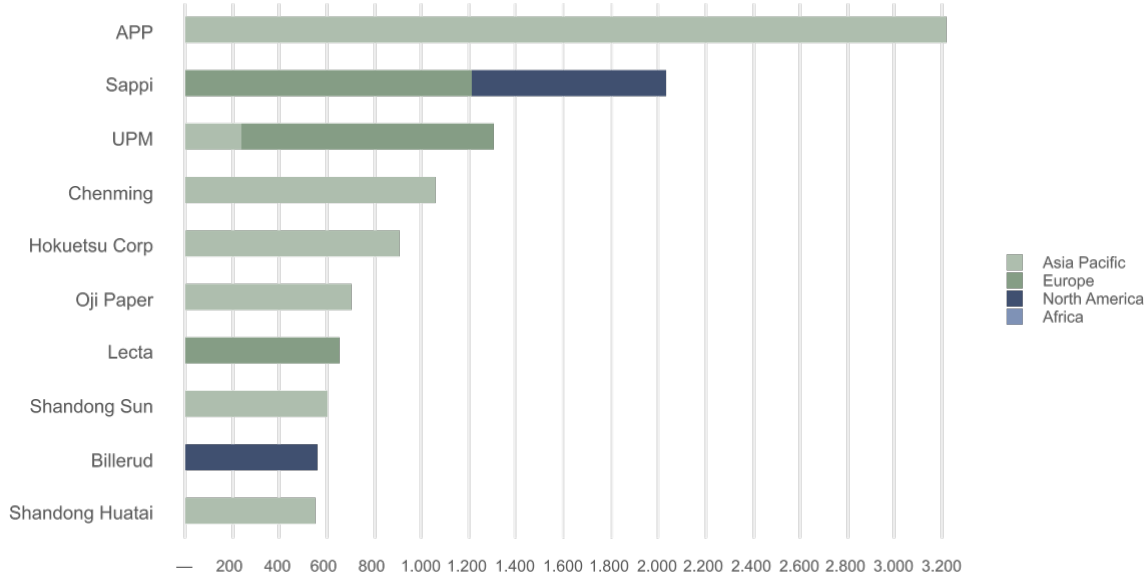
10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Não Revestidos (UWF) – 2024



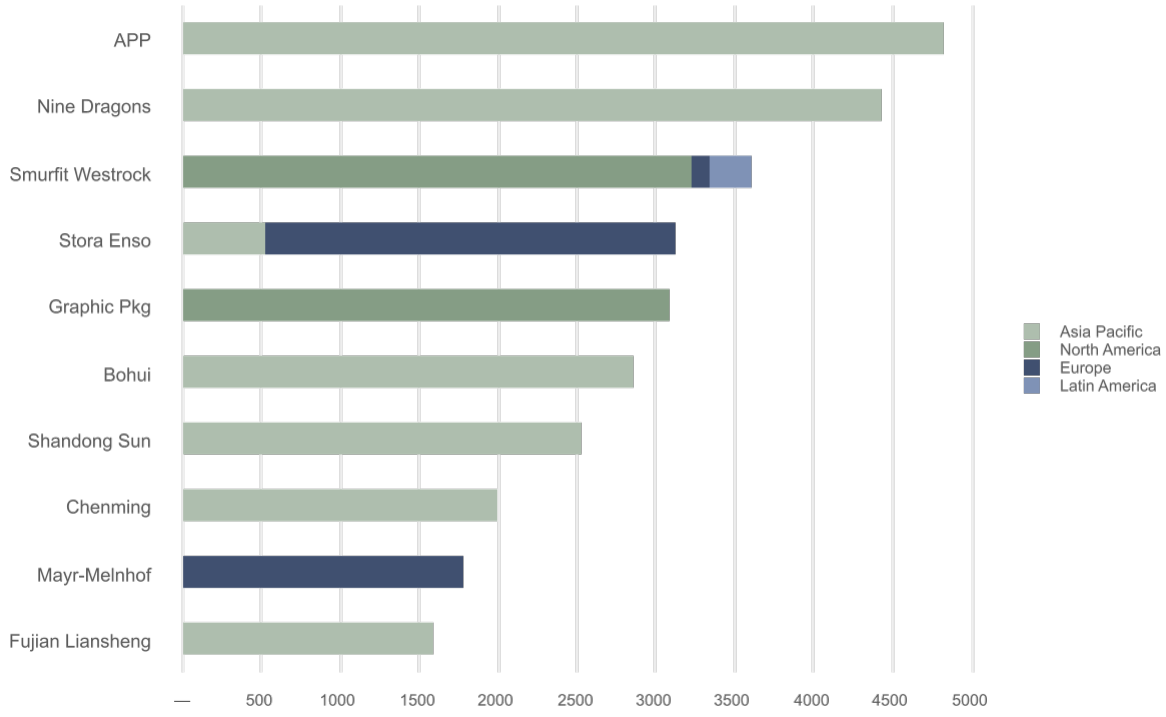
Capacidade, 1000 ton/ano
Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Revestidos (CWF) – 2024



10 maiores produtores mundiais de Papelcartão – 2024



Capacidade, 1000 ton/ano

Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

A participação de mercado da Companhia varia em cada uma das regiões que atua. Seu market share nos papéis de imprimir e escrever em relação ao mercado brasileiro foi de aproximadamente 47% e 24% no papel cartão no ano de 2024, baseado em dados divulgados pela Indústria Brasileira da Árvores (Ibá).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. No período encerrado em 30 de junho de 2025, o preço médio da celulose comercializada pela Companhia foi de R$ 3.198/tonelada enquanto que o preço líquido médio do papel foi de R$ 7.428/tonelada.

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. Em 2024, o preço médio da celulose de eucalipto comercializada pela Companhia foi de R$ 3.904/tonelada enquanto o preço líquido médio do papel foi de R$ 6.832/tonelada.

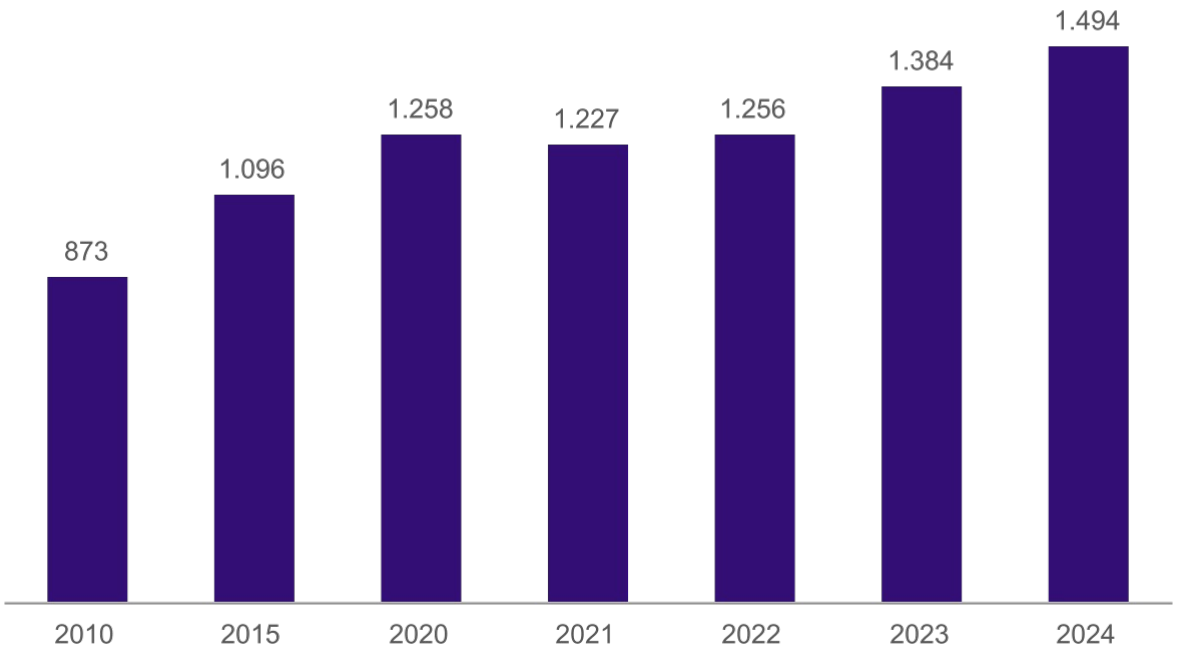
Bens de Consumo

A produção de bobinas para papel tissue é um passo usualmente anterior à produção do produto acabado. Assim, a bobina é normalmente utilizada para consumo cativo, dado que a produção de papel tissue e sua conversão em produto acabado são geralmente integradas.

Tais bobinas produzidas pelos fabricantes de tissue podem ser destinadas à conversão dos segmentos conhecidos como "*at home*" (AH) e "*away from home*" (AFH). O segmento *"at home"* abrange papéis de consumo residencial da população, tais como papel higiênico, papel toalha, guardanapo, lenços, entre outros. Já o segmento de "*away from home*", envolve papéis de uso comercial e industrial, ou seja, papel higiênico, papel toalha, guardanapos, entre outros que costumam estar presentes em restaurantes, hotéis, escritórios, fábricas, entre outros.

De acordo com o relatório da Fisher de 2024, o Brasil possuía, ao final de 2024, capacidade instalada para produção de bobinas de papel tissue de 2.285 kt/ano, sendo essa capacidade disponibilizada para produção de papel convertido (papel higiênico ou outros papéis tissue, *at home* ou *away from home*).

Segundo a Euromonitor, o mercado de consumo de Tissue no Brasil em 2024 foi de 1.494k tons, representando um CAGR de 3% (três por cento) nos últimos 10 (dez) anos, conforme abaixo:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O consumo per capita de tissue no Brasil é de 6,54 kg ano por habitante, ainda bem abaixo de países como o México com 9,77 kg/habitante ano ou o Chile com 14,3kg/habitante ano.

O mercado de Tissue é dividido, segundo a RISI, em 21% *away from home* (317k tons) e 79% *at home* (1.175k tons).

No consumo *at home*, o maior segmento é o de papel higiênico que representa 88% do volume (1.039k tons), seguido por papel toalha, 8,8% do volume (103k tons), guardanapo, 2,5% (30k tons) e lenço facial com 0,3% do mercado (4k tons).

Sabendo que a Suzano tem sua estratégia de produção e vendas, com grande participação em papel higiênico, é neste segmento que a demanda de mercado apresentada pela RISI está pautada abaixo:

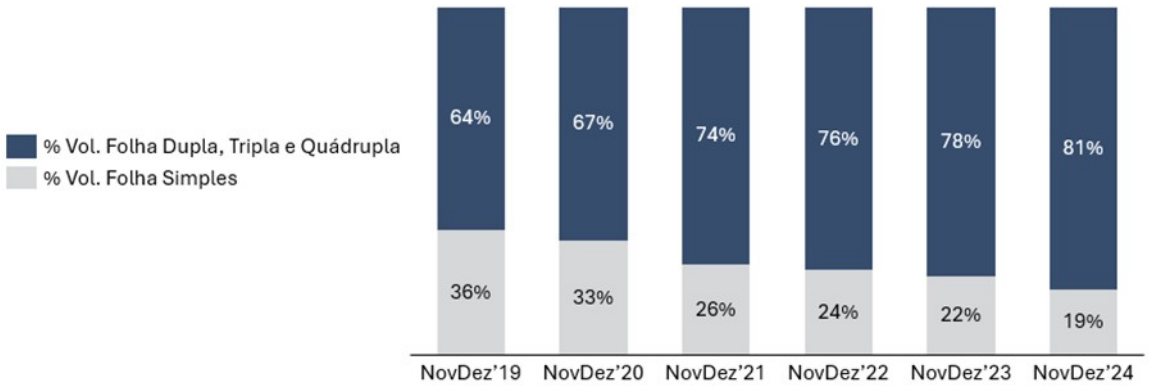
Demanda Papel Higiênico AH & AFH – Volume (kt)									
2011	2016	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2026	2031
770	914	1.021	1.081	1.052	1.103	1.138	1.192	1.308	1.601

Fonte: RISI 2023

Embora a penetração da categoria de papel higiênico *at home* seja alta, o fato do mercado ainda ter 19% de produtos de folha simples (dados Nielsen Retail INA + C&C – Nov/Dez'24) é a grande razão para o baixo consumo per capita e a oportunidade que a Suzano está endereçando.

A representatividade de produtos de folha simples vem diminuindo significativamente ao longo dos anos (vide figura abaixo com dados Nielsen de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024). A tendência é de que essa transição de folha simples para folha dupla, tripla e quádrupla continue acontecendo.

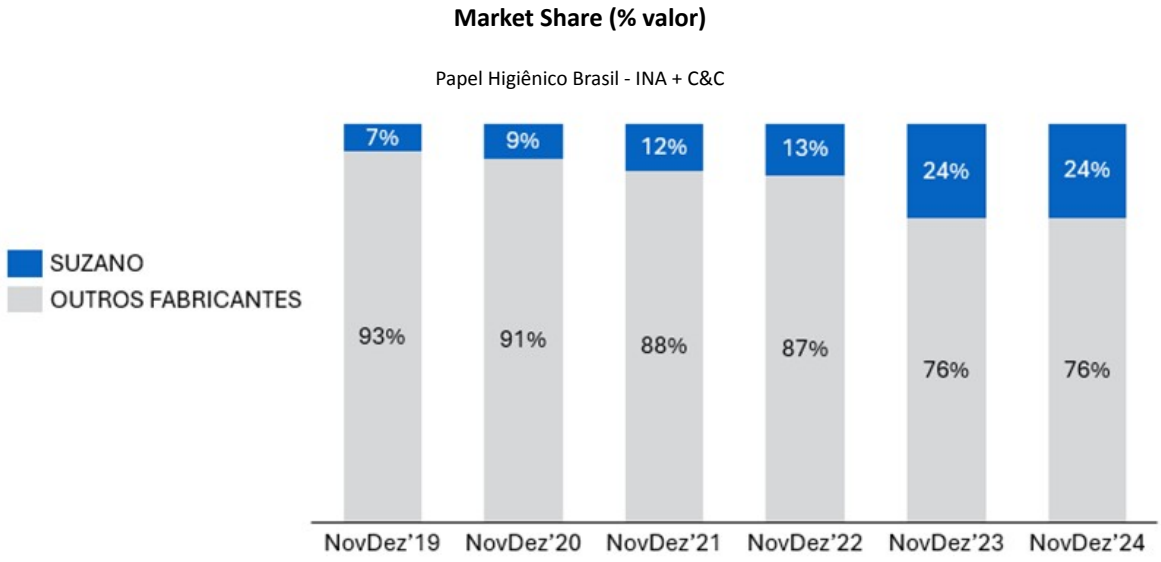
Evolução folhas (% Volume)



*Dados 2022 a 2024, considerando a nova metodologia Nielsen

Neste contexto, a Suzano tem exercido papel importante no aumento do mix dos produtos de maior qualidade (folha dupla, tripla e quádrupla) no mercado de papel higiênico. Em outubro de 2023 foi realizada a integração dos ativos de Tissue da Kimberly-Clark Brasil dentro do portfólio Suzano. Como reflexo disso, a Suzano se tornou o líder no mercado de papel higiênico no Brasil.Além disso, no ano de 2024, a Suzano realizou o lançamento do papel higiênico com folhas quádruplas, com foco em elevar ainda mais o mercado brasileiro.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



*Dados 2022 a 2024 considerando a nova metodologia Nielsen. O ano de 2023 e 2024, contabilizando o portfólio integrado com Kimberly-Clark

Operações Portuárias

A celulose produzida para exportação é embarcada de duas maneiras, sendo como carga solta em navios dedicados e carga conteinerizada por meio de serviço parcial por meio de contrato de afretamento marítimo de longo prazo ou contrato spot para os terminais da Suzano no exterior e, em seguida, é entregue aos clientes. A Suzano realiza operações no Porto do Itaqui (estado do Maranhão), no Porto de Santos (estado de São Paulo) e no Porto de Barra do Riacho (Portocel - estado do Espírito Santo).

Porto do Itaquí

O porto de Itaqui está localizado na costa do estado do Maranhão. Em 2024, exportamos celulose produzida na fábrica de Imperatriz a partir deste porto. A fábrica está situada a aproximadamente 600 km do porto de Itaqui, onde temos um armazém com capacidade para 73.000 toneladas. O porto também possui um cais para embarcações de até 225 metros de comprimento (LOA), 76.500 toneladas de porte bruto (DWT) e 15 metros de calado. O cais é administrado pela EMAP, e temos direitos preferenciais de atracação.

Porto de Santos

O porto de Santos está localizado na costa do estado de São Paulo. A partir deste porto, exportamos celulose break bulk produzida nas unidades de Jacareí/SP, Limeira/SP, Três Lagoas/MS e Ribas do Rio Pardo/MS, localizadas respectivamente a aproximadamente 150, 250, 750 e 850 quilômetros do porto de Santos. Por meio de um contrato de arrendamento, operamos o Terminal 32 (T32) do porto de Santos e também operamos um terminal privado dentro da DP World Santos. Conduzimos um processo de expansão, concluído em 2024, em ambos os terminais para atender à demanda de uma nova fábrica em Ribas do Rio Pardo (Projeto Cerrado). No Terminal 32, expandimos nossa infraestrutura adicionando duas linhas ferroviárias adicionais, totalizando quatro, e instalamos dois novos pórticos. Na instalação da DP World, aprimoramos as capacidades operacionais incorporando dois guindastes ao novo armazém. A celulose conteinerizada é exportada utilizando terminais de terceiros indicado pelos armadores.

O papel produzido por nós para exportação é principalmente embarcado a partir do porto de Santos, que está localizado aproximadamente a 80 quilômetros da unidade de Suzano e cerca de 250 km da unidade de Limeira, de onde vem a maior parte da produção de papel destinada aos mercados de exportação. Também operamos com contêineres no porto de Santos, principalmente utilizados nos negócios de papel e fluff.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Portocel

Portocel está localizado no litoral do estado do Espirito Santo, na cidade de Aracruz, no distrito de Barra do Riacho. A celulose produzida para exportação nas fábricas de Aracruz, Mucuri e Veracel é escoada por Portocel que fica a aproximadamente 3 quilômetros de Aracruz, a aproximadamente 250 quilômetros de Mucuri e a 260 milhas náuticas do terminal de barcaças da Veracel. A Suzano possui 51% da Portocel, empresa que opera o terminal portuário de Aracruz; os 49% restantes pertencem à Cenibra, outra fabricante de celulose.

Portocel é uma instalação moderna com capacidade para movimentar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de celulose e madeira por ano, de seus proprietários e outros players, e diversos tipos de materiais como alumínio, bobinas de aço, granito e cargas de projeto. Os armazéns da Portocel têm capacidade para armazenar aproximadamente 220.000 toneladas de celulose (armazenamento estático).

Porto de Caravelas

O Terminal Marítimo de Caravelas está localizado no litoral sul do Estado da Bahia. A partir deste porto a Suzano, como sucessora da Fibria, passou a deter a titularidade do Contrato de Adesão deste Terminal de Uso Privado (TUP), por onde escoava parte da madeira utilizada pela Unidade Aracruz-ES, e que era transportada através de barcaças oceânicas para o terminal portuário Portocel, localizado no Estado do Espírito Santo.

Diante de uma análise estratégica e da contínua pesquisa por formas de operação mais eficientes e sustentáveis, a Suzano identificou a necessidade de interromper momentaneamente as operações deste Terminal a partir de 04 de fevereiro de 2021.

Neste interregno de paralisação, a empresa está estudando diversas alternativas logísticas e florestais, com o objetivo de tornar mais moderno e ambientalmente sustentável o sistema de cabotagem das toras da Bahia para o Espírito Santo.

Fiel ao seu compromisso institucional na região, a Suzano mantém as iniciativas de desenvolvimento social e educação ambiental promovidas em Caravelas-BA e região, e estuda o remanejamento dos empregados e terceiros contratados para outras frentes de trabalho do grupo econômico, inclusive para as sociedades empresariais parceiras.

(i) Participação em cada um dos mercados

Venda de Celulose

Estão descritas a seguir as vendas de celulose registradas para a Companhia durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024.

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, a Companhia vendeu 5,9 milhões de toneladas e 4,9 milhões de toneladas de celulose de mercado, dos quais 5,0% e 7,1% foram vendidos no mercado interno brasileiro e 95% e 92,9% foram vendidos no mercado de exportação.

A tabela a seguir apresenta as vendas internas e externas de celulose da Suzano para os períodos indicados.

	30 de junho de 2025	30 de junho de 2024
Volume de vendas de celulose da Suzano	(em toneladas)	
Brasileira	294.315	350.911
Internacional	5.624.963	4.594.550
Total	**5.919.278**	**4.945.461**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Estão descritas a seguir as vendas de celulose registradas para a Companhia durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia vendeu 10,9 milhões de toneladas e 10,2 milhões de toneladas de celulose de mercado, dos quais 6,4% e 6,8% foram vendidos no mercado interno brasileiro e 93,6% e 93,2% foram vendidos no mercado de exportação.

A tabela a seguir apresenta as vendas internas e externas de celulose da Suzano para os períodos indicados.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Volume de vendas de celulose da Suzano	(em toneladas)	
Brasileira	696.972	700.823
Internacional	10.167.658	9.514.618
Total	**10.864.630**	**10.215.441**

Clientes de Celulose

Em 2024, a maioria das vendas da Suzano foram feitas sob contratos com clientes de relacionamento de longo prazo nos mercados brasileiro e de exportação. A maioria dos clientes são produtores de papel *tissue*, imprimir e escrever e papel especiais que valorizam a alta qualidade da polpa produzida e a confiabilidade no fornecimento fornecida pela Companhia. A maioria das entregas aos clientes finais no último ano foram feitas a partir dos terminais no exterior nos Estados Unidos, Europa e envios diretos para a Ásia.

Os preços podem variar entre as diferentes regiões geográficas em que os clientes da Companhia estão localizados. Normalmente, os acordos de preço sob os contratos de vendas da Suzano são consistentes com os preços de suas outras vendas dentro da mesma região. Os contratos de venda da Companhia preveem rescisão antecipada em caso de violação material, insolvência de uma das partes ou caso de força maior de duração prolongada.

Os clientes da Companhia geralmente compram seus produtos usando crédito comercial fornecido pela Suzano, que tem uma base de clientes diversificada para seus produtos de celulose. A Companhia acredita ter uma boa base de conhecimento para administrar sua carteira de risco de crédito por meio de instrumentos financeiros (cartas de crédito e seguros) e não financeiros (garantias).

Produção de papel e vendas

A Companhia vende seus produtos de papel no Brasil e no exterior. Os mercados que procura servir são grandes e muito competitivos. Embora o preço seja muito importante nesses mercados, a Companhia acredita que os clientes que têm padrões de alta qualidade preferem os produtos da Companhia devido ao valor e à qualidade que o seu papel confere aos seus produtos finais. Essa preferência é compartilhada entre clientes de todos os segmentos, desde produtores de notebooks e materiais não promocionais, até clientes mais sofisticados, como produtores de materiais promocionais, embalagens de alta qualidade e livros de arte.

Clientes de Papel

Os clientes da Companhia geralmente compram seus produtos usando crédito comercial fornecido pela própria Companhia. A Companhia tem uma base de clientes diversificada para seus produtos de papel. A Companhia acredita ter uma boa base de conhecimento para administrar sua carteira de risco de crédito por meio de instrumentos financeiros (cartas de crédito e seguros) e não financeiros (garantias). Além disso, a Companhia acredita que sua estratégia de diversificar seu portfólio de clientes de papel melhora seu desempenho de risco de crédito devido à menor correlação entre grandes, médios, pequenos e micro clientes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

A indústria de celulose é altamente competitiva. Os 20 maiores produtores atualmente fornecem aproximadamente 79% da capacidade global de celulose de mercado virgem, de acordo com Hawkins Wright. A Companhia enfrenta concorrência substancial de inúmeros produtores de celulose de papel e celulose, incluindo grandes produtores brasileiros, como Bracell, Eldorado, CMPC e Celulose Nipo Brasileira S.A. (Cenibra).

Muitos fatores influenciam a posição competitiva, incluindo a eficiência da usina e as taxas de operação e a disponibilidade, qualidade e custo da madeira, energia, água, produtos químicos, logística e mão-de-obra e flutuações da taxa de câmbio. Os produtores de celulose da América Latina têm vantagens estruturais em relação a outros concorrentes globais, principalmente na América do Norte e na Europa, devido a períodos mais curtos de colheita e maior produtividade da terra, que é parcialmente compensada pela distância geográfica dos mercados finais. Muitos dos concorrentes da Companhia na América Latina desfrutam de vantagens de custo semelhantes às suas, incluindo baixos custos de produção, e têm acesso a fontes de financiamento semelhantes para financiar seus projetos de expansão.

Os mercados internacionais de celulose e papel são altamente competitivos e envolvem um grande número de produtores em todo o mundo. Como produtores de celulose e papel integrados verticalmente, a Companhia compete não apenas com outros produtores de celulose e papel integrados verticalmente, mas também com empresas que produzem apenas celulose ou papel. Muitos desses produtores têm maiores recursos financeiros do que a Companhia e desfrutam de menores custos de financiamento. No entanto, como o maior produtor de celulose de eucalipto em 2024, a Companhia mantém sua vantagem competitiva, mantendo baixos os custos de produção, contratos de longo prazo com seus clientes e integrando verticalmente suas operações.

d. eventual sazonalidade

Os produtos florestais, como celulose e papel, são tipicamente cíclicos. Oscilações nos estoques são frequentemente importantes na determinação dos preços. Ademais, a demanda por papel depende muito das condições econômicas gerais e, tendo em vista que a capacidade de produção se ajusta lentamente às mudanças na demanda, portanto, podemos esperar mudanças sazonais na receita líquida de papel no Brasil dependendo de tais fatores. Mudanças na capacidade de produção também podem influenciar os preços.

De forma similar, os padrões do mercado de celulose são historicamente correlacionados com a produção de papel. A produção mundial de papel normalmente aumenta no final das férias de verão no hemisfério norte, bem como durante o Natal e Ano Novo. Especificamente no Brasil, a demanda por papéis apresenta- se mais aquecida no segundo semestre de cada ano, principalmente em função de fatores como programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a produção de livros e cadernos para a volta às aulas.

Em comparação ao mercado de celulose, o mercado de papel apresenta um número maior de produtores e consumidores e maior diferenciação por produto. Apesar do preço do papel ser cíclico e estar historicamente atrelado ao preço da celulose, com uma ligeira diferença temporal, ele é, em geral, considerado menos volátil do que o preço da celulose. Os principais fatores que afetam o preço do papel são a atividade econômica, a capacidade de expansão da produção e a flutuação nas taxas de câmbio.

Em razão de fatores específicos, incluindo parada nas máquinas de papel e celulose, inclusão de novas capacidades, alteração na estrutura de custos da indústria e aumento na demanda global por celulose, as tendências de sazonalidade observadas no passado para a indústria da celulose podem mudar no futuro. Não obstante, a sazonalidade não causou impactos significantes na Companhia nos últimos três anos. Por essa razão, o impacto da sazonalidade nos resultados da Companhia não é medido.

Diferentemente dos mercados de celulose e papéis para fins de imprimir e escrever, tissue não apresenta sazonalidade aparente.

e. principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Suzano em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas**

A Companhia utiliza três fontes de fibras na produção de seus papéis (i) celulose que a própria Companhia produz; (ii) papéis reciclados; e (iii) pastas mecânicas. O papel reciclado pré e pós consumo e as pastas mecânicas são usados nas camadas interiores de alguns tipos de papel cartão. A Companhia utiliza o eucalipto para a produção de toda sua celulose.

- **Energia**

Nossa matriz energética é predominantemente renovável, tendo a biomassa (classificada como recurso energético nas categorias de biomassa energética florestal) como fonte primária. A maior parte de nossa geração de energia é derivada do licor negro, subproduto do processo de fabricação de celulose, produzido através do processo de recuperação química "*kraft*" utilizado em nossas fábricas. Esse licor negro é queimado em caldeiras de recuperação química, contribuindo significativamente para a nossa geração de vapor.

Como fontes secundárias de energia, utilizamos cascas, cavacos e resíduos de madeira em nossos processos como combustíveis complementares e são queimados em caldeiras auxiliares. Consequentemente, nosso processo de recuperação química nos permite gerar energia de maneira ecologicamente correta.

Uma parcela substancial do nosso consumo de energia é suprida pela nossa própria geração de eletricidade. Várias de nossas plantas industriais são autossuficientes, consumindo a energia gerada no local e exportando o excedente de energia para a rede nacional brasileira, bem como destinada a outras localidades com déficit energético por meio de contratos contabilizados na CCEE (Câmara Brasileira de Compensação de Energia). As usinas que produzem 100% da energia que consomem são Mucuri (BA), Imperatriz (MA), Três Lagoas (MS) e Veracel (BA).

Passamos pelo processo de certificação para emissão do I-REC (International REC Standard) baseado na energia renovável gerada pela unidade industrial de Três Lagoas (MS). Este certificado representa os atributos de geração renovável de um megawatt-hora (MWh) de energia produzida a partir de biomassa e pode ser vendido no mercado de energia elétrica. Em 2024, comercializamos um total de 337.915 I-RECs.

Investimos também em eficiência energética e em pesquisa e inovação, visando aumentar a geração de energia renovável por meio da otimização do uso de recursos próprios. Ao longo dos anos, reduzimos o nosso consumo de combustíveis fósseis.

Em termos de eficiência energética, o processo de recuperação química desempenha um papel crucial na produção de celulose e papel. Esse processo é consistentemente enfatizado em nossas ações, e desenvolvemos diversos projetos com foco em eficiência energética em nossas plantas industriais. Estabelecemos uma meta de longo prazo para aumentar as nossas exportações de energia renovável para a rede nacional em 50% até 2030 (linha de base 2018). Em 2024, exportamos aproximadamente 1.521 GWh de energia.

Em 2024, nossa matriz energética era composta por 88% de fontes renováveis. As fontes não renováveis representaram 12%, sendo o gás natural a fonte mais significativa, utilizado principalmente no processo do forno de cal, bem como o óleo diesel utilizado na silvicultura, logística e transporte.

- **Produtos Químicos**

O processo produtivo de papel e celulose da Companhia utiliza diversos produtos químicos desde o cozimento da madeira até a aplicação de revestimento do papel, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, peróxido de hidrogênio e ácido sulfúrico. Na produção de papel de imprimir e escrever revestido, a Companhia utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, caulim, carbonato de cálcio, látex, amidos, alvejantes e cola. Já na produção de papel tissue, além de utilizar a celulose fabricada pela própria companhia, energia elétrica e gás, o processo de fabricação utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, resina para resistência em úmido, anilinas, agente release, mono amônio fosfato e enzima. Os produtos químicos utilizados no processo de produção de celulose são recuperados e reciclados em nossas fábricas de celulose.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Todos os resíduos são tratados de forma a se adequar às práticas e padrões mais atuais da indústria mundial de papel e celulose. Os produtos químicos utilizados na indústria de papel e celulose são comumente utilizados em várias outras atividades industriais e não apresentam uma condição particularmente perigosa. Todas as regras de segurança relativas a transporte, armazenagem e produção são estritamente cumpridas pela Companhia. Além disso, a Companhia mantém uma apólice de seguro que cobre a responsabilidade oriunda de acidente no transporte, armazenagem ou produção de produtos químicos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores

Atualmente a Companhia tem cerca de 30 mil fornecedores com cadastros ativos, que abrangem todos os segmentos da cadeia (florestal, industrial e logística), desde pequenas empresas e produtores rurais até grandes corporações. Além de condições comerciais competitivas e qualidade dos produtos e serviços contratados, a Suzano demanda de seus fornecedores políticas de engajamento quanto aos critérios de saúde e segurança operacional, regularidade trabalhista, práticas socioambientais e respeito aos direitos humanos. Estas políticas integram os contratos jurídicos que são formalizados entre as partes e acompanhadas através de auditorias internas e externas e através de processos de monitoramento de gestão de terceiros e riscos. A Suzano avalia constantemente oportunidades, não medindo esforços para implementar mudanças e incorporar ações, que proporcionem resultados cada vez mais sustentáveis.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui uma ampla e diversificada base de fornecedores, o que possibilita o atendimento satisfatório de suas necessidades de insumos, materiais e serviços e a mitigação dos riscos de concentração de fornecimento, sem prejuízo, no entanto, do estabelecimento de relações de parcerias, e sem que isso implique compromissos de exclusividade. Embora a Companhia entenda que não exista dependência significativa em relação a fornecedores, alguns insumos podem possuir menor número de fornecedores capacitados ou habilitados no mercado doméstico e internacional, de acordo com o grau de especificidade. Entretanto, a Companhia sempre avalia todas as opções disponíveis no mercado nacional, assim como de importação.

Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Da demanda de madeira da Companhia, a maior parte tem origem em seus plantios, e o restante é suprido por fornecedores de madeira de mercado e produtores rurais incluídos no programa de fomento da Companhia. Estes produtores rurais fomentados vendem sua madeira em grande parte para a Companhia, a qual lhes fornece assistência técnica, mudas de eucalipto e insumos necessários para o processo de cultivo do eucalipto.

Produtos Químicos

Existe um critério rigoroso na contratação dos fornecedores dos produtos químicos utilizados na produção de celulose, pois há uma parcela significativa destes parceiros comerciais que realizam investimentos/instalações nas plantas industriais. Há produtos químicos fornecidos por um reduzido número de fornecedores. Para itens de maior complexidade técnica, menor disponibilidade ou com poucas fontes de fornecimento disponíveis são estabelecidos contratos comerciais de longo prazo. Para minimizar ou eliminar a dependência de suprimentos, o mercado fornecedor é mapeado considerando-se oferta de produtos, concentração de mercado e complexidade técnica de substituição visando estabelecer contratação por item.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Os contratos de compra de madeira são normalmente firmados pelo prazo médio de 7 anos, correspondente a um ciclo de corte, com condições de volume e preço pré-estabelecidas e reajuste anual pela inflação. A pasta mecânica e o papel reciclado acompanham o preço de mercado.

Produtos Químicos

Os principais produtos químicos consumidos no processo de fabricação de celulose são categorizados como commodities, que tem volatilidade de preços monitorada ou mitigada através de mecanismos comerciais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os preços dos produtos químicos no Brasil geralmente sofrem flutuação relacionada aos preços internacionais e à taxa de câmbio vigente. O desenvolvimento de novos players e de novas soluções têm sido um fator importante na estabilização dos preços e na regularidade de fornecimento.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e em 30 de junho de 2024, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 10,86% da receita líquida total do segmento operacional celulose e 1 (um) cliente responsável por 12,79% no segmento operacional papel.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades desempenhadas pela Companhia requerem a obtenção de autorizações, licenças, cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública em todas as esferas – em âmbito federal, estadual e nos municípios em que atua.

Logística portuária

Compete à União a exploração de portos marítimos, fluviais e lacustres, de forma direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o disposto no artigo 21, inciso XII, alínea "f" da Constituição Federal de 1988. A exploração dos portos, direta ou indiretamente, e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários são regidas pela Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013 ("Lei dos Portos"), conforme alterada, cujo artigo 1º, § 1º, determina que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público. As concessões e os arrendamentos são outorgados à pessoa jurídica que demonstrar capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, nos termos do artigo 1º, § 3º, da Lei dos Portos. A Lei dos Portos é regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

A realização de operações portuárias em desacordo com a Lei dos Portos ou com inobservância da regulamentação aplicável ao setor sujeita o infrator às seguintes sanções, aplicáveis individual ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, nos termos do artigo 47 da Lei dos Portos: (i) advertência; (ii) multa; (iii) proibição de ingresso na área do porto pelo período de 30 a 180 dias; (iv) suspensão da atividade de operador portuário, pelo período de 30 a 180 dias; e (v) cancelamento do credenciamento do operador portuário.

A atividade portuária no Brasil é regulada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), criada pela Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo Ministério da Infraestrutura ("MINFRA"), conforme reestruturado pelo Decreto Federal nº 10.368, de 22 de maio de 2020. À ANTAQ, compete, entre outros, regular e supervisionar as atividades portuárias, podendo editar normas e regulamentos e celebrar atos de outorga, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.233/2001. Por sua vez, o MINFRA possui como área de competência, entre outras, a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor portuário e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres, o que ocorre por meio de diversos órgãos e departamentos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Infraestrutura, tais como a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos ("Conaportos"), conforme definido pelo Decreto Federal nº 10.368/2020. A Companhia, na qualidade de arrendatária e concessionária de instalações portuárias, está sujeita, portanto, à regulação e fiscalização do MINFRA e da ANTAQ.

A Companhia faz uso de suas instalações portuárias para recebimento, armazenagem e embarque, por meio de contratos de arrendamento e de concessão no Porto do Itaqui, localizado no estado do Maranhão; no Porto de Santos, localizado no estado de São Paulo; no Porto de Caravelas, localizado no estado da Bahia; e no Portocel, localizado no estado do Espírito Santo, conforme detalhado anteriormente.

Regulamentação ambiental

Como uma empresa de base florestal e produtora de papel e celulose, a Companhia segue as legislações e regulamentos aplicáveis às suas atividades e linhas de negócio, relacionados a emissões atmosféricas, áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, lançamento de efluentes, tratamento de resíduos sólidos, reflorestamento, dentre outros.

Historicamente, a Companhia acredita manter um bom relacionamento com todas as autoridades reguladoras, buscando atender às condicionantes estabelecidas em cada licença/autorização obtida para o atual estágio de seus negócios, assim como atender eventuais pedidos de esclarecimentos realizados por tais autoridades.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Constituição Federal atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade pela proteção ambiental e preservação da fauna e flora brasileiras. A competência para legislar - relacionada à proteção ambiental - é concorrente entre os entes federados, de modo que os municípios têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a questões de interesse local, desde que seja respeitado o disposto nas legislações estadual e federal.

A política nacional do meio ambiente estabeleceu que atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente. Este procedimento é necessário tanto para a prospecção, instalação inicial da unidade bem como para sua expansão e/ou continuidade. A companhia possui licença de operação para todas as suas unidades fabris, bem como, as respectivas licenças ou autorizações para sua base florestal e atividades vinculadas.

As atividades da Companhia são atualmente licenciadas pelas seguintes agências estaduais:

(i) Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SMA), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e Secretaria de Agricultura e Abastecimento no Estado de São Paulo;

(ii) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), no Estado de Minas Gerais, realizados pelas autarquias: SUPRAM e IEF;

(iii) Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, (INEMA), no Estado da Bahia;

(iv) Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), no Estado do Espírito Santo;

(v) Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), no Estado do Maranhão;

(vi) Instituto da Natureza (NATURATINS), no Estado do Tocantins;

(vii) Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), no Estado do Piauí;

(viii) (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), no Estado do Rio Grande do Sul;

(ix) Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul ou IMASUL, no Estado do Mato Grosso do Sul;

(x) Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), no Estado do Pará.

Licenciamento Ambiental, outorgas, autorizações e cadastros perante os órgãos públicos

O processo de licenciamento ambiental, regulado na esfera federal pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, que estabelecem o mínimo regulatório, em sua grande maioria, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente. Este processo engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a efetiva instalação e implementação do projeto, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO"), que autoriza o início da operação da atividade licenciada. O processo de licenciamento ambiental, a depender das especificidades do projeto, do impacto, porte e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente e da legislação estadual ou municipal, pode ser dispensado ou ocorrer de forma simplificada.

Além do licenciamento ambiental, da atividade principal, as operações da Companhia estão sujeitas à prévia obtenção de outras autorizações, bem como, cadastros/registros perante os órgãos ambientais, tais como, para o uso de produtos controlados pelo Ministério do Exército, pela Polícia Federal, e, em alguns estados, pela Polícia Civil. Cada órgão governamental possui relação própria de produtos químicos controlados e a licença ou autorização específica deverá ser requerida perante todas as esferas que fiscalizem o respectivo produto. A licença ou autorização para o uso de produtos controlados é válida por determinado período, devendo ser periódica e tempestivamente renovada perante as autoridades competentes.

As atividades da empresa também estão sujeitas ao registro perante o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais ("CTF") do IBAMA. Em relação a este

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

cadastro, a Lei Federal nº 6.938/81 lista em seu Anexo VIII as atividades classificadas como potencialmente poluidoras e, consequentemente, sujeitas ao CTF. A Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013 e suas alterações, especifica os ramos de atividade que estão sujeitos ao cadastro e recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA").

Recursos Hídricos

A Companhia também está sujeita à Lei Federal n.º 9.433/1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos") que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o lançamento de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Cadastro Ambiental Rural, Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente

Com relação a Áreas de Preservação Permanente - APP a Lei nº 12.651/2012 ("Código Florestal Brasileiro") estabelece que tais áreas devem receber proteção legal especial devido à sua importância para a preservação dos recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Essas áreas incluem, entre outras, a margem de rios, reservatórios e outras corpos d'água, colinas, encostas com declives superiores a um ângulo de 45 graus e bancos de areia.

A existência de tais áreas protegidas dentro de uma propriedade, seja em áreas urbanas ou rurais, pode causar restrições ao desempenho das atividades pretendidas. A interferência ou remoção de vegetação de APP só é permitida em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, desde que haja autorização prévia das autoridades ambientais competentes.

Também, o Cadastro Ambiental Rural - CAR foi criado pela Lei nº 12.651/2012, sendo obrigatório para imóveis rurais, exigindo o registro público eletrônico, em âmbito nacional, para fins de controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em se tratando de imóvel rural, o Código Florestal ainda determina a obrigação de constituição e delimitação e preservação de Reserva Legal ao proprietário ou possuidor, correspondente à área que deve obrigatoriamente ser mantida com cobertura de vegetação nativa, calculada com base em percentual mínimo da área total do imóvel, o qual varia em função de sua localização e do bioma. O descumprimento da legislação referente à Reserva Legal também pode ensejar a aplicação de sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados na esfera civil.

Resíduos Sólidos

A legislação ambiental brasileira regula o gerenciamento dos resíduos até a sua destinação final. A violação das regras pode resultar em sanções administrativas e penais, bem como na responsabilização civil em caso de danos causados ao meio ambiente na esfera civil.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Cumpre destacar a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, por meio de atribuições individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas que

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

podem chegar a R$ 50 milhões, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos de grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, a Companhia pode ser responsabilizada em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço, todas as empresas que contribuíram, ainda que indiretamente, para o dano ambiental causado poderão ser responsabilizados solidariamente e serem demandados à remediação ou pagamento de indenização, cabendo ao demandado, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, as multas por infração ambiental podem chegar a R$ 50 milhões, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos de grande impacto ambiental ou risco à saúde humana. Outras penalidades administrativas incluem, por exemplo, a suspensão de atividades e o embargo de obras ou atividades.

A Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Propriedade de Terras Rurais no Brasil

Nos termos da legislação brasileira, todo imóvel possui um número de matrícula perante o Cartório de Registro de Imóveis e o instrumento hábil para operar a venda e compra do imóvel é a escritura pública, sendo a propriedade transferida mediante o registro desta escritura na sua respectiva matrícula. Usualmente, entretanto, são celebrados compromissos de compra e venda previamente à outorga da escritura, os quais, quando registrados na matrícula do imóvel, outorgam ao promissário comprador direito real sobre o respectivo imóvel, não sendo possível ao promitente vendedor alienar novamente o imóvel a terceiros. Por outro lado, a ausência de registro dos compromissos de compra e venda junto à matrícula do imóvel assegura ao promissário comprador apenas direito de indenização caso o promitente vendedor aliene o imóvel a terceiro que não o promissário comprador. Não obstante os direitos conferidos ao promissário comprador, os compromissos de compra e venda não transferem a ele a propriedade definitiva do imóvel. Caso o promitente vendedor se recuse a outorgar a escritura definitiva em favor do promissário comprador, poderá este ingressar com ação de adjudicação compulsória, depositando o saldo do preço de aquisição em juízo (se houver saldo a pagar) e requerer que o juiz lhe outorgue a competente escritura definitiva. Além disso, caso o promissário comprador tenha sido imitido na posse do imóvel, terá ele o direito de defender a posse do imóvel em nome próprio.

Desde a edição da Lei 10.627, de 6 de abril de 2001, é obrigatória a realização do georreferenciamento dos imóveis rurais em seus limites, características, restrições e confrontações de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, sem o qual imóveis rurais não podem ser alienados, unificados ou desmembrados. O resultado do georreferenciamento deve ser devidamente firmado por profissionais habilitados que possuam Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e posteriormente, ratificadas pelo INCRA.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

De acordo com a legislação brasileira, o governo brasileiro pode expropriar os proprietários de terras rurais que não estejam atendendo sua função social para fins de reforma agrária. Para fins da Constituição brasileira, a função social da terra é alcançada com o uso racional e apropriado da terra e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, o atendimento da legislação trabalhista e a promoção do bem-estar dos proprietários da terra e seus empregados.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A partir de mecanismos de governança corporativa e práticas operacionais, a Companhia busca avaliar o impacto de sua atuação e assumir compromissos frente aos seus stakeholders, permeando as esferas ambiental, social e econômica.

A empresa atua em conformidade com todas as legislações, normas e compromissos assumidos, nacionais e internacionais. Suas unidades industriais possuem a certificação ISO 14001, com exceção das unidades da UNBC e Suzano Packaging, que atesta seu sistema de gestão ambiental, assim como também recebeu os selos ISO 9001 e ISO 45001.

As unidades florestais são certificadas pelo Forest Stewardship Council® (FSC®) (códigos de licença FSC-C110130, FSC-C118283, FSC-C100704, FSC-C009927, FSC-C155943) e pelo Programa Brasileiro de Certificação Florestal/Programa para o Endosso da Certificação Florestal (CERFLOR /PEFC), que atestam que seu manejo florestal é ambientalmente responsável e socialmente justo. O selo FSC, criado por diferentes organizações internacionais multissetoriais, tem forte reconhecimento internacional e também é rotulado em vários de seus produtos e de seus clientes, atuando sob estrita observância das leis e regulamentos ambientais.

A Suzano também desenvolve ações contínuas de conscientização e combate a incêndios junto aos colaboradores e comunidades e estimula seus fornecedores de madeira a certificarem seus plantios e / ou aplicarem os padrões FSC e PEFC em suas operações florestais.

A Companhia está comprometida em produzir celulose e papel com um mínimo de produção de resíduos e com o menor impacto sobre os recursos naturais e o meio ambiente. O objetivo contínuo da Companhia é evitar e mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente, buscando controlar suas emissões no ar e na água, preservar a biodiversidade e cumprir com as regulamentações ambientais brasileiras e os padrões ambientais.

A política de gestão ambiental da Companhia está alinhada com os padrões internacionais mais avançados, e tem por princípios impulsionar a ecoeficência das operações da Suzano S.A. buscando fazer mais com menos, utilizando práticas de gestão ambiental que:

(i) Conservem os ecossistemas e sua biodiversidade, no sentido de não haver perda líquida, mas, sim, gerar impacto líquido positivo;

(ii) Utilizem de forma racional os recursos naturais renováveis e não renováveis;

(iii) Promovam o uso responsável da água, minimizando os impactos das operações nos recursos hídricos locais e savaguardando o ciclo natural de água nas florestas;

(iv) Foquem na prevenção e controle das emissões atmosféricas (NOx, Sox, TRS, gases de efeito estufa e material particulado) e de efluentes (DQO e AOX);

(v) Promovam o conceito dos 7R's (repensar, recusar, reduzir, reaproveitar,reparar, reintegrar e/ou reciclar), objetivando a menor disposição de resíduos sólidos em aterros próprios e/ou de terceiros;

(vi) Otimizem o desempenho energético, buscando a manutenção da matriz energética de baixo carbono;

(vii) Estimulem a implementação das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

(viii) Respeitem os direitos, valores sociais e culturais dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e locais, assim como das pessoas envolvidas nas operações de manejo florestal;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(ix) Cumpram o marco legal ambiental, os acordos internacionais vinculantes e os compromissos voluntários pertinentes às operações da Suzano, tais como o de Selos Verdes,

A Suzano reforça seu compromisso de estabelecer seus plantios e comprar madeira exclusivamente de áreas anteriormente antropizadas para outros usos, cuja conversão não tenha ocorrido sob sua responsabilidade, se comprometendo com uma política de desmatamento zero.

A Suzano mantém relevantes parcerias com fóruns e organizações reconhecidos para discutir e compartilhar conhecimento sobre sustentabilidade. Alguns exemplos são o Pacto Global da ONU; Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; a Aliança pela Restauração da Amazônia; One Trillion Trees (1t.org); o World Wildlife Fund / New Generation Plantation; o Diálogo Florestal Brasileiro; Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ); o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); o GHG Protocol Brasil; Capitals Coalition; Nature Action 100 e o Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD).

A Companhia também tem um compromisso com o serviço comunitário, participando e financiando diversos projetos, incluíndo aqueles desenvolvidos pelo Instituto Ecofuturo, uma organização não governamental, criada e mantida pela Suzano desde 1999, o Ecofuturo contribui para transformar a sociedade por meio da conservação ambiental e da promoção do conhecimento. Entre as principais iniciativas, está a gestão do Parque das Neblinas, onde são desenvolvidas atividades de educação ambiental, pesquisa científica, ecoturismo, manejo e restauração florestal, e participação comunitária.

Água

O gerenciamento proativo de uso e reutilização de água da Companhia utiliza ferramentas e tecnologias que permitem o uso racional dos recursos hídricos, essencial para a produção de celulose e papel, tanto em termos de operação industrial quanto de produtividade florestal. A Companhia busca obter os direitos de coleta de água de rios, poços e reservatórios para uso nas fábricas e florestas da unidade. A Companhia tem um compromisso permanente de aumentar a eficiência das operações e, consequentemente, reduzir o consumo - que ocorre a cada ano por meio do reuso interno e melhoria dos processos industriais.

Em 2020, a Companhia anunciou o compromisso para renovar a vida para a redução da captação água nas operações industriais. Apesar de haver diferentes curvas de redução de captação de água na previsão dos próximos 12 anos, considerando as diferentes características de cada unidade industrial, todas as operações foram integradas em um mesmo objetivo: alcançar 25,3 metros cúbicos de água por tonelada produzida até 2030 (celulose e papel). Este objetivo corresponde às melhores práticas internacionais de acordo com IPPC - *Integrated Pollution Prevention and Control* e IFC – *International Finance Corporation*.

Para a área florestal, a Companhia, também em 2020, assumiu o compromisso de “aumentar a disponibilidade hídrica em 100% das bacias hidrográficas críticas até 2030”. As bacias hidrográficas críticas são aquelas sujeitas à falta de disponibilidade de água, devido a características naturais (tais como clima e tipo de solo) e tipo de uso da terra. A Suzano se concentrará em bacias hidrográficas onde houver ocupação significativa pela empresa (igual ou superior a 30%), para que as práticas adotadas pelo manejo florestal possam ter efeito e gerar os melhores resultados para reverter a criticidade dessas bacias.

Tratamento de Efluentes e Resíduos Sólidos

O tratamento de efluentes em todas as unidades industriais ocorre em nossas próprias Estações de Tratamento de Efluentes, que inclui o tratamento primário (físico) e o tratamento secundário (biológico) - um estágio no qual oxigênio e nutrientes são adicionados e o pH é controlado. Nas unidades de Limeira, Jacareí, Três Lagoas, Imperatriz, Mogi das Cruzes, Belém e Ribas do Rio Pardo a tecnologia de lodo ativado é utilizada para tratamento secundário, enquanto as lagoas aeradas são utilizadas nas unidades de Suzano (SP) e Aracruz (ES). A unidade Mucuri (BA) possui ambos os sistemas para tratamento secundário de efluentes. Para as unidades de Maracanaú e Cachoeiro do Itapemirim temos apenas a geração de efluente dos prédios administrativos. Desta forma, a companhia tem garantido o pleno atendimento aos parâmetros legais e de qualidade do efluente tratado de todas as suas unidades industriais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Nas estações de tratamento de efluentes são gerados dois resíduos sólidos: o lodo primário, composto por fibras e material inorgânico, e o lodo biológico, composto por "bactérias mortas". O lodo biológico gerado é tratado por diferentes formas ecoeficientes, como centrais de compostagem nas unidades de Três Lagoas, Mucuri e Ribas do Rio Pardo e recuperação energética em Jacareí e Imperatriz.

Nas unidades florestais, o gerenciamento de resíduos sólidos é realizado atendendo também à legislação vigente do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, onde todas as unidades florestais possuem seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS e adotam práticas para classificar, segregar, armazenar, transportar e destinar os resíduos gerados nas atividades de campo, assegurando a sua correta destinação final.

Além disso, a Companhia estabelece parcerias com cooperativas locais para a geração de renda e destinação de resíduos recicláveis, como é o caso das unidades do Espírito Santo, Maranhão, de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Biodiversidade

A Suzano tem o compromisso de realizar e desenvolver operações florestais responsáveis, comprometida com uma política de desmatamento zero e adoção das melhores práticas de manejo florestal. Assim, seus plantios de eucalipto são estabelecidos exclusivamente em áreas anteriormente antropizadas por outros usos, e coexistem intercalados com áreas destinadas à conservação da biodiversidade - abordagem de paisagens em mosaico, favorecendo a ligação de fragmentos nativos e o estabelecimento de corredores ecológicos. As práticas de manejo florestal da Companhia seguem toda a legislação, normas e compromissos assumidos, certificadas por normas internacionais amplamente reconhecidas, como *Forest Stewardship Council* (FSC) e o Programa para o Endosso da Certificação Florestal (PEFC).

Aproximadamente 1,1 milhão de hectares de vegetação nativa é mantido e protegido pela empresa, o que corresponde a aproximadamente 40% de sua área total. Adicionalmente, a Suzano realiza monitoramentos periódicos da biodiversidade, desde 1989, já foram registradas mais 4,5 mil espécies, sendo 180 endêmicas e 190 ameaçadas, no Brasil. Visando intensificar a proteção e conservação da biodiversidade, a Companhia identificou voluntariamente mais de 85.000 hectares consideradas de importância global ou nacional para a conservação da biodiversidade, definidos como Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Categoria IV da IUCN).

Além disso, ciente dos diferentes níveis de fragmentação dos biomas onde atua – uma das principais ameaças à perda de biodiversidade no Brasil e no mundo, por meio de um processo colaborativo, a Suzano lançou em 2021 um compromisso com a conservação da biodiversidade. Sendo assim, a empresa está comprometida até 2030 em conectar, por meio de corredores ecológicos, meio milhão de hectares de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia. A abrangência da meta considerou a extensão de sua representatividade e influência territorial, indo além das propriedades da Suzano.

Mudanças Climáticas

A questão das mudanças climáticas envolve a busca contínua por melhores práticas que visam a mitigação e adaptação de seus impactos. Por isso investimos em iniciativas como a gestão de emissões e remoções de GEE da nossa operação e cadeia de valor e análise de cenários climáticos, que orientam a priorização de projetos de redução de emissões e melhorias contínuas na companhia. Desse modo, possuímos iniciativas para reduzir nossas emissões na indústria, logística, florestal e cadeia de valor, além de iniciativas focadas em promover a expansão da biomassa como solução para a descarbonização da economia global.

Os riscos relacionados ao clima são integrados ao gerenciamento geral de riscos da organização e monitorados periodicamente pelo Departamento de Gerenciamento de Riscos pelo processo integrado multidisciplinar de ERM (*Enterprise Risk Management*). Além disso, a Suzano tem revisado suas práticas e desenvolvido sua estratégia e gestão de riscos e oportunidades climáticos de acordo com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), agora incorporadas pela IFRS Foundation.

A empresa acredita já possuir um histórico robusto no alinhamento às recomendações da TCFD, e reporta sua performance de acordo com os requisitos e as recomendações da instituição, bem como os do caderno IFRS S2

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

do International Sustainability Standards Board (ISSB), sobre mudanças climáticas. Seguiremos empenhados em evoluir nas recomendações do IFRS com um plano claro para a implementação dos requisitos dos cadernos IFRS S1 e S2 ao longo dos próximos dois anos, quando estes se tornarão obrigatórios no Brasil.

Em 2008, como um dos membros fundadores, a Companhia iniciou uma parceria com a FGV no programa brasileiro GHG Protocol, que visa a identificar e a contabilizar as emissões do processo de produção da companhia considerando as emissões diretas de nossas fontes de controle operacional (escopo 1), emissões indiretas do consumo de eletricidade (escopo 2) e atividades associadas à sua cadeia de produção, mas não controladas por nós (escopo 3). Esta ferramenta é projetada de acordo com a metodologia GHG *Protocol do World Resources Institute* (WRI).

Em 2010, a Companhia foi a primeira empresa de papel e celulose no Brasil a calcular a pegada de carbono medindo a emissão de gás durante todo o ciclo de vida de nossos produtos, desde a produção e a distribuição de matérias-primas até a venda, uso e descarte, o que representa um exercício mais amplo o inventário de gases de efeito estufa que a Companhia tem feito desde 2003.

Para medir e entender o impacto da produção e as oportunidades de melhoria nos processos, de forma analítica e estratégica, a Companhia desenvolveu novos estudos de análise de ciclo de vida de alguns dos produtos, entre eles o Eucafluff, que apresentou melhor desempenho do que os concorrentes em alguns aspectos.

Após um extenso trabalho de consolidação, análise e projeção ao longo de 2019, no início de 2020 tivemos um importante marco: o lançamento de nossos dois compromissos públicos voltados à questão do clima.

As nossas metas, que são condizentes com a ciência, também foram estruturadas de maneira mais substantivas se comparadas às metas do Acordo de Paris. Em uma delas, nos comprometemos em ser *Climate Positive*, em larga escala até 2030. Ou seja, pretendemos retirar mais carbono da atmosfera do que emitir, especificamente remover 40 milhões de toneladas de gases do efeito estufa, considerando não somente as remoções, mas descontando desta conta todas as emissões diretas (escopo 1), e também emissões indiretas (fora do escopo de controle – escopos 2 e 3).

Relacionada à redução de emissões, diversas ações de melhoria contínua são implantadas em plantas industriais e florestais, além de investimentos tecnológicos para reduzir a geração de gases de efeito estufa, no sentido de aumentar os ganhos ambientais e atender às demandas de clientes, investidores e consumidores. E reforçando este compromisso, a Suzano assumiu reduzir as emissões específicas (escopo 1 e 2) em 15% por tonelada de produto, até 2030 (ano base 2015).

Em relação a eficiência energética, as unidades industriais produzem uma parcela significativa de suas necessidades de energia e, atualmente, aproximadamente 88% são provenientes de combustíveis renováveis (como licor negro e biomassa). Somos autossuficientes nas unidades de Mucuri, Imperatriz e Três Lagoas em termos de suprimento de energia e algumas unidades vendem o excedente de energia de volta à rede pública. Em 2022, 4.148.649 GJ de energia elétrica renovável foram fornecidos à rede pública a partir dessas unidades. Alinhado a esta eficiência, a empresa, no início de 2019 também se comprometeu a ampliar esta exportação de energia em 50% até 2030 (ano base 2018).

Por fim, a Companhia tem uma de suas subsidiárias – a Futuragene – como uma de suas frentes de trabalho voltadas à adaptação dos nossos negócios aos efeitos provocados pelas mudanças climáticas. Sua atuação vai no sentido de pesquisas e desenvolvimento de biotecnologias e melhoramentos genéticos para as nossas mudas no sentido de para aumentar a produtividade das áreas cultivadas de eucalipto, em diferentes cenários climáticos com foco de garantir o suprimento da produção de celulose, papel, bioenergia e biocombustíveis.

Em 28.12.2020 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A. a incorporação da FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. com efeitos a partir de 31.12.2020.

A Companhia possui uma Política Corporativa de Mudanças Climáticas, visando firmar seu compromisso no combate às mudanças climáticas rumo à transição para uma economia de baixo carbono e de contribuir com um futuro resiliente para a sociedade, nela sendo previstas as diretrizes que orientam a estratégia da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Buscando aprimorar os processos para desenvolver produtos inovadores e de maior qualidade de forma sustentável, nossas atividades de pesquisa e desenvolvimento estão voltadas principalmente para o aumento da produtividade florestal, redução dos custos operacionais e otimização dos processos industriais, tornando nossa produção mais eficiente, avanço no valor cadeia de produtos utilizando nossa fibra e desenvolvendo novos produtos por meio de (i) manejo florestal com otimização de recursos naturais e custos; (ii) programa robusto de melhoramento genético do eucalipto; (iii) melhorar a utilização da fibra de eucalipto na fabricação de celulose, papel, embalagens, papelão e bens de consumo (tecidos, não tecidos e fraldas); (iv) desenvolvimento de novas aplicações para a fibra de eucalipto, incluindo nanomateriais; e (v) desenvolvimento de uma biorrefinaria de eucalipto para obtenção de produtos químicos de base renovável.

Marcas

Marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis, compostos por palavras e/ou imagens, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços.

A Lei nº 9.279/96 (“Lei de Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a concessão do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas adicionais ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de diversas marcas registradas junto ao INPI, incluindo, dentre as mais relevantes: Suzano, Suzano Biopulp, Suzano Ecolig, Suzano Eucafluff, Greenbag, Greenpack Suzano, Report, Pólen, Paperfect, Reciclato, Alta Alvura Supremo, TP White, TP Cycle, Super 6, Couché Suzano, Bluecup, Neve, Mimmo, Max Pure, Floral, Le Blanc, Scala, entre outras.

A Companhia também atua no mercado mundial, oferecendo celulose e uma completa gama de papéis, representadas por suas marcas registradas – ou em processo de registro – na América Latina, América do Norte, União Europeia e Ásia.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

A Companhia é titular de diversos nomes de domínio, inclusive <Suzano.com.br>.

Patentes

A Suzano investe constantemente no desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias inovadoras e sustentáveis visando aprimorar seus processos produtivos. Como resultado, muitas das inovações geradas são passiveis de proteção da propriedade intelectual nos países em que a empresa atua. Uma das modalidades de proteção da inovação utilizada é a patente de invenção ou modelo de utilidade.

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. A patente também vale para melhorias no uso ou fabricação de objetos de uso prático, como utensílios e ferramentas. De acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 anos contados da data de depósito. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos, o produto objeto da patente e/ou o processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Suzano possui aproximadamente 804 registros, entre patentes e desenhos industriais (pedidos e concessões), considerando dados até dezembro de 2024, no Brasil e no exterior, tais como União Europeia, África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos, Finlândia, França, Hong-Kong, Indonésia, Índia, Japão, México, Nova Zelândia, Paraguai, Reino Unido, República da Coreia, Rússia, Suécia, Uruguai.

As patentes obtidas pela Suzano são ativos intangíveis importantes; porém, para suas atividades atuais, sua perda implicaria somente na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar o objeto da patente. Deste modo, a perda de referidas patentes não causaria efeitos materialmente adversos à Suzano e seus negócios.

Cultivares

No Brasil, a proteção de cultivares é regida pela Lei n. 9.456 de 25 de abril de 1997, regulamentada pelo Decreto n. 2.366 de 5 de novembro de 1997 ("Lei de Cultivares"). De acordo com a Lei de Cultivares, cultivar é a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal, que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas por uma margem mínima de características morfológicas, fisiológicas, bioquímicas ou moleculares, por sua denominação própria, e que seja homogênea e estável em gerações sucessivas, além de ser passível de utilização.

O órgão responsável por acolher os pedidos de proteção de cultivares no Brasil e emitir o certificado é o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), ligado ao Ministério da Agricultura e Pecuária ("MAPA").

O objetivo da proteção de cultivares é assegurar os direitos de propriedade intelectual do obtentor, impedindo o uso de cultivares por terceiros não autorizados, e estimulando, assim, os investimentos no desenvolvimento de novas cultivares. Conforme previsto no artigo 2º da Lei de Cultivares, a proteção acima mencionada se efetua mediante a concessão de certificado de proteção de cultivar que vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) anos, contado a partir da data de concessão do certificado, para o caso das árvores florestais (como é o caso do eucalipto), videiras, árvores frutíferas e árvores ornamentais, inclusive, em cada caso, o seu porta-enxerto.

A Companhia investe constantemente no desenvolvimento de novas cultivares e tem como diretriz solicitar a proteção para os clones superiores desenvolvidos em seu programa de melhoramento genético, garantindo à empresa o direito exclusivo de uso como obtentora e titular de cada cultivar, podendo explorar a vantagem competitiva concedida pelo potencial produtivo, evitando com que terceiros o explorem de forma indevida.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 73 cultivares protegidas no SNPC/MAPA. Apesar das atividades de pesquisa e desenvolvimento e dos investimentos feitos em seus produtos, a Companhia não é dependente de quaisquer patentes, marcas, licenças, contratos de royalties ou industriais ou novos processos produtivos em específico, desenvolvidos por terceiros, que sejam de importância fundamental para seus negócios ou resultados.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas contribuições financeiras pela Companhia, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas contribuições financeiras pela Companhia, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas contribuições financeiras pela Companhia, diretamente ou por meio de terceiros, para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Companhia

CELULOSE - BRASIL	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita Líquida (R$ mil)	2.295.258	2.144.199
% sobre receita líquida total	4,8%	5,4%

PAPEL - BRASIL	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita Líquida (R$ mil)	7.278.585	6.719.093
% sobre receita líquida total	15,4%	16,9%

CELULOSE - BRASIL	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2025	2024
Receita Líquida (R$ mil)	934.903	1.049.948
% sobre receita líquida total	4,9%	6,3%

PAPEL - BRASIL	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2025	2024
Receita Líquida (R$ mil)	3.487.753	3.311.970
% sobre receita líquida total	58,6%	76,0%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Companhia

CELULOSE	Exercício social findo em 31 de dezembro			
	2024		2023	
Região	Receita Líquida	%	Receita Líquida	%
Ásia	15.760.800	33,2%	13.588.032	34,2%
Europa	11.895.394	25,1%	8.701.141	21,9%
América do Norte	6.965.731	14,7%	5.682.010	14,3%
América do Sul e Central	670.157	1,4%	558.601	1,4%
África	6.122	0,0%	3.282	0,0%
Total	35.298.204	74,5%	28.533.066	71,8%

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

PAPEL	Exercício social findo em 31 de dezembro			
	2024		2023	
Região	**Receita Líquida**	**%**	**Receita Líquida**	**%**
Ásia	**24.767**	**0,1%**	**72.134**	0,2%
Europa	**355.784**	**0,8%**	**302.131**	**0,8%**
América do Norte	**914.234**	**1,9%**	**476.429**	**1,2%**
América do Sul e Central	**1.179.841**	**2,5%**	**1.437.181**	**3,6%**
África	**56.608**	**0,1%**	**71.343**	**0,2%**
Total	**2.531.234**	**5,3%**	**2.359.217**	**5,9%**

CELULOSE	Período de 6 meses findo em 30 de junho			
	2025		2024	
Região	**Receita Líquida**	**%**	**Receita Líquida**	**%**
Ásia	**8.927.784**	**43,7%**	**6.421.808**	38,7%
Europa	**5.600.985**	**27,4%**	**5.759.633**	**34,7%**
América do Norte	**3.115.326**	**15,2%**	**3.065.012**	**18,5%**
América do Sul e Central	**318.823**	**1,6%**	**297.285**	**1,8%**
África	**1.684**	**0,0%**	**1.170**	**0,0%**
Total	**17.964.602**	**87,9%**	**15.544.907**	**93,7%**

PAPEL	Período de 6 meses findo em 30 de junho			
	2025		2024	
Região	**Receita Líquida (R$ mil)**	**%**	**Receita Líquida (R$ mil)**	**%**
Ásia	12.465	0,1%	22.730	0,1%
Europa	171.265	0,8%	186.232	1,1%
América do Norte	1.724.057	8,4%	222.751	1,3%
América do Sul e Central	528.880	2,6%	565.671	3,4%
África	24.891	0,1%	48.529	0,3%
Total	**2.461.558**	**12,1%**	**1.045.913**	**6,3%**

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia exporta seus produtos para cerca de 90 países e está sujeita, assim como suas subsidiárias, à regulação usual de mercado nessas localidades, em especial nos campos comercial e tributário. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas sem prévio aviso, devendo a Companhia observá- las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Companhia dispêndios financeiros adicionais.

Além disso, a competitividade das companhias exportadoras brasileiras no mercado estrangeiro já levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil. Caso essas restrições sejam adotadas para os produtos exportados pela Companhia, as exportações da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Companhia monitora toda e qualquer alteração das demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios locais. Dessa forma, a Companhia cumpre com todas as exigências regulatórias relevantes aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

No primeiro trimestre de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América ("EUA") e a *International Trade Comission* ("ITC") proferiram suas respectivas decisões finais no processo de dumping contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, no qual concluíram pela aplicação de taxa antidumping nas vendas de papel não revestido (folio e *cut size*) dos países investigados para os EUA, fixando a taxação contra a Suzano, a qual é revisada anualmente, por solicitação da Suzano ou dos *players* da indústria papeleira americana, com base no realizado no período de revisão anterior.

Caso a taxa praticada seja abaixo do valor realmente praticado naquele período, a Companhia precisa depositar a diferença e, caso seja acima, recebe o valor de volta.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG da Companhia são divulgadas periodicamente, através dos Relatórios de Sustentabilidade, que podem ser acessados no site:

- http://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia referente ao ano de 2024 foi publicado em março de 2025.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade 2024 foi assegurado externamente, de acordo com as Normas 2021 da Global Reporting Initiative (GRI), levando em consideração princípios do International Integrated Reporting Council (IIRC), a Resolução nº 59 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas. Este relato também inclui métricas do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e está alinhado às diretrizes das Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2, do International Financial Reporting Standards S2), publicadas pela International Sustainability Standards Board (ISSB), que incorporou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Todas as informações estão disponíveis em seu website de relações com investidores e na Central de Sustentabilidade. Neste hub, é possível encontrar um amplo conjunto de indicadores das citadas normas e padrões, incluindo as Métricas do Capitalismo Stakeholder, do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum – WEF). O Relatório de Sustentabilidade da Companhia e a Central de Sustentabilidade foram publicados em março de 2025.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações publicadas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, em março de 2025, referente ao ano de 2024 foram asseguradas pela Price Waterhouse Coopers e os Compromissos para Renovar a Vida foram verificados pela Bureau Veritas.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Todos os Relatórios de Sustentabilidade da Companhia podem ser acessados, na íntegra, no site:

- http://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o Emissor

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia considera a divulgação da matriz de materialidade e de indicadores-chave de desempenho ASG, sendo considerados materiais os seguintes indicadores:

- Água e efluentes;
- Biodiversidade;
- Emissões e Mudanças Climáticas;
- Resíduos e Materiais Perigosos;
- Certificações;
- Relacionamento com Comunidades;
- Direitos Humanos;
- Capital Humano;
- Diversidade, Equidade e Inclusão;
- Design de Produto e gerenciamento de ciclo de vida;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Gestão de Fornecedores.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") estabelecidos pelas Organizações das Nações Unidas. Os seguintes ODS são considerados materiais para os negócios da Companhia:

- Água e efluentes - ODS 6 e 14
- Biodiversidade - ODS 6, 12, 14 e 15
- Emissões e Mudanças Climáticas - ODS 7 e 13
- Resíduos e Materiais Perigosos
- Certificações - ODS 9 e 12
- Relacionamento com Comunidades - ODS 1, 2, 4, 10, 11 e 12
- Direitos Humanos - ODS 1, 2, 4, 10, 11 e 12
- Capital Humano - ODS 1, 5, 8 e 10
- Diversidade, Equidade e Inclusão - ODS 1, 5, 8 e 10
- Design de Produto e gerenciamento de ciclo de vida - ODS 9, 11 e 12
- Gestão de Fornecedores - ODS 4, 11 e 12

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia e a Central de Sustentabilidade estão alinhados às diretrizes das Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2, do International Financial Reporting Standards S2), publicadas pela Internacional Sustainability Standards Board (ISSB), que incorporou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Nesse sentido, a Suzano tem se preparado para adotar as Normas IFRS do International Sustainability Standards Board (ISSB), S1 e S2, em atendimento ao cronograma previsto na Resolução CVM nº 193/2023.

h. se o Emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, considerando os escopos 1, 2 e 3 (mudanças climáticas - ODS 7 e 13, biodiversidade - ODS 6, 12, 14 e 15, e desenvolvimento territorial - ODS 1, 2, 4 10, 11 e 12).

A Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, contabilizando as emissões anuais de gases Kyoto e não-Kyoto dos escopos 1 (emissões diretas resultantes de suas operações), 2 (emissões indiretas provenientes do uso de eletricidade) e 3 (outras emissões indiretas). As remoções de dióxido de carbono (CO2) provenientes do cultivo de eucalipto e de áreas de conservação de mata nativa também são quantificadas. O balanço entre as emissões e remoções determina se o saldo é positivo, neutro ou negativo. O cálculo do balanço da Suzano é acumulativo, levando em consideração as emissões e remoções desde o ano base (2020) até o último ano, permitindo um acompanhamento do desempenho ao longo do tempo. Não entram no balanço as emissões de CO2 renovável (biogênicas), que são reportadas à parte.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em 2024, a Suzano realizou a aquisição de duas unidades fabris da empresa denominada Pactiv Evergreen, ocorrendo a efetiva adesão dessas operações em nossas atividades em outubro de 2024. Diante disso, os cálculos de emissões de gases de efeito estufa incorporadas ao nosso inventário foram desenvolvidos de acordo com:

1. Metodologia conforme regras GHG Protocol, incluindo aprimoramentos e as emissões da Suzano Packaging do ano todo, que resultaram em alteração dos números do ano-base 2015, resultados de 2022 a 2024 e atualização do KPI de meta de 2030;

2. Uma separação entre operações preexistentes e novas operações Suzano Packaging.

A metodologia do GHG Protocol e as Diretrizes do IPCC são aplicadas pela Suzano para calcular e apresentar as emissões de GEE de cada uma das subsidiárias durante todo o ano relatado, independentemente do momento da incorporação financeira.

Em relação à esta abordagem, já adotada anteriormente pela Suzano, revisamos os métodos de cálculo do Inventário de GEE seguindo a metodologia do GHG Protocol e da ISO 14.064. Essas alterações culminaram na alteração dos resultados de escopos 1, 2 e 3 no ano base (2015) e nos anos 2022 e 2023, além do resultado de 2024.

Essa revisão foi baseada em melhoria contínua e aprimoramentos metodológicos, como atualização dos índices de GWP referentes ao Quinto Relatório de Avaliação (AR5) do IPCC, aprimoramentos em fatores de emissão de fontes do escopo 1, e ampliação da contabilização das categorias materiais e aplicáveis do escopo 3, passando de 6 para 10 categorias. Dada a representatividade das mudanças acima, foi realizada a revisão do ano base (2015) para os escopos 1 e 2, e a incorporação das emissões das categorias relevantes de escopo 3 também nos anos 2022, 2023 e 2024.

A verificação de terceira parte é realizada para garantir a precisão e confiabilidade dos dados, com base em medições e fatores de emissões que representem a realidade local.

Os resultados do inventário de emissões e remoções de gases do efeito estufa da Companhia podem ser acessados, na íntegra, nos sites: Balanço de carbono (remoções e emissões) e Emissões de gases de efeito estufa (GEE) e Metodologia.

https://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/indicadores/?ind=balanco-remocoes-e-emissoes-remocoese-estoques-de-carbono-63939b4f48b96&filter_tag=temas_materiais

https://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/indicadores/?ind=emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-gee-e-metodologia-6562072b08d71

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade, conforme indicado acima.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG, conforme indicado acima.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que as informações ASG da Companhia são auditadas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que, com relação às informações ASG divulgadas, a Companhia considera os ODS e adota as recomendações relacionadas a questões climáticas emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, conforme indicado acima.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme indicado acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 5 de junho de 2025, a subsidiária da Companhia, Suzano International Holding B.V., celebrou contrato para aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade constituída na Holanda ("Sociedade Alvo"), no contexto de uma operação conjunta com a Kimberly-Clark Corporation ("K-C"). A Sociedade Alvo será titular dos ativos relacionados aos negócios de fabricação, marketing, distribuição e/ou venda de produtos tissue (como papel higiênico, toalhas de papel, guardanapos e lenços de papel), abrangendo as linhas "family care" e "professional business" em diversas regiões, incluindo América do Sul, América Central, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Oceania. Como parte da Operação, determinadas marcas regionais atualmente utilizadas pela K-C em tais regiões serão transferidas para a Sociedade Alvo e certas marcas globais utilizadas atualmente pela K-C serão licenciadas para a Sociedade Alvo por um longo prazo e sem pagamento de royalties. A K-C manterá os demais 49% de participação na Sociedade Alvo. A transação contempla o pagamento à vista de USD 1,734 bilhão (equivalentes a R$ 9.463 bilhões), sujeito a ajustes, e está condicionada à verificação de condições precedentes usuais, com expectativa de fechamento em meados de 2026. A operação inclui ainda a celebração de contrato de joint venture entre as partes e uma opção de compra, pela Suzano, da participação remanescente da K-C, exercível a partir do terceiro aniversário do fechamento.

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária indireta Suzano Packaging LLC, concluiu a aquisição dos estoques e dos ativos imobilizados que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, anteriormente de propriedade da Pactiv Evergreen Inc. A transação foi efetivada após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de US$82.932 (equivalentes a R$452.153).

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária Suzano International Trade Gmbh, concluiu a aquisição de participação minoritária correspondente a 15% (quinze por cento) das ações da Lenzing Aktiengesellschaft ("Lenzing") detidas pelo Grupo B&C ("B&C") ("Operação"). A Companhia liquidou a Operação ao preço de EUR 39,70 por ação, correspondendo a um preço total de EUR 229,9 milhões (equivalente a R$1.436.814). A Transação incluiu: (a) o direito da Companhia de deter dois dos dez assentos no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano em alterar o controle da Lenzing mediante aquisição de uma participação adicional de 15% (quinze por cento) de ações da Lenzing detidas pela B&C como parte de uma oferta pública de aquisição obrigatória a ser realizada pela Suzano para todas as ações da Lenzing de acordo com a Lei de Aquisição de Controle da Áustria e por um preço a ser determinado também de acordo com a mesma Lei. Referido direito poderá ser exercido pela Suzano a partir do dia seguinte ao primeiro aniversário do fechamento da Operação até o final de 2028.

Em 31 de julho de 2024, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária das empresas Timber VII SPE S.A. (CNPJ 23.741.553/0001-09) e Timber XX SPE S.A. (CNPJ 40.157.006/0001-91) ("Companhias Alvo") ("Operação"), sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group, LLC. Em contraprestação às ações das Companhias Alvo e considerando correção e ajustes previstos nos contratos, a Operação foi liquidada ao preço de R$ 2,1 bilhões, sujeito a ajustes não-materiais pós-fechamento para refletir a posição das Companhias Alvo na data de fechamento, no que se refere aos aspectos econômicos e operacionais usuais neste tipo de Operação. As Companhias Alvo eram detentoras de aproximadamente 70.000 hectares de terras no estado do Mato Grosso do Sul, na região de abrangência das operações da Suzano, dos quais 50.000 hectares são úteis, tendo em parte delas plantios de eucalipto em idades variadas.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

No último exercício social, a Companhia passou pelos eventos societários significativos descritos abaixo:

- Em 31 de outubro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2023, da MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. (“MMC”), empresa anteriormente detida pela Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda. e adquirida pela Companhia em 01 de junho de 2023. Tendo em vista que, à época da incorporação, a Companhia era titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da MMC, não foi realizado aumento de capital em decorrência da referida operação. Informações detalhadas a respeito da operação podem ser encontradas na ata e na Proposta da Administração referentes à Assembleia Geral Extraordinária e no Protocolo e Justificação de Incorporação disponíveis nos websites da Companhia (ri.suzano.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).
- Em 25 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia em no valor de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, integralizado mediante a capitalização do saldo da Reserva para Aumento de Capital, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.
- Em 30 de setembro de 2024, a Companhia incorporou as sociedades adquiridas por ela em 31 de julho de 2024, anteriormente sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group, LLC, quais sejam (i) Timber VII SPE S.A. e (ii) Timber XX SPE S.A; e de suas respectivas sociedades investidas (i) Pradaria Agroflorestal Ltda.; e (ii) Cabeceira Agroindustrial Ltda.; e (iii) Frigg Florestal S.A. (“Sociedades Objeto”), com a transferência de todo o patrimônio líquido para a Companhia e a consequente extinção das Sociedades Objeto.

1.13 Acordos de acionistas

Foi celebrado um acordo de acionistas em 19 de dezembro de 2025, tendo como parte os acionistas da Suzano Holding, o qual poderá, em determinadas circunstâncias, alterar a composição do capital social da Companhia. Esse acordo compreende:

(i) Acordo de Acionistas da Suzano Holding, entre David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer e Izabela Henriques Feffer (quando em conjunto, “Grupo Max”) e Pedro Noah Hornett Guper, Ian Baruch Hornett Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper, Janet Guper, Diego Guper Gersgorin, Bianca Terpins Garcia, Lisabeth S. Sander Nina Guper Sander e Julia Guper Sander (quando em conjunto, “Grupo Fanny”), o qual estabelece regras de governança e para reorganização da estrutura de capital da Suzano Holding (“Acordo de Acionistas – SH”); e (ii) Acordo de Acionistas da Companhia, entre a Suzano Holding e os acionistas do Grupo Fanny, o qual estabelece regras de governança e restrições à transferência de ações da Companhia, dentre outras matérias (“Acordo de Acionistas – Companhia”).

O Acordo de Acionistas, pode ser encontrado na página da Companhia na internet (https://ri.suzano.com.br/) bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Em 28 de fevereiro de 2024, conforme anunciado por meio de Fato Relevante, Conselho de Administração deliberou pelo processo de transição da presidência da Companhia. O Sr. Walter Schalka deixou o cargo de Diretor Presidente em 01 de julho de 2024 e foi eleito membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2024. A sucessão foi concluída em 2 de julho de 2025, com a posse do Sr. João Alberto Fernandez de Abreu como novo Presidente da Companhia.

Após sua eleição como membro do Conselho de Administração, o Sr. Walter Schalka passou a integrar, em 9 de maio de 2024, os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, sendo nomeado para os Comitês de Estratégia e Inovação, Sustentabilidade, Gestão e Finanças, e Pessoas.

O Sr. Marcelo Feriozzi Bacci renunciou ao cargo de Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2024. Com a saída do Sr. Marcelo, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a nomeação do Diretor de Planejamento Financeiro e M&A da Companhia, Sr. Marcos Moreno Chagas Assumpção, para a respectiva posição, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2024.

O Sr. Fernando de Lellis Garcia Bertolucci renunciou ao cargo de Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação, com efeitos em 30 março de 2025, mantendo sua contribuição como consultor e membro de comitê de assessoramento da Companhia. Suas posições foram desmembradas e a área de Sustentabilidade passou a liderada pela Sra. Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva que, a partir de de 1º de fevereiro de 2025, assumiu a posição de Vice-Presidência Executiva de Sustentabilidade, Comunicação e Marca.

A partir de fevereiro de 2025, o Sr. Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Junior, Vice-Presidente Executivo de Florestal e Suprimentos, passou a exercer uma nova função na Companhia, focando nas atividades de relacionamento institucional e desenvolvimento de novos negócios na Europa. A Vice-Presidência Executiva Florestal passou a ser liderada pelo Sr. Douglas Seibert Lazaretti, a partir de 01 de fevereiro de 2025.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, uma vez que a Companhia ou suas controladas não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com as atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia para os fins desta seção deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações anuais consolidadas da Companhia, as quais são apresentadas em todo o item 2 do Formulário de Referência, foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia auditadas, as quais também são apresentadas em todo o item 2 do Formulário de Referência, foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 – "Informações Financeiras Intermediárias"). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir das informações financeiras disponibilizadas à CVM. A Companhia informa, ainda, que, exceto de outra forma indicado, as informações contidas na seção 2 do Formulário de Referência foram elaboradas em milhões de reais e os saldos podem divergir devido a arredondamentos utilizados para manter a coerência do documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (https://ri.suzano.com.br/), no da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.br.com.br).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos. A Companhia tem concentrado seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos mais competitivos.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e em 30 de junho de 2024 a Companhia registrou, respectivamente, resultado líquido positivo de R$ 11.360,1 milhões e resultado líquido negativo de R$ 3.545,5 milhões. As variações no resultado em 2025 da Companhia devem-se, principalmente, ao resultado financeiro positivo de R$ 12.121,2 milhões no período de 6 meses findo em 2025 comparado ao resultado financeiro negativo de R$ 14.113,7 milhões no período de 6 meses findo em 2024, substancialmente em virtude do resultado positivo da variação cambial e da elevação da receita líquida.

O EBITDA Ajustado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 foi de R$ 10.953,2 milhões, enquanto no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024 foi de R$ 10.845,8 milhões. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 reflete principalmente: (a) maior volume de vendas; (b) a desvalorização do dólar médio em relação ao real; (c) menor preço médio líquido de celulose em dólar. O EBITDA Ajustado foi calculado considerando o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, subtraídos os ajustes de itens excepcionais, conforme detalhado no item 2.5 do Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia no exercício findo em 30 de junho de 2025 foi de R$ 43.271,3 milhões e em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 32.415,6 milhões. A variação ocorreu principalmente devido à movimentação do período ocasionada pelos Resultados acumulados de R$ 11.431,3 milhões.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de R$ 20.787,5 milhões e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 22.382,3 milhões. Em 30 de junho de 2025, a dívida líquida era de R$70.839,64 milhões (US$ 12.981 milhões) versus R$ 79.053,2 milhões (US$ 12.766 milhões) observados em 31 de dezembro de 2024. O principal fator que explica a diminuição da dívida líquida em moeda nacional é explicado pela variação cambial do período.

No primeiro semestre de 2025 a Companhia aumentou sua dívida líquida em dólar em 2%, encerrando o semestre com alavancagem de 3,1x em dólar, medida pela dívida líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, o índice foi de 2,9x em dólar.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo líquido de R$ 7.044,7 milhões e lucro líquido de R$ 14.106,4 milhões. As variações no resultado em 2024 da Companhia devem-se, principalmente, ao resultado financeiro negativo de R$ 28.802,1 milhões, substancialmente em virtude do resultado negativo de variação cambial não realizada e dos instrumentos financeiros derivativos em suas operações de hedge.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O EBITDA Ajustado no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 23.849,2 milhões, enquanto no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 18.273,0 milhões. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 reflete principalmente: (a) maior volume de vendas; (b) maior preço médio líquido de celulose em dólar; (c) a desvalorização do dólar médio em relação ao real. O EBITDA Ajustado foi calculado considerando o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, subtraídos os ajustes de itens não recorrentes, conforme detalhado no item 2.5 do Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 32.415,5 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 44.810,3 milhões. A variação ocorreu principalmente devido ao prejuízo líquido do exercício de R$ 7.044,7 milhões e a distribuição de juros sobre capital próprio de R$ 2.500,0 milhões, contra as reservas de lucro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de R$ 22.382,3 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 21.613,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida era de R$ 79.053,2 milhões (US$ 12.766 milhões) versus R$ 55.560,5 milhões (US$ 11.476 milhões) observados em 31 de dezembro de 2023. Os principais fatores que explicam o aumento da dívida líquida referem-se (i) variação cambial do período; (ii) CAPEX de expansão; (ii) recompra de ações e distribuição de juros sobre capital próprio; e (iv) os investimentos em florestas as aquisições da participação na Lenzing e dos ativos da Pactiv Evergreen.

Ao longo de 2024 a Companhia aumentou sua dívida líquida em dólar em 11%, encerrando o ano com alavancagem de 2,9x em dólar, medida pela dívida líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, o índice foi de 3,1x em dólar.

b) estrutura de capital

A Diretoria entende que, na data de 30 de junho de 2025, a estrutura de capital da Companhia, conforme descrita e detalhada abaixo, apresenta níveis adequados de alavancagem. A Diretoria acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros da Companhia, visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia, sem depreciação de sua liquidez, e garantindo a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

O percentual do capital composto por capital próprio (Patrimônio Líquido dividido pelo Passivo e Patrimônio Líquido Total) era de 27,1% em 30 de junho de 2025 e 19,5% em 31 de dezembro de 2024.

O percentual do capital composto por capital de terceiros (Passivo Exigível dividido pelo Passivo e Patrimônio Líquido Total) era de 72,9% em 30 de junho de 2025 e 80,5% em 31 de dezembro de 2024.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações.

Historicamente, a Companhia financia suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes: (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

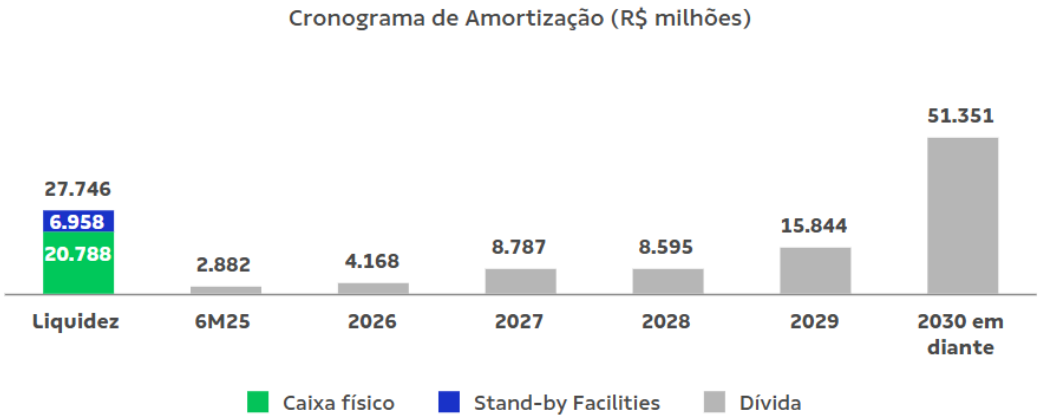
	Consolidado (valores expressos em milhões de reais)			
	30/06/2025	AV-% (1)	31/12/2024	AV-% (1)
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	116.151,6	72,9%	133.520,5	80,5%
Capital próprio (patrimônio líquido)	43.271,3	27,1%	32.415,6	19,5%
Capital Total (terceiros + próprio)	**159.422,9**	**100%**	**165.936,1**	**100%**

Análise vertical (1)

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de "horizonte de liquidez", que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional e os recursos provenientes de financiamentos contratados e não desembolsados, estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos no curto prazo.

O saldo disponível de Caixa em 30 de junho de 2025 é de R$ 27.746 milhões – sendo R$ 20.788 milhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e R$ 6.958 milhões em stand-by facilities, de modo que é capaz de suportar os próximos 3 (três) anos de dívida de longo prazo, que somam, no total, R$ 21.550 milhões.Já o saldo disponível de Caixa em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 30.278 milhões – sendo R$ 22.382 milhões em caixa e R$ 7.895 milhões em stand-by facilities, de modo que é capaz de suportar os próximos 3 (três) anos de dívida de longo prazo, que somam, no total, R$ 30.694 milhões. Abaixo a representação gráfica do cronograma de amortização para o exercício de 2025.



Para os vencimentos acima desses períodos, devemos considerar uma estimativa de geração de caixa operacional. Mais informações sobre a relação de dívida de longo prazo e caixa da Companhia estão demonstradas no item 2.1(f) abaixo.

Pelo exposto, a Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, e, para isso, conta com os recursos existentes, a geração de caixa operacional, o acesso aos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mercados de capitais e de financiamentos a custos competitivos, além de diversas alternativas analisadas pela Companhia sempre que necessário. Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, somado às disponibilidades, são suficientes para atender aos compromissos financeiros contratados.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e médio prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

O financiamento de capital de giro, conforme demostrado no quadro de Financiamentos e Empréstimos no item 2.1(i), foi realizado via operações de financiamento de exportações, que permitem o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial, e por meio de operações de *forfaiting* e descontos de carta de crédito, quando oportuno.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contratou empréstimos de bancos de desenvolvimento e de outras instituições de financiamento direcionadas a projetos que oferecem condições competitivas, incluindo prazos de pagamentos de principal e juros compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia também utilizou, como alternativas de financiamento, as emissões de *Sênior Notes* (*bonds*) de exercícios anteriores a 2024, como colocação de títulos de dívida no mercado internacional e debêntures, e a colocação de títulos de dívida no mercado nacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui alto nível de liquidez e uma geração interna de caixa consistente, que, juntamente com o acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens “2.1.a” e “2.1.b”, são suficientes para equacionar satisfatoriamente seus compromissos de curto e médio prazo.

Se houver eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes com vencimento no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito para capital de giro e para investimentos, sendo essas linhas de créditos tratadas caso a caso.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Indexador	Taxa média anual de juros em 30/06/2025	Vencimentos	Consolidado 30/06/2025	Consolidado 31/12/2024
Imobilizado					
BNDES - FINEM [a][b][c][h]	Taxa fixa/TJLP/TLP/SELIC	12,78%	2025 a 2044	6.100.414	6.080.006
Arrendamento mercantil financeiro USD	US$/SOFR	3,00%	2027 a 2029	334.100	435.553
Arrendamento mercantil financeiro BRL	BRL/CDI	16,22%	2028 a 2029	66.251	75.383
				6.500.765	6.590.942
Capital de giro:					
Financiamentos de exportacão USD [e]	US$/SOFR	5,18%	2025 a 2030	18.457.445	22.520.542
Senior Notes [d]	US$/CNH/Taxa fixa	4,99%	2026 a 2047	45.232.052	53.417.001
Crédito de Produtor Rural [f]	CDI	13,41%	2030 a 2031	5.154.147	2.415.679
Debêntures [f]	CDI/ IPCA	13,69%	2028 a 2038	10.027.080	9.859.547
IFC - International Finance Corporation [g]	US$/ SOFR	5,29%	2029 a 2030	5.130.018	5.846.157
ECA - Export Credit Agency (j)	US$/ SOFR	5,54%	2031 a 2034	687.281	777.879
Ecoinvest	CDI	13,57%	2030	331.647	0
Nota de Crédito Exportação	CDI	16,09%	2030	103.647	0
Outros [i]		-	-	3.073	7.785
				85.126.390	94.844.590
				91.627.155	101.435.532
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				2.881.840	10.501.387
Parcela não circulante				88.745.316	90.934.144

Com relação aos contratos de empréstimos e financiamento relevantes acima descritos, a Diretoria aponta que:

a) Se a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") exceder 6% ao ano, a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros. As transações sujeitas a Taxa de Longo Prazo ("TLP") são compostas pelo IPCA e uma taxa fixa de juros do BNDES.

b) Empréstimos e financiamentos são garantidos, dependendo do contrato, por (i) hipotecas da fábrica; propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária do bem que está sendo financiado; (iv) garantia dos acionistas; e (v) garantia (fiança) bancária.

c) Considera saldo de juros referente aos saldos de créditos não sacados e outras dívidas de coligadas.

d) Em março de 2017, a Suzano Áustria emitiu *Senior Notes* no valor de US$ 300 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e retorno final para os investidores de 7,38% ao ano. Adicionalmente, no último trimestre de 2017, a Suzano por meio de sua subsidiária Suzano Trading, recomprou *Senior Notes* no valor de US$ 456 milhões e, através da Suzano Áustria, reabriu as emissões de *Senior Notes* nos montantes de (i) US$ 200 milhões, com vencimento em 14 de julho de 2026, e juros correspondentes a 4,62% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e (ii) US$ 200 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com juros correspondentes a 6,30% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em setembro de 2018, houve uma nova emissão de *Senior Notes*, no valor de US$ 1,0 bilhão, com juros de 6,00% ao ano e vencimento em 2029. Em novembro de 2018, a Suzano Áustria reabriu a emissão de *Senior Notes* com vencimento em 16 de março de 2047 no montante de US$ 500 milhões, com juros correspondentes a 6,85% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em fevereiro de 2019, a Suzano Áustria reabriu a emissão de setembro de 2018, com taxa de juros fixa de 6,00% a.a., no valor de US$ 750 milhões, com vencimento em 2029. Em maio de 2019, a Suzano Áustria reabriu a emissão de março de 2017 com valor de US$ 250 milhões com vencimento em 2047 e pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e emitiu *Senior Notes* no valor de US$ 1 bilhão com vencimento em janeiro de 2030, pagamento de juros semestrais de 5,00% ao ano. Em setembro de 2020, a Suzano Áustria emitiu *Global Notes* no valor de U$ 750 milhões com vencimento em 2031 e pagamento de juros semestrais de 3,75% ao ano até a partir de 15 de janeiro de 2021, e 4,00% a partir de 16 de julho de 2026. Em novembro de 2020, a Suzano Áustria reabriu a *Global Notes* com vencimento em 2031, emitida dois meses antes, no valor de U$ 500 milhões e as mesmas condições contratuais descritas anteriormente. Em 1 de julho de 2021, a Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no valor de US$1 bilhão com vencimento em 15 de janeiro de 2032, com pagamento de juros semestrais de 3,125% ao ano e retorno final para os investidores de 3,280% ao ano. Em 8 de setembro de 2021, a Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no valor de US$500 milhões com vencimento em 15 de setembro de 2028, com pagamento de juros semestrais de 2,50% ao ano e retorno final para os investidores de 2,70% ao ano. Em 15 de novembro de 2024, a Companhia efetuou a emissão de Panda Bonds na China, no valor de CNY 1.200.000 (equivalentes a US$ 166.000 e R$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

960.891), ao custo fixo de 2,8%a.a. e prazo total de três anos. Os Panda Bonds foram certificados como títulos verdes de acordo com a análise do China Green Bond Standard Committee. A Suzano, voluntariamente, obteve também avaliação de parte independente pela Sustainalytics US Inc. (Second Party Opinion), que assegura que a destinação dos recursos objeto desta operação está aderente aos Green Bond Principles publicados pelo International Capital Markets Association (ICMA).

e) Em junho de 2019, a Companhia, através de suas subsidiárias Fibria Overseas Finance e Suzano International Trade, contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US$ 750 milhões com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre março de 2024 e junho de 2025. Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia, por meio de suas subsidiárias integrais Suzano Pulp and Paper Europe S.A., Suzano Austria GmbH e Fibria Overseas Finance Ltd., celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação sindicalizado no montante de US$ 850 milhões, com pagamentos trimestrais de juros e vencimento em fevereiro de 2026. Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou um empréstimo sindicalizado vinculado à sustentabilidade, no valor de US$1.570 milhões, com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre março de 2015 e março de 2027. Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US$ 620.000 (equivalentes a R$ 3.209.057 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em fevereiro de 2026 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a. Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação (“PPE”) com valor de US$ 780.000 (equivalentes a R$ 3.877.380), com taxa flutuante em SOFR + 1,65% a.a. (acrescendo 0,05% ao ano até o vencimento), com vencimento final em fevereiro de 2029, como parte do processo de rolagem de um PPE parcialmente liquidado na mesma data. Em 17 de maio de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US$100.000 (equivalentes a R$ 511.570) indexado pela taxa fixa de 6% a.a. e com vencimento original em 17 de maio de 2024, para uma nova taxa de 6,46% a.a. com novo vencimento em 19 de maio de 2025. Em 05 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao banco BNP um ACC no valor de US$ 15.000 (equivalentes a R$ 79.262) indexados pela taxa fixa de 6,43% a.a., com vencimento em 09 de junho de 2025. Em 21 de junho de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US$ 35.000 (equivalentes a R$ 190.456) indexado pela taxa fixa de 6,52% a.a. e com vencimento original em 21 de junho de 2024, para uma nova taxa de 6,54% a.a. com novo vencimento em 21 de maio de 2025.

f) Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, no valor de R$ 750.000.000,00, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de 1,20%, com pagamentos semestrais, e pagamento do valor nominal unitário em uma única parcela com vencimento em 15 de setembro de 2028. Em 29 de junho de 2023, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R$ 1.000.000. A debênture é composta por duas partes: (i) montante R$ 500.000 ao custo de IPCA + 6,0188% a.a. e prazo total de sete anos, com vencimento único em 15 de junho de 2030; e (ii) montante R$ 500.000 ao custo de IPCA + 6,2477% a.a. e prazo total de dez anos, com vencimento único em 15 de julho de 2033. Em 18 de setembro de 2023, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R$ 2.000.000, com taxa correspondente a IPCA + 6,1889% a.a. com prazo de 15 anos, com vencimento em 15 de setembro de 2038. Em 7 de junho de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, a 6° emissão de debênture, junto ao banco Bradesco, no valor total de R$ 4.926.631 (principal e juros), como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original da debênture era em junho 2025 e junho de 2026 e a taxa de 112,5% do CDI a.a. Em 29 de maio de 2024, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três series, no valor total de R$ 5.900.000, como parte de uma estratégia de rolagem de dívida. A debênture é composta por três partes: (i) montante R$ 1.000.000 ao custo de CDI + 0,8% a.a. e prazo total de oito anos, com vencimento único em 15 de maio de 2032; (ii) montante R$ 4.000.000 ao custo de CDI + 1,0% a.a. e prazo total de dez anos, com vencimento único em 15 de maio de 2034 e (iii) montante de R$ 900.000 ao custo de IPCA + 6,11% a.a. e prazo total de doze anos, com vencimento único em 15 de maio de 2036

g) Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito (“A&B Loan”) que será financiado pelo IFC e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US$600.000 (equivalentes a R$ 2.891.520). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) “A-loan”, no montante de US$250.000 (equivalentes a R$1.204.800) com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) “B-Loan”, um empréstimo sindicalizado no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

valor de US$350.000 (equivalentes a R$1.686.720) ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Essa linha de crédito foi totalmente utilizada até 30 de junho de 2023. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. No dia 14 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a contração de um valor adicional, denominado como "B-Loan Tranche 2", um empréstimo sindicalizado no valor de US$195.000 (equivalentes a R$953.784) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor ainda não havia sido sacado. Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o saque do montante disponível em linha de crédito junto ao IFC e um sindicato de bancos comerciais, no montante de US$350.000 (equivalente a R$ 2.118.515). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "B-loan - tranche 1", no montante de US$105.000 (equivalentes a R$635.554), ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de cinco anos, com carência de principal de três anos; e (ii) "B-Loan – tranche 2", no valor de US$ 245.000 (equivalentes a R$ 1.482.961) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de seis anos, com carência de principal de quatro anos. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

h) Em 27 de junho de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$500.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 20 de outubro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$539.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$100.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$ 100.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,75% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 27 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$ 65.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,56% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento final em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 26 de agosto de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$ 1.110.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,48% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento final em maio de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 16 de outubro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$32.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,27% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com vencimento final em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 8 de novembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$ 154.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,23% a.a.), mais juros fixos de 1,65% a.a., com vencimento final em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$ 61.000 indexados pela taxa referencial ("TR"), mais juros fixos de 2,24% a.a., com carência de 1 (um) ano e vencimento final em dezembro de 2040. Os recursos foram destinados a projetos de inovação tecnológica. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R$208.981 indexados pela variação cambial do dólar americano em relação ao Real, mais juros fixos de 1,65% a.a., com carência de um ano e meio e vencimento final em dezembro de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

i) Em 9 de agosto de 2023, a Companhia liquidou, de forma antecipada, uma nota de crédito rural e duas notas de crédito de exportação, junto ao banco Safra, no valor total de R$1.615.500 (principal e juros), como parte da estratégia de rolagem de dívida. Os vencimentos originais das dívidas eram em junho e agosto de 2026, e as taxas entre CDI + 0,99% a.a. e CDI + 1,03% a.a. Na mesma data, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra, a captação de uma nota de crédito rural no valor de R$2.000.000 com taxa pós fixada em CDI + 1,25% a.a., com vencimento final em agosto de 2030. Em 28 de março de 2024, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra, a captação de uma cédula de produto rural (CPR) no valor de R$200.000 com taxa pós-fixada de 100% do CDI,, com vencimento final em março de 2025.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

j) Em 30 de abril de 2024, a Companhia efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US$ 125.000 (equivalentes a R$ 646.475) com taxa flutuante de SOFR + 1,74%, com vencimento final em abril de 2031.

Outros Contratos Financeiros

Em fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, a Companhia firmou junto ao Banco Credit Agricole Brasil S.A. contratos para operações de derivativos, no volume total de US$ 716 milhões, com a incidência de juros de, 1,765% a.a. e 2,35% a.a. (em USD) e vencimentos em, fevereiro 2026 e março de 2027.

Em fevereiro 2020, a Companhia firmou junto ao Rabobank contratos para operações de derivativos, no volume total de US$ 56 milhões, com a incidência de juros de 2,59% a.a. (em USD) e vencimento em fevereiro 2026. Em janeiro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R$ 496 milhões, taxa de juros de SOFR + 2,28% e SOFR + 2,29% e vencimento em 2030. Também foram contratadas em setembro de 2024 operações de swap com volume de US$ 100 milhões, taxa de juros 4,61% a.a. (em USD) e 4,93% a.a. (em USD) e vencimentos em 2027 e 2029.

No março de 2020, a Companhia firmou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. contrato para operação de derivativos, no volume total de US$ 50 milhões, com a incidência de juros de 1,76% a.a. (em USD) e vencimento em junho 2025. Em novembro de 2022 foram contratados swaps com volume de R$ 647 milhões e taxa de juros entre 83,7% e 84,1% do CDI com vencimentos em novembro de 2034. Em abril e junho de 2023 foram contratadas operações de swap com volume de R$ 1,15 bilhão, taxa de juros entre 107,59% e 110,70% do CDI e vencimentos em 2030, 2033, 2037 e 2038. Em dezembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R$$ 592 milhões, taxa de juros de 97,45% do CDI, 99,2% do CDI e 100,3% do CDI e vencimentos entre 2043 e 2044.

Em março 2020, a Companhia firmou junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. contratos para operações de derivativos, no volume total de US$ 100 milhões, com a incidência de juros de 1,76% a.a. e 1,785% a.a. (em USD) e vencimentos em junho de 2025. Em maio de 2024 foi contratada operação de swap com volume de R$ 900 milhões, taxa de juros de 99,1% do CDI e vencimento em 2036. Também foram contratadas em maio, setembro e outubro de 2024 operações de swap com volume de US$ 360 milhões, taxa de juros de 4,9% a.a. (em USD), 5,03% a.a. (em USD), 4,61% a.a. (em USD), 4,61% a.a. (em USD) e 99,4% do CDI e vencimentos em 2025, 2027, 2029, 2030 e 2031.

No março de 2020, a Companhia firmou junto ao Bank of America contrato para operação de derivativos, no volume total de US$ 50 milhões, com a incidência de juros de 1,77% a.a. (em USD) e vencimento em junho 2025. No ano de 2023 foram contratados junto ao banco swaps no volume de US$ 100 milhões com juros entre SOFR+2,33% e SOFR+2,34% e vencimentos em setembro 2028. Em janeiro, maio e setembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de US$ 300 milhões, taxa de juros de SOFR + 2,3%, 5,03% a.a. (em USD), 4,97% a.a. (em USD), 4,96% a.a. (em USD) e 100,25% do CDI e vencimento em 2025,2029 e 2030. Também foi contratada em novembro de 2024 operação de swap com volume de CNH$ 1,2 bilhão, taxa de juros entre 4,65% a.a. (em USD) e vencimentos em 2027.

Em março de 2021, a Companhia contratou junto ao Banco J.P. Morgan S.A. swap com volume de US$ 300 milhões com juros de 2,5195% (em USD) com vencimentos em março de 2027. Em agosto de 2023 foi contratado junto ao banco um swap com volume de US$ 151 milhões, com juros de SOFR+1,63% e vencimento em janeiro de 2029. Em janeiro, setembro e outubro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de US$ 275 milhões, taxa de juros de SOFR +2,27%, SOFR + 2,19%, 4,63%, 5,02% e 4,86% e vencimentos em 2027, 2030 e 2031.

No novembro de 2022, a Companhia firmou junto ao Banco XP um contrato para operações de derivativos, no volume total de R$ 250 milhões, com a incidência de juros de 77,95% do CDI e vencimento em maio de 2036. No ano de 2023 foram feitas operações de swap junto ao banco no volume de R$ 1,28 bilhão, com taxa de juros entre 107,39% e 110,25% do CDI com vencimentos em 2030, 2033, 2037 e 2038. Em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R$ 1,7 bilhões, taxa de juros de 86,7% do CDI, 100,37% do CDI, 100,85% do CDI, 101,2% do CDI, 101,4% do CDI e 103,55% do CDI e vencimento em 2028, 2037, 2042 e 2044.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em julho 2023, a Companhia firmou junto ao banco Votorantim um contrato para operação de derivativos, no volume total de R$ 225 milhões, com a incidência de juros de 109,18% do CDI e vencimento em junho 2030.

Em setembro 2023, a Companhia firmou junto ao banco ABC Brasil contratos para operações de derivativos, no volume total de R$ 500 milhões, com a incidência de juros de 107,6% e 107,85% do CDI e vencimento em setembro 2038.

Em setembro de 2023, foram contratadas junto ao Banco Bradesco S.A., um volume de R$ 250 milhões em swaps com juros de 107,48% do CDI com vencimento em setembro de 2038. Em maio e junho de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R$ 5 bilhões, taxa de juros entre 6,20% a.a.(em USD), SOFR 3m + 2,25% e 6,31% (em USD) e vencimentos em 2032 e 2034. Também foram contratadas em setembro de 2024 operações de swap com volume de US$ 200 milhões, taxa de juros entre 5,07% a.a. (em USD) e 5,08% a.a. (em USD) e vencimentos em 2029 e 2030

Em outubro 2023, a Companhia firmou junto ao Banco do Brasil contratos para operações de derivativos, no volume total de R$ 520 milhões, com a incidência de juros entre 6,78% e 6,8% a.a. (em USD) e vencimentos em setembro 2028. Em janeiro e junho de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R$ 2 bilhões, taxa de juros de 5,45% a.a. (em USD), 5,9% a.a. (em USD), 5,92% a.a. (em USD) e 5,95% a.a. (em USD) e vencimento em 2028, 2030 e 2036

Em janeiro de 2024, a Companhia firmou junto ao Macquarie Group contratos para operações de derivativos, no volume total de R$ 621 milhões, com a incidência de juros de SOFR + 2,25%, SOFR + 2,27% e SOFR + 2,29% e vencimento em 2030.

Em janeiro de 2024, a Companhia firmou junto ao banco Societe Generale Brasil S.A contrato para operação de derivativos, no volume total de US$ 52 milhões, com a incidência de juros de SOFR + 2,25% e vencimento em 2030

Em junho de 2024 a Companhia firmou junto ao Banco Morgan Stanley S.A. um swap junto ao banco com volume de US$ 15 milhões com juros de 99,49% do CDI com vencimento em junho de 2025.

Em outubro, novembro e dezembro de 2024 a Companhia firmou junto ao banco Goldman Sachs operações de swap com volume de R$ 854 milhões, taxa de juros de 99,8% do CDI, 100,9% do CDI, 102,1% do CDI, 102,5% do CDI, e vencimento em 2037 e 2044. Também foi contratada em janeiro de 2024 operação de swap com volume de US$ 46 milhões, taxa de juros de SOFR +2,23% e vencimentos em 2028.

Em 22 de janeiro de 2025, a Companhia captou junto ao banco Itaú Unibanco um Adiantamento de contrato de câmbio (“ACC”) no valor de US$10.000 (equivalentes a R$59.175) indexados pela taxa fixa de 6,43% a.a., com vencimento em 19 de janeiro de 2026.

Em 05 de março de 2025, a Companhia captou junto ao Banco do Brasil um ACC no valor de US$10.000 (equivalentes a R$57.950) indexados pela taxa fixa de 5,8% a.a., com vencimento em 02 de março de 2026.

Em 10 de março de 2025, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação (“PPE”) com valor de US$1.200.000 (equivalentes a R$6.951.600), com taxa flutuante em Term SOFR 3 meses + 1,45% a.a. com vencimento final em março de 2031.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um pré-pagamento de exportação (“PPE”) com valor de US$250.000 (equivalentes a R$ 1.418.488), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um pré-pagamento de exportação (“PPE”) como estratégia de renovação de vencimento de dívida, com valor de US$151.000 (equivalentes a R$ 856.552), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030

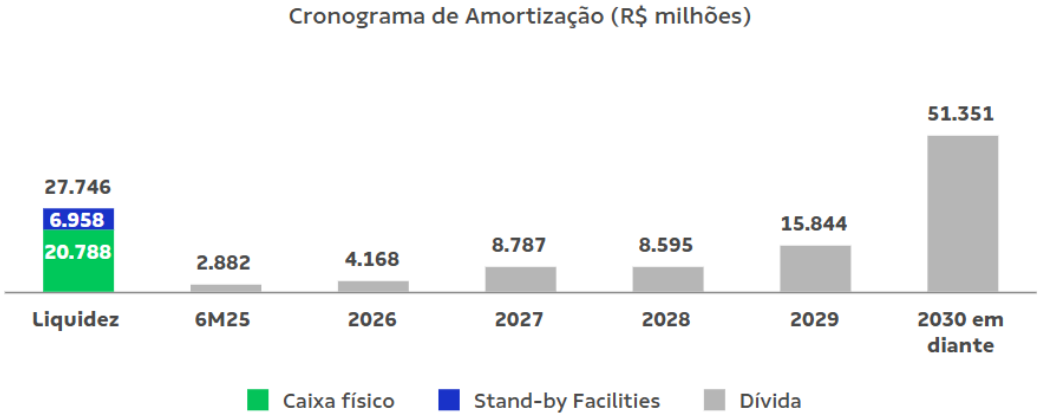
Em 23 de maio de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco Itaú Unibanco, a captação de uma Nota de Crédito Rural (“NCR”) com valor de R$ 3.000.000, indexados pela taxa fixa de 13,54% a.a., com vencimento em 31 de janeiro de 2031.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

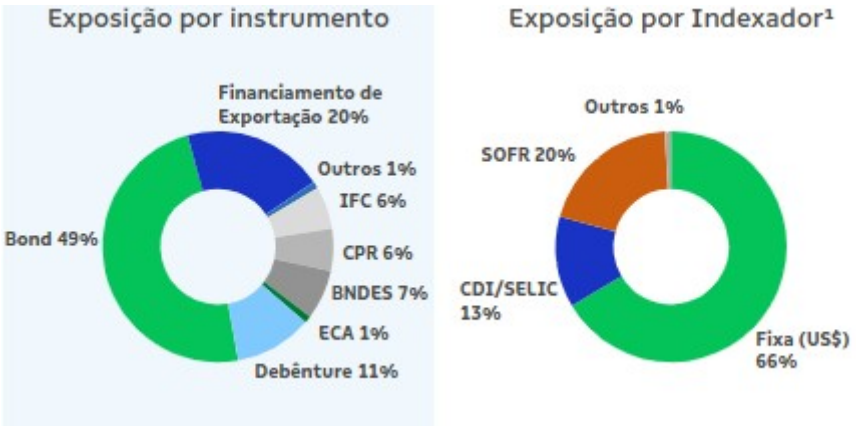
Em 27 de junho de 2025, a Companhia efetuou, através de sua joint venture Veracel, junto ao Banco do Brasil, a captação de um crédito agroindustrial do programa Eco Invest Brasil com valor de R$ 331.278, com taxa 101% do CDI e vencimento em 05 de abril de 2030.

Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 30 de junho de 2025, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores, é apresentado abaixo:



Exposição por Instrumentos e Indicadores em 30 de junho de 2025



[1] Considera a parcela da dívida com swap para taxa fixa em moeda estrangeira. A exposição na dívida original era: Fixa (US$) – 49%, SOFR – 27%, CDI – 10%, Outros (Fixa R$, IPCA, TJLP, outros) – 13%.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Embora não haja outros contratos relacionados a dívida além do descrito acima, a Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para eventuais demandas de capital de giro e financiamento de investimentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o endividamento da Companhia era composto por dívidas com garantia real e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de financiamentos atualmente. Em determinados contratos de financiamentos há cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando, a restrições de alienação de controle. Essas cláusulas dispõem, essencialmente, sobre nível máximo de cessão de recebíveis, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, os quais também estão em conformidade.

Abaixo estão descritos os empréstimos e financiamentos relevantes (acima de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado, as cláusulas de vencimento antecipado cruzado da empresa preveem que a aceleração do vencimento de suas obrigações pode ser acionada pela declaração de vencimento antecipado de dívidas de determinadas empresas do grupo econômico.

- 10 contratos de Bonds, totalizando R$ 45.232 milhões no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025;
- 8 contratos de Pré-Pagamento de Exportação (créditos de exportação), totalizando R$ 18.457 milhões no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025.

A relação acima representa aproximadamente 69% do endividamento bruto da companhia reportado em 30 de junho de 2025.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros com o BNDES, nos quais há certas restrições e obrigações específicas, tais como (i) anuência prévia do BNDES para fusão, cisão, dissolução, incorporação, redução ou fechamento de capital ou a alteração no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia, ou qualquer outro processo de reestruturação societária envolvendo a Companhia; (ii) inclusão do BNDES em acordos societários, contrato social, ou acordo societário de dispositivo que importe em restrição ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Companhia.

A Companhia, no curso normal de suas operações, tem observado todas as disposições contratuais aplicáveis e afirma estar em conformidade com todas as obrigações assumidas em seus contratos financeiros. No exercício social de 2024, nenhum dos credores da Companhia alegou descumprimento de quaisquer *covenants* acima indicados.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 20205, havia 5 (cinco) contratos vigentes com saldos pendentes de desembolso e com limites de utilização. Seguem abaixo os contratos:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Indexador	Taxa de Juros (a.a.)	Vencimento	Desembolsos Realizados		Saldo Disponível	
ECA	Limite de Crédito	US$ 736 milhões	Fixo	4,63%	01/11/2032	-	-	US$ 736 milhões	100%
BNDES	FINEM Inovação 2023	R$ 31 milhões	TR	TR + 2,26%	01/04/2040	R$ 9 milhões	29%	R$ 22 milhões	71%
BNDES	FINEM Inovação 2024	R$ 152 milhões	TR	TR + 2,24%	25/11/2040	R$ 61 milhões	40%	R$ 91 milhões	60%
BNDES	FINEM Florestal 23-24	R$ 2.600 milhões	TLP	IPCA + 1,75%	01/04/2044	R$ 1.591 milhões	61%	R$ 1.009 milhões	39%
BNDES	FINEM Industrial 2024	R$ 625 milhões	Fixo	USD + Sobretaxa Dólar + 1,65%	01/11/2044	R$ 510 milhões	81%	R$ 115 milhões	19%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) alterações significativas itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Análise Comparativa dos Resultados Consolidados

"Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024

Receita Líquida

A receita líquida da Suzano no período de seis meses encerrado em 30 de junho 2025 foi de R$ 24.848,8 milhões, 19% superior à receita líquida registrada ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2024, de R$ 20.952,7 milhões, em função do maior volume de vendas, valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%) e da entrada da nova operação da Suzano Packaging US. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela queda no preço médio líquido da celulose em dólar (-15%).

A receita líquida obtida com as vendas de celulose no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 totalizou R$ 18.899,5 milhões, 14% superior à receita apresentada ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2024, que totalizou R$ 16.594,9 milhões, em função do aumento de 20% no volume de vendas e valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%), parcialmente compensados pela redução de 15% no preço médio líquido em dólar. A receita proveniente da celulose representava 79% do total de receita do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, comparado a 76% do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025.

A receita líquida de celulose proveniente de exportação foi de R$ 17.964,6 no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, 16% superior à exportação de celulose no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, que totalizou R$ 15.544,9, em função do aumento de 22% no volume de vendas e valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%), parcialmente compensados pela redução de 16% no preço médio líquido no mercado externo. A receita líquida de exportação de celulose representou 72,3% da receita líquida total no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025.

O preço líquido médio internacional da celulose realizado da Suzano no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 teve queda de 16%, passando de US$ 662/ton no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, para US$ 554/ton em 2025. No mercado interno, o preço líquido médio da celulose reduziu 6%, passando de US$ 583/ton no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024 para US$ 546/ton no mesmo período em 2025.

A receita líquida obtida com as vendas de papel no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 totalizou R$ 5.949,3 milhões, 37% superior ao mesmo período do ano anterior, que totalizou R$ 4.357,9 milhões em função da nova operação da Suzano Packaging US, valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%) e maior preço médio líquido. A receita líquida do papel representou 21% da receita líquida total no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, comparado a 24% correspondente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025. A receita líquida do papel no mercado externo representou 10% do total de receita líquida no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025. A receita líquida do papel no mercado brasileiro aumentou 5%, de R$ 3.312,0 milhões ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024 para R$ 3.487,8 milhões ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, impactado pelos mesmos fatores mencionados anteriormente.

O preço líquido médio internacional de papel no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 foi de US$ 1.237/ton, 19% superior ao preço no mesmo período em 2024. No mercado interno, o preço médio registrado foi de R$ 7.650/ton no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, 4% acima do preço do mesmo período em 2024.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 totalizou R$ 16.337,3 milhões, 39% superior ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2024, de R$ 11.793,1 milhões. O efeito do CPV foi impactado por: i) maior depreciação, amortização e exaustão (nova fábrica em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ribas do Rio Pardo); ii) maior volume de vendas; iii) valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%); iv) maiores custos logísticos; e v) maior impacto das paradas programadas para manutenção.

Lucro Bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 foi de R$ 8.511,5 milhões, 7% inferior ao lucro bruto do mesmo período em 2024, de R$ 9.159,6 milhões. A margem bruta da Suzano reduziu de 44% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, para 34% no mesmo período em 2025.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas da Suzano totalizaram R$ 1.593,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, 18% superior ao montante registrado no mesmo período de 2024, de R$ 1.353,5 milhões. Este aumento é um reflexo principalmente de: i) nova operação da Suzano Packaging US; ii) maior volume de vendas; iii) valorização do USD médio em relação ao BRL médio (13%); e iv) maior custo com mão de obra.

As despesas gerais e administrativas da Suzano totalizaram R$ 1.321 milhões no período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025, 26% superior ao montante registrado no mesmo período de 2024 de R$ 1.060,7 milhões. A variação pode ser explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal e mão de obra.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial apresentou uma perda de R$ 189,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025. Em comparação com o mesmo período encerrado em 30 de junho de 2024, que obteve uma perda de R$ 3,5 milhões, o aumento da despesa ocorreu em grande parte devido às baixas dos investimentos nas coligadas Spinnova Plc e Woodspin Oy.

Outras Despesas/Receitas Operacionais, líquidas

As outras despesas/receitas operacionais líquidas da Suzano totalizaram R$ 274,1 milhões de despesa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a uma receita de R$ 424,0 milhões no mesmo período de 2024. A variação negativa refere-se basicamente à variação da atualização do valor justo dos ativos biológicos, que em 2025 ficou em R$ 73 milhões negativos em oposição ao efeito positivo de R$ 539 milhões no mesmo período de 2024.

Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro

O resultado operacional antes do resultado financeiro reduziu 28%, saindo de R$ 7.165,9 milhões ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024 para R$ 5.134,2 milhões ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025. Isso deve-se aos fatos mencionados acima. A margem operacional apresentou um resultado de 20,7% ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, uma redução em relação à margem de 34,2% ao final do período encerrado em 30 de junho de 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi positivo em R$ 12.121,2 milhões ao final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, representando uma variação positiva de R$ 26.234,9 milhões em comparação ao resultado negativo de R$ 14.113,7 do período ao final de 30 de junho de 2024. Essa variação ocorreu em grande parte devido à variação cambial e monetária (delta de R$ 16.379,7 milhões) e ao resultado de operações com derivativos (delta de R$ 10.877,4 milhões).

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR)

O resultado antes do imposto de renda e contribuição social aumentou, saindo de um resultado negativo de R$ 6.947,9 milhões no período de seis meses em 30 de junho de 2024 para um resultado positivo de R$ 17.255,4 milhões no mesmo período em 30 de junho de 2024. Esse resultado foi impactado pelo fatores explicados anteriormente, com destaque para a variação do resultado financeiro, conforme citado acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social da Suzano no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 gerou uma despesa de R$ 5.895,2 milhões, comparado com um uma receita de R$ 3.402,4 milhões no mesmo período de 2024.

A redução no imposto corrente, em relação ao ano anterior, está associada ao expurgo dos efeitos dos ganhos com variações cambiais e operações com derivativos, uma vez que o efeito fiscal é reconhecido apenas na liquidação financeira (efeito caixa).

Como consequência, em 2025, a companhia registrou um aumento na despesa com imposto diferido, refletindo o reconhecimento destes passivos fiscais que serão tributados futuramente.

Resultado Líquido

Devido aos motivos acima, a Suzano registrou resultado líquido positivo de R$ 11.360,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, em comparação a um resultado líquido negativo de R$ 3.545,5 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

Análise Comparativa das Demonstrações de Fluxo de Caixa – exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Receita Líquida

A receita líquida da Suzano no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2024 foi de R$ 47.403,3 milhões, 19% superior à receita líquida registrada ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, de R$ 39.755,6 milhões, resultado impactado principalmente por maior preço líquido da celulose e volume de vendas durante o ano.

A receita líquida obtida com as vendas de celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$ 37.593,5 milhões, 23% superior à receita apresentada ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, que totalizou R$ 30.677,3 milhões, em função da valorização do USD médio em relação ao BRL médio (8%), aumento de 6% no volume de vendas e elevação de 7% no preço líquido em dólar. A receita proveniente da celulose representava 77,2% do total de receita do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 79,3% do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A receita líquida de celulose proveniente de exportação foi de R$ 35.298,2 no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 24% superior à exportação de celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, que totalizou R$ 28.533,1, em função do aumento de 7% no preço médio líquido em dólar e 6% no volume de vendas. A receita líquida de exportação de celulose representou 74,5% da receita líquida total no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O preço líquido médio internacional da celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 aumentou 7,3%, passando de US$ 600/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, para US$ 644/ton em 2024. No mercado interno, o preço líquido médio da celulose reduziu 0,2%, passando de US$ 613/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para US$ 611/ton no mesmo período em 2024.

A receita líquida obtida com as vendas de papel no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$ 9.809,8 milhões, 8% superior ao mesmo período do ano anterior em função de maiores volumes de venda. A receita líquida do papel representou 22,8% da receita líquida total no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 20,7% correspondente ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. A receita líquida de exportação do papel representou 5,3% do total de receita líquida no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. A receita líquida do papel no mercado brasileiro aumentou 8,3%, de R$ 6.719,1 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 7.278,5 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, impactado pelos aumentos de volume.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O preço líquido médio internacional de papel no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de US$ 1.086/ton, 15% inferior ao preço no mesmo período em 2023. No mercado interno, o preço médio registrado foi de R$ 7.254/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 0,3% abaixo do preço do mesmo período em 2023.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$27.402 milhões, 9% superior ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, de R$ 25.077 milhões. O efeito do CPV foi impactado positivamente por menores custos de madeira e commodities (principalmente brent e soda), mas compensado por maiores volumes, custos fixos, depreciação, amortização e exaustão, seguindo o ramp-up da nossa nova fábrica em Ribas do Rio Pardo (Projeto Cerrado).

Lucro Bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 20.002 milhões, 36% superior ao lucro bruto do mesmo período em 2023, de R$ 14.679 milhões. A margem bruta da Suzano aumentou de 36,9% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, para 42,2% no mesmo período em 2024, principalmente devido ao maior preço de celulose e maiores volumes de venda, conforme explicado anteriormente.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas da Suzano totalizaram R$ 2.939 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 13% superior ao montante registrado no mesmo período de 2023, de R$ 2.596 milhões. Este aumento é um reflexo do maior volume de vendas em 2024 e à incorporação do negócio de tissue da Kimberly Clark no Brasil, que ocorreu no segundo semestre de 2023 comparado o ano de 2024 inteiro.

As despesas gerais e administrativas da Suzano totalizaram R$ 2.620 milhões no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024, 36% superior ao montante registrado no mesmo período de 2023 de R$ 1.923 milhão. A variação pode ser explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal.

Resultado de coligadas e joint ventures

O resultado de controladas e joint ventures apresentou uma perda de R$ 13,8 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em comparação com o mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023, que obteve uma perda de R$ 19,4 milhões, o aumento aconteceu devido a melhores resultados de algumas empresas, com ganhos de (i) R$ 5,5 milhões na Ensyn Corporation, (ii) R$ 2,0 milhões na Ibema Companhia Brasileira de Papel, (iii) R$ 0,4 milhão na Spinnova Plc, e (iv) R$ 0,3 milhão na Woodspin Oy. Em contrapartida, tivemos R$ 2,7 milhões a menos de resultado na Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda.

Outras Despesas/Receitas Operacionais

As outras despesas/receitas operacionais líquidas da Suzano totalizaram R$ 1.262 milhões de receita no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a uma receita de R$ 2.076 milhões no mesmo período de 2023. A variação negativa refere-se principalmente ao menor ajuste decorrente da atualização do valor justo dos ativos biológicos, que ocorre no segundo e quarto trimestre de cada ano.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou 28%, saindo de R$ 12.216 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 15.691 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. Isso deve-se aos fatos mencionados acima. A margem operacional apresentou um resultado de 33,1% ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento diante da margem de 30,7% ao final do mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 28.802 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R$ 34.583 milhões diante do resultado positivo de R$ 5.781 do mesmo período ao final de 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu em grande parte devido à variação cambial e monetária, representando R$ 18.973 milhões da variação total. No resultado de derivativos, o impacto negativo comparado ao ano anterior foi de R$ 14.639 milhões.

Lucro antes do Imposto de Renda (LAIR)

O lucro antes do imposto de renda reduziu, saindo de um ganho de R$ 17.997 milhões no período de doze meses em 31 de dezembro de 2023 para uma perda de R$ 13.111 milhões no mesmo período em 31 de dezembro de 2024. Esse resultado foi impactado pelo resultado financeiro, conforme citado acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social da Suzano no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi positivo em R$ 6.066 milhões, comparado com um valor negativo de R$ 3.891 milhões no mesmo período de 2023.

A redução do imposto corrente deveu-se principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas cambiais e derivativos, temporariamente não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, uma vez que o efeito fiscal é realizado apenas na liquidação financeira.

Por outro lado, houve aumento do imposto corrente de 2023 para 2024 impulsionado principalmente pela maior lucratividade consolidada e pelo impacto das mudanças nas regras de preços de transferência do Brasil, que levaram a uma maior alocação de lucro tributável no país, sujeito a uma alíquota nominal de 34%.

Resultado Líquido

Devido aos motivos acima, a Suzano registrou lucro líquido negativo de R$ 7.045 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a um lucro líquido positivo de R$ 14.106 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

Análise Comparativa dos Fluxos de Caixa Consolidados Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024

	Consolidado (valores expressos em milhões de reais) Em 30 de junho de	
	30/06/2025	**30/06/2024**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.758,3	9.122,7
Caixa aplicado das atividades de investimentos	(1.532,7)	(9.587,1)
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(3.511,5)	(931,3)
Efeitos de variação cambial em caixa e quivalentes de caixa	(449,3)	296,3
Acréscimo (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa	**3.264,8**	**(1.099,4)**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise Comparativa dos Fluxos de Caixa Consolidados Períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Consolidado (valores expressos em milhões de reais) Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa gerado pelas atividades operacionais	20.604,4	17.315,5
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.512,7)	(26.035,3)
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(83,7)	7.798,8
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	665,0	(239,1)
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	**673,0**	**(1.160,1)**

Análise Comparativa das Demonstrações de Fluxo de Caixa – período findo em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024.

Atividades Operacionais

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R$8.758,3 milhões no período findo em 30 de junho de 2025. Essa geração de caixa está fortemente associada ao lucro bruto de R$8.511,5 milhões. Esse desempenho negativo decorre principalmente por conta do aumento de 39% no custo do produto vendido.

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R$9.122,7 milhões no período findo em 30 de junho de 2024. Essa geração de caixa está fortemente associada ao lucro bruto de R$9.159,6 milhões, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior. Esse desempenho positivo foi impulsionado por um crescimento de 3% na receita líquida, acompanhado de uma redução moderada de 3% no custo do produto vendido.

Atividades de Investimento

No período findo em 30 de junho de 2025, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R$1.532,7 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R$2.618,4 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R$3.642,4 milhões e resgate de R$4.794,8 milhões das aplicações financeiras.

No período findo em 30 de junho de 2024, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R$9.587,1 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R$5.025,2 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R$3.459,2 milhões e aplicações financeiras no montante de R$895,0 milhões.

Atividades de Financiamento

No período findo em 30 de junho de 2025, foram consumidos R$3.511,5 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos.

A utilização de caixa contemplou R$ 8,7 bilhões de pré pagamento exportação, R$ 2,13 bilhões Eurobonds e R$1,1 bilhão Sindicalizados e R$2.208,2 milhões de pagamento de dividendos e JCP. Esse efeito foi compensado pelo o recebimento de pela captação de empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R$13.338,1 milhões que consistiam, principalmente, por R$7.050 milhões de Pré-Pagamento de Exportação e R$ 3 bilhões Nota de Crédito Rural.

No período findo em 30 de junho de 2024, foram consumidos R$931,3milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos. A utilização de caixa contemplou R$4,7 bilhões em debêntures, R$3,3 bilhões de Sindicalizados e R$1.318,4 milhões de pagamento de dividendos. Esse efeito foi compensado pelo o recebimento de R$5,9 bilhões em debêntures, R$3,8 bilhões de Sindicalizados e R$1.318,4 milhões de pagamento de dividendos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise Comparativa das Demonstrações de Fluxo de Caixa – exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Atividades Operacionais

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R$ 20.604,4 milhões no exercício social encerrado em 2024. Essa geração de caixa está fortemente associada ao lucro bruto de R$ 20.001,7 milhões, o que representa um aumento de 36% em relação ao ano anterior. Esse desempenho positivo foi impulsionado por um crescimento de 19,2% na receita líquida, acompanhado de um aumento mais moderado de 9,2% no custo do produto vendido.

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R$ 17.315,5 milhões no exercício social encerrado em 2023. Essa geração está associada, principalmente, a um lucro líquido de R$ 14.106,4 milhões, com efeito de variações cambiais e monetárias de R$ 3.087,7 milhões, que influenciou significativamente os empréstimos, financiamentos e debêntures, ganhos com derivativos, líquidos de R$ 5.526,7 milhões e diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 3.495,4 milhões, em decorrência da oscilação da taxa de R$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 na comparação com R$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023.

Atividades de Investimento

No exercício de 2024, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R$ 20.512,7 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R$ 9.190,6 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R$ 7.180,4 milhões, pela aquisição de participação societária (Timber) no montante de R$ 2.143,8 milhões, pela aquisição de participação societária na Lenzing no montante de R$ 1.436,8 e pela aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc. no montante de R$ 452,1 milhões.

No exercício de 2023, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R$ 26.035,3 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R$ 11.674,2 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R$ 5.777,9 milhões, consumo de R$ 5.296,4 milhões das aplicações financeiras, líquidas, pagamento da 2ª parcela da aquisição de participação societária (Parkia) no montante de R$ 1.615,1 milhões e pela aquisição de negócio de tissue no Brasil no montante de R$ 1.072,7 milhões.

Atividades de Financiamento

No exercício de 2024, foram consumidos R$83,7 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos. A utilização de caixa contemplou R$ 2.806,8 milhões de recompra de ações, as liquidações nos montantes de R$ 9.410,8 milhões de empréstimos, financiamento e debêntures, R$ 1.325,4 milhões de contratos de arrendamento, pelo pagamento de R$ 550,6 milhões de operações com derivativo e pela distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 1.624,6. Esse efeito foi compensado pelo o recebimento de pela captação de empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R$ 15.692,9 milhões que consistiam, principalmente, por R$ 5.900,0 em debêntures simples, US$ 780 milhões (equivalentes a R$ 3.877,4 milhões) de captação de um pré-pagamento de exportação, US$ 350 milhões (equivalentes a R$ 2.118,5 milhões) junto ao International Finance Corporation e CNY 1.200,0 milhões (equivalentes a US$ 166,0 milhões e R$ 960,9 milhões) de um Panda Bond Chinês.

No exercício de 2023, foram gerados R$ 7.798,9 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos. A geração de caixa contemplou R$ 880,9 milhões de recompra de ações, as liquidações nos montantes de R$ 4.296,4 milhões de empréstimos, financiamento e debêntures, R$ 1.218,4 milhões de contratos de arrendamento. Esse efeito foi compensado pelo o recebimento de R$ 3.559,3 milhões de operações com derivativo, e pela captação de empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R$ 10.944,8 milhões que consistiam, principalmente, por US$ 600 milhões (equivalentes a R$ 2.891,5 milhões) junto ao International Finance Corporation (“IFC”), R$ 1.239,0 milhões junto ao BNDES e R$ 2.000,0 milhões junto ao Banco Safra.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise (i) dos componentes importantes da receita, e (ii) dos principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, que em ambos os casos são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item "2.2.b".

Vendas de Celulose

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 76,1% e 79,2% da sua receita líquida total. O volume de exportações representou 95,0% e 92,9% do volume total vendido de celulose nesses mesmos períodos. O volume de vendas para exportação foi de 5,6 milhões e 4,6 milhões de toneladas nos seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente.

Vendas totais de celulose	Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de	
	2025	**2024**
Volume de vendas no mercado interno	294	351
Volume de vendas no mercado externo	5.625	4.595
Volume total de vendas	**5.919**	**4.945**
Vendas no mercado interno	935	1.050
Vendas no mercado externo	17.965	15.545
Receita líquida total	**18.900**	**16.595**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 79,3% e 77,2% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 93,9% e 93,0% do volume total vendido de celulose nesses mesmos períodos. O volume de vendas para exportação foi de 10,2 milhões e 9,5 milhões de toneladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Vendas totais de celulose	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	**2023**
Volume de vendas no mercado interno	697	700
Volume de vendas no mercado externo	10.168	9.515
Volume total de vendas	**10.865**	**10.215**
Vendas no mercado interno	2.295	2.144
Vendas no mercado externo	35.298	28.533
Receita líquida total	**37.594**	**30.677**

Destino das Vendas de Celulose

A Companhia busca comercializar sua produção com foco voltado em rentabilidade. Para isto, a alocação das vendas prioriza os mercados e clientes mais rentáveis, dentro da margem permitida pela política comercial.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Receita de Celulose por Região[1]	**2025**	**2024**
Europa	30%	35%
Ásia	47%	39%
Brasil	5%	6%
América do Norte	16%	18%
América do Sul / Central	2%	2%

(1) Dados disponibilizados semestralmente pela Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Receita de Celulose por Região[1]	**2024**	**2023**
Europa	32%	28%
Ásia	42%	44%
Brasil	6%	7%
América do Norte	18%	19%
América do Sul / Central	2%	2%

(2) Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Ainda em linha com nossa política comercial, buscamos o equilíbrio nas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel. Destaque para o segmento de papéis para fins sanitários que em 2024 permaneceu com significativa participação em nosso *mix* de vendas, sendo o principal segmento atendido pela Suzano.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Vendas de celulose por segmento[1]	**2025**	**2024**
Fins Sanitários	62%	63%
Imprimir & Escrever	16%	15%
Especialidades	15%	15%
Outros	7%	7%

(1) Dados disponibilizados semestralmente pela Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Vendas de celulose por segmento[1]	**2025**	**2024**
Fins Sanitários	62%	63%
Imprimir & Escrever	16%	15%
Especialidades	15%	15%
Outros	7%	7%

(1) Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Preço de Celulose

O preço médio líquido em dólares da venda de celulose da Suzano (mercado interno e externo) foi de US$ 554/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a US$ 657/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

A queda no preço médio líquido de venda de celulose em 6M25 *vs*. 6M24 foi explicada pelo comportamento dos preços internacionais da celulose. O preço líquido médio total de celulose (mercado interno e externo) em

2.2 Resultados operacional e financeiro

Reais foi de R$ 3.198/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a R$ 3.347/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, 5% acima do preço atingido em 2025, resultado dos maiores preços médios em dólar no mercado de celulose.

O preço médio líquido em dólares da venda de celulose da Suzano (mercado interno e externo) foi de US$ 642/tonelada no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a US$ 601/tonelada no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O aumento no preço médio líquido de venda de celulose em 2024 vs. 2023 foi explicada pelo comportamento dos preços internacionais da celulose. O preço líquido médio total de celulose (mercado interno e externo) em Reais foi de R$ 3.460/tonelada em 2024, 15% acima do preço atingido em 2023, resultado dos maiores preços médios em dólar no mercado de celulose.

Vendas de Papel

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 4% em 2024 na comparação com 2023.

As vendas de papel da Suzano no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 801 mil toneladas, crescimento de 19% em relação ao volume vendido no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024. O aumento das vendas no mercado externo se deu pela inclusão dos volumes da Suzano Packaging, além de também se registrar aumento das exportações do Brasil no mesmo período de comparação.

Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, o volume de vendas de papel da Companhia destinado ao mercado externo foi, respectivamente 30,6% e 43,1% do volume total de papel.

Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente 23,9% e 20,8% da sua receita líquida total.

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 4% em 2024 na comparação com 2023.

As vendas de papel da Suzano em 2024, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.436 mil toneladas, crescimento de 11% em relação ao volume vendido em 2023. As vendas de papel de Imprimir & Escrever tiveram crescimento, impulsionado pelas vendas de papéis revestidos, destinado à eleição municipal no Brasil, bem como uma performance estável da linha de papéis não revestidos. Além disso, o volume de papelcartão também foi impactado positivamente por movimentos de recomposição de estoques e o bom desempenho da economia brasileira; bem como pela aquisição ao final do ano das operações da Pactiv Evergreen nos Estados Unidos. O segmento de papéis sanitários também teve desempenho positivo, majoritariamente beneficiado pelo volume advindo da aquisição dos ativos de tissue da KC no Brasil em meados de 2023.

Nos anos de 2024 e 2023, o volume de vendas de papel da Companhia destinado ao mercado externo foi, respectivamente 30,1% e 28,5% do volume total de papel.

Nos exercícios sociais encerrados em 2024 e 2023, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente 20,7% e 22,8%% da sua receita operacional líquida total.

Destino das Vendas de Papel

O volume vendido no mercado doméstico alcançou 456 mil toneladas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, em comparação com 448 mil toneladas no mesmo período em 2024. Os volumes vendidos no mercado externo atingiram 345 mil toneladas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025 e 197 mil toneladas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Receita de Papel por Região[1]	2025	2024
Brasil	59%	76%
América do Sul / Central	9%	13%
América do Norte	29%	5%
Europa	3%	4%
Outros	1%	2%

(1) Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

O volume vendido no mercado doméstico alcançou 1.003 mil toneladas em 2024, em comparação com 924 mil toneladas em 2023. Os volumes vendidos no mercado externo atingiram 432 mil toneladas em 2024 e 368 mil toneladas em 2023.

A composição de receita de vendas de papel por região está apresentada na tabela abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Receita de Papel por Região[1]	2025	2024
Brasil	74%	74%
América do Sul / Central	12%	16%
América do Norte	9%	5%
Europa	4%	3%
Outros	1%	2%

(1) Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Preço de Papel

O preço líquido médio de papel (mercado interno e externo) em Reais foi de R$ 7.391/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a R$ 6.354/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

No mercado interno, o preço líquido médio de papel foi de R$ 7.650/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a R$ 7.399/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024. O preço líquido médio no mercado externo diminuiu para US$ 7.132/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, comparado a US$ 5.309/tonelada no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

O preço líquido médio de papel (mercado interno e externo) em Reais foi de R$ 6.832/tonelada em 2024, comparado a R$ 7.030/tonelada em 2023.

No mercado interno, o preço líquido médio de papel foi de R$ 7.254/tonelada em 2024, comparado a R$ 7.275/tonelada em 2023. O preço líquido médio no mercado externo diminuiu para US$ 1.086/tonelada em 2024, comparado a US$ 1.284/tonelada em 2023.

Papel para Imprimir e Escrever

Nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente, a Companhia vendeu 424,6 e 436,8 mil toneladas de papel para imprimir e escrever.

Em 2024 e 2023, de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado interno, de 47,2% e 46,7%. Já nas exportações brasileiras (ii), a participação da Companhia foi de 37,2% e 40,3%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas às suas participações em tais mercados, para os períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever	**2025**	**2024**
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	260	258
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	164	179
Volume total de vendas (Suzano)	**424**	**437**
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	583	544
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	432	492
Volume total de vendas (Brasil)	**1015**	**1036**
% em relação às vendas no mercado interno	44,6%	47,4%
% em relação às vendas no mercado externo	38,0%	36,4%
% em relação às vendas totais	**41,8%**	**42,2%**
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	583	544
Volume de importados	74	73
Volume total do Mercado Brasileiro	**657**	**617**

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 2024 e 2023, respectivamente, a Companhia vendeu 941,1 e 926,4 mil toneladas de papel para imprimir e escrever.

Em 2024 e 2023, de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado interno, de 47,2% e 46,7%. Já nas exportações brasileiras (ii), a participação da Companhia foi de 37,2% e 40,3%.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas às suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever	**2024**	**2023**
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	601	580
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	340	346
Volume total de vendas (Suzano)	**941**	**926**
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	1.274	1.242
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	913	858
Volume total de vendas (Brasil)	**2.187**	**2.100**
% em relação às vendas no mercado interno	47,2%	46,7%
% em relação às vendas no mercado externo	37,2%	40,3%
% em relação às vendas totais	**43,0%**	**44,1%**
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	1.274	1.242
Volume de importados	147	135
Volume total do Mercado Brasileiro	**1.421**	**1.377**

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Papel cartão

Nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente, a Companhia vendeu 251,1 e 85,5 mil toneladas de papel cartão, das quais 71,4 e 68,3 mil toneladas foram vendidas no mercado interno, ao passo que 179,7 e 17,2 mil toneladas foram vendidos no mercado externo.

Neste segmento, de acordo com a Associação Brasileira de Árvores (Ibá), a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros no mercado interno foi de 24,0% e 24,4% em 2024 e 2023, respectivamente. Adicionalmente, suas exportações de papel cartão representaram 24,8% e 26,8% do volume total exportado pelos produtores brasileiros em 2024 e 2023 respectivamente.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papel cartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, respectivamente.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Vendas Totais de Papel cartão	**2025**	**2024**
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	71	68
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	14	17
Volume total de vendas (Suzano)	**85**	**85**
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	289	303
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	68	67
Volume total de vendas (Brasil)	**357**	**370**
% em relação às vendas no mercado interno	24,6%	22,4%
% em relação às vendas no mercado externo	20,6%	25,4%
% em relação às vendas totais	**24%**	**23%**
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	289	303
Volume de importados	71	73
Volume total do Mercado Brasileiro	**360**	**376**

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

Vale mencionar que, desde outubro de 2024, com a aquisição dos ativos de Pine Bluff e Waynesville (EUA) da Pactiv Evergreen também produzimos papelcartão destinado para embalagens do setor alimentício nos EUA. A maior parte desse volume é destinada ao mercado local.

Nos exercícios fiscais findos em 2024 e 2023, respectivamente, a Companhia vendeu 185,9 e 166,5 mil toneladas de papel cartão, das quais 153,4 e 145,0 mil toneladas foram vendidas no mercado interno, ao passo que 32,5 e 21,4 mil toneladas foram vendidos no mercado externo.

Neste segmento, de acordo com a Associação Brasileira de Árvores (Ibá), a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros no mercado interno foi de 24,0% e 24,4% em 2024 e 2023, respectivamente. Adicionalmente, suas exportações de papel cartão representaram 24,8% e 26,8% do volume total exportado pelos produtores brasileiros em 2024 e 2023 respectivamente.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papel cartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
Vendas Totais de Papel cartão	**2024**	**2023**
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	153	145
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	33	21
Volume total de vendas (Suzano)	**186**	**166**
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	637	595
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	133	80
Volume total de vendas (Brasil)	**770**	**675**
% em relação às vendas no mercado interno	24,0%	24,4%
% em relação às vendas no mercado externo	24,8%	26,8%
% em relação às vendas totais	**24%**	**24,7%**
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	637	595
Volume de importados	145	123
Volume total do Mercado Brasileiro	**782**	**718**

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes, modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise dos principais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, que afetam os resultados da Companhia.

Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 79% e 76% da sua receita operacional líquida total. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 79% e 77% da sua receita operacional líquida total, respectivamente. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. A receita de vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação na receita total de papel da Companhia de 68% e 91%, respectivamente, nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024. Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. A receita de vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação na receita total de papel da Companhia de 86% e 90%, respectivamente, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Volatilidade dos preços internacionais

Nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 76% e 79% da sua receita líquida total. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. A receita de vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação na receita líquida total de papel da Companhia de 68% e 91%, respectivamente, nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia acredita que as oscilações cíclicas dos preços de papel e celulose tendem a ser mais atenuadas em relação ao histórico devido, principalmente: (i) ao fluxo de informações *on-line*, com a disseminação mais rápida de notícias que afetam os preços; (ii) pandemias, bem como epidemias regionais ou globais, como a COVID-19; e (iii) aos produtores mais eficientes que substituem aqueles com maior custo marginal. No entanto, a Companhia acredita que certa volatilidade dos preços ainda persiste, devido a vários fatores, inclusive: (i) similaridades entre os produtos; (ii) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar Norte-Americano, Renminbi e Real; e (iii) condições geopolíticas e econômicas mundiais e nas diferentes regiões, como a guerra na Ucrânia e o conflito Israel x Palestina.

Por fim, temos relacionamentos de vendas de longo prazo com grande parte de nossos clientes de celulose e de papel nos mercados domésticos e de exportação. Esses contratos preveem em geral a venda de nossa celulose de mercado por preços anunciados pela companhia a cada mês. Esses preços poderão variar entre as diferentes áreas geográficas onde nossos clientes estão localizados. Os acordos de preços nos termos de nossos contratos de longo prazo são, em geral, consistentes com os preços de nossas outras vendas dentro da mesma região e seguem a tabela de preços de BEKP estabelecida, anunciada pelos principais produtores de celulose do mundo.

Variação cambial entre o Real e o Dólar Norte-Americano, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, tais como relatados em suas demonstrações contábeis, são significativamente afetados pela variação do Real frente ao Dólar Norte-Americano e, em menor grau, pela taxa de inflação brasileira, taxa de juros e pela taxa de crescimento da economia brasileira.

Volatilidade do Real frente ao Dólar Norte-Americano

A variação da cotação do Real frente ao Dólar Norte-Americano resulta em diversos efeitos na condição financeira consolidada da Companhia e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Companhia, é direta e imediatamente afetada pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano. Nos períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 79,2% e 82,2% das receitas líquidas de vendas da Companhia. Já nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 79,8% e 77,7% das receitas líquidas de vendas da Companhia. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares Norte-Americano, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas, quando expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda destes.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes externos, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures consolidados de curto e longo prazo da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R$ 69.844 milhões ou, aproximadamente, 76% do endividamento bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante) da Companhia em 30 de junho de 2025. Já a parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R$ 83.005 milhões ou, aproximadamente, 82% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar Norte- Americano e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, na sua maioria, são incorridos em Reais, tendendo a refletir os efeitos da inflação. Existem algumas exceções que são denominadas em Dólares Norte-Americano, tais como as compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima.

Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- Variações da taxa SOFR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares Norte-Americano; e
- Variações na TJLP, TLP ou CDI, no que concerne a financiamentos e aplicações denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares Norte-Americano da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Taxa de Crescimento da Economia

Os resultados da Companhia tendem a ser diretamente impactados pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influência, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme já apresentado no item “2.2.b”, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e os resultados da Companhia.

Dessa forma, a Companhia adota política de gestão de riscos financeiros para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não, aos quais os valores dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Companhia.

Por exemplo, geralmente no caso de uma depreciação do Real, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e

2.2 Resultados operacional e financeiro

permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares Norte-Americano.

Assim, a captação de financiamentos e a prática de *hedge* cambial da dívida da Companhia são norteadas pelo fato de que cerca de 80% da receita líquida da Companhia é proveniente de exportações com preços em Dólares Norte-Americano, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Essa exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares Norte-Americano e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção do fluxo futuro do excedente de receita em Dólares, são contratadas operações de derivativos para fins de *hedge* através de: (i) venda de Dólares Norte-Americano nos mercados futuros (*Non-Deliverable Forward*), e/ou (ii) posições em instrumentos que consistem na combinação simultânea de compra de opções de venda (*Put*) e venda de opções de compra (*Call*) de Dólares Norte-Americano, com mesmo valor de principal e vencimento, criando um piso e um teto para a cotação do dólar. Estes instrumentos são denominados *Zero Cost Collars*. As operações de *hedge* realizadas nos mercados futuros devem respeitar os limites estabelecidos em política, com um percentual máximo de até 75%, e um percentual mínimo de pelo menos 40% do excedente de divisas em um horizonte de até 24 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. Especificamente para o projeto Cerrado, foi definida, em 2021, nova política de *hedge*, com limite de valor total a ser protegido de até US$ 1,0 bilhão pelo horizonte de tempo de até 36 meses, e em 2022 foi aprovado o aumento desse mesmo limite para US$ 1,5 bilhão. Ainda no âmbito do projeto Cerrado, a Companhia adotou a contratação de NDF para proteção de custos em euros. O programa foi encerrado com o término dos 36 meses e conclusão do projeto Cerrado.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros e contratos para fixar parte da exposição a combustível marítimo (derivado do petróleo), com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Apresentamos a seguir os comentários da nossa Diretoria referente a mudanças significativas nas políticas contábeis e os seus impactos nas demonstrações financeiras.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia adotou novas políticas contábeis na preparação das suas demonstrações financeiras, relativo ao item a.1 abaixo relacionado.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou novas políticas contábeis na preparação das suas demonstrações financeiras, relativo ao item a.2 abaixo relacionado.

a.1) Adoção de políticas contábeis relativa ao período findo em 30 de junho de 2025

A Companhia não identificou mudanças nas práticas contábeis que tivessem resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 com relação ao período de seis meses findo em 30 de junho 2025.

a.2) Adoção de políticas contábeis relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

A Companhia não identificou mudanças nas práticas contábeis que tivessem resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não contêm opiniões modificadas ou ênfases e concordam com as opiniões expressadas nestes relatórios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia. Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No período findo em 30 de junho de 2025 foram realizadas as seguintes operações relevantes envolvendo a aquisição de participações societárias:

Aquisição de participação em negócio global de tissue

Em 5 de junho de 2025, a Companhia comunicou ao mercado que, por meio de sua subsidiária integral Suzano International Holding B.V., celebrou contrato de compra e venda de participação societária e ativos (*Equity and Asset Purchase Agreement*) com a Kimberly-Clark Corporation ("K-C"), visando à aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade constituída na Holanda ("Sociedade Alvo").

A operação contempla a aquisição de ativos e negócios relacionados à fabricação, marketing, distribuição e venda de produtos tissue em determinadas jurisdições nas Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Estão incluídas 22 unidades fabris localizadas em 14 países, além da transferência de determinadas marcas regionais e do licenciamento, sem royalties, de marcas globais da K-C à Sociedade Alvo nas regiões contempladas.

A Kimberly-Clark permanecerá como titular dos 49% remanescentes da Sociedade Alvo. A operação prevê, ainda, uma opção de compra outorgada à Suzano para aquisição da participação remanescente da K-C, exercível a partir do terceiro aniversário do fechamento, ou, em determinadas situações, antes desse prazo.

O preço de aquisição acordado para os 51% é de US$ 1,734 bilhão (equivalentes a R$ 9,463 bilhões), a ser pago em dinheiro, à vista, na data de fechamento da operação, sujeito aos ajustes usuais em transações dessa natureza. O fechamento está condicionado à verificação de condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias e reestruturações societárias locais, e é esperado para ocorrer em meados de 2026.

Nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Companhia avaliará, na data de fechamento, a forma de contabilização da transação, considerando seu escopo final e os ativos efetivamente transferidos à Sociedade Alvo.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas as seguintes operações relevantes envolvendo a aquisição de participações societárias

Compra de participação societária - Timber

Em 31 de julho de 2024, a Companhia concluiu a transação de compra de 100% do capital social das empresas Timber VII SPE S.A. (Timber VII) e Timber XX SPE S.A. (Timber XX), após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de R$ 2.143,8 milhões.

Considerando as características dos ativos (substancialmente terras e ativo biológico), a Companhia optou por aplicar o teste opcional para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 e, portanto, a operação foi contabilizada como uma compra de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e nas rubricas de ativos biológicos e imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa destas empresas foi de R$ 19,1 milhões.

Em 30 de setembro de 2024, estas empresas foram incorporadas pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia já era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social destas empresas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição de participação societária em negócios de fibras especiais

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia adquiriu da B & C Alpha Zweite Holding GmbH & Co KG (“B&C”) 5.792.727 ações, representando 15% das ações emitidas da Lenzing Aktiengesellschaft (“Lenzing”), denominada “Transação Lenzing”. A transação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes, com o valor justo da contraprestação em dinheiro transferida sendo de EUR 229,9 milhões (equivalente a R$ 1.436,8 milhões), a um preço de EUR 39,70 por ação.

A transação incluiu:

(a) o direito de deter dois dos dez assentos no Conselho de Administração da "Lenzing"; e

(b) o direito de alterar a posição de controle da "Lenzing" pela Suzano International Trade GmbH adquirindo um adicional de 15,00% (quinze por cento) das ações da "Lenzing" detidas pela "B&C" através de um procedimento de oferta pública de aquisição obrigatória de acordo com a Lei de Aquisição Austríaca ("Transação").

A administração avaliou a Transação Lenzing de acordo com o CPC 18 (R3)/IAS 28 e o CPC 36/IFRS10, mesmo com duas cadeiras no Conselho de Administração da Lenzing, concluiu que a Suzano não tem influência significativa sobre a Lenzing, já que não possui poder para participar das decisões sobre políticas, dividendos ou outras distribuições. Portanto, o investimento foi registrado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc.

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária indireta Suzano Packaging LLC, concluiu a aquisição dos estoques e dos ativos imobilizados que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, anteriormente de propriedade da Pactiv Evergreen Inc. A transação foi efetivada após o cumprimento de todas as condições precedentes.

O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de US$ 82,9 milhões (equivalentes a R$ 452,1 milhões).

Considerando as características dos ativos (substancialmente estoques), a Companhia optou por aplicar o teste de concentração opcional para identificar uma concentração de valor justo nos termos do parágrafo B7A do IFRS 3 e, portanto, a Transação Pactiv foi contabilizada como uma aquisição de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de estoques no consolidado, no balanço patrimonial.

c) eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve eventos ou operações não usuais além daquelas que já foram especificadas nos itens acima. No periodo de seis meses findo em 30 de junho de 2025 não houve eventos ou operações não usuais além daquelas que já foram especificadas nos itens acima.

2.5 Medições não contábeis

As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico – CPC 21 – Informações Financeiras Intermediárias). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

a. Valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

Uma medida não contábil de acordo com a CVM e IFRS é qualquer medida financeira apresentada de forma diferente de todas as normas contábeis relevantes divulgadas pela CVM e IFRS. Divulgamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano, que são considerados medidas não contábeis de acordo com a CVM e IFRS. O EBITDA é calculado como lucro (prejuízo) líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão. O EBITDA ajustado da Suzano é definido como o EBITDA ajustado adicionado ou excluído de (i) ajustes excepcionais, que, conforme definido pela Administração, são aqueles sem impacto nos negócios da Companhia, tais como extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária, doações para catástrofes e pandemias e gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios, (ii) ajustes não caixa, assim entendidos como aqueles ajustes que impactaram a demonstração do resultado, porém sem desembolso de caixa para a Companhia, tais como atualização do valor justo de ativos biológicos, equivalência patrimonial, impairment de subsidiárias, perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento, provisão (reversão) para perda de créditos de ICMS, baixa de madeira em pilha e (iii) ajustes específicos, assim entendidos como aqueles que pela sua natureza e âmbito, podem se repetir de tempos em tempos, mas que não reflete o desempenho operacional da Companhia, tal como resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico.

As medidas não contábeis descritas nesta seção não devem ser consideradas isoladamente ou como um substituto para as medidas contábeis diretamente comparáveis preparadas de acordo com a CVM e IFRS, como por exemplo de lucro líquido ou outras medidas de desempenho.

A Administração e a Companhia acreditam que a divulgação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Suzano fornecem informações úteis aos investidores, analistas financeiros e ao público em geral na revisão de nosso desempenho operacional e na comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas do mesmo setor e de outros setores que têm estruturas de capital, níveis de dívida e/ou taxas de imposto de renda diferentes. Por exemplo, as despesas com juros dependem da estrutura de capital e da classificação de crédito de uma companhia. No entanto, os níveis de dívida, as classificações de crédito e, portanto, o impacto das despesas com juros sobre os lucros varia significativamente entre as companhias. Da mesma forma, as posições fiscais de companhias individuais podem variar devido às suas diferentes habilidades para aproveitar os benefícios fiscais e as diferentes jurisdições nas quais fazem negócios. Por fim, as companhias diferem na idade e método de aquisição dos ativos produtivos e, portanto, nos custos relativos a esses ativos, bem como no método de depreciação (linear, acelerado ou unidades de produção), o que pode resultar em considerável variação nas despesas de depreciação e amortização entre as companhias. Portanto, para fins de comparação, a Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano são medidas úteis de lucratividade operacional na medida em que excluem esses elementos de lucro que não fornecem informações sobre as operações atuais dos ativos existentes.

Não obstante o acima, a Companhia ressalva que outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de forma diferente e, portanto, a apresentação do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia pode não servir de comparação à outras mensurações com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a composição do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os períodos encerrados em 30 de junho de 2025 e 2024:

(R$ milhões)	2025	2024
Resultado Líquido do período	11.360,1	(3.545,5)
Resultado financeiro, líquido	(12.121,2)	14.113,7
Imposto de renda e contribuição social	5.895,2	(3.402,4)
Depreciação, amortização e exaustão	5.336,7	4.110,8
EBITDA	**10.470,9**	**11.276,7**
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico [1]	73,2	(539,0)
Baixa de madeira em pilha [1]	2,5	—
Doações para catástrofes e pandemias [2]	—	0,2
Equivalência Patrimonial [1]	189,1	3,5
Extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária [5]	0,1	1,2
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios [3]	9,2	—
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento [1]	0,2	0,7
Impairment de subsidiárias [1]	76,1	—
Reversão (Provisão) - Perda de crédito ICMS [1]	83,9	(21,4)
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico [4]	48,0	123,9
EBITDA Ajustado	**10.953,2**	**10.845,8**

(1) Ajustes não caixa.
(2) Desembolsos realizados para ações sociais implementadas pela Companhia e incluem, principalmente, doações de materiais essenciais, destinados às vítimas do desastre no estado do Rio Grande do Sul.
(3) Refere-se a despesas administrativas relacionadas à aquisição de ativos e combinação de negócios. Em 2025, esses gastos foram majoritariamente da Kimberly-Clark Corporation ("K-C"), abrangendo custos com consultoria e assessoria associada à integração e estruturação da aquisição.
(4) Ajuste específico para perdas ou ganhos na realização (baixa de venda, sucata, perda, descomissionamento, desmantelamento ou ajuste de estoque do ativo imobilizado) de ativos imobilizados, intangíveis e biológicos cujos benefícios econômicos não possam mais ser obtidos ou que não se relacionem com o negócio principal da Empresa.
(5) Refere-se ao encerramento de subsidiária de embalagens.

A tabela abaixo apresenta a composição do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As nomenclaturas estão alinhadas ao apresentado no Formulário 20-F:

2.5 Medições não contábeis

(R$ milhões)	2024	2023
Resultado Líquido do período	(7.044,7)	14.106,4
Resultado financeiro, líquido	28.802,1	(5.780,9)
Imposto de renda e contribuição social	(6.066,3)	3.890,8
Depreciação, amortização e exaustão	9.223,9	7.321,1
EBITDA	**24.915,0**	**19.537,4**
	(1.431,5)	(1.989,8)
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico [1]	11,9	23,0
Baixa de madeira em pilha [1]	(0,2)	15,1
Doações para catástrofes e pandemias [2]	0,4	—
Equivalência Patrimonial [1]	13,9	19,4
Extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária [5]	1,2	9,0
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios [3]	—	49,7
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento [1]	34,1	25,2
Impairment de subsidiárias [1]	4,4	3,3
Reversão (Provisão) - Perda de crédito ICMS [1]	130,7	348,6
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico [4]	169,3	232,1
EBITDA Ajustado	**23.849,2**	**18.272,9**

1. Ajustes não caixa.
2. Desembolsos realizados para ações sociais implementadas pela Companhia e incluem, principalmente, doações de materiais essenciais e de materiais administrativos, destinados às vítimas do desastre no estado do Rio Grande do Sul.
3. Refere-se a despesas administrativas relacionadas à aquisição de ativos e combinação de negócios. Em 2024, esses gastos foram majoritariamente da Lenzing e da Pactiv, abrangendo custos com consultoria e assessoria e outras despesas associadas à integração e estruturação das aquisições.
4. Refere-se às penalidades por rescisão contratual de contrato específico de barcaça. Os impactos da rescisão deste contrato específico foram contabilizados em 2023 e 2022.
5. Ajuste específico para perdas ou ganhos na realização (baixa de venda, sucata, perda, descomissionamento, desmantelamento ou ajuste de estoque do ativo imobilizado) de ativos imobilizados, intangíveis e biológicos cujos benefícios econômicos não possam mais ser obtidos ou que não se relacionem com o negócio principal da Empresa.
6. Ajuste específico da totalidade dos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecidos pela Companhia, após decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) referente à exclusão do ICMS (ICMS) da base de cálculo do PIS e COFINS. Esses valores referem-se a créditos tributários referentes a valores pagos em exercícios anteriores.
7. Refere-se ao encerramento de subsidiária de embalagens.

2.5 Medições não contábeis

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia considera o EBITDA e o EBITDA Ajustado, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis como indicador razoável de comparação entre seus principais concorrentes de Mercado. A margem EBITDA, resultante da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia, também se enquadra nas definições acima.

A Administração e a Companhia acreditam que a divulgação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Suzano fornecem informações úteis aos investidores, analistas financeiros e ao público em geral na revisão de nosso desempenho operacional e na comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas do mesmo setor e de outros setores que têm estruturas de capital, níveis de dívida e/ou taxas de imposto de renda diferentes. Por exemplo, as despesas com juros dependem da estrutura de capital e da classificação de crédito de uma companhia. No entanto, os níveis de dívida, as classificações de crédito e, portanto, o impacto das despesas com juros sobre os lucros varia significativamente entre as companhias. Da mesma forma, as posições fiscais de companhias individuais podem variar devido às suas diferentes habilidades para aproveitar os benefícios fiscais e as diferentes jurisdições nas quais fazem negócios. Por fim, as companhias diferem na idade e método de aquisição dos ativos produtivos e, portanto, nos custos relativos a esses ativos, bem como no método de depreciação (linear, acelerado ou unidades de produção), o que pode resultar em considerável variação nas despesas de depreciação e amortização entre as companhias. Portanto, para fins de comparação, a Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano são medidas úteis de lucratividade operacional na medida em que excluem esses elementos de lucro que não fornecem informações sobre as operações atuais dos ativos existentes.

Não obstante o acima, a Companhia ressalva que outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de forma diferente e, portanto, a apresentação do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia pode não servir de comparação à outras mensurações com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

As informações trimestrais individuais e consolidadas (equivalente a demonstrações financeiras intermediárias condensadas) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (“Informações Trimestrais”) foram aprovadas pelo Diretoria Executiva da Companhia em 5 de agosto de 2025 e publicadas em 6 de agosto de 2025.

Tarifas sobre exportações para os Estados Unidos da América

Em abril de 2025, o governo dos Estados Unidos anunciou a implementação de um programa de tarifas de importação com alíquotas específicas por país, a partir de um piso mínimo de 10%. Em julho de 2025, foi comunicada a aplicação de tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil, com início a partir de agosto de 2025.

No contexto das operações da Companhia, as exportações de celulose permanecem isentas dessa tarifa adicional, conforme informações oficiais divulgadas pelas autoridades comerciais norte-americanas. No entanto, determinados produtos do portfólio de papel foram incluídos no escopo tarifário de 50%.

Apesar da inclusão parcial do segmento de papel, a Companhia possui exposição comercial limitada ao mercado norte-americano e com base nas análises conduzidas até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes no desempenho financeiro ou geração de caixa da Companhia.

Permuta de ativo biológico

Em 06 de agosto de 2025, a Companhia assinou um contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”) para a permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul.

A transação consiste na permuta de madeira em pé (ativo biológico), apta ao processo de produção de celulose. A Eldorado cederá o volume acordado de madeira em pé atualmente madura, a ser colhido pela Suzano entre os anos previstos de 2025 a 2027. Em contrapartida, a Suzano entregará volume equivalente de madeira em pé atualmente imatura, para colheita pela Eldorado entre os anos previstos de 2028 a 2031 e pagará à Eldorado o valor de R$1,317 bilhão, sendo assim distribuído: R$878 milhões em 2025 e R$439 milhões em 2026.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para este tipo de transação.

Emissão pública de cédulas de produto rural

Em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a Companhia informou por meio de Comunicado ao Mercado, em 18 de agosto de 2025, a aprovação, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de agosto de 2025, da realização da 1ª (primeira) emissão de 2.000.000 (dois milhões) de cédulas de produto rural com liquidação financeira, escriturais, em até 3 (três) séries (“CPR-Fs”) da Companhia, com valor unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, no montante total de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), nos termos do “Termos e Condições da 1ª (Primeira) Emissão de Cédulas de Produto Rural com Liquidação Financeira, Escriturais, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Suzano S.A.”, celebrado em 15 de agosto de 2025, entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos titulares de CPR-Fs, conforme aditado em 12 de setembro de 2025 (“Termo de Emissão”). A ata da Reunião do Conselho que aprovou os termos e condições da emissão e o Termo de Emissão, bem como demais informações sobre a operação, estão disponíveis nos sites da Companhia (ri.suzano.com.br) e da CVM (cvm.gov.br).

2.7 Destinação de resultados

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2025	Exercício Social Encerrado em 31.12.2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5%, no mínimo, será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal; (ii) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída; (iii) a quota necessária ao pagamento do dividendo obrigatório, a qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5%, no mínimo, será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal; (ii) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída; (iii) a quota necessária ao pagamento do dividendo obrigatório, a qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	Não houve retenção de lucros em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	Não aplicável, uma vez que a Companhia não reteve lucros neste exercício social.

2.7 Destinação de resultados

b. Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme mencionado no item anterior, 25% do lucro líquido deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos mínimos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social. O Estatuto Social prevê, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Para fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório, a "Geração de Caixa Operacional" significa o resultado da seguinte fórmula: GCO = EBITDA Ajustado – CAPEX Manutenção. Onde: "GCO" significa a Geração de Caixa Operacional consolidado do Exercício Social, expresso em moeda nacional corrente. "EBITDA" significa o lucro líquido do Exercício Social da Companhia expresso em moeda nacional, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das receitas e despesas financeiras, da depreciação, amortização e exaustão. "EBITDA Ajustado" significa o EBITDA excluindo itens não recorrentes e/ou não caixa e ganhos (perdas) decorrentes de mudança no valor justo do ativo biológico. "CAPEX Manutenção" significa o montante, expresso em moeda nacional, dos investimentos em manutenção realizados em Exercício Social. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá distribuir dividendos superiores aos dividendos obrigatórios previstos em seu Estatuto Social.	Conforme mencionado no item anterior, 25% do lucro líquido deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos mínimos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social. O Estatuto Social prevê, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Para fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório, a "Geração de Caixa Operacional" significa o resultado da seguinte fórmula: GCO = EBITDA Ajustado – CAPEX Manutenção. Onde: "GCO" significa a Geração de Caixa Operacional consolidado do Exercício Social, expresso em moeda nacional corrente. "EBITDA" significa o lucro líquido do Exercício Social da Companhia expresso em moeda nacional, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das receitas e despesas financeiras, da depreciação, amortização e exaustão. "EBITDA Ajustado" significa o EBITDA excluindo itens não recorrentes e/ou não caixa e ganhos (perdas) decorrentes de mudança no valor justo do ativo biológico. "CAPEX Manutenção" significa o montante, expresso em moeda nacional, dos investimentos em manutenção realizados em Exercício Social. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá distribuir dividendos superiores aos dividendos obrigatórios previstos em seu Estatuto Social.

2.7 Destinação de resultados

	Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. Por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995; e na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.	Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. Por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995; e na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, será levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria: (i) declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; (ii) Levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (iii) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.	A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, será levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria: (i) declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; (ii) Levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (iii) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável.	Não aplicável.

2.7 Destinação de resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Os diretores informam que a Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as suas participações e relacionamentos com subsidiárias estão divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivo de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia adquire o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R$ 26,2 milhões. A Companhia apura e divulga o montante atualizado apenas ao final do exercício, o que será refletido no próximo Formulário de Referência anual.

(iii) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos nos balanços patrimoniais da Companhia relativos ao período findo em 30 de junho de 2025.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois os diretores da Companhia informam que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativos ao período findo em 30 de junho de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b) natureza e propósito da operação;

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

(i) Acordos de arrendamentos mercantis operacionais

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não evidenciados nos balanços patrimoniais (*off-balance sheet items*) da Companhia relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

(ii) Contratos de *Take or Pay*

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural, conforme descrito na nota explicativa 17 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia adquire o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R$26,2 milhões. A Companhia apura e divulga o montante atualizado apenas ao final do exercício, o que será refletido no próximo Formulário de Referência anual.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Diretoria reafirma a sua estratégia de rentabilidade de longo prazo e se mantém comprometida na execução com foco de atuação aliado à inovação, sustentabilidade e excelência operacional de forma a consolidar sua posição como uma das organizações empresariais de base florestal de maior rentabilidade e competência no setor.

A Suzano busca evolução contínua, por meio da adoção de um conjunto de medidas e inovações que levam a Companhia a apresentar resultados econômicos e financeiros consistentes. A geração de caixa nos últimos anos permitiu avanços significativos na execução da estratégia da Companhia de criar valor de forma sustentável.

A Companhia deu importantes passos na estratégia de negócios adjacentes, que busca novas utilizações da nossa base de ativos, diversificando produtos com negócios de maior rentabilidade e com escalabilidade.

i) CAPEX 2024: Conforme demonstrado na tabela abaixo, a Companhia prevê para o exercício social de 2025 um CAPEX de R$ 13,3 bilhões, dos quais R$ 7,8 bilhões referem-se à manutenção. O saldo, no valor total de R$ 5,5 bilhões, compreende: i) o investimento adequado para continuidade de sua estratégia de expansão de base florestal, visando proporcionar maior competitividade no longo prazo e/ou opcionalidade de crescimento futuro; ii) desembolso referente aos projetos anunciados no Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2023, além de gastos com projetos de modernização industrial e florestal e de tecnologia de informação; iii) desembolso residual de R$ 0,9 bilhão referente ao Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo); iv) R$ 0,9 bilhão em 2025 referente à primeira parcela do pagamento relacionado à permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia ainda prevê um desembolso de R$ 0,4 bilhão a ser realizado em 2026 correspondente à conclusão do pagamento da referida transação (total de R$ 1,3 bilhão).

CAPEX (R$ bilhões)	2024[1] (Realizado)	2025[2] (Projetado)
Manutenção	7,6	7,8
Expansão,Modernização, Terminais Portuários e Outros	1,0	1,5
Terras e Florestas	4,0	3,1
Projeto Cerrado	4,5	0,9
Total	**17,1**	**13,3**

[1] Investimentos realizados no ano de 2024, conforme publicado no release dos resultados do 4T24.
[2] Conforme Fato Relevante de 6 de agosto de 2025.

ii) Investimentos em Aracruz:

1. **Nova fábrica de papéis sanitários:** construção de uma fábrica de papel sanitário (*tissue*) e conversão em papel higiênico e papel toalha no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo, com capacidade de 60.000 toneladas por ano, com investimentos totais estimados em R$ 650 milhões. A Suzano pretende realizar o investimento utilizando saldo de créditos de ICMS que possui no estado, representando um desembolso líquido estimado sobre o projeto de aproximadamente R$ 130 milhões.
2. **Nova caldeira de biomassa:** construção de uma nova caldeira de biomassa na fábrica de produção de celulose localizada em Aracruz, no estado do Espírito Santo, em substituição ao equipamento atual, com investimentos totais estimados em R$ 520 milhões.

Os investimentos mencionados acima portanto totalizam R$ 1.170 milhões, sendo R$ 502 milhões desembolsados em 2024 e R$ 641 milhões estimados para 2025 (considerados na rubrica “Expansão, Modernização, Terminais Portuários e Outros” na tabela acima), desconsiderando a monetização créditos de ICMS.

iii) Investimento em celulose *fluff*

2.10 Planos de negócios

Investimento no valor total de R$ 490 milhões para produção de celulose *fluff* a partir da madeira de eucalipto (Eucafluff®), com capacidade nominal de 340 mil toneladas por ano. Com o novo investimento, a capacidade total de fluff da Companhia será de 440 mil toneladas por ano em 2025.

O desembolso relacionado ao investimento acima está considerado na estimativa de CAPEX divulgada pela Companhia para 2025, estimado em R$ 294 milhões, sendo R$ 173 milhões já desembolsados em 2024.

Sobre os principais investimentos já realizados, para mais informações, verificar Seção 2.4. As projeções acima descritas são mencionadas também no item 3.1 do Formulário de Referência. As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Para mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, ver itens 4 e 5 do Formulário de Referência.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 2024, a Companhia anunciou duas aquisições: (a) Ativos da Pactiv Evergreen: ativos que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas métricas por ano de papelcartão, da Pactiv Evergreen Inc. e suas afiliadas. A operação foi liquidada, ao preço de US$ 82,9 milhões (equivalentes a R$ 452,1 milhões).; e (b) participação minoritária correspondente a 15% das ações da Lenzing Aktiengesellschaf detidas pela B&C e celebrou um acordo de acionistas com a B&C, o qual estabelece os principais termos e condições da referida parceira, incluindo: (a) o direito da Suzano em deter duas posições no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano em alterar o controle da Lenzing com a aquisição de um adicional de participação de 15% de ações da Lenzing detidas pela B&C, mediante processo de oferta pública de aquisição obrigatória estabelecido pela Lei de Aquisição de Controle da Áustria. O preço pela aquisição de participação minoritária foi de EUR 39,70 por ação, correspondendo a um preço total de EUR 229,9 milhões (equivalente a R$ 1.436,8 milhões).

Além disso, em complementação às informações divulgadas por meio do Fato Relevante de 23 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária das empresas Timber VII SPE S.A. (CNPJ 23.741.553/0001-09) e Timber XX SPE S.A. (CNPJ 40.157.006/0001-91), sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group, LLC, uma vez que foram cumpridas todas as condições precedentes e realizados todos os atos de fechamento conforme estabelecido nos contratos de compra e venda de participação societária celebrados em 23 de dezembro de 2023. Em contraprestação às ações das Companhias Alvo e considerando correção e ajustes previstos nos contratos, a operação foi liquidada ao preço de R$ 2.144 milhões.

As operações citadas neste item estão alinhadas às estratégias da Suzano de "Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva", ser "Arrojada na Expansão de Novos Mercados", "Protagonista em Sustentabilidade" e ser "*best-in-class*" no custo total de celulose, através da redução do dispêndio na compra de madeira, bem como de garantir base florestal em áreas estratégicas às suas operações no longo prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A amplitude de novos negócios que inovam e quebram paradigmas contribui para o crescimento da Companhia com investimentos em projetos de alta rentabilidade e escalabilidade, e ajuda a construir avenidas de diversificação, criando valor sustentável.

Suzano Packaging - Aquisição de ativos da Pactiv Evergreen:

Conforme divulgado nos fatos relevantes de 12 de julho de 2024 e 01 de outubro de 2024, a Companhia adquiriu totalidade dos ativos que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas métricas por ano de papelcartão, da Pactiv Evergreen Inc. e

2.10 Planos de negócios

suas afiliadas. A operação foi liquidada, ao preço de USD 80 milhões. Ainda, as partes celebraram (i) um contrato de serviços de transição, na qual a Pactiv presta serviços para a Suzano com relação a certos ativos adquiridos, e (ii) um contrato de fornecimento de longo prazo, na qual a Suzano fornece para a Pactiv os produtos produzidos em Pine Bluff e consumidos pela Pactiv, que passa a ser um cliente relevante deste novo ativo da Suzano. A operação está alinhada à avenida estratégica de longo prazo da Suzano de "Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva", proporcionando à Companhia a entrada no mercado norte-americano de papelcartão com competitividade e escalabilidade, ao ter como características principais (i) ativos competitivos e bem posicionados na curva de custo da indústria; (ii) excelente localização geográfica no que diz respeito à infraestrutura operacional e logística, com amplo acesso à madeira de baixo custo e representando inclusive opcionalidade futura; e (iii) operação que detém a liderança do mercado norte-americano no segmento. A Companhia visa aportar seu conhecimento e experiência operacional no negócio de papelcartão, buscando ampliar a competitividade estrutural e rentabilidade dos ativos adquiridos.

Lenzing:

Em linha com as avenidas estratégias de longo prazo da Suzano em ser "Arrojada na Expansão de Novos Mercados" e "Protagonista em Sustentabilidade", a Companhia celebrou uma parceria com a B&C Holding Österreich GmbH na qual a Suzano adquiriu uma participação minoritária correspondente a 15% das ações da Lenzing Aktiengesellschaf detidas pela B&C e celebrou um acordo de acionistas com a B&C, o qual estabelece os principais termos e condições da referida parceira, incluindo: (a) o direito da Suzano em deter duas posições no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano em alterar o controle da Lenzing com a aquisição de um adicional de participação de 15% de ações da Lenzing detidas pela B&C, mediante processo de oferta pública de aquisição obrigatória estabelecido pela Lei de Aquisição de Controle da Áustria. O preço pela aquisição de participação minoritária foi de EUR 39,70 por ação, correspondendo a um preço total de EUR 229.971.261,90 totalmente pagos em 30 de agosto de 2024. A operação representa a confiança de longo prazo da Companhia na criação de valor por meio de operações competitivas e escaláveis de desenvolvimento sustentável de fibras têxteis à base de madeira.

Tissue:

Em convergência a estratégia de avançar nos elos da cadeia, em 1º de junho de 2023, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas detidas pela Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda. ("KC Brasil") na MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("MMC Brasil"), localizada em Mogi das Cruzes (SP), pelo valor de US$ 212,1 milhões (equivalente a R$ 1,1 bilhão) pagos em caixa. Ao valor citado anteriormente deve ser desconsiderado o valor de R$11,9 milhões referente ao reembolso que a Suzano recebeu em 15 de setembro de 2023, devido as variações dos valores de fechamento e estimado do estoque, capital de giro e caixa, que totaliza R$1,1 bilhão. A MMC Brasil não possuía operações até o aporte realizado pela KC Brasil em decorrência da cisão realizada em 25 de maio de 2023, a qual foi constituída como resultado da separação dos ativos relacionados ao negócio de fabricação, comercialização, distribuição e venda de produtos de papel, incluindo papel higiênico, toalhas de papel, guardanapos, lenços, bem como outros produtos de papel no Brasil, incluindo a propriedade da marca "NEVE" da KC Brasil.

Ainda em 2023, a Companhia anunciou em 26 de outubro, via fato relevante, a construção de uma fábrica de papel sanitário (*tissue*) e conversão em papel higiênico e papel toalha no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo, com capacidade de 60 mil toneladas por ano, com investimentos totais estimados em R$ 650 milhões. A Suzano pretende realizar o investimento utilizando saldo de créditos de ICMS que possui no estado, representando um desembolso líquido estimado sobre o projeto de aproximadamente R$ 130 milhões.

Fluff

Conforme divulgado em fato relevante no dia 26 de outubro de 2023, a Suzano realizará um investimento no valor total de R$ 490 milhões para produção de celulose *fluff* a partir da madeira de eucalipto (Eucafluff®), com capacidade nominal de 340 mil toneladas por ano. Com o novo investimento, a capacidade total de fluff da Companhia será de 440 mil toneladas por ano em 2025. O investimento representa a conversão de máquina de secagem de celulose na unidade industrial de Limeira (SP), de forma que a empresa terá integral flexibilidade na produção de celulose para papel ou fluff, após conclusão do investimento prevista para o quarto trimestre de 2025.

2.10 Planos de negócios

Novos Produtos:

Desenvolvimento de aplicações e produtos a partir da produção de celulose microfibrilada é uma das linhas de pesquisa e desenvolvimento de negócios na Suzano. Além do uso deste produto em papéis e bens de consumo, a Companhia tem desenvolvido aplicações em diferentes mercados, como por exemplo, tintas, fibrocimento, cosméticos, produtos de limpeza, higiene entre outros. Em 2022 houve a implementação de uma planta de MFC de 20.000 toneladas em Limeira e seu *start-up* ocorreu ao longo de 2023.

Spinnova:

Em 2021 a Suzano anunciou a criação da Woodspin, JV com a Spinnova (startup que a Companhia detém 19% de participação), investindo em conjunto 22 milhões de euros na construção da primeira unidade da produção da SPINNOVA® em escala comercial. A Suzano também anunciou a criação de uma planta de MFC (celulose microfibrilada) que abastecerá a planta da Woodspin.

Kimberly-Clark

Em junho de 2025, a Companhia anunciou a celebração de um contrato com a Kimberly-Clark Corporation para aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade, que será titular dos negócios de produtos “tissue” em diversas regiões globais, excluindo América do Norte e algumas joint ventures. A operação envolve 22 fábricas em 14 países, com capacidade anual de cerca de 1 milhão de toneladas, e inclui a transferência de marcas regionais e o licenciamento de marcas globais da Kimberly-Clark. O valor da aquisição é de USD 1,734 bilhão (equivalente a R$ 9.463 bilhões), a ser pago à vista no fechamento, previsto para meados de 2026, sujeito à aprovação regulatória e reorganização societária.

A nova sociedade será uma joint venture entre Suzano e Kimberly-Clark, com possibilidade de compra futura dos 49% restantes pela Suzano, a partir do terceiro ano após o fechamento. A parceria une a expertise industrial da Suzano à força comercial e de marca da Kimberly-Clark, com foco em inovação, sustentabilidade e expansão do uso de fibra curta de eucalipto. A operação está alinhada à estratégia de crescimento da Suzano com disciplina financeira e criação de valor, garantindo continuidade operacional e comercial dos negócios envolvidos.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A união da inovação e sustentabilidade é essencial para permitir que a Suzano transforme matéria-prima renovável proveniente de árvores em bioprodutos inovadores e sustentáveis para bilhões de consumidores em mais de 100 países. A Companhia busca ser agente de mudança e desenvolver soluções para enfrentar os maiores desafios da sociedade. Combinando operações ecoeficientes, plantações de eucalipto e áreas de conservação, é uma empresa que contribui para combater as mudanças climáticas, melhorando a vida das comunidades onde está presente. Assim, a sustentabilidade é parte essencial da estratégia e das práticas de governança da Suzano.

Como parte da visão estratégica da Companhia, em 2020 houve o lançamento das avenidas de crescimento, sendo elas: i) Ser “Best-in-Class” na visão de custo total de Celulose; ii) Manter relevância em celulose, via bons projetos; iii) Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva; iv) Ser arrojado na expansão de novos mercados; e v) Ser protagonista em sustentabilidade. Nesta última, a Companhia tem como foco ser parte das soluções para uma sociedade mais justa e sustentável. Por isso, a Companhia assumiu metas de longo prazo que revelam como irá gerar e compartilhar valor com os públicos com os quais se relaciona, além de cuidar do planeta e maximizar a geração de valor em seus negócios.

A Companhia entende seu papel no combate às mudanças climáticas. Florestas nativas (que correspondem a aproximadamente 40% de sua base florestal) e plantações de eucalipto, em conjunto, contribuem diretamente para a remoção de CO_2 da atmosfera. Ao mesmo tempo, as atividades industriais e logísticas caracterizam-se pela alta intensidade nas emissões de gases do efeito estufa. A Suzano está empenhada em contribuir com o combate à crise climática global por meio das metas de sustentabilidade de longo prazo da Companhia, entre as quais estão:

2.10 Planos de negócios

- Remover 40 milhões de toneladas de CO_2 equivalente até 2025; e
- Reduzir em 15% a intensidade das emissões de gases do efeito estufa (escopos 1 e 2) até 2030

A Companhia conta com um potencial *pipeline* de aproximadamente 30 milhões de toneladas de créditos de carbono equivalente que, assim que estiverem certificados, poderão ser ofertados no mercado. A Suzano finalizou dois projetos de carbono provindos de reflorestamento de árvores nativas e eucalipto no estado do Mato Grosso do Sul. Os projetos passaram por auditorias independentes e aguardam registro final na certificadora Verra. Adicionalmente, os mesmos devem gerar benefícios sociais e ambientais que são chamados de co-benefícios, com atividades que podem refletir na melhora da qualidade do ar, quantidade e qualidade da água, conservação da biodiversidade, do maior acesso à energia, geração de renda, dentre outros.

Na frente de energia, a Companhia possui uma meta de aumentar em 50% a exportação de energia renovável à rede até 2030, tendo seu resultado refletido em redução de custo caixa de produção de celulose. Essa redução de custos derivada da capacidade de autogeração de energia renovável, proveniente de biomassa, está alinhada com as diretrizes de desenvolvimento sustentável para a Companhia prevista em seu plano de negócios. Essa exportação contribui para a demanda de energia do país e para a renovabilidade da matriz energética, suportando a transição para uma economia de baixo carbono.

Na frente de inovação, a Suzano possui a meta de disponibilizar 10 milhões de toneladas de produtos de origem renovável, que possam substituir o plástico e outros derivados do petróleo - de zero a 10 milhões até 2030, contribuindo também para a diversificação do portfólio de produtos da Companhia. Produtos de origem renovável são aqueles feitos de recursos vindos da natureza, como a celulose do eucalipto, e que podem ser regenerados em um curto período. Aumentar a disponibilização de produtos de origem renovável, além daqueles que tradicionalmente já produzíamos no nosso negócio, contribui para o fortalecimento de uma economia de baixo carbono.

Adicionalmente a essas metas, a Companhia trabalha em outros temas ASG estratégicos, tais como: diversidade, equidade e inclusão, educação e redução da pobreza, gestão hídrica na floresta e na indústria, redução de resíduos e promoção da biodiversidade.

Na frente de finanças sustentáveis, a Companhia tem sido atuante na emissão de dívidas atreladas a metas de sustentabilidade, a custo competitivo. Nesse sentido, atualmente a Companhia possui três Sustainability linked-bonds, que envolvem as seguintes metas:

- **SLB 2031: Redução da intensidade das emissões de GEE** (reduzir a intensidade das emissões de Gases de Efeito Estufa dos escopos 1 e 2), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento;
- **SLBs 2032: Redução da intensidade de água captada nas operações industriais** (reduzir a captação de água na indústria por tonelada de produto), com impacto de +12,5 bps no cupom no caso de não atingimento, e **ampliar número de mulheres em cargos de liderança** (alcançar 30% de mulheres em cargos de liderança (gerência funcional e acima) até 2025), com impacto de +12,5 bps no cupom no caso de não atingimento;
- **SLBs 2028: Redução da intensidade de água captada nas operações industriais** (reduzir a captação de água na indústria por tonelada de produto), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento, e **ampliar número de mulheres em cargos de liderança (alcançar 30% de mulheres em cargos de liderança** (gerência funcional e acima) até 2025), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento;

Além dos SLBs, desde 2021, a Companhia emitiu três Sustainability-linked Loans (SLLs), sendo a última emitida em fevereiro de 2024, no valor de US$ 780 milhões, com prazo de 5 anos.

Através destas operações, a Suzano encerrou o ano de 2024 com 46% da dívida bruta total atrelada a instrumentos ESG (incluindo captações de SBLs, SLLs e green bonds). Para 2025 e anos seguintes, a Companhia continuará, como uma das diretrizes de seu plano de negócios, estudando possibilidades de ampliar a participação de linhas de crédito e instrumentos de dívida atrelados a compromissos de sustentabilidade dentro do seu quadro geral de financiamentos.

2.10 Planos de negócios

Nas definições de alocação de capital para projetos de modernização e expansão, os parâmetros financeiros têm peso de 75% e os impactos nos Compromissos para Renovar a Vida (que representam as metas de longo prazo de sustentabilidade da Suzano) representam 25% na avaliação das iniciativas.

Ainda nesse tema, o Preço Interno de Carbono, instrumento que quantifica o potencial de um projeto de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e monetiza esse benefício, passou a ser incorporado orientando decisões de negócios e investimentos. Na prática, o Preço Interno de Carbono passa a ser incorporado no Valor Presente Líquido (VLP) dos projetos, contribuindo para viabilizar investimentos em descarbonização. Além da incorporação da avaliação de viabilidade, para determinar em que cenário do mercado de carbono o projeto em análise torna-se promissor.

Nossas informações não financeiras são reportadas anualmente e asseguradas por uma terceira parte. O Relatório de Sustentabilidade e a Central de Sustentabilidade seguem os principais *frameworks* e normas, como o como Resolução CVM nº 59 de 22 de dezembro de 2021, Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e Global Reporting Initiative (GRI) diretrizes de padrões para divulgação. Mais informações estão disponíveis em nosso site de Relações com Investidores (www.suzano.com.br/ri).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não aplicável para o período.

Outros eventos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não ocorreu qualquer outro evento, além dos descritos nesta seção 2, que tenha afetado a Companhia de forma relevante.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Este item apresenta projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras da Companhia. Tais projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o setor de atuação da Companhia, a sua participação de mercado e os seus negócios operacionais. Embora a Companhia acredite que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, abaixo descritas, estas estimativas e declarações são dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho, estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle da Companhia e são feitas com base nas informações de que a Companhia atualmente dispõe. Mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita se encontram na Seção 4 - Fatores de Risco deste Formulário de Referência.

As projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras aqui indicadas dependem das condições do mercado e dos setores em que a Companhia atua e do cenário econômico brasileiro e dos países em que a Companhia opera. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores abaixo descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

a) objeto da projeção

A Companhia divulga (i) projeções de Capital *Expenditure* (CAPEX); (ii) projeções de longo prazo de desembolsos operacionais do negócio de celulose; (iii) estimativas de investimento no Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo); (iv) estimativa de investimentos em Aracruz e (v) estimativa de investimento em celulose *fluff.*

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

CAPEX

O *guidance* de CAPEX refere-se aos exercícios sociais de 2025 e 2026, conforme refletido nos orçamentos de CAPEX para os respectivos períodos, de forma que a validade de tal guidance se estende até 31 de dezembro de cada ano ("CAPEX 2025" e"CAPEX 2026").

Projeções de Longo Prazo de Desembolsos Operacionais do Negócio de Celulose

A projeção reflete a perspectiva de desempenho operacional do negócio de celulose da Companhia esperada para 2027.

O prazo de validade da estimativa é 31 de dezembro de 2027, sendo revisada anualmente.

Estimativas de investimento no Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo)

As projeções compreendem a curva de desembolso de CAPEX para execução do Projeto Cerrado, distribuída entre os anos de 2020 e 2026. O prazo de validade da estimativa é 31 de dezembro de 2026.

Estimativa de Investimentos em Aracruz

A estimativa dos investimentos refere-se aos exercícios sociais de 2025 e 2026.

1. **Nova fábrica de papéis sanitários:** O início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2025.

2. **Nova caldeira de biomassa:** O início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2025.

O prazo de validade da estimativa é 31 de dezembro de 2026, sendo revisada anualmente.

Estimativa de Investimento em celulose fluff

A estimativa dos investimentos refere-se aos exercícios sociais de 2025 e 2026. O início das operações está previsto para o quarto trimestre de 2025.

O prazo de validade da estimativa é 31 de dezembro de 2026, sendo revisada anualmente.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

CAPEX 2026

O CAPEX para o exercício de 2026 projetado pela Companhia é de R$ 10,9 bilhões.

Para fins de *guidance*, foram assumidas como premissas: (i) o CAPEX 2025 da Companhia; (ii) investimento na rubrica de "Terras e Florestas", contemplando investimentos oportunos que visam maior competitividade e/ou opcionalidade de crescimento da Companhia no longo prazo; (iii) o menor dispêndio no CAPEX de manutenção referente principalmente ao menor gasto com manutenção florestal, por sua vez em função das reduções da necessidade de plantio físico (silvicultura) e de volumes de compra de madeira em pé, como resultado do contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado") sobre permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul, divulgado em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025; e (iv) investimentos na rubrica "Expansão, Modernização e Outros", contemplando investimentos em projetos de tecnologia de informação, modernização industrial e florestal, além de valores residuais de projetos já iniciados em períodos anteriores.

A rubrica "Terras e Florestas" representa: (i) os investimentos relacionados à expansão de base florestal ao longo do primeiro ciclo de crescimento do eucalipto (6-7 anos) para futura produção de celulose; (ii) desembolsos relacionados à permuta de madeira em pé (R$ 439 milhões), conforme divulgado em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025; e (iii) investimentos para continuidade de sua estratégia de expansão de base florestal, visando proporcionar maior competitividade no longo prazo e/ou opcionalidade de crescimento futuro. A redução do desembolso previsto para 2026 na comparação com 2025 é explicada pelo menor dispêndio relacionado à transação de permuta de madeira em pé divulgada em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025.

Com relação ao CAPEX de "Manutenção" para 2026, o menor dispêndio em relação ao ano anterior refere-se, principalmente, ao menor gasto com manutenção florestal, por sua vez em função das reduções da necessidade de plantio físico (silvicultura) e de volumes de compra de madeira em pé, como resultado da transação de permuta de madeira em pé divulgada em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025.

Já a rubrica "Expansão, Modernização e Outros" inclui os valores de desembolso previstos para 2026 referentes a projetos de tecnologia de informação, modernização industrial e florestal, além de valores residuais de projetos já iniciados em períodos anteriores. A redução do desembolso previsto para 2026 em relação a 2025 se deve em grande parte à menor intensidade de investimentos relacionados aos projetos anunciados no Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2023.

Vale ressaltar que os valores desta rubrica constantes na tabela do item D dessa seção não contemplam o efeito da monetização créditos de ICMS referente ao projeto de expansão de *tissue* localizado no estado do Espírito Santo, objeto do citado Fato Relevante, cujo montante estimado para 2026 é de aproximadamente R$ 145 milhões.

Por fim, a rubrica "Projeto Cerrado" contempla, principalmente, desembolsos referentes a bônus de performance pela superação de parâmetros de desempenho da nova fábrica, conforme previsto nos contratos comerciais com fornecedores.

CAPEX 2025

O CAPEX para o exercício de 2025 projetado pela Companhia é de R$ 13,3 bilhões.

Para fins de *guidance*, foram assumidas como premissas: (i) o CAPEX 2024 da Companhia; (ii) investimento na rubrica de "Terras e Florestas", contemplando investimentos oportunos que visam maior competitividade e/ou opcionalidade de crescimento da Companhia no longo prazo; (iii) o maior dispêndio no CAPEX de manutenção referente principalmente ao maior gasto com manutenção industrial em função de projetos não recorrentes e da entrada em operação da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo no Estado do Mato Grosso do Sul; e (iv) contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado") sobre permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Cabe esclarecer que, por aprimoramento de critério de alocação como CAPEX de “Manutenção”, esta rubrica deixa de contemplar a partir de 2025 os investimentos relacionados à expansão de base florestal, que no critério anterior incluía os dispêndios de capital a partir do 2º ano dos novos plantios. Além disso, a rubrica “Expansão, Modernização e Outros” inclui os valores de desembolso previstos para 2025 referentes aos projetos para produção de celulose fluff a partir da madeira de eucalipto, conforme anunciados no Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2023, além de gastos com projetos de modernização industrial e florestal e de tecnologia de informação.

Vale ressaltar que os valores acima não contemplam o efeito da monetização de créditos de ICMS no Estado do Espírito Santo, cujo montante estimado para 2025 é de aproximadamente R$ 145 milhões.

Por fim, a rubrica “Terras e Florestas” representa, na visão da Companhia, o investimento adequado para continuidade de sua estratégia de expansão de base florestal, visando proporcionar maior competitividade no longo prazo e/ou opcionalidade de crescimento futuro. Por aprimoramento de critério de alocação, esta rubrica passa a contemplar a partir de 2025 os investimentos relacionados à expansão de base florestal ao longo de todo o primeiro ciclo de crescimento do eucalipto para a produção de celulose (6-7 anos).

Cabe ainda informar que a estimativa de investimento de capital relativo à plena execução do Projeto Cerrado foi atualizada, conforme anunciado no Fato Relevante divulgado em 9 de dezembro de 2025, de R$ 22,2 bilhões para R$ 22,4 bilhões. Para o exercício social de 2026, espera-se um desembolso adicional de R$ 0,2 bilhão, referente principalmente a bônus de performance pela superação de parâmetros de desempenho da nova fábrica, conforme previsto nos contratos comerciais com fornecedores.

As estimativas mencionadas acima baseiam-se na habilidade da Companhia de realizar suas operações e projetos. A seguir, são destacadas as premissas mais relevantes que podem impactar as projeções apresentadas:

Principais premissas que escapam ao controle da administração:

(i) fatores externos, tais como mudanças no cenário macroeconômico brasileiro e global (taxa de câmbio, índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM); (ii) mudanças no ambiente regulatório nacional e global (como impostos e taxações); e (iii) eventos climáticos adversos.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração:

(i) competitividade estrutural na produção de celulose; (ii) Investimentos em expansão, (iii) eficiência operacional (como volume de produção e custos associados); (iv) a execução dos projetos; e (v) gestão de riscos.

Importante observar que apesar de estarem classificados como de influência pela administração há fatores externos que podem impactar a capacidade da Companhia de entregar efetivamente as projeções apresentadas.

Desembolsos Operacionais do Negócio de Celulose

Compõem a estimativa dos desembolsos operacionais do negócio de celulose o (i) custo caixa de produção de celulose (incluindo paradas programadas); (ii) custos e despesas logísticas, comerciais e administrativas; e (iii) investimentos de manutenção (CAPEX de manutenção).

Foram considerados os seguintes fatores em comparação à estimativa anteriormente divulgada: (i) atualização monetária prevista para 2026 e a variação dos índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM) observados em 2025 em relação ao anteriormente previsto para o ano; (ii) variação cambial; e (iii) atualizações relacionadas a custos operacionais e iniciativas de gestão visando maior competitividade estrutural.

As estimativas mencionadas acima baseiam-se na habilidade da Companhia de realizar suas operações e projetos. A seguir, são destacadas as premissas mais relevantes que podem impactar as projeções apresentadas:

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Principais premissas que escapam ao controle da administração:

(i) fatores externos, tais como mudanças no cenário macroeconômico brasileiro e global (taxa de câmbio, índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM); (ii) mudanças no ambiente regulatório nacional e global (como impostos e taxações); e (iii) eventos climáticos adversos.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração:

(i) competitividade estrutural na produção de celulose; (ii) Investimentos em expansão, (iii) eficiência operacional (como volume de produção e custos associados); (iv) a execução dos projetos; e (v) gestão de riscos.

Importante observar que apesar de estarem classificados como de influência pela administração há fatores externos que podem impactar a capacidade da Companhia de entregar efetivamente as projeções apresentadas.

Estimativas de investimento no Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo)

Para fins de guidance de investimento de capital do projeto, foram assumidas como premissas

(i) CAPEX industrial e (ii) CAPEX florestal, logístico e outros. Para as estimativas de longo prazo de custo caixa de produção de celulose e de CAPEX de manutenção, foram levadas em consideração características técnicas e operacionais da nova planta e de sua base florestal, bem como pelo modelo de gestão e planejamento adotado.

As estimativas refletem valores reais, não sendo consideradas expectativas ou premissas de inflação ou variação cambial no período e consideram o melhor desempenho operacional de longo prazo do negócio de celulose da Companhia decorrente, dentre outros fatores, das iniciativas de gestão e planejamento.

As estimativas mencionadas acima baseiam-se na habilidade da Companhia de realizar suas operações e projetos. A seguir, são destacadas as premissas mais relevantes que podem impactar as projeções apresentadas:

Principais premissas que escapam ao controle da administração:

(i) fatores externos, tais como mudanças no cenário macroeconômico brasileiro e global (taxa de câmbio, índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM); (ii) mudanças no ambiente regulatório nacional e global (como impostos e taxações); e (iii) eventos climáticos adversos.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração:

(i) competitividade estrutural na produção de celulose; (ii) Investimentos em expansão, (iii) eficiência operacional (como volume de produção e custos associados); (iv) a execução dos projetos; e (v) gestão de riscos.

Importante observar que apesar de estarem classificados como de influência pela administração há fatores externos que podem impactar a capacidade da Companhia de entregar efetivamente as projeções apresentadas.

Estimativa de Investimentos em Aracruz

Tais investimentos alinham-se à estratégia de negócio da Companhia ao representar uma evolução de seu posicionamento de mercado no segmento de bens de consumo e o fortalecimento de sua competitividade estrutural na produção de celulose; bem como atestam o compromisso da Suzano com a disciplina financeira conforme estabelecido em sua Política de Endividamento.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

As estimativas mencionadas acima baseiam-se na habilidade da Companhia de realizar suas operações e projetos. A seguir, são destacadas as premissas mais relevantes que podem impactar as projeções apresentadas:

Principais premissas que escapam ao controle da administração:

(i) fatores externos, tais como mudanças no cenário macroeconômico brasileiro e global (taxa de câmbio, índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM); (ii) mudanças no ambiente regulatório nacional e global (como impostos e taxações); e (iii) eventos climáticos adversos.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração:

(i) competitividade estrutural na produção de celulose; (ii) Investimentos em expansão, (iii) eficiência operacional (como volume de produção e custos associados); (iv) a execução dos projetos; e (v) gestão de riscos.

Importante observar que apesar de estarem classificados como de influência pela administração há fatores externos que podem impactar a capacidade da Companhia de entregar efetivamente as projeções apresentadas.

Estimativa de Investimento em celulose fluff

A competitividade global na produção de celulose de eucalipto pela Suzano associada à sua visão de continuidade do crescimento da demanda por celulose de fibra curta em substituição à fibra longa ao longo dos anos, representam as características fundamentais que tornam o referido investimento plenamente alinhado à estratégia de negócio da Companhia.

As estimativas mencionadas acima baseiam-se na habilidade da Companhia de realizar suas operações e projetos. A seguir, são destacadas as premissas mais relevantes que podem impactar as projeções apresentadas:

Principais premissas que escapam ao controle da administração:

(i) fatores externos, tais como mudanças no cenário macroeconômico brasileiro e global (taxa de câmbio, índices de inflação (IPCA, INPC e IGPM); (ii) mudanças no ambiente regulatório nacional e global (como impostos e taxações); e (iii) eventos climáticos adversos.

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração:

(i) competitividade estrutural na produção de celulose; (ii) Investimentos em expansão, (iii) eficiência operacional (como volume de produção e custos associados); (iv) a execução dos projetos; e (v) gestão de riscos.

Importante observar que apesar de estarem classificados como de influência pela administração há fatores externos que podem impactar a capacidade da Companhia de entregar efetivamente as projeções apresentadas.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

CAPEX

Conforme demonstrado na tabela abaixo, a Companhia projetou para o exercício social de 2025, um CAPEX de R$ 13,3 bilhões, dos quais R$ 7,8 bilhões referem-se à manutenção. O saldo, no valor total de R$ 5,5 bilhões, compreende: (i) os investimentos em Aracruz e em celulose *fluff*, conforme Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2023; (ii) novos investimentos oportunos que visam dar continuidade à estratégia de aumento da base florestal da Companhia; (iii) R$ 0,9 bilhões relacionados ao Projeto Cerrado; e iv) R$ 0,9 bilhão em 2025 referente à primeira parcela do pagamento relacionado à permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia ainda

3.1 Projeções divulgadas e premissas

prevê um desembolso de R$ 0,4 bilhão a ser realizado em 2026 correspondente à conclusão do pagamento da referida transação (total de R$ 1,3 bilhão). Por aprimoramento de critério de alocação, a rubrica de "Terras e Florestas" passa a contemplar a partir de 2025 os investimentos relacionados à expansão de base florestal ao longo de todo o primeiro ciclo de crescimento do eucalipto para a produção de celulose (6-7 anos).

Já para o exercício social de 2026, a Companhia projetou, um CAPEX de R$ 10,9 bilhões, dos quais R$ 7,3 bilhões referem-se à manutenção. O saldo, no valor total de R$ 3,6 bilhões compreende: (i) investimentos relacionados à expansão de base florestal ao longo do primeiro ciclo de crescimento do eucalipto (6-7 anos) para futura produção de celulose; (ii) investimentos em projetos de tecnologia de informação, modernização industrial e florestal, além de valores residuais de projetos já iniciados em períodos anteriores; (iii) desembolsos relacionados à permuta de madeira em pé (R$ 439 milhões), conforme divulgado em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025; (iv) investimentos para continuidade de sua estratégia de expansão de base florestal, visando proporcionar maior competitividade no longo prazo e/ou opcionalidade de crescimento futuro; e (v) R$ 0,2 bilhão relacionados ao Projeto Cerrado.

A redução do desembolso previsto para 2026 na comparação com 2025 é explicada pelo menor dispêndio relacionado à transação de permuta de madeira em pé divulgada em Fato Relevante de 06 de agosto de 2025.

CAPEX* (R$ bilhões)	2025 (Projetado)	2026 (Projetado)
Manutenção	7,8	7,3
Expansão, Modernização, Terminais Portuários e Outros	1,5	0,8
Terras e Florestas	3,1	2,6
Subtotal	**12,4**	**10,7**
Projeto Cerrado	0,9	0,2
Total	**13,3**	**10,9**

* Conforme Fato Relevante de 9 de dezembro de 2025.

Desembolsos Operacionais do Negócio de Celulose

A Suzano estima atingir gradualmente até 2027 desembolso operacional total de, aproximadamente, R$ 1.983 por tonelada. Para tal estimativa, são considerados as seguintes projeções de desembolsos operacionais:custo caixa de produção de celulose (incluindo paradas programadas) de R$ 787 por tonelada; custos e despesas logísticas, com vendas e administrativas de R$ 677 por tonelada; e investimentos de manutenção (CAPEX de manutenção) de R$ 520 por tonelada.

As estimativas acima refletem valores reais em moeda de 2026, não sendo consideradas expectativas ou premissas de inflação ou variação cambial para o período de 2027. Considera-se ainda a operação da unidade Ribas do Rio Pardo com capacidade atualizada para aproximadamente 2.700 mil toneladas anuais.

Estimativas de investimento no Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo)

O investimento de capital relativo à plena execução do Projeto Cerrado foi revisado em 27 de abril de 2023 e reafirmado em 10 de dezembro de 2024, passando de R$ 19,3 bilhões para R$ 22,2 bilhões, dos quais R$ 15,9 bilhões referem-se ao investimento de capital industrial e R$ 6,3 bilhões relativos a investimentos florestais, logísticos e outros. Em 9 de dezembro de 2025, o investimento de capital foi atualizado para R$ 22,4 bilhões, de forma que é esperado, para o exercício social de 2026, um desembolso adicional de R$ 0,2 bilhão referentes principalmente a bônus de performance pela superação de parâmetros de desempenho da nova fábrica, conforme previsto nos contratos comerciais com fornecedores.

A Companhia reforça novamente o compromisso com a observância de sua política financeira ao longo do ciclo de investimento.

Com base nas características técnicas e operacionais da nova planta e de sua base florestal; bem como pelo modelo de gestão e planejamento adotado, a Suzano estima atingir, a partir da conclusão da curva de

3.1 Projeções divulgadas e premissas

aprendizagem da nova planta industrial um custo caixa de produção de celulose (não incluindo paradas programadas para manutenção) de aproximadamente R$ 500 por tonelada. A Companhia estima ainda, a partir do início do segundo ciclo florestal, adotando como referência a entrada em operação da nova fábrica, os seguintes desembolsos operacionais na nova unidade de Ribas do Rio Pardo: custo caixa de produção de celulose (não incluindo paradas programadas para manutenção) de aproximadamente R$ 400 por tonelada e investimentos de manutenção (CAPEX de manutenção) de, aproximadamente, R$ 270 por tonelada.

Estimativa de Investimentos em Aracruz:

1. **Nova fábrica de papéis sanitários:** construção de uma fábrica de papel sanitário (tissue) e conversão em papel higiênico e papel toalha no município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, com capacidade de 60.000 toneladas por ano, com investimentos totais estimados em R$ 650 milhões. A Suzano pretende realizar o investimento utilizando saldo de créditos de ICMS que junto ao Estado, representando um desembolso líquido estimado de, aproximadamente, R$ 130 milhões.

2. **Nova caldeira de biomassa:** construção de uma nova caldeira de biomassa na fábrica de produção de celulose localizada em Aracruz, no Estado do Espírito Santo, em substituição ao equipamento atual, com investimentos totais estimados em R$ 520 milhões.

Os respectivos desembolsos estão distribuídos entre os anos de 2024 (R$ 502 milhões), 2025 (R$ 641 milhões) e 2026 (R$ 27 milhões), em termos reais e desconsiderando a monetização créditos de ICMS a ser realizada.

Estimativa de Investimento em celulose fluff

Investimento no valor total de R$ 490 milhões para produção de celulose fluff a partir da madeira de eucalipto (Eucafluff®), com capacidade nominal de 340 mil toneladas por ano. Com o novo investimento, a capacidade total de fluff da Companhia será de 440 mil toneladas por ano em 2025.

O desembolso do investimento acima está distribuído entre os anos de 2024 (R$ 173 milhões), 2025 (R$ 294 milhões) e 2026 (R$ 23 milhões), em termos reais, estimativas sendo revisada anualmente.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia possui em curso: (i) projeções de *Capital Expenditure* - CAPEX de 2025 (atualizadas e divulgadas ao mercado em 6 de agosto de 2025), CAPEX de 2026 (divulgadas ao mercado em 9 de dezembro de 2025); (ii) projeções de desembolsos operacionais do negócio de celulose (atualizadas e divulgadas ao mercado em 11 de dezembro de 2025); (iii) estimativas de investimento no Projeto Cerrado (atualizadas e divulgadas ao mercado em 9 de dezembro de 2025); (iv) estimativas de investimento em Aracruz (divulgadas ao mercado em 26 de outubro de 2023 e revisada anualmente); e (v) estimativa de investimento em celulose *fluff* (divulgadas ao mercado em 26 de outubro de 2023 e revisada anualmente).

Conforme Fatos Relevantes publicados em 9 e 11 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta abaixo as alterações realizadas em suas projeções divulgadas. O item 3.1 deste Formulário está devidamente atualizado de acordo com o exposto.

Substituição

Na data deste formulário de referência, não ocorreram substituições nas projeções apresentadas no item 3.1.

Manutenção

(i) o CAPEX para o exercício de 2025 projetado pela Companhia foi mantido R$ 13,3 bilhões, de forma a refletir a assinatura de contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”), sobre permuta de ativo biológico correspondente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul;

(ii) estimativa de investimento de capital relativo à plena execução do Projeto Cerrado foi revisada de R$ 22,2 bilhões para R$ 22,4 bilhões, de forma que é esperado, para o exercício social de 2026, um desembolso adicional de R$ 0,2 bilhão, referente principalmente a bônus de performance pela superação de parâmetros de desempenho da nova fábrica, conforme previsto nos contratos comerciais com fornecedores.

(iii) projeções de longo prazo de desembolsos operacionais do negócio de celulose;

(iv) estimativas de investimento no Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo);

(v) estimativa de investimentos em Aracruz; e

(vi) estimativa de investimento em celulose fluff.

Demais alterações

Adicionalmente aos itens acima, a Companhia esclarece que, diante do start-up do Projeto Cerrado em julho de 2024, o custo caixa de produção de celulose, divulgado entre as informações das estimativas do Projeto Cerrado no Fato Relevante publicado em 27 de abril de 2023, passou a ser divulgada junto ao custo caixa de produção de celulose consolidado da Companhia, conforme prática da Companhia. O custo caixa de produção de celulose consolidado da Companhia está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “Informações Financeiras”, “Central de Resultados”.

A Companhia também esclarece que, em razão da assinatura do contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”) envolvendo a permuta de ativo biológico equivalente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no estado do Mato Grosso do Sul, conforme divulgado no dia 6 de agosto de 2025, serão realizados pagamentos à Eldorado no valor total de R$ 1,3 bilhão, sendo R$ 0,9 bilhão em 2025 e R$ 0,4 bilhão em 2026.

3.2 Acompanhamento das projeções

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

CAPEX 2024

O montante total dos investimentos de capital em 2024 foi executado acima ao *guidance* divulgado pela Companhia. A Companhia revisou no dia 10 de dezembro de 2024 a estimativa de investimento de capital (CAPEX) para o exercício social de 2024, de R$ 16,5 bilhões de reais para R$ 17,1 bilhões de reais. O montante realizado em 2024 foi de R$ 22.7 bilhões. O desvio se deve principalmente ao maior investimento na rubrica de "Terras e Florestas", contemplando investimentos oportunos que visam maior competitividade e/ou opcionalidade de crescimento da Companhia no longo prazo. Além disso, a nova estimativa reflete o efeito da depreciação do BRL em relação ao USD sobre o preço em dólar relativo à aquisição de ativos florestais, conforme indicado no Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2023.

Desembolsos Operacionais do Negócio de Celulose

A projeção de desembolsos operacionais do negócio de celulose, inicialmente divulgada 13 de fevereiro de 2020, foi atualizada em 24 de março de 2021, 30 de março de 2022, em 28 de fevereiro de 2023, em 29 de fevereiro de 2024 e em 12 de dezembro de 2024, conforme Fatos Relevantes divulgados nas mesmas datas.

Em 12 de dezembro de 2024, a Suzano atualizou sua estimativa de desembolso total operacional de R$ 1.750 por tonelada (conforme atualização de 29 de fevereiro de 2024) para, aproximadamente, R$ 1.900 por tonelada até 2027. Foram considerados na composição da estimativa os seguintes desembolsos operacionais: custo caixa de produção de celulose (incluindo paradas programadas) de R$ 746 por tonelada; custos e despesas logísticas, com vendas e administrativas de R$ 654 por tonelada; e investimentos de manutenção (CAPEX de manutenção) de R$ 500 por tonelada.

Estimativas Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo)

O investimento de capital relativo à plena execução do Projeto Cerrado foi revisado em 27 de abril de 2023, passando de R$ 19,3 bilhões para R$ 22,2 bilhões, dos quais R$ 15,9 bilhões referem-se ao investimento de capital industrial e R$ 6,3 bilhões relativos a investimentos florestais, logísticos e outros. A Companhia reforça novamente o compromisso com a observância de sua política financeira ao longo do ciclo de investimento.

Estimativas de longo prazo do Projeto Cerrado: com base nas características técnicas e operacionais da nova planta e de sua base florestal; bem como pelo modelo de gestão e planejamento adotado, a Suzano estima atingir:

- Custo caixa de produção de celulose (não incluindo paradas programadas para manutenção) de aproximadamente R$ 500 por tonelada, a partir da conclusão da curva de aprendizagem e aproximadamente R$ 400 por tonelada, a partir do início do segundo ciclo florestal. As estimativas refletem valores reais de 2023, não sendo consideradas expectativas ou premissas de inflação ou variação cambial no período; e

- Investimentos de manutenção (capex de manutenção) de, aproximadamente, R$ 270 por tonelada, a partir do início do segundo ciclo florestal. As estimativas refletem valores reais de 2021, não sendo consideradas expectativas ou premissas de inflação ou variação cambial no período.

Em 10 de dezembro de 2024, a Suzano divulgou, por meio de Fato Relevante, que a estimativa total de investimento de capital relativo à plena execução do Projeto Cerrado mantém-se em R$ 22,2 bilhões, de forma que é estimado para 2025 um desembolso residual de R$ 0,9 bilhão.

CAPEX 2023

O montante total dos investimentos de capital em 2023 foi executado em convergência ao *guidance* divulgado pela Companhia através de Fato Relevante no dia 01 de dezembro de 2022, no valor de R$ 18,5 bilhões. No período de 2023 o montante total foi de R$ 20,2 bilhões, conforme divulgado em 28 de fevereiro de 2024. Os desvios entre linhas se devem aos maiores gastos com manutenção florestal e terras e florestas, conforme descrito: i) antecipação do desembolso na aquisição de maquinário para as operações florestais; ii) maiores

3.2 Acompanhamento das projeções

gastos com estradas e silvicultura decorrentes de impactos do maior volume de chuvas no período e maior preço de serviços; e iii) maior dispêndio com aquisição terras e florestas em função de oportunidades de mercado. Esses efeitos foram compensados pela postergação de pagamentos relacionados ao Projeto Cerrado.

Redução do Volume de Produção de Celulose de Mercado

Em 2 de junho de 2023, a Companhia anunciou através de Fato Relevante a redução de aproximadamente 4% no volume produzido ao longo do ano de 2023, quando comparado à sua capacidade produtiva nominal e volumes históricos, em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou os resultados de 2023, uma redução de aproximadamente 4%, atingindo assim o nível de produção anteriormente projetado. Esta decisão se baseou no fato que tal volume não traria retorno adequado para a Companhia em um momento de mercado de celulose mais complexo.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Na data deste Formulário de Referência, as projeções estimadas ao ano corrente (2025) são válidas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição do investidor a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo, e nas demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas. As atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios e/ou setor de atuação poderão ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas nos documentos acima mencionados. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia tem conhecimento e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia desconhece ou que atualmente considera irrelevantes também poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, causará ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia significa que tal risco, incerteza ou problema poderá afetar adversa e materialmente as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e, embora estejam descritos abaixo em subseções para facilitar o entendimento, podem também se aplicar a outras subseções.

Os termos "nós", "nosso", "Companhia" ou "Suzano", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem- se ou significam, conforme o caso, à Suzano S.A. e suas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

a) com relação à Companhia

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais relevantes que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.

A Companhia enfrenta riscos operacionais que podem resultar em suspensão parcial ou temporária de suas operações e perda de produção. Essas interrupções podem ser causadas por fatores associados a falhas em equipamentos, interrupções ou falhas em sistemas de informação (inclusive devido a ataques cibernéticos), acidentes, incêndios, greves, invasões, guerras, conflitos armados, clima, exposição a desastres naturais, crise hídrica regional, blecautes e vazamentos de produtos químicos, acidentes envolvendo reservatórios de água e aterros sanitários, revogação de licenças, restrições laborais causadas por pandemias, entre outros riscos operacionais e ambientais. A ocorrência desses eventos pode, entre outros impactos, resultar em danos graves ao patrimônio, ativos e reputação da Companhia, responsabilidade por danos causados ao meio ambiente e a terceiros, redução na produção ou aumento dos custos de produção, que podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Suzano. O aumento de tensões políticas referentes a conflitos em curso na Ucrânia e no Oriente Médio, e as tensões entre a China e Taiwan, e as preocupações com a segurança global, a volatilidade do mercado bem como eventuais sanções comerciais e monetárias que vierem a ser impostas no desenrolar de tais conflitos, podem afetar mercados no mundo todo, provocar alvoroço no sistema financeiro global e prejudicar as operações da Companhia.

Alguns dos ativos da Companhia, principalmente ativos biológicos medidos a valor presente, bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis, podem ser impactados por eventos climáticos. Efeitos das mudanças climáticas, como aumento de temperaturas, escassez hídrica, incêndios e impactos decorrestes da maior presença e resistência de pragas e outras doenças que atingem as florestas, favorecidos pelo aumento gradual da temperatura e por outros eventos climáticos adversos, podem impactar a determinação do valor justo dos ativos biológicos, provocar a perda de ativos biológicos e reduzir a produtividade ou até mesmo provocar interrupções da produção da Companhia. Além disso, mudanças regulatórias e legais referentes à transição

4.1 Descrição dos fatores de risco

para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade podem impor custos adicionais e criar um risco maior de discussões judiciais e/ou restrições comerciais aos negócios.

No curso normal dos negócios, a Companhia depende da disponibilidade contínua de madeira própria e de terceiros; de redes logísticas e de transporte, incluindo rodovias, ferrovias, depósitos e portos, entre outros. Essas operações podem ser interrompidas por fatores fora do controle da Companhia, como movimentos sociais, conflitos geopolíticos, desastres naturais, blecautes, greves e interrupção de atividades (como, por exemplo, por motivo de greve de caminhoneiros). Qualquer interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais ou na entrega dos produtos acabados a clientes pode causar um impacto negativo significativo nos resultados operacionais.

Contratos com terceiros são firmados para a prestação de serviços de transporte e logística. A rescisão antecipada desses contratos ou da incapacidade de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições similares pode afetar negativamente a condição financeira e operacional da Companhia. Além disso, a maioria dos prestadores de serviços de transporte operam sob concessões outorgadas pelo governo brasileiro. A perda ou não renovação dessas concessões sem a substituição tempestiva por novas concessões outorgadas a terceiros que possam continuar os serviços prestados e estejam dispostos a fazer isso em condições similares às praticadas pelos prestadores de serviço anteriores poderá afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira.

Além disso, a Companhia está sujeita a riscos de controle de qualidade associados aos produtos, que podem afetar seu mercado consumidor e seus consumidores. Nesse sentido, a Companhia observa que os produtos têm várias propriedades que influenciam os processos dos consumidores, bem como a qualidade dos produtos que eles fabricam. Da mesma forma, a Companhia também está sujeita a possíveis reclamações referentes à qualidade de seus produtos, que podem ter um efeito negativo relevante nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

O não atendimento às expectativas dos stakeholders em relação a questões ESG pode expor a Companhia a vários riscos.

Há um foco crescente dos clientes, investidores, reguladores e outros stakeholders importantes da Companhia em questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Novas regulamentações e normas foram aprovadas em várias jurisdições e os investidores têm imposto requisitos específicos. As normas regulatórias e industriais e as expectativas de fóruns globais e stakeholders em relação a questões ESG, incluindo no que diz respeito a controles internos, suposições e estimativas, ainda estão evoluindo. À medida que essas normas e expectativas evoluem, as práticas da Companhia anteriormente aceitáveis podem se tornar obsoletas. Isso resulta no aumento de despesas e maior tempo e atenção da gestão dedicados a requisitos relacionados a ESG. Se as práticas e políticas da Companhia não atenderem às expectativas de seus principais stakeholders em relação a questões ESG, sua receita, capacidade de acesso a capital e sua reputação podem ser adversamente impactadas. A Companhia compartilha publicamente suas iniciativas e metas de ESG, o que a sujeita a um escrutínio aprimorado de seus investidores, reguladores e do público em geral. Vários riscos e fatores podem impedir a Companhia de alcançar essas metas, incluindo sua capacidade de atender aos principais indicadores de desempenho exigidos por seus instrumentos de dívida com metas de ESG. A falha da Companhia em progredir nessas áreas de forma oportuna, ou revisões de suas iniciativas e metas, poderiam afetar negativamente sua condição financeira e nossas operações.

Ao mesmo tempo, as expectativas dos stakeholders não são uniformes, incluindo o recente e crescente sentimento “anti-ESG” em algumas regiões. Por meio das expectativas ESG e/ou anti-ESG, podemos nos deparar com obrigações de conformidade adicionais, tornar-nos objeto de investigações ou litígios e afetar negativamente nossa condição financeira e nossas operações.

Gerenciar as diferentes expectativas dos legisladores e de outros stakeholders exige o envolvimento interno e externo da diretoria e tem custos e incertezas inerentes, e qualquer falha nesse processo pode nos expor a publicidade negativa, ativismo dos acionistas, litígio ou outro envolvimento de stakeholders pró e contra o ESG/DEI, expondo-nos a danos à reputação de nossos clientes atuais e potenciais, funcionários e terceiros com os quais fazemos negócios, e pode afetar negativamente nossa retenção de funcionários, marca e reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir o sucesso na implementação da sua estratégia relacionada a aquisições, joint ventures ou transações similares, nem gerenciar os riscos derivados dessas transações.

Como parte da sua estratégia de negócios, a Companhia pode ocasionalmente realizar fusões, aquisições e desinvestimentos. Ela pode não conseguir identificar alvos para sua estratégia de aquisição ou implementar com sucesso sua estratégia de desinvestimento, negociar ou concluir com êxito suas transações de fusão e aquisição, incluindo a falta de aprovação regulatória necessária no Brasil ou no exterior, ativos e instalações recém-adquiridos podem não atender às expectativas financeiras, operacionais ou de desempenho, o que pode impactar adversamente sua estratégia de negócios e o preço de negociação de seus títulos.

De tempos em tempos, a Companhia realiza alianças estratégicas, *joint ventures*, desinvestimentos e outras parcerias estratégicas no Brasil ou em outros países. Conflitos e discordâncias com seus parceiros ou contrapartes, eventos inesperados ou mudanças nas condições de mercado, ou falha no gerenciamento de alianças estratégicas, podem afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira ou impedir que realize os ganhos esperados dessas aquisições ou alianças.

Além disso, alguns dos ativos da Companhia ativos podem ser controlados e gerenciados por parceiros de *joint venture* que podem não estar em conformidade total com seus padrões, controles e procedimentos, incluindo seus padrões de saúde, segurança, meio ambiente e comunidade. A falha de qualquer um de seus parceiros em adotar padrões, controles e procedimentos equivalentes aos da Companhia pode levar a custos mais altos, redução na produção ou incidentes ou acidentes ambientais, de saúde e segurança, que podem afetar adversamente os resultados da Companhia e sua reputação.

A Companhia pode não conseguir integrar com sucesso suas empresas adquiridas ou capturar as sinergias esperadas de suas fusões e aquisições.

A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso suas empresas adquiridas ou obter as sinergias esperadas de suas fusões ou aquisições. Em particular, a Companhia pode não conseguir realizar as economias de custo esperadas a partir da combinação das instalações de produção das empresas, ou as sinergias previstas a partir de aquisições conjuntas de matérias-primas, compartilhamento de técnicas de produção aprimoradas e integração de departamentos administrativos.

Se a Companhia falhar em alcançar as sinergias de suas fusões ou aquisições futuras, os resultados operacionais, a condição financeira e o preço de negociação de seus títulos podem ser adversamente afetados. Mesmo que a Companhia alcance as sinergias esperadas em eventuais fusões e aquisições futuras, pode não ser capaz de realizá-las plenamente dentro do prazo previsto.

A Companhia registrou um montante significativo de ágio e outros ativos intangíveis com vida útil determinada, que podem estar sujeitos a encargos de redução ao valor recuperável sob certas circunstâncias em períodos futuros de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Tais perdas podem afetar negativamente sua condição financeira e resultados operacionais ou o preço de negociação de seus valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor do ágio e outros ativos com vida útil definida era de R$ 8.192,3 milhões e R$ 5.710,0 milhões, respectivamente. Para mais informações, vide nota explicativa 16 às demonstrações financeiras (DF) referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024. Com base no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma possível necessidade de depreciação, ou mais frequentemente se qualquer evento ou circunstância indica que a Companhia incorreu em prejuízo por depreciação. Ainda, com baseado no IFRS a Companhia é obrigada a realizar uma análise para depreciação de ativos com vida útil indeterminada quando o valor contábil dos ativos líquidos exceder sua capitalização de mercado. Como resultado, a Companhia pode ser obrigada a reconhecer uma depreciação no valor do ágio e outros ativos intangíveis no futuro, se for exigido pelo IFRS, o que pode afetar adversamente sua condição financeira e resultado ou preços de negociação de seus valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Atrasos na expansão das unidades industriais da Companhia, na construção de novas unidades ou no início ou aumento na produção antes da demanda (ramp up) de instalações novas ou ampliadas podem aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente seus resultados e sua condição financeira.

Como parte de sua estratégia a Companhia pode decidir expandir suas unidades industriais existentes ou construir novas unidades industriais. A expansão ou construção de uma unidade industrial envolve vários riscos. Esses riscos envolvem engenharia, construção, sistemas operacionais, integração com a unidade existente em projetos *brownfield*, regulamentações e outros desafios significativos esperados ou inesperados que podem atrasar ou impedir a operação bem- sucedida do projeto ou aumentar significativamente os custos da Companhia. A capacidade da Companhia de concluir com sucesso qualquer expansão ou novo projeto de construção está sujeita a riscos, incluindo conforme descrito abaixo:

- a Companhia pode não conseguir completar projetos de expansão ou de novas construções no prazo originalmente estabelecido ou sem exceder o orçamento esperado ou requerido pelas condições de mercado ou outros fatores que atrasem o início da construção ou o cronograma para a finalização de novos projetos e expansões, incluindo condições metereológicas adversas, desastres naturais, pandemias, incêndio, atrasos em fornecimentos, insumos ou mão- de-obra e acidentes que prejudiquem ou impossibilitem o andamento de projetos em desenvolvimento pela Companhia;
- as novas instalações ou instalações expandidas podem não operar na capacidade projetada, não aumentar sua produção (*ramp up*) conforme o planejado ou custar mais para operar do que era esperado pela Companhia;
- a Companhia pode não ser capaz de vender sua produção adicional a preços competitivos;
- a Companhia pode não ter recursos ou pode não conseguir financiamento para implementar seu plano de crescimento;
- variações na taxa de câmbio ou no preço do produto podem diminuir significativamente o valor gerado pelo projeto de expansão ou novas instalações;
- mudanças climáticas poderiam afetar a base florestal para novos projetos ou *brownfields* e aumentar significativamente o custo de madeira; e
- as unidades industriais existentes da Companhia podem sofrer um impacto negativo, resultando em instabilidade operacional.

Qualquer dos eventos acima, se verificados, podem causar um impacto negativo nos negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A cobertura de seguro da Companhia pode ser insuficiente para cobrir suas perdas e não abrange danos causados às suas florestas, o que pode causar um efeito adverso relevante nos resultados e na condição financeira da Companhia.

A cobertura de seguros da Companhia para danos em suas florestas, unidades, represas, usinas hidrelétricas e outras instalações operacionais decorrentes de riscos operacionais ou responsabilidade de terceiros por acidentes, bem como para transporte doméstico e internacional, pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Companhia possa vir a sofrer em eventuais sinistros de magnitude catastrófica ou então decorrentes de particularidades excluídas e/ou descobertas pelas devidas apólices contratadas. A Companhia não mantém cobertura contra danos decorrentes de guerra, caso fortuito, força maior, interrupção de certas atividades inclusive em decorrência de pandemias, bem como incêndio, furtos, pragas ou quaisquer outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos que não estejam cobertos pelos seguros da Companhia, decorrente de limitação de cobertura, prejuízos superiores aos limites estabelecidos em apólice ou quaisquer outros motivos que impeçam o recebimento de indenização, podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados, em efeitos adversos à capacidade de operar e/ou em escassez de suprimento de madeira, o que pode afetar a produção da Companhia. Ademais, os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Companhia poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros ou então das características dos próprios riscos cobertos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia opera sob determinados regimes fiscais no Brasil e no exterior, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação podem afetar adversamente os resultados e a geração de caixa líquido da Companhia.

A Companhia possui benefícios fiscais em virtude de projetos de investimento em regiões subdesenvolvidas do Brasil em que atuam a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, sendo ambas amparadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) além de outros benefícios fiscais federais. No âmbito estadual, a Companhia também é beneficiária de incentivos fiscais com base em legislação estadual, como o PROMARANHÃO no estado do Maranhão e o "Desenvolve" no estado da Bahia, publicados pelo Regime Especial nº 004/2012 e o Decreto nº 18.270/18, respectivamente,, considerados os mais relevantes para suas operações.

A Companhia não pode assegurar que os incentivos fiscais de que é atualmente beneficiária serão mantidos ou renovados, inclusive (mas não exclusivamente) em razão das condições macroeconômicas adversas, que poderão afetar incentivos atualmente relevantes ao setor, como, por exemplo, o "RECAP" (Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras) e "Preponderante Exportador", entre outros. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados e na geração de caixa líquido da Companhia. Em caso de eventuais questionamentos, inclusive de ordem constitucional ou se a Companhia não for capaz de cumprir com obrigações relacionadas a tais benefícios fiscais, estes podem ser suspensos ou cancelados e a Companhia pode ser demandada a pagar os tributos devidos dos últimos cinco anos, incluindo acréscimos legais na forma da legislação aplicável, o que poderá afetá-la adversamente.

As atividades da Companhia de exportação e comércio internacional também são conduzidas sob certos regimes tributários, incluindo decisões e incentivos em alguns países estrangeiros, como, por exemplo, a Áustria. Essas decisões ou benefícios fiscais expiram e precisam ser renovadas periodicamente. A Companhia não pode garantir que os regimes e incentivos fiscais dos quais atualmente se beneficia serão renovados ou mantidos no futuro. Além disso, a Companhia também se beneficia das disposições de tratados internacionais firmados pelo governo federal brasileiro para evitar a dupla tributação, como o "tratado de não tributação dupla" entre o Brasil e a Áustria, segundo o qual os lucros auferidos por sua subsidiária integral na Áustria não estão sujeitos à dupla tributação no Brasil.

A interpretação da Companhia sobre as disposições de tratados internacionais pode diferir da Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entrou com um mandado de segurança no Brasil para fazer valer certas interpretações relacionadas ao Tratado Brasil-Áustria. O tribunal de primeira instância decidiu a favor da Companhia, concedendo o mandado e proibindo a RFB de tributar os lucros da entidade austríaca. Esta decisão está sujeita a recurso, e a Companhia está aguardando a decisão do tribunal de apelação. Se a decisão final determinar que o tratado Brasil-Áustria não impede a RFB de tributar os lucros da entidade austríaca, a posição financeira da Companhia pode ser adversamente afetada de forma significativa.

Em junho de 2023, o Brasil adotou regras para um modelo de preços de transferência alinhado com as diretrizes da OCDE. Este novo sistema de preços de transferência é obrigatório para todos os contribuintes a partir de 1º de janeiro de 2024. Como resultado, as práticas atuais de preços de transferência entre a Companhia e suas entidades austríacas mudaram e podem ter um impacto significativo na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia pode ser afetado negativamente por sua condição financeira e pode ser necessário utilizar uma parcela significativa do seu fluxo de caixa para pagar o serviço das suas dívidas, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida total consolidada da Companhia era de R$ 101,4 bilhões (aqui entendido como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, a dívida total consolidada da Companhia era de R$ 91,6 bilhões (aqui entendido como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo). A Companhia está sujeita aos riscos normalmente associados a uma dívida significativa, que podem ter consequências relevantes para os investidores. O endividamento pode, dentre outros fatores: (i) exigir que a Companhia utilize uma parcela significativa do seu fluxo de caixa operacional para sanar suas obrigações, reduzindo assim a disponibilidade de fluxo de caixa para financiar seu capital de giro, operações, investimentos, pagamentos de dividendos,

4.1 Descrição dos fatores de risco

aquisições estratégicas, expansão de suas operações e outras atividades de negócios; (ii) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a um desaquecimento das condições gerais econômicas e setoriais, o que pode fazer com que a Companhia não tenha condições de realizar investimentos importantes para o seu crescimento; (iii) limitar, juntamente com outras cláusulas restritivas nos instrumentos financeiros firmados pela Companhia, a capacidade da Companhia de incorrer em dívidas adicionais, financiamento de capital próprio ou alienação de ativos; e (iv) reduzir a capacidade da Companhia em diminuir sua alavancagem, colocando-a em desvantagem competitiva perante seus concorrentes com dívidas menores.

Além disso, a Companhia está sujeita a contratos que regem seu endividamento e exigem o cumprimento de determinadas avenças. Uma piora significativa ou prolongada das condições gerais econômicas ou de negócios, bem como outros desdobramentos negativos referentes aos resultados operacionais e condição financeira da Companhia, podem comprometer sua capacidade de cumprir essas avenças e demandar da Companhia providências para redução de sua dívida ou medidas contrárias aos seus atuais objetivos de negócio. Assim, as restrições associadas a essas avenças podem impedir que a Companhia tome providências que julgue serem interessantes para o seu negócio, podendo também dificultar a execução de sua estratégia de negócios ou sua concorrência efetiva com companhias que não estão sujeitas a restrições do tipo. Além disso, a Companhia pode vir a incorrer em dívidas adicionais significativas no futuro, que podem sujeitá-la a outras cláusulas restritivas, as quais poderão afetar sua flexibilidade financeira e operacional ou aumentar os riscos associados ao seu endividamento mencionados acima. A Companhia também pode vir a ter a necessidade de refinanciar toda ou uma parcela da sua dívida nas respectivas datas de vencimento ou antes destas, podendo não conseguir realizar os respectivos refinanciamentos ou fazê-lo em termos comerciais não razoáveis ou menos favoráveis.

Adicionalmente, um inadimplemento dos contratos financeiros da Companhia que não seja tolerado pelos credores em questão poderá resultar em vencimento antecipado do saldo em aberto da dívida bem como de outros débitos que se beneficiem de cláusulas de inadimplemento cruzado e vencimento antecipado cruzado. Se esses eventos ocorressem, as atividades, a condição financeira e o preço das ações da Companhia poderiam ser impactados negativamente.

Caso a Companhia seja incapaz de administrar os problemas e riscos em potencial relacionados a aquisições e alianças, seus negócios e perspectivas de crescimento podem ser afetados.

A Companhia tem realizado alianças e aquisição de ativos e poderá no futuro, como parte de sua estratégia, adquirir outros ativos ou negócios, e/ou firmar alianças no Brasil ou em outros países. Disputas com seus parceiros de negócios, eventos inesperados, alterações em condições de mercado, bem como dificuldades ao integrar novos negócios, ou administrar novas alianças com êxito, podem afetar adversamente o desempenho comercial e financeiro da Companhia e/ou impedir a captura de ganhos esperados. Caso a Companhia venha a se engajar em futuras transações de aquisições em formato de sociedade ou parceria, estará sujeita a certos riscos, incluindo aqueles atinentes à escolha do sócio ou parceiro, bem como aos riscos de falhas no planejamento e/ou gestão de qualquer nova aliança estratégica.

Ademais, qualquer nova aquisição ou aliança estratégica poderá afetar os custos da Companhia e sua efetivação envolve riscos de variadas naturezas, incluindo: (i) possibilidade de se superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, proporcionando um retorno financeiro aquém do esperado; (ii) possibilidade de impacto significativo das métricas financeiras, incluindo aumento da alavancagem financeira da Companhia; (iii) alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração, as quais podem não ser bem sucedidas; (iv) impactos financeiros e contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia referentes a custos não antecipados/previstos; (v) ausência de captura, captura parcial e/ou tardia das sinergias esperadas, impactando o resultado da Companhia; (vi) falha no processo de integração de cultura empresarial e de colaboradores; (vii) celebração de contratos e/ou documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia; (viii) ausência de mapeamento de forma exaustiva ou ausência de obtenção das autorizações regulatórias necessárias às operações das sociedades adquiridas ou em processo de aquisição, no Brasil ou no exterior, podendo sofrer sanções administrativas, incluindo o pagamento de multas; (ix) falha no monitoramento adequado dos riscos relacionados a aderência de sociedades em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (compliance, anticorrupção e outras); (x) falha em auditorias ou no mapeamento de riscos relacionadas a passivos (incluindo passivos contingenciais) a que as sociedade adquiridas estão expostas; (xi) necessidade de coordenação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da administração da Companhia no dia a dia das demais atividades operacionais e com relação aos negócios atuais da Companhia; (xii) falhas na integração de sistemas e demais mecanismos de tecnologia da informação das sociedades adquiridas; e (xiii) exposição frente às contingências (judiciais, administrativas ou arbitrais), materializadas ou não, das sociedades adquiridas, que podem nos impactar não apenas financeiramente, mas também reputacionalmente.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, a Companhia poderá ser impactada negativamente do ponto de vista financeiro e reputacional, o que pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Falhas nos sistemas de tecnologia da informação ou em máquinas automatizadas da Companhia podem interromper seus negócios e impactar negativamente suas operações. A Companhia está exposta a ações externas, como ciberataques, acesso impróprio a informações confidenciais e interrupção de seus sistemas.

As operações da Companhia são dependentes de sistemas de tecnologia da informação que gerenciam de forma eficiente seus processos internos. Portanto, interrupções desses sistemas podem impactar ou até paralisar seus negócios e afetar negativamente o processo produtivo. A sofisticação das ameaças continua a evoluir e crescer, incluindo o risco associado ao uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, robótica, dispositivos inteligentes e soluções de trabalho remoto. Além disso, a Companhia coleta e armazena dados, incluindo informações comerciais próprias, além de coletar informações confidenciais ou pessoais em certas atividades de seus negócios, que estão sujeitas a leis de privacidade e segurança, regulamentações e controles impostos pelos clientes da Companhia. Além disso, qualquer falha nos sistemas da Companhia ou dos seus fornecedores de terceiros relacionados a informações confidenciais, causada por ciberataques externos ou ações internas, incluindo negligência e má conduta dos funcionários da Companhia, pode impactar negativamente sua reputação entre concorrentes e partes interessadas externas (governo, reguladores, fornecedores e outros).

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia e de seus fornecedores terceiros podem apresentar vulnerabilidades sendo impactadas por ações externas, como desastres naturais, vírus, ciberataques e outras violações de segurança.

Danos ou interrupções em determinados sistemas críticos podem ter um efeito adverso material nos resultados comerciais da Companhia, incluindo multas, passivos dos clientes ou litígios legais.

Tanto a Companhia quanto seus fornecedores terceiros podem estar sujeitos a violações de sistemas de automação que podem causar desligamentos parciais e temporários das operações e acesso não autorizado a informações estratégicas, além de alterações ou perda de dados relevantes. Os custos associados à abordagem dessas vulnerabilidades e questões relacionadas podem ser significativos, dependendo da criticidade e relevância das informações afetadas.

A Companhia não pode garantir totalmente que suas medidas para deter atividades não autorizadas em seus sistemas ou os procedimentos adotados pelos fornecedores terceiros a protegerão de certos tipos de ataques, o que pode ter um efeito adverso material em seus negócios e reputação.

A redução da classificação de risco de crédito da Companhia pode aumentar seu custo de captação e/ou restringir a disponibilidade de novos financiamentos ou injeções de capital e ter um efeito adverso.

A classificação de risco indica a probabilidade, dadas as diferentes metodologias de avaliação por cada agência responsável, de pagamento das dívidas e obrigações da Companhia no seu vencimento, assim como a pontualidade no pagamento dos juros e demais custos da Companhia. A classificação de risco atribuída à Companhia pelas agências de classificação poderá ser elevada, reduzida ou mantida em decorrência, dentre outros fatores, da avaliação das agências de risco sobre a situação financeira da Companhia por diferentes metodologias. Portanto, a Companhia não pode assegurar que a sua classificação de risco será mantida por qualquer período de tempo ou que não será rebaixada ou cancelada.

A classificação de risco pode impactar a condição financeira em geral da Companhia, incluindo taxas de juros pagas sobre financiamentos tomados e a percepção do mercado sobre a situação financeira da Companhia, que por sua vez poderia ter um efeito material adverso sobre a habilidade de realizar pagamentos nas datas

4.1 Descrição dos fatores de risco

devidas. Caso a classificação de risco da Companhia venha a ser reduzida e a percepção do mercado venha a ser de deterioração da situação financeira, os custos associados aos financiamentos podem subir e o resultado da Companhia ser impactado de forma adversa.

Adicionalmente, a classificação de risco da Companhia é sensível a qualquer mudança sobre a classificação do risco soberano brasileiro. A classificação do risco soberano brasileiro foi reduzida em 2016 e 2018 e, apesar do upgrade na classificação de risco em 2023, o país não se classifica com o grau de investimento, de acordo com a metodologia das maiores agências de classificação globais. Qualquer novo rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil pode gerar consequências adversas na capacidade da Companhia de obter financiamentos ou nos custos desses financiamentos e, consequentemente, sobre os seus resultados.

Oscilações em taxas de juros, bem como a incapacidade da Companhia de gerenciar riscos associados à substituição de índices de referência, podem aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia e afetar negativamente seu desempenho financeiro geral.

Os resultados financeiros da Companhia são afetados por mudanças nas taxas de juros, como a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) nas respectivas operações), a Taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a Taxa de Longo Prazo (TLP). A taxa CDI tem flutuado significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, sendo um instrumento do Banco Central do Brasil para gerenciar a inflação e atingir suas metas políticas. A taxa CDI era de 12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024, enquanto era de 11,65% a.a. e 13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A taxa TLP era de 6,66% a.a., 5,56% a.a. e 5,23% a.a. em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente.

Um aumento significativo nas taxas de juros pode impactar a capacidade da Companhia de obter financiamento em termos aceitáveis, e um aumento nas taxas de juros, particularmente TLP, CDI, a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) ou o índice de inflação para bens de consumo (IPCA), poderia ter um efeito adverso material nas despesas financeiras da Companhia, já que uma parte significativa de sua dívida (empréstimos do BNDES, debêntures e *Export Prepayment Facilities*) está atrelada a essas taxas. Por outro lado, uma redução significativa na taxa CDI poderia impactar adversamente as receitas financeiras da Companhia derivadas de atividades de investimento, já que uma parte substancial de seu caixa está investida em instrumentos do mercado monetário brasileiro que são vinculados à taxa CDI.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a Companhia, suas subsidiárias, seus administradores e/ou acionistas controladores podem afetar adversamente a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas subsidiárias são rés em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária, trabalhista e criminal, e poderão vir a ser rés ou autuadas em outros processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza cível, tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental, regulatória/administrativa e/ou criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que não será compelida a realizar depósitos judiciais adicionais, que os resultados desses processos serão favoráveis aos seus interesses, ou que contará com provisionamento ou com provisionamento suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Em qualquer desses casos, a Companhia ou suas subsidiárias podem ser obrigadas a realizar dispêndios significativos de capital, o que pode comprometer os seus negócios e sua liquidez, e afetá-las adversamente. Além disso, a imagem da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser adversamente afetada.

Adicionalmente, qualquer dos administradores ou acionistas controladores da Companhia podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, cuja existência ou cujo resultado podem afetá-los adversamente, especialmente se forem de natureza criminal. Caso tais processos impossibilitem qualquer dos administradores ou acionistas controladores da Companhia de exercer as suas funções ou afetem a reputação da Companhia, a Companhia pode ser afetada adversamente.

Para mais informações sobre os processos dos quais a Companhia é parte, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal.

Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que fará os provisionamentos em valores suficientes para processos resultantes de fiscalização, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas regras da legislação tributária em razão da inscrição de débitos fiscais em programas específicos de parcelamentos divulgados pelas Autoridades Tributárias. Caso deixe de cumprir quaisquer dessas regras os programas poderão ser rescindidos e os benefícios decorrentes deles cancelados.

Os programas de parcelamento em âmbito federal e estadual aos quais a Companhia aderiu estabelecem como condição o cumprimento de determinados requisitos, inclusive em relação à regularidade do pagamento dos débitos sujeitos aos parcelamentos. Caso a Companhia não cumpra com as regras estabelecidas, os programas serão rescindidos e os respectivos benefícios cancelados. O inadimplemento ocasionaria, também, a imediata exigibilidade do valor remanescente do débito, com incidência dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, o que pode impactar os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia, com o retorno do débito no passivo.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A deterioração nas relações trabalhistas com os empregados poderá afetar negativamente a Companhia.

A Companhia depende do uso intensivo da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Ainda, mudanças nos regulamentos de segurança e terceirização podem acarretar aumento dos custos relativos à mão de obra da Companhia. Existe a possibilidade de a Companhia, de acordo com a legislação atualmente em vigor, ser considerada responsável por obrigação empregatícia em relação aos funcionários das suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratadas, ou ainda ser estabelecido vínculo empregatício direto entre os funcionários terceirizados e a Companhia.

A introdução de um arcabouço jurídico mais rigoroso pertinente ao uso de funcionários terceirizados ou terceiros subcontratados e/ou a imposição de obrigações adicionais sobre o contratante de serviços terceirizados, pode aumentar os custos relativos à mão de obra, bem como afetar adversamente os negócios e operações da Companhia.

Segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, ou caso a Companhia venha a trabalhar com empresas que não estejam suficientemente comprometidas em assegurar a segurança de seus próprios funcionários, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades.

Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de funcionários adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

As atividades da Companhia exigem atualmente e poderão exigir no futuro capital adicional, que poderá não estar disponível, estar disponível em termos e condições desfavoráveis ou desvantajosas ou poderão resultar na diluição da participação dos titulares de ações ordinárias de sua emissão.

No curso normal, as atividades da Companhia exigem volumes significativos de capital, e a Companhia depende, além do caixa gerado por suas atividades operacionais, de recursos decorrentes de financiamentos junto a instituições financeira para atender as suas necessidades de capital. Adicionalmente, as empresas brasileiras de papel e celulose, incluindo a Companhia, realizaram investimentos durante os últimos anos a fim de competir no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

Dentro desse contexto, a Companhia depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos e capital de giro. A Companhia não pode garantir que suas atuais fontes de recursos serão suficientes ou que permanecerão disponíveis para atender as suas necessidades de capital, o que pode obrigá- la a buscar recursos adicionais nos mercados financeiros e de capitais. Esses recursos podem não estar disponíveis ou estar disponíveis em termos e condições desfavoráveis ou desvantajosas. Portanto, a Companhia pode não ter sucesso em obter, no mercado, os recursos necessários para honrar os vencimentos de dívidas contratadas, ou ter de levantar esses recursos a custos elevados. Adicionalmente, o crescimento da Companhia pode ser prejudicado, sendo obrigada a adiar determinados projetos ou abrir mão de oportunidades de mercado, o que pode afetar seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

É possível que futuros instrumentos de empréstimo, como linhas de crédito, contenham cláusulas restritivas e/ou exijam que a Companhia tenha de onerar ativos em garantia. Além disso, a Companhia pode recorrer a operações de oferta pública de distribuição de ações ordinárias e/ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias para obter tais recursos adicionais. Qualquer captação por meio desta modalidade, inclusive por meio de ofertas públicas, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, acarretar na diluição de sua participação no capital social da Companhia e criar uma volatilidade adicional no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Todos esses fatores podem ter um efeito adverso para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os titulares das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto da Suzano exigem que a Companhia distribua anualmente a seus acionistas dividendos mínimos obrigatórios, que chamamos de dividendo obrigatório, após algumas deduções, incluindo prejuízos acumulados e valores alocados a participações de colaboradores e administradores, reserva legal e reserva de contingências e valores baixados no tocante à reserva de contingências acumulada em exercícios anteriores, de acordo com a legislação brasileira. De acordo com o artigo 26 do Estatuto da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório corresponde ao menor dos valores a seguir: (i) 25% do lucro líquido ajustado e (ii) 10% do fluxo de caixa operacional gerado no exercício em questão. A geração do Fluxo de Caixa Operacional (FCO) é calculada a partir da seguinte fórmula: FCO = EBITDA Ajustado – Capex de Manutenção, onde "EBITDA" significa o lucro líquido da Companhia no exercício, expresso em moeda nacional, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, receita e despesas financeiras, depreciação, amortização e exaustão. "EBITDA Ajustado" significa o EBITDA excluindo itens não recorrentes e/ou sem efeito no caixa e ganhos (perdas) decorrentes de alterações no valor justo da venda de ativos biológicos. "Capex de Manutenção" significa o valor, expresso em moeda nacional, dos investimentos em manutenção executados no exercício.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia de capital aberto, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos e juros sobre capital próprio em um determinado ano, se o conselho de administração informar aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável em vista da condição financeira ou disponibilidade de caixa. Dessa forma, poderá não haver lucro líquido disponível para pagamento de de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relativos ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, podendo ser afetada adversamente pela aplicação de sanções, inclusive pecuniárias.

A Suzano está sujeita a diversas leis de proteção de dados nas juridições onde atua, tais como o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD), a Lei de Proteção de Informações Pessoais da China (PIPL) e as leis estaduais dos Estados Unidos. As leis e regulamentos de privacidade e proteção de dados pessoais estabelecem, de forma detalhada, as regras para coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais, internamente ou com terceiros.

A LGPD, em conjunto com outras regulamentações globais aplicáveis, afeta todos os setores econômicos, inclusive na relação entre clientes e prestadores de serviços, funcionários e empregadores e outras relações em que há o tratamento de dados pessoais, tanto fisicamente quanto digitalmente. De acordo com essas leis, incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano significativo a dados pessoais e seus titulares devem ser reportados às autoridades de proteção de dados aplicáveis (no caso do Brasil, temos a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – "ANPD") e em um prazo razoável. Para a Companhia se adequar às leis e regulamentos de privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis, os processos relacionados ao tratamento de dados pessoais vêm sofrendo mudanças significativas, gerando custos adicionais para adaptar tais tratamentos de dados pessoais de acordo com a legislação e com os direcionamentos das autoridades, inclusive da ANPD.

O não cumprimento da LGPD pode resultar em sanções administrativas e litígios. Como resultado, a falha da Companhia em aderir às leis promulgadas ou aprovadas nas diferentes jurisdições em que opera poderia impactar adversamente seus negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Embora a Companhia tenha buscado ajustar seus processos de negócios que incluem o processamento de dados pessoais para cumprir todos os requisitos aplicáveis de privacidade e proteção de dados, não pode assegurar que seu programa de proteção de dados pessoais será considerado suficiente pelas autoridades de proteção de dados para atender às disposições das leis, dada a falta de orientação sobre requisitos específicos, nem que suas práticas evitarão quaisquer falhas na proteção dos dados pessoais processados pela Companhia, incluindo incidentes de cibersegurança.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade ou falha em proteger os seus ativos de propriedade intelectual ou, ainda, a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos de propriedade intelectual, essencialmente, marcas, cultivares e nomes de domínio, de modo que quaisquer problemas relacionados a tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marcas perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas pela Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia e/ou sua reputação.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de algum de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer ativos de propriedade intelectual existentes ou futuro solicitado ou licenciado pela Companhia. Ainda, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços oferecidos pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados a ativos de propriedade intelectual que, ainda que sem mérito, podem ser onerosos e demorados. Qualquer demanda que verse sobre propriedade intelectual considerada relevante para as atividades da Companhia pode ter um efeito negativo no resultado operacional da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas para proteger os direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas. Para mais informações acerca da política e das transações com partes relacionadas da Companhia, veja os itens 11.1 e 11.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

As políticas da Companhia, o Código de Ética e Conduta e controles internos da Companhia podem falhar ou não ser suficientes para evitar violação de leis de combate à corrupção, fraudes e práticas irregulares por parte dos administradores, empregados e fornecedores da Companhia, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos internos de prevenção e combate à corrupção da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros de sua administração, funcionários e terceiros que agem em interesse ou benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 11.129/2022, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, podem não ser capazes de detectar (i) violações à legislação e à regulamentação anticorrupção acima mencionadas ou outras violações relacionadas; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício da Companhia; (iii) os riscos que sua política de gerenciamento identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos; e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, o novo modelo de trabalho remoto de funcionários implementado atualmente, que à princípio surgiu em virtude da COVID-19, pode dificultar o monitoramento e detecção de violações e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de empregados da Companhia. A Companhia pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores, controladas ou sociedades coligadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros atuando em nome, interesse ou benefício da Companhia podem resultar em (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda dos benefícios ilicitamente obtidos, bem como de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração; (iv) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; (v) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (vii) danos reputacionais causados pela publicação de eventual condenação e inserção da Companhia em listas de empresas sancionadas. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de suas ações.

As atividades de hedging da Companhia podem expô-la a perdas em razão da flutuação das taxas de câmbio ou de juros, que podem acarretar um efeito material adverso em seus resultados e em sua situação financeira.

Nos termos de suas políticas, a Companhia regularmente utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros, opções e swaps para a realização de operações de hedging cambial, de taxa de juros, de preço de commodities e de inflação. Tradicionalmente, a Companhia usa transações de hedging para, dentre outros: (i) proteger suas receitas (que são primariamente denominadas em dólares americanos) quando convertida para reais (sua moeda funcional), (ii) converter parte de sua dívida denominada em reais em dólares americanos, (iii) trocar as taxas de juros flutuantes de sua dívida por taxas de juros fixas; (iv) trocar a variação monetária flutuante de sua dívida pela taxa de juro fixa, e trocar parte de sua dívida indexada ao IPCA pelo CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são contabilizados, de acordo com o IFRS, pelo valor justo. O valor justo desses instrumentos pode aumentar ou diminuir, dentre outros motivos, pela flutuação na taxa de câmbio ou na taxa de juros, antes da data de sua liquidação. A recente valorização do real frente ao dólar americano levou à diminuição do valor justo negativo de tais instrumentos. Por conta desses fatores de risco do mercado, a Companhia poderá incorrer em prejuízos. As referidas flutuações podem resultar também de mudanças nas condições econômicas, do sentimento dos investidores, das políticas monetárias e fiscais, da liquidez dos mercados, de eventos políticos regionais internacionais, de atos de guerra, de terrorismo, dentre outros.

Caso seja necessário deixar de realizar transações de *hedging*, a Companhia poderá ficar exposta aos riscos cambiais, de taxa de juros e de inflação, que são capazes de afetar material e adversamente seus resultados operacionais e sua condição financeira.

b) com relação aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

A gestão da Companhia é fortemente influenciada por seus acionistas controladores e os interesses de seus atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo reorganizações societárias e alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na Companhia e disponível no site da Relação com Investidores da Companhia (https://ri.suzano.com.br/) e na CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Caso a Companhia deixe de ter acionistas controladores, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados operacionais.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

Os interesses dos executivos da Companhia, beneficiários de planos de remuneração baseados em ações, podem diferir dos interesses dos acionistas com uma visão de investimento de longo prazo.

Os executivos da Companhia são beneficiários de planos de remuneração baseados em ações, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado das ações da Companhia. Assim, os seus interesses podem eventualmente ficar substancialmente vinculados ao valor de mercado das ações da Companhia. Caso isto ocorra, estes executivos poderão dirigir os negócios e as atividades da Companhia com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses de acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

c) com relação às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não identifica fatores de riscos relacionados às suas controladas, que sejam diferentes dos fatores de risco aplicáveis à Companhia.

d) com relação aos administradores da Companhia

A Companhia não identifica fatores de riscos relacionados aos seus administradores, que sejam diferentes dos fatores de risco aplicáveis à Companhia.

e) com relação aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de fornecedores terceiros e prestadores de serviços para uma parcela significativa de suas necessidades de madeira, outras matérias-primas e certos serviços essenciais.

A produção de madeira da Companhia não é suficiente para satisfazer suas necessidades e, portanto, a Companhia procura fornecedores com os quais celebra contratos de compra e venda de madeira em pé ou compra de madeira a ser entregue nas unidades industriais da Companhia. Os contratos de fornecimento de médio e longo prazo com fornecedores de madeira podem variar de 1 a 3 ciclos florestais, de aproximadamente 7 anos cada. Os contratos da modalidade de fomento ou parcerias florestais são realizados em média com prazos de 14 anos. As condições de preço de madeira estão sujeitas as variações cíclicas e circunstanciais da demanda de madeira nas diferentes regiões onde a Companhia atua. Qualquer interrupção no fornecimento que represente uma redução relevante na madeira disponível para processamento pela Companhia poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia possui poucas fontes de fornecimento para alguns insumos e serviços que são relevantes para o seu processo produtivo. A Companhia celebra contratos de fornecimento de médio e longo prazo com esses fornecedores ou prestadores de serviços. Portanto, eventual redução significativa no fornecimento ou aumento de custos, por parte de fornecedor ou prestadores de serviço relevante, de óleo combustível, de pasta mecânica, soda caustica e de gás, poderá afetar o mix, a margem ou a disponibilidade dos produtos da Companhia, o que afetará adversamente seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores e prestadores de serviços cumprirão todas as leis e regulamentações aplicáveis relacionadas a condições de trabalho, sustentabilidade, garantia da cadeia de produção e condições de segurança adequadas. A legislação brasileira pode impor à Companhia responsabilidade por práticas inadequadas de seus fornecedores e prestadores de serviços. Se os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia se envolverem em práticas comerciais inadequadas (particularmente práticas ambientais ou trabalhistas inadequadas ou ilegais), os negócios, resultados operacionais e reputação da Companhia podem ser negativamente afetados.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores ou clientes para os quais tenham sido efetuados adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos podem afetar os resultados da Companhia.

É prática corrente e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Companhia atua, a concessão de adiantamentos a fornecedores e venda a prazo a clientes. Ao realizar adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos aos seus fornecedores ou clientes, a Companhia assume seus riscos de inadimplência. Além disso, a Companhia assume riscos adicionais ao usar instrumentos de dívida para fazer adiantamentos e vendas a crédito de seus clientes, como cartas de crédito. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores e clientes, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Companhia. Adicionalmente, existe o risco de descasamento entre as taxas pagas sobre os recursos que a Companhia capta e as recebidas com relação ao crédito que concede aos seus clientes ou fornecedores. Qualquer deterioração do risco de crédito de fornecedores ou clientes, ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia contrata e concede crédito, poderá causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

Períodos de financiamento limitado ou indisponível podem aumentar os custos financeiros e restringir os termos ou a disponibilidade de financiamento no mercado, potencialmente impactando negativamente as operações da Companhia.

As empresas brasileiras de papel e celulose têm feito investimentos significativos ao longo do tempo para competir com mais eficiência e em maior escala no mercado internacional. Esta tendência aumentou a necessidade de recursos e diversificação das fontes de financiamento entre instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

Nesse contexto, a Companhia depende de capital de terceiros para conduzir seus negócios, por meio de operações de financiamento para investimentos e capital de giro. A Companhia não pode garantir que suas fontes atuais de recursos serão suficientes ou que permanecerão disponíveis para atender às suas necessidades de capital, o que pode exigir que ela busque recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais. Em períodos de restrição de liquidez, como os de 2008 e 2009 que ocorreram devido à crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou mesmo indisponíveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nessas circunstâncias, há um risco maior de não obter sucesso no financiamento e refinanciamento de transações, o que significa que há uma maior possibilidade de falha na obtenção de financiamento no mercado para amortizar endividamento, bem como maior risco de captação desses recursos a um custo elevado ou sujeito a depósito de garantias, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais ou condição financeira.

f) com relação aos clientes da Companhia

Vide o segundo fator de risco elencado no item "e" imediatamente acima e os riscos elencados no item "g" imediatamente abaixo.

g) com relação aos setores de atuação da Companhia

Os preços dos produtos da Companhia são altamente afetados pelos preços do mercado internacional, que variam de acordo com uma série de fatores que vão além do controle da Companhia e podem afetar adversamente os resultados operacionais e condições financeiras e capacidade de operar suas plantas de forma economicamente viável.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Companhia acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados pelos seguintes fatores: (i) flutuações das taxas de câmbio, (ii) movimentações de estoques, (iii) expectativas de preços, (iv) estratégias adotadas por outros produtores, e (v) disponibilidade de substitutos. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia e podem ter um impacto significativo sobre o balanço entre oferta e demanda de celulose, impactando margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Companhia (ROIC). As flutuações no preço da celulose podem nos levar a adotar mudanças em nossa estratégia comercial ou produção, o que também pode afetar negativamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Companhia sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Companhia atua.

A Companhia não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Companhia em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

Investimentos em aumento na capacidade de produção de celulose pela Companhia ou por concorrentes nos próximos anos podem impactar adversamente o preço de mercado dos produtos da Companhia.

Em momentos de perspectiva futura de sobre demanda, é comum que a Companhia ou seus concorrentes anunciem projetos de novas capacidades. Caso um volume significativo dessas novas capacidades seja confirmado e os investimentos realizados, poderá haver um desequilíbrio entre oferta e demanda que poderá ocasionar redução de preços de celulose. Investimentos em novas capacidades pela Companhia ou por terceiros podem ter um impacto negativo significativo sobre os preços da celulose e, consequentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Companhia.

A Companhia enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação nos mercados de celulose e papel e sua lucratividade.

O setor de papel e celulose é extremamente competitivo. A Companhia enfrenta concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com baixos custos de capital e amplo acesso a recursos financeiros. No mercado doméstico, a Companhia enfrenta a competição de produtos nacionais, fabricados por empresas pertencentes a grupos brasileiros e internacionais, e produtos importados. No mercado internacional, a Companhia concorre com empresas com altas capacidades de produção e distribuição, expressiva base de consumidores e grande variedade de produtos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em relação à oferta de papel e papelcartão, caso o Governo Federal reduza tributos de importação ou o Real sofra apreciação frente ao Dólar, a capacidade competitiva dos produtores de papel importado pode aumentar no Brasil. A ocorrência ou continuidade de qualquer um desses eventos pode afetar adversamente a Companhia. Além disso, os mercados de celulose e papel são atendidos por várias empresas localizadas em diversos países. A Companhia pode ter sua participação no mercado afetada adversamente.

Outras empresas que operam nos mesmos segmentos podem competir com a Companhia por oportunidades de aquisição e aliança. Aquisições ou alianças estratégicas dos concorrentes podem afetar a capacidade da Companhia de celebrar ou consumar aquisições e alianças necessárias para expandir os seus negócios. Além disso, podemos enfrentar custos elevados associados à reestruturação e financiamento em relação a aquisições ou parcerias estratégicas em comparação com as empresas concorrentes. As empresas mais bem posicionadas para celebrar aquisições ou alianças podem se beneficiar de custos de produção preferíveis, o que pode afetar a competitividade e participação de mercado da Companhia.

Outros fatores que afetam a capacidade da Companhia de competir incluem a entrada de novos concorrentes nos mercados em que atuam, aumento da concorrência de produtores estrangeiros, estratégias de preços dos concorrentes, a introdução pelos concorrentes de novas tecnologias e equipamentos, capacidade de antecipar e responder a mudanças e preferências do cliente e a capacidade de manter a relação custo-benefício das instalações. Além disso, mudanças nesses setores, incluindo a consolidação dos concorrentes e clientes da Companhia podem impactar negativamente a dinâmica competitiva.

h) com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento das autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para desenvolver as atividades da Companhia poderá afetar adversamente suas operações.

A Companhia depende de autorizações, licenças, outorgas e registros emitidos pelo poder público para o desenvolvimento de suas atividades operacionais. Além disso, para o processo de licenciamento dos empreendimentos florestais e industriais, que geram impactos socioambientais, é obrigatória a realização de investimentos e ações de modo a compensá-los. As autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para operação das suas fábricas e plantios são válidas por períodos específicos, ao final dos quais devem ser tempestivamente renovadas. Algumas dessas licenças para operação exigem, dentre outros, que a Companhia informe periodicamente o cumprimento de padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

Ademais, a expansão das operações da Companhia e/ou alteração da legislação aplicável podem demandar que novas licenças, outorgas, autorizações e registros sejam obtidos perante as autoridades competentes, sendo que a Companhia não pode garantir que será capaz de obtê-los ou de obtê-los em tempo hábil, o que poderá causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da Companhia, aumento dos custos do processo, multa pecuniária , além da condenação de pagamento de indenizações.

Caso a Companhia falhe em obter, renovar em tempo hábil ou tenha o cancelamento de suas autorizações, licenças, outorgas e registros, bem como pelo descumprimento de legislação ambiental, os resultados financeiros e operacionais e a reputação da Companhia poderão ser adversamente afetados. Além disso, o descumprimento da legislação ambiental aplicável pode ocasionar a lavratura de termos de embargo, parciais ou totais, das atividades operacionais da Companhia, o que também pode gerar efeitos adversos à situação financeira e à reputação da Companhia.

Regras ambientais mais rigorosas ou a não observância da regulamentação ambiental aplicável podem implicar em dispêndio maior de recursos pela Companhia e prejudicar os seus negócios.

As operações da Companhia estão sujeitas à extensa regulamentação ambiental, incluindo aquelas relacionadas à operação de atividades potencial ou efetivamente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais, emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento, manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Ainda, as atividades da Companhia também estão sujeitas à renovação periódica das licenças ambientais, tanto florestais quanto industriais.

As normas ambientais a serem cumpridas pela Companhia são expedidas no âmbito federal, estadual e municipal, sendo que mudanças nas referidas regras e leis e/ou na política ou nos procedimentos adotados em decorrência das leis atuais poderão afetar adversamente a Companhia. No Brasil, as violações às leis ambientais

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem acarretar sanções para a Companhia e seus colaboradores tais como multa de até R$ 50 milhões de reais, suspensão de atividades, detenção, reclusão ou até a dissolução da sociedade.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes, tais como o Ministério Publico, estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou aplicarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir da Companhia o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou poderia restringir sua habilidade de operar conforme atualmente. Ainda, o não cumprimento ou a violação da regulação pode resultar na revogação de licenças e suspensão das atividades da Companhia ou no pagamento dos custos de reparação de dano ambiental, os quais podem ser substanciais. O não cumprimento das leis e regulamentos ambientais também poderia restringir a capacidade da companhia na obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras, além de impactar negativamente as suas atividades, negócios e imagem.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Em dezembro de 2015, alguns países firmaram o Acordo de Paris, acordo global que adota Contribuições Determinadas Nacionalmente (INDCs) como as ações para reduzir suas emissões após 2020. A INDC destinada ao Brasil anuncia um aumento da parcela de biocombustível sustentável e outras fontes de energia renováveis no mix energético nacional brasileiro, bem como desmatamento zero, reflorestamento e recuperação de florestas e melhoria no gerenciamento de florestas nativas. A Companhia pode ser afetada de forma adversa através de regulamentos ambientais mais restritivos relacionados aos Gases de Efeito Estufa ("GEE") e às mudanças climáticas, na medida em que essas novas regulamentações podem acarretar em aumento de dispêndio de capital e investimentos para atender a essas leis e, indiretamente, pela mudança nos preços de transporte, energia e outros insumos. Ainda, novas leis e regulamentos relativos à mudança climática, às alterações nos regulamentos vigentes e os efeitos físicos da mudança climática podem gerar aumento de passivos e de dispêndio de capital, que poderão ter um efeito adverso significativo nos negócios e resultados de operações da Companhia.

i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Recessão em virtude da crise econômica mundial pode afetar a demanda e o preço dos produtos da Companhia de modo adverso.

A demanda de papel e celulose está relacionada ao crescimento da economia mundial. Atualmente, Europa, América do Norte e China são os principais mercados dessa indústria. Flutuações no valor da moeda local versus o dólar americano, desaceleração da atividade econômica, nacionalização ou qualquer mudança nas condições sociais, políticas ou trabalhistas em qualquer um desses países ou regiões que afetem questões como sustentabilidade, regulamentos ambientais e políticas e acordos comerciais, podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Qualquer desaceleração do crescimento econômico na Europa, China e América do Norte pode afetar adversamente o preço e o volume das exportações da Companhia e, assim, afetar seu desempenho operacional.

De acordo com as estatísticas de mercado (PPPC), a demanda na China representou 39% da demanda global por celulose de mercado em 2024 e 42% em 2023 (comparado a 35% em 2022 e 36% em 2021), e uma taxa de crescimento anual composta de 6,9% desde 2010, acima da média global de 2,2%.

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos específicos que podem afetar adversamente os seus negócios.

A Companhia exporta para diferentes regiões do mundo, o que a torna sujeita a riscos políticos e regulatórios especiais, incluindo controles cambiais em países onde têm pagamentos a receber, possíveis barreiras comerciais formais ou informais e políticas de incentivos e subsídios favorecendo produtores locais em muitas regiões.

Assim, o desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá das condições econômicas, políticas, ambientais e sociais dos seus principais mercados de exportação (Europa, Ásia e América do Norte). Como resultado, fatores que estão além do controle:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- imposição de barreiras comerciais por certos países para limitar o acesso de empresas brasileiras aos seus mercados ou mesmo para subsidiar produtores locais, particularmente com respeito a produtos de papel, ou a concessão de incentivos comerciais em favor de produtores locais;

- mudanças nas políticas e/ou condições econômicas dos países para os quais exportam, que podem afetar a capacidade de exportação deles e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais;

- custos logísticos, incluindo interrupções no transporte marítimo ou redução da disponibilidade de transporte de carga;

- flutuações significativas na demanda global por produtos de celulose, o que pode impactar suas vendas, receita líquida e fluxos de caixa;

- deterioração das condições econômicas globais, o que pode prejudicar a condição financeira de alguns dos seus clientes ou fornecedores estrangeiros, aumentando assim as dívidas incobráveis ou o não cumprimento por parte de seus fornecedores estrangeiros, bem como aumentando seus custos de financiamento e refinanciamento;

- mudanças nas receitas devido a variações nas taxas de câmbio;

- controles sobre o câmbio;

- e consequências adversas decorrentes da necessidade de cumprir requisitos regulatórios mais rigorosos em países estrangeiros, incluindo regras ambientais, regulamentos e requisitos de certificação.

As condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos e nos países de mercado emergente, podem afetar de maneira relevante e adversa a economia brasileira e, portanto, a situação financeira da Companhia.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado por condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, por condições de mercado em outros países, sejam eles países de mercado emergente ou não. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores a desenvolvimentos em um país pode causar flutuações nos preços dos mercados de capitais domésticos ou internacionais. Desenvolvimentos ou condições em outros países, incluindo eventos não recorrentes como a guerra comercial entre os EUA e a China, atos de guerra e sanções relacionadas e outros eventos, têm afetado significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultando em consideráveis saídas de fundos estrangeiros e reduções na quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como no acesso limitado aos mercados de capitais internacionais, tudo isso podendo afetar material e adversamente a capacidade da Companhia de tomar empréstimos a uma taxa de juros aceitável ou de captar capital próprio quando e se precisar.

Além disso, a Companhia depende do financiamento de terceiros para realizar as suas atividades, em especial, para o financiamento de suas despesas e do capital de giro. Em circunstâncias de limitação da liquidez, a disponibilidade de crédito pode ser escassa, dispendiosa ou inexistente, desta forma a Companhia pode enfrentar dificuldades nas suas atividades regulares e para arcar com os compromissos financeiros assumidos.

j) com relação a questões sociais

Crise social no relacionamento com as comunidades e entidades de classe podem afetar o uso regular, causar danos ou privar do uso, ou da compensação pelo valor justo, as propriedades da Companhia.

Movimentos sociais organizados no Brasil defendem a reforma agrária e a redistribuição de propriedades, frequentemente engajando-se em ocupações irregulares em áreas rurais. Além disso, aproveitando a cobertura fornecida por movimentos sociais, outros grupos também ocupam ilegalmente propriedades rurais por meio de fraude ou outras ações criminosas. Tais ocupações, quando ocorrem nas áreas de operação da Companhia, podem interromper suas atividades florestais ou industriais e, consequentemente, afetar negativamente seus resultados produtivos e operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Conflitos de terra também podem causar uma série de riscos à integridade dos funcionários da Companhia que trabalham no campo, possíveis danos a áreas de alto valor ambiental, como Áreas de Preservação Permanente e zonas de amortecimento de Unidades de Conservação Ambiental, além de danos reputacionais.

A Companhia engaja-se ativamente em negociações com governos estaduais ou federais e movimentos sociais como uma abordagem alternativa, além de resguardar seus direitos de propriedade dentro de marcos legais. O objetivo é encontrar soluções permanentes para as ocupações não autorizadas existentes e prevenir a ocorrência de novas.

No Brasil, com exceções limitadas previstas por lei, apenas a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios têm a autoridade para se envolver diretamente na desapropriação de terras. Tipicamente, a desapropriação de áreas rurais decorre do não cumprimento da função social da propriedade, que é um princípio fundamental dos direitos de propriedade no Brasil. Se uma propriedade de posse da Companhia for desapropriada, seu patrimônio pode ser negativamente impactado, pois não há garantia de que a compensação fornecida pelo governo será suficiente para cobrir suas perdas. Um risco significativo associado a esse cenário é que a compensação financeira oferecida pelos governos pode se revelar inadequada, ou a Companhia pode ser obrigada a aceitar compensação na forma de títulos da dívida pública, que têm liquidez limitada.

k) com relação a questões ambientais

A Companhia apresenta alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio ou impacto nos preços das propriedades que a Companhia busca adquirir para suas florestas poderá afetar adversamente seus resultados operacionais.

A maior parte da madeira utilizada nos processos produtivos é suprida pelas operações florestais próprias, que incluem áreas de florestas plantadas localizadas próximo às plantas de produção. O mercado de madeira no Brasil é bastante regional e limitado em termos de disponibilidade de madeira, uma vez que a maioria dos produtores de papel e celulose é integrada e utiliza madeira de suas próprias florestas plantadas, a fim de atender às exigências aplicáveis.

As florestas plantadas de propriedade da Companhia estão sujeitas a ameaças naturais, como estiagens, incêndios, pragas e doenças, que podem reduzir o suprimento de madeira ou aumentar o preço da madeira adquirida. As áreas plantadas também estão sujeitas a outras ameaças, considerando sua vasta cobertura territorial e proximidade com um número significativo de vizinhos e comunidades locais, incluindo a perda de posse devido a conflitos sociais ou invasões de posseiros, disputas por propriedade de terras, roubo de madeira ou incêndios criminosos, que podem resultar em dano real às áreas plantadas e de trânsito e afetar negativamente os resultados da Companhia.

Além disso, os efeitos físicos das mudanças climáticas podem provocar impactos negativos relevantes nas operações, por exemplo, com a mudança de temperatura da atmosfera e nível das águas, nos sujeitando a riscos climáticos incomuns ou diferentes. Quaisquer mudanças climáticas que afetem negativamente as condições climáticas no Brasil podem prejudicar a taxa de crescimento e qualidade das plantações ou os custos de produção. Embora não seja possível prever o impacto das mudanças climáticas globais, ocorrências nesse sentido podem levar a um aumento dos custos de operação da Companhia e investimentos em bens do seu ativo imobilizado, afetando negativamente o negócio, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, na aquisição de terras para as plantações de madeira em pé, competimos com outras culturas, bem como com criadores de gado, o que pode provocar um aumento dos preços das terras ou dificultar a contratação de terceiros independentes pela Companhia para o cultivo de eucalipto.

l) com relação a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Secas em algumas regiões do Brasil, que resultem em escassez de água ou racionamento podem impactar adversamente o negócio e resultado da Companhia.

Algumas regiões do Brasil podem sofrer com períodos de seca ao longo do ano, o que pode resultar em falta de água ou na implementação de programas de racionamento. Algumas das unidades industriais da Companhia estão localizadas em regiões afetadas pela seca e a Companhia não pode garantir que os processos para

4.1 Descrição dos fatores de risco

melhorar a eficiência de consumo da água e um plano de contingência serão suficientes para evitar os impactos de secas muito severas ou que medidas governamentais para lidar com as condições de seca não terão efeitos adversos nas suas atividades florestais, logísticas e industriais e que, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais não serão afetados.

Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

i. eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:

    - perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;

    - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e

    - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

ii. escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.

iii. mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:

    - regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;

    - tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; A Suzano deve continuar com investimentos em P&D para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;

    - de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à queda na demanda e receita dos produtos descartáveis da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e

    - reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

iv. Tempestades naturais, furacões e ciclones: eventos agravados pelas mudanças climáticas e podem gerar impactos, diretos e/ou indiretos, tanto nas operações industriais da Suzano (danos materiais e interrupções operacionais) como nas operações logísticas e em sua cadeia de valor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

m) com relação a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Companhia, assim como o mercado de capitais brasileiro.

As receitas de exportação são diretamente afetadas pela variação cambial. A apreciação do Real frente ao Dólar acarreta uma redução das receitas de exportação. As receitas provenientes do mercado doméstico são também afetadas pela volatilidade do câmbio. Além disso, alguns dos custos e despesas operacionais da Companhia são também afetados pelas flutuações cambiais, incluindo seguro de exportação, custos de frete e o custo de certos produtos químicos utilizados na produção dos produtos comercializados.

Adicionalmente, parcela significativa da dívida da Companhia é denominada em dólares. Desta forma, a depreciação do Real frente a moeda norte americana poderá aumentar as despesas financeiras derivadas de tais dívidas e de outras obrigações e vice-versa.Importante ressaltar que a decisão da Companhia de manter o endividamento em dólares decorre do fato de que sua geração de caixa futuro é em dólares ou indexada ao dólar. Portanto, uma depreciação do real frente a moeda norte americana também impactará positivamente as receitas da Companhia e vice-versa.

Como resultado das pressões inflacionárias nos últimos anos, o Real periodicamente desvalorizou-se em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras. Nos últimos dois anos, o aumento das taxas de juros no Brasil levou a um nível de carrego mais alto, resultando na valorização do real brasileiro em relação ao dólar americano. O governo federal brasileiro, no passado, implementou diversos planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas, nas quais a frequência dos ajustes variou de diários a mensais, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o Real, Dólar e outras moedas. Não há garantia de que o Real não depreciará ou será desvalorizado novamente em relação ao Dólar ou a qualquer outra moeda estrangeira.

Desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que pode gerar o aumento da taxa de juros, limitar o acesso da Companhia a mercados financeiros internacionais e à adoção de políticas recessivas pelo Governo Brasileiro. Por outro lado, a apreciação do Real frente ao Dólar pode gerar a deterioração das contas correntes do Brasil e da sua balança de pagamentos e causar uma queda nas exportações brasileiras. Qualquer das situações acima pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios e os resultados operacionais da Companhia, podendo afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço e aumentou a volatilidade de mercado dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e funcionários públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada à Companhia, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou não estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado e desdobramentos dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os negócios da Companhia.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação das ações de emissão da Companhia. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores, ocorreu em outubro de 2022, o que trouxe volatilidade significativa nas taxas de câmbio, juros e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Incertezas sobre medidas futuras do Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o governo atual irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Os recentes impasses entre o governo federal e o Congresso têm gerado incertezas em relação à implementação, pelo governo federal, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Além disso, a Companhia não pode garantir que outros eventos políticos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de ações de emissão da Companhia.

O governo brasileiro exerceu, e continua exercendo, influência significativa na economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas do país, poderá causar um efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Um número significativo das operações da Companhia é conduzido no Brasil, e parte dos seus produtos é vendida a clientes do mercado brasileiro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 20,2% das receitas líquidas da Companhia tiveram como origem o Brasil. Da mesma forma, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia dependem em boa parte das condições econômicas do Brasil. Desdobramentos futuros na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos produtos da Companhia. Sendo assim, esses desdobramentos podem prejudicar as estratégias de negócios, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes do governo federal, que frequentemente alteraram a política monetária, de crédito e outras políticas com o objetivo de influenciar a economia. As ações do governo federal para controlar a inflação e outras políticas em geral geralmente envolvem controles de salários e preços, desvalorização do real, mudança das políticas fiscais, controles das remessas ao exterior e limitação às importações, flutuação da taxa básica de juros, além de outras medidas. A Companhia não tem controle nem pode prever as medidas ou políticas que o governo brasileiro adotará no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas do governo brasileiro, além de demais fatores econômicos gerais, incluindo, sem limitação: (i) instabilidade política, econômica e social; (ii) políticas monetárias; (iii) eleições políticas; (iv) inflação; (v) flutuações de câmbio; (vi) controles do câmbio e restrições de remessas ao exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início

4.1 Descrição dos fatores de risco

de 1990; (vii) política fiscal e alterações na legislação tributária; (viii) taxas de juros; (ix) liquidez do capital interno e estrangeiro e dos mercados de crédito; (x) ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia; (xi) alteração das normas trabalhistas; (xii) controle, por parte do governo, da fabricação dos produtos da Companhia; (xiii) expansão ou contração da economia brasileira; (xiv) política habitacional; (xv) controle sobre importação e exportação; (xvi) leis e regulamentações ambientais e imobiliárias restritivas; e (xvii) demais acontecimentos e políticas sociais, econômicas, diplomáticas e políticas ou desdobramentos no Brasil ou que afetem o país.

A incerteza quanto à implementação, pelo governo brasileiro, de mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para maior volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e nos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo a Companhia. Dessa maneira, essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente as atividades, situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, afetando adversamente o seu fluxo de caixa disponível para pagamento, e o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Além disso, a economia brasileira foi afetada adversamente por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sobre as ações de sua emissão. A esse respeito, vide, ainda, o fator de risco "A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios e os resultados operacionais da Companhia, podendo afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia", acima.

Mudanças nas políticas fiscais e leis tributárias brasileiras podem afetar adversamente a Companhia.

De tempos em tempos, os governos implementam alterações nas leis e regulamentações tributárias. Quaisquer dessas mudanças, bem como alterações na interpretação de tais leis e regulamentos, ou mudanças em precedentes sobre decisões tributárias por autoridades ou tribunais, podem resultar em aumentos em nossa carga tributária geral, o que afetaria negativamente nossa lucratividade.

No Brasil, a Emenda Constitucional (EC) nº 132 foi promulgada em 2023, estabelecendo uma Reforma Tributária sobre o consumo. Essa reforma adota um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com competência dupla, composto por um imposto federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e um imposto de competência dos Estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os atuais PIS, COFINS, ICMS e ISS. Além disso, um Imposto Seletivo (IS) foi introduzido sob jurisdição federal, visando a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em lei. Em janeiro de 2025, a Lei Complementar nº 214/2025 foi promulgada, criando o IBS, CBS e IS, e estabelecendo o Comitê de Gestão do IBS, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 132. Vários aspectos da Reforma Tributária, incluindo novas alíquotas de impostos ainda serão regulamentados por meio de legislação infraconstitucional. Um período de transição está estabelecido de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas tributários antigo e novo coexistirão. A ampla tributação e o percentual estimado de imposto podem ter um impacto em nosso fluxo de caixa, o que pode resultar em um aumento da carga tributária e perda de benefícios fiscais a partir de 2032.

O governo federal brasileiro ainda mantém em sua agenda a intenção de (i) revogar a isenção do imposto de renda sobre a distribuição de dividendos, o que, se promulgado, aumentaria as despesas tributárias associadas a quaisquer dividendos ou distribuições, e (ii) diminuir o imposto de importação (o que aumentaria a concorrência e o papel dos concorrentes internacionais), ambos os quais poderiam impactar nossa capacidade de pagar futuros dividendos. Qualquer reforma tributária ou mudança nas políticas fiscais, se proposta e implementada, também pode impactar significativamente nosso negócio. Se houver uma reforma tributária ou quaisquer alterações nas leis e regulamentos aplicáveis que alterem os impostos aplicáveis ou os incentivos/regimes especiais tributários, seja durante ou após seus prazos de validade, nossos negócios e resultados podem ser afetados.

De fato, o governo federal brasileiro tem implementado com frequência, e pode continuar a implementar, mudanças em suas políticas fiscais, incluindo, entre outras, alterações nas alíquotas de impostos, taxas,

4.1 Descrição dos fatores de risco

encargos setoriais e, ocasionalmente, a cobrança de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de impostos que podem afetar negativamente nossos negócios. Aumentos nos impostos também podem impactar materialmente a lucratividade da indústria e os preços de nossos serviços, restringir nossa capacidade de atuação tanto em nossos mercados existentes quanto nos alvos e causar impacto negativo em nossos resultados financeiros. Se não conseguirmos repassar os custos adicionais associados a tais mudanças nas políticas fiscais para nossos clientes por meio dos preços que cobramos por nossos serviços, poderemos ser afetados adversamente. A incerteza sobre se o governo federal brasileiro em exercício implementará mudanças na política ou regulamentação afetando esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para uma maior volatilidade nos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Em outubro de 2021, mais de 135 jurisdições concordaram com um plano para modernizar o sistema tributário internacional, introduzindo as Regras Globais Anti-Erosão da Base Tributária. Essas regras garantem que as empresas multinacionais com receita anual de EUR 750 milhões ou mais paguem uma alíquota efetiva mínima de 15% de imposto (ETR) em cada jurisdição onde atuam. Várias jurisdições já promulgaram as regras, incluindo todos os Estados-membros da UE (vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024), enquanto outras, como o Brasil, as implementaram parcialmente a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, alguns países, como os Estados Unidos e a China, não tomaram nenhuma medida em direção à implementação.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira e/ou global poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos produtos da Companhia.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos produtos da Companhia.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou a desvalorização do real frente ao dólar, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, o mundo foi afetado por uma pandemia (COVID-19) que tem provocou impactos econômicos negativos globais. Como resultado de crises sanitárias futuras, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira poderá reduzir, o que poderá provocar uma redução relevante no consumo e investimentos, impactando o volume de vendas da Companhia e, consequentemente, afetando negativamente seus resultados e condição financeira.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Tais eventos podem incluir disputas comercias, tais como a disputa recente e contínua entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, inclusive o Brasil, após o anuncio realizado pelo Presidente dos Estados Unidos da aplicação de novas tarifas em produtos siderúrgicos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos ou ainda disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios e o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e seu financiamento das operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

O Banco Central, ao longo dos últimos anos, tem interferido ocasionalmente para controlar a instabilidade dos movimentos cambiais externos. Não é possível prever o impacto que as políticas cambiais possam ter sobre a Companhia. A Companhia não pode assegurar que no futuro o Governo Brasileiro não irá impor uma banda dentro da qual a taxa de câmbio possa flutuar, ou mesmo fixar taxas de câmbio. Também não pode prever qual impacto tais eventos poderiam ter sobre os negócios da Companhia, sua posição financeira ou resultados operacionais.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros, inclusive da Companhia, poderão afetar negativamente os detentores de suas ações ordinárias e suas ADSs.

O investimento em valores mobiliários de emissores de países emergentes, incluindo o Brasil, tais como as ações ordinárias ou American Depositary Shares (ADSs) da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de países mais desenvolvidos e geralmente são considerados mais especulativos por natureza.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos, Europa e outras jurisdições, e pode ser regulado de maneira diferente das formas familiares aos investidores estrangeiros. Essas características podem limitar substancialmente a capacidade de vender as ações ordinárias da Companhia, incluindo as ações ordinárias subjacentes às ADSs, ao preço e prazo em que os detentores desejem fazê-lo e como resultado poderia impactar negativamente o valor de mercado desses ativos.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado. Além disso, o preço das ações ordinárias vendidas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Além disso, embora o free float público da Companhia representasse 51,8% (excluindo as ações em Tesouraria) do free float total em 31 de dezembro de 2023, apenas 3,7% eram representados por ADSs. Os acionistas controladores da Companhia (incluindo partes relacionadas e a administração) detêm 47,0% das ações. Qualquer venda potencial por esses acionistas poderia afetar adversamente o preço de mercado dos títulos da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O cenário político e econômico brasileiro já experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tais cenários podem ser agravados em período eleitorais, sendo que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas a cada mudança no Governo Federal.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating (S&P, Moody's e Fitch). Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras, via de regra, são impactados negativamente. Eventuais cenários de recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Esforços governamentais podem impactar as taxas de juros e a inflação, influenciando assim o crescimento da economia brasileira e as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação altas, porém menores que nos anos precedentes. A taxa anual de inflação medida pelo IGP-M sofreu oscilações nos últimos anos, sendo de 5,45% em 2022, -3,18% em 2023 (deflação) e 6,54% em 2024. O índice anual de preços, por sua vez, conforme medido pelo IPCA, vem apresentando taxas de 5,79% em 2022, 4,62% em 2023 e 4,83% em 2024. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, mediante controle de taxas de juros aplicáveis ao mercado, o que pode limitar a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2022, 2023 e 2024 foram de 13,75%, 11,75% e 12,25% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Aumentos sucessivos na inflação podem aumentar os custos e despesas da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e no mercado de títulos e valores mobiliários para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento de inflação. Se o Brasil experimentar nível de inflação elevada no futuro, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá afetar a condição financeira da Companhia. Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A elevação das taxas de juros poderá impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos, como também o custo de endividamento atual da Companhia, vindo a causar o aumento de suas despesas financeiras.

Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os negócios da Companhia. Ademais, as dívidas da Companhia ou outras obrigações reajustadas pela inflação ou pela taxa de juros podem sofrer aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso em seus resultados, já que a Companhia pode ser incapaz de repassar todo ou parte desse acréscimo aos seus clientes.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os preços dos produtos da Companhia são altamente afetados pelos preços do mercado internacional, que variam de acordo com uma série de fatores que vão além do controle da Companhia e podem afetar adversamente os resultados operacionais e condições financeiras e capacidade de operar suas plantas de forma economicamente viável.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Companhia acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados pelos seguintes fatores: (i) flutuações das taxas de câmbio, (ii) movimentações de estoques, (iii) expectativas de preços, (iv) estratégias adotadas por outros produtores, e (v) disponibilidade de substitutos. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia e podem ter um impacto significativo sobre o balanço entre oferta e demanda de celulose, impactando margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Companhia (ROIC). As flutuações no preço da celulose podem nos levar a adotar mudanças em nossa estratégia comercial ou produção, o que também pode afetar negativamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Companhia sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Companhia atua.

A Companhia não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Companhia em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Companhia, assim como o mercado de capitais brasileiro.

As receitas de exportação são diretamente afetadas pela variação cambial. A apreciação do Real frente ao Dólar acarreta uma redução das receitas de exportação. As receitas provenientes do mercado doméstico são também afetadas pela volatilidade do câmbio. Além disso, alguns dos custos e despesas operacionais da Companhia são também afetados pelas flutuações cambiais, incluindo seguro de exportação, custos de frete e o custo de certos produtos químicos utilizados na produção dos produtos comercializados.

Adicionalmente, parcela significativa da dívida da Companhia é denominada em dólares. Desta forma, a depreciação do Real frente a moeda norte americana poderá aumentar as despesas financeiras derivadas de tais dívidas e de outras obrigações e vice-versa.Importante ressaltar que a decisão da Companhia de manter o endividamento em dólares decorre do fato de que sua geração de caixa futuro é em dólares ou indexada ao dólar. Portanto, uma depreciação do real frente a moeda norte americana também impactará positivamente as receitas da Companhia e vice-versa.

Como resultado das pressões inflacionárias nos últimos anos, o Real periodicamente desvalorizou-se em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras. Nos últimos dois anos, o aumento das taxas de juros no Brasil levou a um nível de carrego mais alto, resultando na valorização do real brasileiro em relação ao dólar americano. O governo federal brasileiro, no passado, implementou diversos planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas, nas quais a frequência dos ajustes variou de diários a mensais, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o Real, Dólar e outras moedas. Não há garantia de que o Real não depreciará ou será desvalorizado novamente em relação ao Dólar ou a qualquer outra moeda estrangeira.

Desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que pode gerar o aumento da taxa de juros, limitar o acesso da Companhia a mercados financeiros internacionais e à adoção de políticas recessivas pelo Governo Brasileiro. Por outro lado, a apreciação do Real frente ao Dólar pode gerar a deterioração das contas correntes do Brasil e da sua balança de pagamentos e causar uma queda nas exportações brasileiras. Qualquer das situações acima pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia. O Banco Central, ao longo dos últimos anos, tem interferido ocasionalmente para controlar a instabilidade dos movimentos cambiais externos. Não é possível prever o

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

impacto que as políticas cambiais possam ter sobre a Companhia. A Companhia não pode assegurar que no futuro o Governo Brasileiro não irá impor uma banda dentro da qual a taxa de câmbio possa flutuar, ou mesmo fixar taxas de câmbio. Também não pode prever qual impacto tais eventos poderiam ter sobre os negócios da Companhia, sua posição financeira ou resultados operacionais.

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais relevantes que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.

A Companhia enfrenta riscos operacionais que podem resultar em suspensão parcial ou temporária de suas operações e perda de produção. Essas interrupções podem ser causadas por fatores associados a falhas em equipamentos, interrupções ou falhas em sistemas de informação (inclusive devido a ataques cibernéticos), acidentes, incêndios, greves, invasões, guerras, conflitos armados, clima, exposição a desastres naturais, crise hídrica regional, blecautes e vazamentos de produtos químicos, acidentes envolvendo reservatórios de água e aterros sanitários, revogação de licenças, restrições laborais causadas por pandemias, entre outros riscos operacionais e ambientais. A ocorrência desses eventos pode, entre outros impactos, resultar em danos graves ao patrimônio, ativos e reputação da Companhia, responsabilidade por danos causados ao meio ambiente e a terceiros, redução na produção ou aumento dos custos de produção, que podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Suzano. O aumento de tensões políticas referentes a conflitos em curso na Ucrânia e no Oriente Médio, as tensões entre a China e Taiwan, além das apreensões com a segurança global e a volatilidade do mercado, bem como eventuais sanções comerciais e monetárias que vierem a ser impostas no desenrolar de tais conflitos, podem afetar mercados no mundo todo, provocar alvoroço no sistema financeiro global e prejudicar as operações da Companhia.

Alguns dos ativos da Companhia, principalmente ativos biológicos medidos a valor presente, bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis, podem ser impactados por eventos climáticos. Efeitos das mudanças climáticas, como aumento de temperaturas, escassez hídrica, incêndios e impactos decorrestes da maior presença e resistência de pragas e outras doenças que atingem as florestas, favorecidos pelo aumento gradual da temperatura e por outros eventos climáticos adversos, podem impactar a determinação do valor justo dos ativos biológicos, provocar a perda de ativos biológicos e reduzir a produtividade ou até mesmo provocar interrupções da produção da Companhia. Além disso, mudanças regulatórias e legais referentes à transição para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade podem impor custos adicionais e criar um risco maior de discussões judiciais e/ou restrições comerciais aos negócios.

No curso normal dos negócios, a Companhia depende da disponibilidade contínua de madeira própria e de terceiros; de redes logísticas e de transporte, incluindo rodovias, ferrovias, depósitos e portos, entre outros. Essas operações podem ser interrompidas por fatores fora do controle da Companhia, como movimentos sociais, conflitos geopolíticos, desastres naturais, blecautes, greves e interrupção de atividades (como, por exemplo, por motivo de greve de caminhoneiros). Qualquer interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais ou na entrega dos produtos acabados a clientes pode causar um impacto negativo significativo nos resultados operacionais.

Contratos com terceiros são firmados para a prestação de serviços de transporte e logística. A rescisão antecipada desses contratos ou da incapacidade de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições similares pode afetar negativamente a condição financeira e operacional da Companhia. Além disso, a maioria dos prestadores de serviços de transporte operam sob concessões outorgadas pelo governo brasileiro. A perda ou não renovação dessas concessões sem a substituição tempestiva por novas concessões outorgadas a terceiros que possam continuar os serviços prestados e estejam dispostos a fazer isso em condições similares às praticadas pelos prestadores de serviço anteriores poderá afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira.

Além disso, a Companhia está sujeita a riscos de controle de qualidade associados aos produtos, que podem afetar seu mercado consumidor e seus consumidores. Nesse sentido, a Companhia observa que os produtos têm várias propriedades que influenciam os processos dos consumidores, bem como a qualidade dos produtos que eles fabricam. Da mesma forma, a Companhia também está sujeita a possíveis reclamações referentes à qualidade de seus produtos, que podem ter um efeito negativo relevante nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento das autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para desenvolver as atividades da Companhia poderá afetar adversamente suas operações.

A Companhia depende de autorizações, licenças, outorgas e registros emitidos pelo poder público para o desenvolvimento de suas atividades operacionais. Além disso, para o processo de licenciamento dos empreendimentos florestais e industriais, que geram impactos socioambientais, é obrigatória a realização de investimentos e ações de modo a compensá-los. As autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para operação das suas fábricas e plantios são válidas por períodos específicos, ao final dos quais devem ser tempestivamente renovadas. Algumas dessas licenças para operação exigem, dentre outros, que a Companhia informe periodicamente o cumprimento de padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

Ademais, a expansão das operações da Companhia e/ou alteração da legislação aplicável podem demandar que novas licenças, outorgas, autorizações e registros sejam obtidos perante as autoridades competentes, sendo que a Companhia não pode garantir que será capaz de obtê-los ou de obtê-los em tempo hábil, o que poderá causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da Companhia, aumento dos custos do processo, multa pecuniária , além da condenação de pagamento de indenizações.

Caso a Companhia falhe em obter, renovar em tempo hábil ou tenha o cancelamento de suas autorizações, licenças, outorgas e registros, bem como pelo descumprimento de legislação ambiental, os resultados financeiros e operacionais e a reputação da Companhia poderão ser adversamente afetados. Além disso, o descumprimento da legislação ambiental aplicável pode ocasionar a lavratura de termos de embargo, parciais ou totais, das atividades operacionais da Companhia, o que também pode gerar efeitos adversos à situação financeira e à reputação da Companhia.

O não atendimento às expectativas dos stakeholders em relação a questões ESG pode expor a Companhia a vários riscos.

Há um foco crescente dos clientes, investidores, reguladores e outros stakeholders importantes da Companhia em questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Novas regulamentações e normas foram aprovadas em várias jurisdições e os investidores têm imposto requisitos específicos. As normas regulatórias e industriais e as expectativas de fóruns globais e stakeholders em relação a questões ESG, incluindo no que diz respeito a controles internos, suposições e estimativas, ainda estão evoluindo. À medida que essas normas e expectativas evoluem, as práticas da Companhia anteriormente aceitáveis podem se tornar obsoletas. Isso resulta no aumento de despesas e maior tempo e atenção da gestão dedicados a requisitos relacionados a ESG. Se as práticas e políticas da Companhia não atenderem às expectativas de seus principais stakeholders em relação a questões ESG, sua receita, capacidade de acesso a capital e sua reputação podem ser adversamente impactadas. A Companhia compartilha publicamente suas iniciativas e metas de ESG, o que a sujeita a um escrutínio aprimorado de seus investidores, reguladores e do público em geral. Vários riscos e fatores podem impedir a Companhia de alcançar essas metas, incluindo sua capacidade de atender aos principais indicadores de desempenho exigidos por seus instrumentos de dívida com metas de ESG. A falha da Companhia em progredir nessas áreas de forma oportuna, ou revisões de suas iniciativas e metas, poderiam afetar negativamente sua condição financeira e nossas operações.

Ao mesmo tempo, as expectativas dos stakeholders não são uniformes, incluindo o recente e crescente sentimento “anti-ESG” em algumas regiões. Por meio das expectativas ESG e/ou anti-ESG, podemos nos deparar com obrigações de conformidade adicionais, tornar-nos objeto de investigações ou litígios e afetar negativamente nossa condição financeira e nossas operações.

Gerenciar as diferentes expectativas dos legisladores e de outros stakeholders exige o envolvimento interno e externo da diretoria e tem custos e incertezas inerentes, e qualquer falha nesse processo pode nos expor a publicidade negativa, ativismo dos acionistas, litígio ou outro envolvimento de stakeholders pró e contra o ESG/DEI, expondo-nos a danos à reputação de nossos clientes atuais e potenciais, funcionários e terceiros com os quais fazemos negócios, e pode afetar negativamente nossa retenção de funcionários, marca e reputação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

(i) Risco de Taxas de Câmbio

Como uma Companhia predominantemente exportadora, o resultado da Companhia está exposto a variações cambiais. Neste sentido, oscilações na taxa de câmbio, em especial à moeda norte-americana, podem impactar os resultados operacionais.

A Companhia utiliza o mercado internacional de dívida, que também está exposto às flutuações na taxa de câmbio, como parte importante da estrutura de capital. A seguir apresenta-se o saldo de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	Consolidado	
	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos (R$ mil)		
Caixa e equivalentes de caixa	**9.057.082**	**6.496.039**
Aplicações financeiras	**1.115.185**	**70.255**
Contas a receber de clientes	**5.585.594**	**7.090.160**
Instrumentos financeiros derivativos	**3.462.240**	**3.887.100**
	19.220.101	**17.543.554**
Passivos (R$ mil)		
Fornecedores	**(1.549.258)**	**(1.350.763)**
Empréstimos e financiamentos	**(69.843.971)**	**(83.004.915)**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(84.462)**	**(93.308)**
Instrumentos financeiros derivativos	**(3.585.475)**	**(10.448.379)**
	(75.063.166)	**(94.897.365)**
	(55.843.065)	**(77.353.811)**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativos (R$ mil)		
Caixa e equivalentes de caixa	**6.496.039**	**6.432.557**
Aplicações financeiras	**70.255**	**7.378.277**
Contas a receber de clientes	**7.090.160**	**5.049.609**
Instrumentos financeiros derivativos	**3.887.100**	**3.070.594**
	17.543.554	**21.931.037**
Passivos (R$ mil)		
Fornecedores	**(1.350.763)**	**(1.625.011)**
Empréstimos e financiamentos	**(83.004.915)**	**(61.304.673)**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(93.308)**	**(127.598)**
Instrumentos financeiros derivativos	**(10.448.379)**	**(1.867.882)**
	(94.897.365)	**(64.925.164)**
	(77.353.811)	**(42.994.127)**

Análise de sensibilidade – exposição cambial

Para fins de análise de riscos de mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade que as variações nas posições ativas e passivas, indexadas em moeda estrangeira, possam sofrer. Adota-se como caso base os valores que são reconhecidos contabilmente em 31 de dezembro de 2024 e, a partir daí, são simuladas apreciações e depreciações, entre 25% e 50%, do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos. Na tabela a seguir são apresentados os valores prováveis e as variações a partir deles, em valores absolutos:

	Consolidado		
	30 de junho de 2025		
	Efeito no resultado e patrimônio (R$ mil)		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	**9.057.082**	**2.264.271**	**4.528.541**
Aplicações financeiras	**1.115.185**	**278.796**	**557.593**
Contas a receber de clientes	**5.585.594**	**1.396.399**	**2.792.797**
Fornecedores	**(1.549.258)**	**(387.315)**	**(774.629)**
Empréstimos e financiamentos	**(69.843.971)**	**(17.460.993)**	**(34.921.986)**
Contas a pagar de aquisições de ativos e controladas	**(84.462)**	**(21.116)**	**(42.231)**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2024		
	Efeito no resultado e patrimônio (R$ mil)		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	**6.496.039**	**1.624.010**	**3.248.020**
Aplicações financeiras	**70.255**	**17.564**	**35.128**
Contas a receber de clientes	**7.090.160**	**1.772.540**	**3.545.080**
Fornecedores	**(1.350.763)**	**(337.691)**	**(675.382)**
Empréstimos e financiamentos	**(83.004.915)**	**(20.751.229)**	**(41.502.458)**
Contas a pagar de aquisições de ativos e controladas	**(93.308)**	**(23.327)**	**(46.654)**

(ii) Risco de Taxa de Juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

Os resultados financeiros da Companhia são afetados por mudanças nas taxas de juros, como o Secured Overnight Financing Rate ("SOFR") , o Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI") e a Taxa de Longo Prazo, ou "TLP". A taxa SOFR foi de 4,49% ao ano, em 31 de dezembro de 2024 e de 5,38% ao ano, em 31 de dezembro de 2023. O CDI flutuou significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, tentativas de controlar a inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. O CDI foi de 11,65% ao ano e 13,65% ao ano, em 31 de dezembro de 2023, 2022, respectivamente. Em 2024, o Banco Central brasileiro adotou inicialmente uma política expansionista, e as taxas diminuíram, porém a política monetária foi alterada para um viés contracionaista, de forma que o CDI terminou o período 31 de dezembro de 2024 em 12,15% ao ano. A TLP foi de 5,56% ao ano e 5,23% ao ano, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente; em 31 de dezembro de 2024 a TLP fechou em 6,66% ao ano.

Um aumento significativo nas taxas de juros, particularmente TLP, TJLP, CDI ou SOFR, ou o índice de inflação para bens de consumo, ou IPCA, pode ter um efeito adverso relevante nas despesas financeiras da Companhia, uma vez que parte significativa de sua dívida (empréstimos BNDES, Debêntures e Pré- Financiamentos às Exportações) está vinculada a essas taxas. Por outro lado, uma redução significativa no CDI também pode afetar negativamente as receitas financeiras da Companhia oriundas de atividades de investimento, uma vez que uma parcela significativa de seu caixa é investida em instrumentos do mercado monetário brasileiro que estão vinculados ao CDI.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Na tabela a seguir são apresentados os valores prováveis e as variações decorrentes da oscilação de taxa de juros a partir deles, em valores absolutos:

	Consolidado		
	30 de junho de 2025		
	Efeito no resultado e no patrimônio (R$ mil)		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	**2.836.399**	**105.656**	**211.312**
Aplicações financeiras	**5.803.142**	**217.055**	**434.111**
Empréstimos e financiamentos	**9.371.502**	**349.088**	**698.177**
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	**149.642**	**3.236**	**6.472**
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	**24.616.123**	**273.854**	**547.709**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2024		
	Efeito no resultado e no patrimônio (R$ mil)		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	**2.422.308**	**73.578**	**147.155**
Aplicações financeiras	**13.293.256**	**403.783**	**807.565**
Empréstimos e financiamentos	**9.290.595**	**282.202**	**564.404**
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	**202.961**	**3.770**	**7.540**
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	**28.534.005**	**320.294**	**640.588**

(iii) Risco de Preços de Commodities

A Companhia está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia, de modo que não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização e em certos insumos de produção. Para maiores informações, verificar o item 5.1 deste Formulário de Referência.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de commodities

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha uma posição comprada em combustível marítimo e petróleo de US$ 203.647 e em 31 de dezembro de 2023 de US$ 305.894. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha posição contratada para proteção do custo logístico em instrumentos financeiros derivativos.

Na tabela a seguir são apresentadas as variações decorrentes da oscilação do preço de *commodities*, em valores absolutos:

	30 de junho de 2025		
		efeito no resultado (R$ mil)	
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Oil derivatives (Brent/VLSFO)	**(13.465)**	**322.534**	**677.093**

	31 de dezembro de 2024		
		efeito no resultado (R$ mil)	
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Oil derivatives (Brent/VLSFO)	16.973	**231.686**	**503.506**

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, inclusive suas controladas e subsidiárias, figuravam no polo passivo de um total de 8.664 processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, sendo o valor total de contingências classificadas como (i) perdas prováveis, integralmente provisionado, líquido de depósitos judiciais, de R$ 2.846 milhões; e (ii) perdas possíveis de R$ 11.350 milhões, para os quais não foi constituída provisão.

As informações apresentadas neste item 4.4 abordam, apenas, os processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária em que a Companhia figurava no polo passivo. A Companhia acredita que os processos em que a Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias figura no polo ativo não gerariam um impacto adverso em seus negócios.

No tocante às contingências, importante ressaltar que: (i) para casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão, (ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, não é constituída provisão, mas são divulgadas nas Demonstrações Financeiras; e (iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, é constituída provisão.

Par os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes aqueles processos nos quais a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte e que: (i) possuam valor envolvido acima de R$ 100 milhões e possam impactar adversamente os resultados da Companhia; ou (ii) que, independentemente do valor em controvérsia sejam considerados relevantes pela Companhia.

(i) Tributários

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias figuravam no polo passivo em 2.074 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre a propriedade Territorial Rural ("ITR"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS") e Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU").

Ainda, em 30 de dezembro de 2025, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias eram parte passiva em 59 processos de natureza tributária, com probabilidade de perda provável. O valor total provisionado de R$2.287 milhões mantendo, ainda, depósitos judiciais no montante total de R$ 322 mil, e R$ 1.981 milhões mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria (mais valia), resultando em uma provisão líquida de R$ 2.287 milhões.

Adicionalmente, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias figuram no polo passivo de 661 processos tributários surgidos no curso normal de seus negócios, envolvendo montante total de R$ 10.138 milhões, os quais, na opinião da administração da Companhia e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e para os quais nenhuma provisão foi constituída pela Companhia.

A seguir descrevemos os processos de natureza tributária considerados relevantes para a Companhia e suas controladas:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(i) Processo: 0049631-68.2016.4.01.3400	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Instância	2º Instância Judicial
Data de instauração	23.08.2016
Partes no processo	Autor: Suzano S/A Réu: União Federal (Fazenda Nacional)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 0,00 (R$1.688 milhões em 31 de dezembro de 2024)
Principais fatos	Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida.
Resumo das decisões de mérito proferidas	De acordo com a sentença proferida nos autos, o juiz a quo entendeu que em permuta sem torna não há fato gerador do IRPJ e da CSLL. Assim, pelo que dispõe a legislação tributária, a Cia. não está sujeita à cobrança no momento da permuta sem torna, razão pela qual impõe-se o reconhecimento da nulidade dos lançamentos de IRPJ e CSL efetuados no Processo Administrativo nº 16561.720151/2012-12. De acordo com a sentença que julgou procedente ação, reconheceu-se que: (1) a operação autuada se tratou efetivamente de permuta sem torna; (2) o ganho apontado pelo fisco corresponde a deságio do MEP: e (3) inexiste fato gerador do IRPJ em permuta.
Estágio do processo	A sentença foi julgada de maneira favorável aos interesses da Companhia e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, tendo em vista os termos do artigo 25, § 9ºA, da Lei nº 14.689/23, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Companhia e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Chance de perda	Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, haverá impacto financeiro relevante para a Companhia, que será no valor do montante estimado de R$ 1.688 milhões, porém pontual, não afetando as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(ii) Processo: 15588.720451/2023-85	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”)
Instância	2ª Instância administrativa
Data de instauração	23.10.2023
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil (RFB) Réu: Suzano S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 961 milhões (R$ 920 milhões em 31 de dezembro de 2024)
Principais fatos	Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A autoridade fiscal julgou procedente em parte a impugnação para reconhecer a dedutibilidade das despesas a título de saldo de Taxa de Gestão, despesas com serviços de auditoria e de consultoria rating, gratificação paga a diretores, bem como a correção de estoque de prejuízos da SAUT em 2019, com a correção do montante tributável. Os demais itens da acusação fiscal foram mantidos.
Estágio do processo	A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário e recurso de ofício, atualmente pendentes de julgamento no CARF.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante, que será no valor do montante estimado de R$ 920 milhões mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(iii) Processo: 10314.728564/2015-15	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	29.12.2015
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Suzano S/A (na qualidade de sucessora por incorporação de Fibria Celulose S/A)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 901 milhões (R$875 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	Auto de infração - IRPJ/CSLL – glosa da depreciação, amortização e exaustão – período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010.
Resumo das decisões de mérito proferidas	De acordo com a decisão da Impugnação apresentada, a autoridade administrativa entendeu por (i) cancelar parte das glosas relativas aos encargos de depreciação e exaustão; (ii) manter a glosa dos encargos amortização; (iii) manter a glosa relativa à exaustão dos ajustes referentes ao CPC 29; e (iv) manter as glosas das despesas não-operacionais e de baixas do imobilizado.
Estágio do processo	A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante, que será no valor do montante estimado de R$ 875 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(iv) Processo: 15588.720029/2020-87	
Juízo	Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”)
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	02.10.2020
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 634 milhões (R$ 609 milhões em 31 de dezembro de 2024). Os valores informados correspondem aos valores dos débitos lançados, sem considerar as glosas de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.
Principais fatos	Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL: Em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes da reapuração dos lucros de sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida subsidiária integral nos anos autuados.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foram proferidas decisões de mérito no caso.
Estágio do processo	A Companhia apresentou a defesa administrativa. O julgamento foi convertido em diligência, o qual resultou em relatórios de diligência fiscal. A Companhia apresentou manifestação e, atualmente, aguarda-se o julgamento na 1ª instância administrativa.
Chance de perda	Os assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classificam o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda doprocesso	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 609 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(v) Processo: 19515.722441/2013-17	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	16.12.2013
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Fibria Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 206 milhões (R$ 201 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	PIS/COFINS – Bens e Serviços – 2009 a 2011: Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e do Programa de Integração Social ("PIS") glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada integralmente improcedente, de modo a manter a integralidade da glosa efetuada pela fiscalização. O Recurso Voluntário interposto pela empresa foi julgado parcialmente procedente para manter determinadas glosas, bem como para reconhecer e admitir outros créditos de direito da Companhia relacionados à sua operação.
Estágio do processo	Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Assim, a Companha interpôs o Recurso Voluntário, o qual foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior ao qual foi dado seguimento parcial. A Fazenda Nacional interpôs agravo, que fora parcialmente acolhido. A Companhia também apresentou Recurso Especial, que fora parcialmente admitido. O agravo interposto pela Companhia foi admitido em partes. Neste momento, aguarda-se o julgamento dos recursos especiais da Fazenda Nacional e da Companhia.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 201 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(vi) Processo: 16561.720058/2020-18	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	03.11.2020
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 4.9 milhões (R$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	Auto de Infração – tributação em bases universais – ano 2015: Em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada procedente em parte para cancelar a exigência de IRPJ e CSLL calculados sobre os lucros auferidos pela Fibria International Trade GmBH e pela Fibria Trading Internacional, no ano-calendário de 2015, que não foram adicionados para tributação no Brasil, em razão de sua compensação por prejuízos acumulados pelas controladas; e manter a exigência de multa isolada lançada sobre antecipações mensais de IRPJ não pagas, entendo-se que o crédito do imposto pago por controladas no exterior não pode ser utilizado para a compensação das estimativas. Pela unanimidade dos votos, foi negado provimento ao recurso de ofício e, por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, mantendo-se a decisão relativa à impossibilidade de compensação do tributo pago no exterior, relativo a lucros oferecidos à tributação no Brasil e consumidos por prejuízos fiscais, cujo crédito pode ser controlado na parte B do Lalur, com estimativas de períodos posteriores.
Estágio do processo	Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente. O recurso voluntário e o recurso de ofício foram julgados improcedentes pelo Carf. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial interposto pela Companhia
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 4 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(vii) Processo: 0025795-13.2009.4.01.3400	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Instância	2º Instância Judicial
Data de instauração	04.08.2009
Partes no processo	Autor: Suzano S/A (na qualidade de sucessora por incorporação de Aracruz Celulose S.A.) Réu: União – Fazenda Nacional (Exequente)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 125 milhões (R$ 122 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	IRPJ/CSLL - homologação parcial – período 1997: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R$ 83.000, gerando uma diferença de R$ 51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia. Para a outra parte do crédito, a Companhia ajuizou a Ação Anulatória para discutir a exigibilidade do saldo devedor.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em primeira instância houve sentença compreendendo pela improcedência do pedido da Companhia, por considerar aplicáveis as normas da Lei nº 11.051/2004 ao Despacho Decisório proferido em 2008, independente da data das declarações de compensação (“DCOMPs”).
Estágio do processo	Aguarda-se julgamento em segunda instância do Recurso de Apelação da Empresa, interposto em face da sentença que julgou improcedente a ação.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 122 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(viii)	**Processo: 19515.721.029/2019-75**
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	09.12.2019
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil (RFB) Réu: Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 116 milhões (R$ 112 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	Auto de infração – IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Companhia apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente
Resumo das decisões de mérito proferidas	A impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente para excluir as glosas e despesas financeiras oriundas de contratos de cessão de recebíveis, mantendo as demais glosas. O julgamento do recurso voluntário interposto foi convertido em diligência.
Estágio do processo	Atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF..
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 112 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(ix) Processo: 0032681-62.2012.4.03.6182 (Execução Fiscal – "EF") 0020051-03.2014.4.03.6182 (Embargos à Execução Fiscal – "EEF")	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Instância	2ª Instância Judicial
Data de instauração	01.06.2012 (EF) e 05/05.2014 EEF
Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional (Exequente) Réu: Suzano S/A (na qualidade de sucessora por incorporação de Fibria Celulose S/A) (Executada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 154 milhões (R$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2025).
Principais fatos	Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Foi proferida Sentença julgando extinto o processo de Embargos à Execução Fiscal, sem resolução do mérito, considerando a ocorrência de litispedência destes autos com a Ação Anulatória nº 0009065-96.2005.4.05.8300, sob o fundamento de que os débitos estariam sendo cobrados em razão da revogação dos benefícios da SUDENE/ADENE que a Companhia detinha e, portanto, a mesma relação jurídica estaria sendo discutida.
Estágio do processo	Aguarda-se julgamento em segunda instância do Recurso de Apelação da Empresa.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 150 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(x)	Processo: 13770.000229/2003-26
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	29.04.2003
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Suzano S/A (na qualidade de sucessora por incorporação de Aracruz Celulose S.A.)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 127 milhões (R$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2024).
Principais fatos	Compensação – IRRF – período 2000: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de Imposto de Renda Retido na Fonte apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia, ao efetuar a apuração do IRPJ, considerou os valores já retidos de IRRF pelas instituições financeiras e deduziu esses valores da apuração do seu lucro tributado, todavia as decisões buscam expurgar essas deduções da apuração do saldo negativo de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica do período.
Estágio do processo	Aguarda-se a análise da manifestação da Companhia à diligência fiscal, na qual foi indicada a necessidade de refazimento devido à omissão do Auditor-Fiscal, ou o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, considerando o retorno dos autos ao CARF.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia terá impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 125 milhões, mas não afetará as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(xi) Processo: 0069994-52.2015.4.03.6182 (Execução Fiscal – "EF")	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Instância	2ª Instância Judicial
Data de instauração	16.12.2015 (EF) e 10.09.2018 (EEF)
Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional (Exequente) Réu: Suzano S/A (na qualidade de sucessora por incorporação de Fibria Celulose S/A) (Executada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, o montante é de R$ 103 milhões (R$ 101 milhões em 31 de dezembro de 2024)
Principais fatos	Compensação - Saldo Negativo de IRPJ - Compensação de saldo negativo de IRPJ apurado no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2000. O principal fundamento do Fisco para a não homologação do Saldo Negativo foi a suposta ausência de comprovação de que as receitas que geraram o Imposto de Renda Retido na Fonte teriam sido oferecidas à tributação.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª instância, os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, sob o fundamento de que não seria admitida em sede de Embargos a discussão de compensação indeferida na esfera administrativa, deixando de analisar, em razão disso, as conclusões do laudo pericial favorável e o parecer da área técnica da Receita Federal, que reconheceu que as receitas financeiras foram oferecidas à tributação.
Estágio do processo	Aguarda-se julgamento em segunda instância do Recurso de Apelação da Empresa, interposto em face da sentença que julgou improcedente a ação.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, a Companhia deverá ter impacto financeiro relevante que será no valor do montante estimado de R$ 101 milhões, porém pontual, não afetando as demais operações da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(xii) Processo: 10580.901510/2020-28	
Juízo	Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”)
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	31.03.2020
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Suzano S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	No exercício findo em 30 de junho de 2025, não há montante estimado de exposição em razão do desfecho favorável (R$ 102 milhões em 31 de dezembro de 2023).
Principais fatos	Auto de Infração – IRPJ e Saldo Negativo: Trata-se de Despacho Decisório que homologou parcialmente a compensação realizada pela Companhia, em razão da utilização de créditos proveniente de Saldo Negativo, oriundo de retenção na fonte, apurado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foram proferidas decisões de mérito no caso.
Estágio do processo	A Companhia apresentou impugnação administrativa, atualmente, pendente de julgamento na primeira instância.
Chance de perda	Em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo ativo de natureza tributária com contingência passiva, prognóstico de perda possível e valor acima de R$ 100MM.
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de insucesso da demanda, não haverá qualquer impacto financeiro ou patrimonial para a Companhia.

(ii) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias figuravam o polo passivo em 5.608 processos judiciais ou administrativos de natureza trabalhista e/ou acidentária classificados com probabilidades de perda provável ou possível que envolviam uma contingência total de aproximadamente R$ 502 milhões, sendo que do total mencionado: (i) 1.094 processos foram avaliados pelos nossos assessores jurídicos com prognóstico de perda provável, e com valor total de provisão de R$ 327 milhões, sendo R$ 89 milhões referentes a depósitos judiciais, resultando em uma provisão líquida de R$ 238 milhões; e (ii) 1.199 processos avaliados pelo corpo de advogados da Companhia como de probabilidade de perda possível, e cujo valor total envolvido era de R$ 176 milhões.

De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para a prestação de serviços para a Companhia e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária da Companhia em verbas supostamente não pagas por essas empresas terceirizadas.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia, inclusive suas controladas e subsidiárias, possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso do Sul, além de ações envolvendo o Ministério Público do Trabalho.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias não figuravam no polo passivo de nenhum processo trabalhista que atenda aos critérios de relevância estabelecidos neste item 4.4.

(iii) Cíveis e Ambientais

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias figurava o polo passivo em 982 processos judiciais ou administrativos de natureza cível ou ambiental envolvendo uma contingência total de aproximadamente R$ 1.380 milhões, sendo que do total mencionado: (i) 89 eram avaliadas pelos nossos assessores jurídicos com prognóstico de perda provável, e com valor total de provisão de R$ 343 milhões; (ii) 204 eram avaliados pelo corpo de advogados da Companhia como de probabilidade de perda possível, e cujo valor total envolvido era de R$ 1.037 milhões; segundo normas e procedimentos contábeis em vigor.

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas e subsidiárias, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Em face dos eventuais impactos que uma decisão negativa pode acarretar à Companhia, e considerando os critérios de relevância fixados neste item 4.4, entendemos como relevantes os seguintes processos de natureza cível ou ambiental:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais ou administrativos de natureza cível

Processo: 0032101-90.2012.4.01.3400	
Juízo	9ª Vara Federal do Distrito Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/06/2012
Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico de R$ 77.050.462,44, referente aos danos materiais e morais coletivos – não reflete o impacto de multa adicional.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública objetivando que a Suzano se abstenha de trafegarem qualquer via federal com excesso de peso, sob pena de multa de R$ 20 mil por infração, bem como seja condenada ao pagamento de indenização pelos danos materiais que teria causado às rodovias federais em valor não inferior a R$ 38.525.231,22; danos materiais causados ao meio ambiente e à ordem econômica em importância não inferior a 30% dos danos materiais causados às rodovias; e danos morais coletivos a ser fixada em montante não inferior a 70% da importância relativa aos danos às rodovias. O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Companhia pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF-1, em agravo de instrumento da Companhia, o qual foi provido para reformara decisão liminar. Atualmente, aguarda-se decisão sobre os embargos de declaração opostos pelo MPF do acórdão, porém, considerando-se o julgamento do feito em primeiro grau, esse recurso deverá ser julgado prejudicado por perda superveniente de seu objeto. Em 22.04.2021, foi proferida sentença de improcedência, uma vez que não foi verificado o nexo de causalidade apto a ensejar indenização a ser paga pela Suzano. Ato contínuo, o MPF e o DNIT interpuseram recurso de apelação e a Suzano apresentou suas contrarrazões. Na sequência, o MPF apresentou parecer opinando pelo provimento do recurso para reforma da sentença. Aguarda-se julgamento do feito, lembrando que há recurso repetitivo sobre a matéria o qual foi recentemente apreciado pelo STJ sob o tema nº 11401[1] declarando a possibilidade de aplicação de penalidades cumulativas em casos de excesso de peso de cargas, como multas administrativas, medidas inibitórias e, também, responsabilidade civil por danos eventualmente causados pelos transportadores. Como o STJ não indicou critérios para a valoração ou identificação do valor devido, as partes envolvidas no Tema nº 1104 apresentaram Embargos de Declaração. Não há decisão final ou 'coisa julgada' no Tema nº 1104 e/ou nas três ações movidas contra a Empresa.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença de improcedência proferida em 22.04.2021 entendeu que a multa por tráfego com excesso de peso pretendida pelo MPF deveria ter sido exigida na esfera administrativa, o que foi obstado pela Suzano não ter sido notificada à época, impossibilitando o contraditório e exercício de defesa da empresa. Além disso, o juiz considerou que já existem normas de trânsito punindo o tráfego com excesso de peso, de sorte que cabe apenas à Administração a fiscalização do cumprimento dessas regras. Assim, caso o Poder Judiciário impusesse a pretendida condenação pelo MPF seria gerado bis in idem em relação à referida infração de trânsito. Por fim, a sentença entendeu que não haveria nexo causal entre a conduta da Suzano e os estragos na rodovia, já que o fato de trafegar com excesso de peso não permite concluir que seria o motivo de todos os danos nas estradas, sem contar que a utilização das estradas não é feita apenas pela Suzano, mas sim pela coletividade .
Estágio do processo	Recursal
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvidos e impacto na operação logística da Companhia.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual condenação resultará na obrigação da Companhia pagar o valor de eventual condenação, assim como poderá resultar no redimensionamento da logística de transportes da Companhia, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Companhia poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Em caso de desfecho desfavorável, o resultado será um desembolso financeiro, aumento da frota e/ou transferência do transporte da madeira para outros modais logísticos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

[1] Tese firmada: O direito ao trânsito seguro, bem como os notórios e inequívocos danos materiais e morais coletivos decorrentes do tráfego reiterado, em rodovias, de veículo com excesso de peso, autorizam a imposição de tutela inibitória e a responsabilização civil do agente infrator.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0032095-83.2012.4.01.3400	
Juízo	20ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Brasília
Instância	2ª Instância
Data de Instauração	29/06/2012
Partes no Processo	Autor: Ministério Público Federal. Réu: Suzano S.A (antiga Fibria Celulose S.A).
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor histórico de R$ 757.513.925,39, referente aos danos materiais e morais coletivos – não reflete o impacto de multa adicional.
Principais Fatos	Trata-se de ação movida pelo Ministério Público Federal contra a Fibria visando impedir que os veículos de sua propriedade circulem em rodovias federais com excesso de peso, sob pena de multa de R$ 20 mil por infração, e requerendo seja condenada ao pagamento de indenização pelos danos materiais que teria causado às rodovias federais em valor não inferior a R$ 378.756.962,70; danos materiais causados ao meio ambiente e à ordem econômica em importância não inferior a 30% dos danos materiais causados às rodovias; e danos morais coletivos a ser fixada em montante não inferior a 70% da importância relativa aos danos às rodovias. O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Companhia pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam a madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF-1, em agravo de instrumento da Companhia, o qual, com a sentença adiante referida, foi julgado prejudicado. Em março de 2018, foi proferida sentença que, confirmando a liminar (ordem de abstenção de tráfego acima dos limites de excesso de peso, sob pena de multa de R$ 20 mil por infração), julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais para o fim de determinar à ré que se abstenha de transitar em rodovias federais, com excesso de peso, em desacordo com a legislação de trânsito e especificações do veículo, bem como para condená-la ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados, cujo montante será determinado em sede de liquidação de sentença, a qual será revertida à União, e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, arbitrados em 20% sobre o valor apurado a título de danos materiais, a qual deverá ser revertida ao Fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/85. A decisão foi publicada em 05.04.2018. Em 26.04.2018, a Fibria interpôs recurso de apelação já respondido pelo MPF. Os autos foram distribuídos em 02.10.2018, 6ª Turma do TRF1, sob a relatoria do Des. Relator DANIEL PAES RIBEIRO. Aguarda-se julgamento do feito, lembrando que há recurso repetitivo sobre a matéria o qual foi recentemente apreciado pelo STJ sob o Tema nº 1104 declarando a possibilidade de aplicação de penalidades cumulativas em casos de excesso de peso de cargas, como multas administrativas, medidas inibitórias e, também, responsabilidade civil por danos eventualmente causados pelos transportadores. Como o STJ não indicou critérios para a valoração ou identificação do valor devido, as partes envolvidas no Tema nº 1104 apresentaram Embargos de Declaração. Não há decisão final ou 'coisa julgada' no Tema nº 1104 e/ou nas três ações movidas contra a Empresa
Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença proferida em 15.03.2018, em primeiro lugar, confirmou a decisão liminar anterior em que se proibiu, com base nas normas de trânsito, que a Companhia trafegasse com excesso de peso nas rodovias federais, sob pena de multa de R$ 20 mil. Quanto ao pedido de indenização por dano material, o juiz julgou-o parcialmente procedente por entender que estariam presentes todos os requisitos da indenização – conduta, nexo e dano –, posto que o tráfego com excesso de peso gera diminuição na vida útil do piso asfáltico das rodovias. Afastou os danos materiais por danos causados ao meio ambiente e à ordem econômica, por entender que representaria bis in idem. Entretanto, o magistrado entendeu que o montante da indenização deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento para que se possa aferir a relação entre o excesso de peso e sua relação com os custos de manutenção das rodovias. Por fim, quanto aos danos morais coletivos, entendeu que seriam justificados em razão do aumento da periculosidade nas rodovias causado pelo tráfego com excesso de peso. Assim, arbitrou-os em 20% do valor a ser apurado a título de danos materiais na liquidação de sentença
Estágio do processo	Recursal
Chance de Perda	Possível.
Motivo pelo qual o processso é considerado relevante	Valores envolvidos e impacto na operação logística da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual condenação resultará na obrigação de a Companhia pagar o valor de eventual condenação, assim como poderá resultar no redimensionamento da logística de transportes da Companhia, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Companhia poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Em caso de desfecho desfavorável, o resultado será um desembolso financeiro, aumento da frota e/ou transferência do transporte da madeira para outros modais logísticos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 1007604-46.2018.4.01.3800	
Juízo	8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais
Instância	2ª Instância
Data de instauração	28.06.2018
Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico de R$ 1.335.000,00, referente aos danos materiais e morais coletivos – não reflete o impacto de multa adicional.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública que tem por objetivo obrigar a Suzano a se abster de dar saída a veículos de carga com excesso de peso de seus estabelecimentos comerciais, sob pena de multa diária de R$ 10 mil para cada hipótese em que se constatar o descumprimento da obrigação de se abster de trafegar com excesso de peso. O MPF requereu a indenização do dano material que o transporte com excesso de peso causou ao pavimento da rodovia federal, no valor de R$ 1.185.000,000,e dos danos morais coletivos, estipulados em R$ 150 mil. Em 28.06.2018, foi indeferida a liminar pleiteada pelo Ministério Público Federal, em decisão proferida em 03.09.2018, a qual foi objeto de recurso – que veio a perder o objeto em razão do julgamento da ação. A Suzano, em 17.10.2018, apresentou contestação e, em 14.01.2019, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, sem condenação ao pagamento de honorários. Em 19.06.2019, o MPF interpôs recurso de apelação. Em 16.09.2019, a Suzano apresentou suas contrarrazões. Em 05.12.2019, o MPF apresentou parecer pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso de apelação. Em 15.09.2022, em razão da criação do TRF6, os autos foram redistribuídos sob a Relatoria do Desembargador Federal André Prado de Vasconcelos, e, desde então, aguarda-se a inclusão em pauta para julgamento da apelação, lembrando que há recurso repetitivo sobre a matéria o qual foi recentemente apreciado pelo STJ sob o Tema nº 1104 declarando a possibilidade de aplicação de penalidades cumulativas em casos de excesso de peso de cargas, como multas administrativas, medidas inibitórias e, também, responsabilidade civil por danos eventualmente causados pelos transportadores. Como o STJ não indicou critérios para a valoração ou identificação do valor devido, as partes envolvidas no Tema nº 1104 apresentaram Embargos de Declaração. Não há decisão final ou 'coisa julgada' no Tema nº 1104 e/ou nas três ações movidas contra a Empresa.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença de improcedência entendeu que não há que se falar em reparação de dano eventual ou presumido, devendo ser certo e subsistente para que seja indenizável, ainda mais diante das condições atuais das rodovias. Ademais, afirmou que o desgaste da pavimentação é causado por inúmeros outros fatores, não sendo possível atribuir à Suzano a responsabilidade integral por tais danos. Sustentou, ainda, que, apesar de haver prova das infrações, estas não caracterizam os efeitos jurídicos sancionatórios pleiteados na Inicial, não restando demonstrada a ocorrência de resultado lesivo a qualquer direito difuso. Com relação ao dano extrapatrimonial coletivo, o juízo decidiu que deve haver concreta demonstração de abalo considerável aos valores sociais, o que não ocorreu no caso em tela. No tocante à multa, foi definido que o CTB já pune os motoristas infratores, não cabendo ao Poder Judiciário aplicar nova multa
Estágio do processo	Recursal
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores envolvidos e impacto na operação logística da Companhia.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual condenação resultará na obrigação de a Companhia pagar o valor de eventual condenação, bem como poderá resultar no redimensionamento da logística de transportes da Companhia, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Companhia poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Em caso de desfecho desfavorável, o resultado será um desembolso financeiro, aumento da frota e/ou transferência do transporte da madeira para outros modais logísticos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0000693-61.2013.4.02.5003	
Juízo	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Mateus - ES
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	26/11/2013
Partes no Processo	Autores: Ministério Público Federal e outro. Réus: Fibria Celulose S.A., Estado do Espírito Santo e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	6.238 hectares de terras localizadas nas cidades de Conceição da Barra (ES) e São Mateus (ES) . O valor da causa está vinculado ao preço do hectare na região, atualmente estimado em R$ 30.000,00 por hectare. Assim, o valor estimado do bem é de R$ 187.140.000, 00.
Principais Fatos	O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs, juntamente com o Incra, em novembro de 2013, ação civil pública contra a Fibria, o Estado do Espírito Santo e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para que sejam anulados os títulos de domínio de terras, que alega serem devolutas, as quais foram transmitidas utilizando-se de interpostas pessoas, pelo Estado do Espírito Santo à Aracruz Celulose S.A., sociedade integrada a Votorantim Celulose e Papel S.A. em 2009 e que deu origem a Fibria. Em 20.02.2014, foi deferida liminar em primeira instância que determinou bloqueio das matrículas imobiliárias correspondentes a 6.238 hectares de terra, e o impedimento de empréstimos conferidos pelo BNDES a Fibria que tivessem a finalidade de realização de investimentos em imóveis localizados em Conceição da Barra e São Mateus. Em 24.04.2014, Fibria apresentou agravo de instrumento que suspendeu os efeitos da liminar concedida em primeira instância, mas a decisão foi revogada, tendo sido restabelecida a liminar concedida em primeira instância. Em 23.04.2014, a Fibria apresentou defesa argumentando que as legitimações de posse e as aquisições posteriormente feitas pela Aracruz Celulose S.A. se deram de acordo com as leis vigentes e práticas usuais da época, destacando que, em sua visão, não se tratavam de terras devolutas, mas sim de áreas efetivamente possuídas e exploradas há longa data e, assim, particular que, portanto, podiam ter sido adquiridas pela Companhia. O feito foi saneado e o MPF apresentou Agravo de Instrumento contra decisão que indeferiu a inversão do ônus da prova; agravo julgado e ao qual se deu provimento, em data de 25.05.2016; apresentados Embargos de Declaração pela FIBRIA em 13.06.2016, ao qual se negou provimento; interposto Recurso Especial em 12.12.2016 pela Fibria, que fora inadmitido em decisão de 13.06.2017; em data de 11.07.2017, apresentamos Agravo em RESP, respondido pelo MPF em 18.08.2017. Autos remetidos ao STJ em 16.07.2018; negado provimento ao Agravo em Resp. em 07.03.2019; apresentados Embargos de Declaração em 15.03.2019, não acolhidos em 16.05.2019, com retorno do Agravo de Instrumento à origem. Em 17.02.2017 foi deferida a produção de prova testemunhal e indeferida a produção de prova pericial. Em 26.09.2017, foi proferida decisão para suspensão de financiamentos para atividades de plantio de eucalipto ou produção de celulose apenas em relação aos imóveis discutidos na ação, e designada audiência de instrução. Em 08.05.2018, Audiência em São Mateus para oitiva de testemunha da Fibria; em 22.05.2018, realizada Audiência de Instrução na Comarca de Aracruz, por Carta Precatória, em que foram ouvidas duas testemunhas da Fibria e três testemunhas do MPF. Em 12.09.2018, foi realizada audiência na Comarca de Conceição da Barra/ES, onde foram ouvidas mais três testemunhas do MPF. Carta precatória devolvida e juntada nos autos da ACP em 04/10/2018. Em 25.04.2019, a Fibria apresentou razões finais. Autos conclusos para sentença. Em 25.10.21 foi proferida sentença de parcial procedência. Em 09.11.21 foram apresentados Embargos de Declaração opostos pelo Estado do ES. Em 11.11.21 foram apresentados Embargos de Declaração opostos por Suzano. 26/08/22: Sentença que rejeitou os Embargos de Declaração. 28/09/22: Apelação Suzano. 06/01/23: Contrarrazões do BNDES. 14/02/23: Contrarrazões do MPF. 28/02/23: contrarrazões do INCRA. Autos remetidos ao TRF-2 em 24/03/2023. . Em 23/06/2023 julgamento da Apelação da Suzano pautado para a sessão ordinária do dia 04/04/203. Após o voto do Desembargador Relator no sentido de negar provimento à Apelação da Suzano, pediu vista o Desembargador Federal Alcides Martins. O processo segue concluso para julgamento - voto vista desde 17/07/2023. Em 21/10/2024 o Des. relator declarou-se impedido, na sequência os Desembargadores Alcides e Mauro se declaram suspeitos por motivo de foro íntimo para julgar o recurso. Apresentamos Embargos de Declaração em virtude da omissão sobre a validade do voto do relator, embora não provido, na decisão há manifestação expressa de que a declaração de impedimento ou suspeição ensejará a nulidade dos atos praticados pelo magistrado, com isso a Apelação foi redistribuída ao Des. André Fontes, onde aguarda a conclusão. O Des. André Fontes solicitou informações técnicas ao INCRA.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Estágio do processo	Fase recursal
Chance de Perda	Remoto
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Quantidade de hectares impactados
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Companhia, poderá haver impacto social e na produção, com possíveis danos à imagem da Companhia, além de desembolso financeiro e a devolução de 6.238 hectares de terras.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0104134-87.2015.4.02.5003	
Juízo	1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Mateus – ES
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	03/03/2015
Partes no Processo	Autores: Ministério Público Federal e outros. Réus: Fibria Celulose S.A., Estado do Espírito Santo e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	5.601,7 hectares de terras. O valor da causa está vinculado ao preço do hectare na região, atualmente estimado em R$ 30.000,00 por hectare. Assim, o valor estimado do bem é de R$ 168.030.000,00.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais Fatos	O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs, juntamente com o Incra e a Fundação Cultural Palmares, em março de 2015, ação civil pública contra a Fibria, o Estado do Espírito Santo e o BNDES, para que sejam anulados os títulos de domínio de terras, que alega serem devolutas, as quais foram transmitidas utilizando-se de interpostas pessoas, pelo Estado do Espírito Santo a Aracruz Celulose S.A., sociedade integrada a Votorantim Celulose e Papel S.A. em 2009 eque deu origem a Fibria. Em 09.03.2015, foi deferida liminar em primeira instância que determinou o bloqueio das matrículas imobiliárias, correspondentes a 5.601,7 hectares de terra. Em 07.10.2015, a Fibria apresentou Agravo de Instrumento contra a liminar que deferiu a indisponibilidade dos imóveis, sendo negado provimento, com trânsito em julgado dessa decisão em 27.07.2016. Em 13.10.2015, a Fibria apresentou defesa argumentando que as legitimações de posse e as aquisições posteriormente feitas pela Aracruz Celulose S.A. se deram de acordo com as leis vigentes e práticas usuais da época, destacando que, em sua visão, não se tratavam de terras devolutas, mas sim de áreas efetivamente possuídas e exploradas há longa data e, assim, podiam ter sido adquiridas pela Companhia. Em 14.12.2016, a Fibria apresentou especificação de provas. Foi proferida decisão para suspensão de financiamentos para atividades de plantio de eucalipto ou produção de celulose apenas em relação aos imóveis discutidos na ação e designada audiência de instrução, sendo que esta ação está apensa à primeira ação civil pública ajuizada. Em 26.09.17, foi proferido despacho saneador proferido, no qual foram desacolhidas as preliminares arguidas em contestações, fixados os pontos controvertidos, deferida a inversão do ônus da prova, conforme decisão do Tribunal proferida na primeira ACP, deferida a produção de prova testemunhal e indeferida a produção de prova pericial requerido pela FIBRIA. Ofereceremos Agravo de Instrumento, seja com relação à prescrição, seja com relação à inversão do ônus da Prova, em 09.11.2017, ao qual foi negado provimento; apresentado Recurso Especial em 13.12.2019, com resposta do MPF; Recustop seguirá em breve à conclusão para juízo de admissibilidade. Em 11.10.2017 – Juntada petição do MPF, requerendo o deferimento da tutela provisória antecipada para que o BNDES suspenda qualquer operação de financiamento direto aos imóveis objeto da ação. Em 08.05.2018, realizada Audiência de Instrução na Comarca de São Matheus, em que foi mais três testemunhas do MPF. Em 25.04.2019, a Fibria apresentou razões finais. Despacho proferido em 24.03.2020, determinou a intimação do INCRA para que informasse se os imóveis descritos na petição inicial se encontram em território quilombola. Em 08.05.2020 o INCRA apresentou manifestação indicando que o material apresentado nos autos é insuficiente para a afirmar se as terras objeto do litígio tratam-se de território quilombola ou não, sendo apenas possível tal afirmação após a conclusão dos processos administrativos de demarcação. Em 11.05.2020 proferido Ato Ordinatório, intimando as partes para que se manifestem acerca da petição e documentos apresentados pelo INCRA às fls. 2765/3046. Protocolizamos manifestação em 17.06.2020, ressaltando que o Estado nao teria interesse no feito e que a manifestação do INCRA confirma que não há qualquer delimitação de território quilombola em imóveis de posse e propriedade da Suzano, sendo que em apenas um deles (Comunidade Linharinho) houve apresentação do laudo antropológico, contestado e recorrido, que aguarda decisão na esfera própria administrativa; indicamos, ainda, o referido laudo apresenta vícios e nulidades e foi unilateralmente elaborado pelo INCRA. Autos aguardando conclusão. Em 25.10.21 foi proferida sentença de parcial procedência. Em 11.11.21 foram apresentados Embargos de Declaração opostos por Suzano. 26/08/22: Sentença que rejeitou os Embargos de Declaração. 28/09/22: Apelação Suzano. 06/01/23: Contrarrazões do BNDES. 14/02/23: Contrarrazões do MPF. 28/02/23: contrarrazões do INCRA. Autos remetidos ao TRF-2 em 24/03/2023. Em 23/06/2023 julgamento da Apelação da Suzano pautado para a sessão ordinária do dia 04/04/203. Após o voto do Desembargador Relator no sentido de negar provimento à Apelação da Suzano, pediu vista o Desembargador Federal Alcides Martins. O processo segue concluso para julgamento - voto vista desde 17/07/2023. Em 21/10/2024 o Des. relator declarou-se impedido, na sequência os Desembargadores Alcides e Mauro se declaram suspeitos por motivo de foro íntimo para julgar o recurso. Apresentamos Embargos de Declaração em virtude da omissão sobre a validade do voto do relator, embora não provido, na decisão há manifestação expressa de que a declaração de impedimento ou suspeição ensejará a nulidade dos atos praticados pelo magistrado, com isso a Apelação foi redistribuída ao Des. André Fontes, onde aguarda a conclusão. O Des. André Fontes solicitou informações técnicas ao INCRA.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Fase recursal
Chance de Perda	Remoto

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Quantidade de hectares impactados
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Companhia, poderá haver impacto social e na produção da Companhia e possíveis danos à imagem da Companhia, assim como a devolução de 5.601,7 hectares de terras.

Processo nº 0805287-13.2015.8.12.0021 (Cautelar 0801792-29.2013.8.12.0021)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas - MS
Instância	1ª Instância
Data de Instauração	25/08/2015
Partes no Processo	Autor: Fibria Celulose S.A. (atual Suzano S.A.) Réu: Eldorado Brasil Celulose S/A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor histórico de R$100 milhões.
Principais Fatos	Em 10.04.2013, a Fibria ajuizou medida cautelar de produção antecipada de provas contra a Eldorado para comprovar que a Eldorado reproduziu em fazendas de sua exploração, na região de Três Lagoas - MS, uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar VT02) da Fibria. A prova pericial confirmou a reprodução desautorizada da propriedade intelectual da Fibria. Em 24.07.2015, foi proferida a sentença na medida cautelar, homologando o laudo pericial. A Eldorado interpôs recurso de apelação contra a sentença, em 13.08.2015, e o recurso foi desprovido, por unanimidade. Em 01.06.2016, a decisão transitou em julgado. Em 25.08.2015, a Fibria ajuizou ação principal (ação de obrigação de não fazer cumulada com pedido indenizatório nº 0805287- 13.2015.8.12.0021) perante o Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas – MS. A Eldorado foi citada em 31.03.2016 e apresentou sua contestação e reconvenção em 05.05.2016. Em 06.03.2017, o juiz concedeu a tutela de urgência antecipada requerida pela Suzano para determinar a "cessação e abstenção imediata do plantio e propagação de eucaliptos clones de VT02 pela Requerida em todo o território nacional, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 100.000,00 (cem mil reais)". Neste momento, a audiência foi designada para fevereiro de 2018. A Eldorado interpôs agravo de instrumento nº 1413922-26.2017.8.12.0000, com efeito suspensivo, em face da decisão que concedeu a tutela de urgência e rejeitou a preliminar de incompetência do juízo. Assim sendo, a audiência foi retirada de pauta. Em junho de 2018, por unanimidade, foi negado provimento ao agravo de instrumento. Em seguida, a Eldorado interpôs recurso especial que foi inadmitido e, posteriormente, interpôs agravo em recurso especial que foi provido pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, os embargos de declaração no agravo de instrumento foram julgados, novamente, pelo TJMS, em novembro de 2019. Em janeiro de 2020, a Eldorado interpôs novo recurso especial que foi inadmitido e, posteriormente, interpôs novo agravo em recurso especial (AREsp nº 1.715.832). Em 05.02.2019, nos autos principais na primeira instância, foi realizada audiência de conciliação que restou infrutífera. Em 18.06.2019, o juiz proferiu decisão fixando os pontos controvertidos da demanda, deferindo a prova documental suplementar e a prova oral e designando realização de audiência de instrução e julgamento. Além disso, determinou a intimação do perito para se manifestar sobre a viabilidade da comparação requerida pela Eldorado que pretendia fazer uma nova prova pericial com as amostras de eucaliptos colhidas unilateralmente. Em 17.09.2019, foi realizada a audiência de instrução e julgamento. Em 08.10.2019, o perito destacou que a comparação requerida pela Eldorado estaria submetida "às mesmas nuances dos exames realizados na cautelar". Em 28.02.2020, o juiz rejeitou o pedido de comparação da Eldorado e, em 14.05.2020 e 08.06.2020, as partes apresentaram suas alegações finais. Em suas alegações finais, a Eldorado requereu o sobrestamento do feito por suposta prejudicialidade externa relacionada à Ação de Nulidade de Cultivar nº 5000492-17.2020.4.03.6003, ajuizada pela Eldorado em face da Suzano. A questão sobre a eventual nulidade da cultivar VT02 está sendo debatida na Justiça Federal, sem qualquer decisão desfavorável à Suzano até o momento. A alegação de prejudicialidade externa foi rejeitada pelo juiz e, em 22.01.2021, a Eldorado interpôs novo agravo de instrumento nº 1400485-73.2021.8.12.0000, que foi desprovido. Em seguida, a Eldorado interpôs o Recurso Especial nº 1.937.499 que foi recebido pelo STJ.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais Fatos	Em 22.04.2021, nos autos principais na primeira instância, foi proferida sentença de parcial procedência dos pedidos da Suzano, que: (i) confirmou a tutela de urgência, determinando que a Eldorado cesse e se abstenha do plantio e propagação de eucaliptos clones de VT02; (ii) condenou a Eldorado ao pagamento de indenização por danos materiais a serem fixados em liquidação de sentença; (iii) julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais; (iv) julgou improcedente a reconvenção da Eldorado; (v) determinou a sucumbência recíproca das partes, condenando cada parte ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais; (vi) a Eldorado foi condenada a pagar honorários de sucumbência aos advogados da Suzano no valor correspondente a 10% do valor da condenação a ser arbitrada em liquidação de sentença; (vii) a Suzano foi condenada a pagar honorários de sucumbência aos advogados da Eldorado no valor correspondente a 10% do valor atualizado da causa. Atualmente, a condenação da Suzano corresponderia a R$ 10 milhões mais correção monetária desde o ajuizamento da ação. Em 04.05.21, a Eldorado opôs embargos de declaração, pretendendo rediscutir diversos pontos da sentença. Na mesma data, a Suzano opôs embargos de declaração com a finalidade de afastar a condenação para não precisar pagar honorários de sucumbência aos advogados da Eldorado. Esses embargos de declaração ainda não foram julgados. Em 06.05.2022, a Suzano se manifestou nos autos do AREsp nº 1.715.832 perante o STJ, indicando a perda de objeto do recurso, tendo em vista o proferimento de sentença de mérito. Em 12.05.21, a Eldorado requereu a suspensão dos autos principais em cumprimento à decisão proferida no Recurso Especial nº 1.937.499. Em 19.06.21, a Suzano impugnou o pedido de suspensão. Em 24.08.21, proferido despacho determinando a suspensão do processo até decisão definitiva do STJ. Em 10.05.22, a Suzano requereu a revogação da suspensão devido ao desprovimento do Recurso Especial nº 1.937.499. Em 27.02.2023, nos autos principais na primeira instância, foi proferido despacho para que as partes apresentassem contrarrazões aos embargos de declaração opostos em face da sentença de parcial procedência. Em 15.03.2023, Suzano e Eldorado apresentaram contrarrazões aos embargos de declaração, respectivamente. Os embargos foram rejeitados e as partes interpuseram apelação. O TJMS afastou a preliminar de nulidade da sentença e, ainda, julgou a apelação da Eldorado parcialmente procedente e a apelação da Suzano prejudicada, tendo por resultado a sentença reformada para julgar os pedidos autorais improcedentes. Atualmente aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pelas partes, em face do acórdão. Em 07.12.2022, a Suzano instaurou, em apenso à ação principal, a Liquidação de Sentença por Arbitramento nº 0810166-19.2022.8.12.0021, a fim de apurar o valor da condenação por danos materiais a ser paga pela Eldorado em favor da Suzano. Foi requerido, liminarmente, a busca e apreensão dos documentos fiscais, contábeis e contratuais da Eldorado. Em 14.12.2022, proferida decisão indeferindo a busca e apreensão e determinando a intimação da Eldorado para apresentar os documentos em até 30 dias. Em 27.01.2023, a Eldorado opôs embargos de declaração em face da decisão e a Suzano impugnou o recurso em 17.02.2023. Em 08.03.2023, a Eldorado apresentou parcialmente a documentação requerida. Em relação ao AREsp nº 1.715.832 (objeto: decisão que rejeitou a preliminar de incompetência do juízo e deferiu a tutela de urgência no início da ação principal) houve o pedido de desistência pela Eldorado, o qual foi homologado pelo Juízo em novembro/23.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 22.04.2021, foi proferida sentença de parcial procedência dos pedidos da Suzano, que: (i) confirmou a tutela de urgência, determinando que a Eldorado cesse e se abstenha do plantio e propagação de eucaliptos clones de VT02; (ii) condenou a Eldorado ao pagamento de indenização por danos materiais a serem fixados em liquidação de sentença; (iii) julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais; (iv) julgou improcedente a reconvenção da Eldorado; (v) determinou a sucumbência recíproca das partes, condenando cada parte ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais; (vi) a Eldorado foi condenada a pagar honorários de sucumbência aos advogados da Suzano no valor correspondente a 10% do valor da condenação a ser arbitrada em liquidação de sentença; (vii) a Suzano foi condenada a pagar honorários de sucumbência aos advogados da Eldorado no valor correspondente a 10% do valor atualizado da causa. Atualmente, a condenação da Suzano corresponderia a R$ 10 milhões mais correção monetária desde o ajuizamento da ação. Como mencionado acima, foram opostos embargos de declaração, pretendendo afastar a condenação da Suzano os quais foram rejeitados e motivou a interposição de apelação. A Eldorado igualmente interpôs apelação, sendo os recursos apreciados e julgados no seguinte entendimento: por maioria da Turma, a apelação da Eldorado foi parcialmente procedente e a apelação da Suzano prejudicada, tendo por resultado a sentença reformada para julgar os pedidos autorais improcedentes. Atualmente aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pelas partes, em face do acórdão. Ademais, ficou determinado, pelo juiz, que a ação principal não tem prejudicialidade externa com a Ação de Nulidade n. 5000492- 17.2020.4.03.6003, ajuizada pela Eldorado e em trâmite perante a Justiça Federal.
Estágio do processo	Nos autos principais, , aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos na apelação. Além disso, AREsp nº 1.715.832 interposto pela Eldorado perante o STJ, recebeu o pedido de desistência o qual foi homologado. Nos autos da Liquidação de Sentença, aguarda-se a manifestação dobre o laudo pericial.
Chance de Perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores envolvidos e impacto social na imagem da Companhia.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, haverá desembolso com custas processuais e honorários de sucumbência, além de impactos na imagem e reputação da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos Administrativos de Demarcação nº 54340.000042/2005-31; 54340.000581/2005-71;54340.001365/2011.91; 54340.00131/2012.15; 54340.001431/2012-11 54340.000674/2004-14	
Juízo	Esfera Administrativa Federal
Instância	Primeira e Segunda
Data de Instauração	2005 e 2012
Partes no Processo	Autor: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(INCRA) Réu: Fibria Celulose S.A.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	34.430 hectares de terra localizados no Estado do Espírito Santo. O valor da causa está vinculado ao preço do hectare na região, atualmente estimado em R$ 30.000,00 por hectare. Assim, o valor estimado do bem é de R$ 1.032.900.000.
Principais Fatos	O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA) publicou Notas Públicas informando que os Relatórios Técnicos de Identificação emitidos por comissões estabelecidas pelo INCRA, concluíram que aproximadamente 34.430 hectares de terra localizados no Estado do Espírito Santo são considerados território das Comunidades Quilombolas de Linharinho, São Jorge, São Domingos, Roda D'agua e Angelim e Macuco, localizados no município de Conceição da Barra. Daárea total, aproximadamente 25.330 hectares são de propriedade e posse da Companhia. A aquisição das áreas objeto dos procedimentos foi feita em conformidade com a legislação e devidamente registrada nos órgãos competentes. A Companhia está se defendendo contra a demarcação da propriedade. Alguns procedimentos são questionados por meio de ações anulatórias propostas por terceiros, sem desfecho até o momento. Dentre esses procedimentos, o relativo à Comunidade Linharinho possui RTID concluído com a demarcação de 9.542,57ha. A defesa administrativa da Suzano foi julgada improcedente, motivo pelo qual foi interposto recurso administrativo que se encontra pendente de julgamento. No(s) último(s) anos(s) a Suzano vêm buscado, de forma infrutífera, a disponibilização de acesso integral aos autos destes processos administrativos que tramitam perante o INCRA e envolvem os interesses da Companhia., o que culminou na impetração do Mandado de Segurança Nº 5007370-76.2023.4.02.5001 para que o INCRA franqueie imediatamente acesso integral e sem prazo de validade aos procedimentos administrativos acima mencionados.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Recursal, conforme ultima informação obtida
Chance de Perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Quantidade de hectares envolvido nos procedimentos administrativos
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de desfecho desfavorável à Companhia, o resultado será a devolução das áreas demarcada como território quilombolas. Nesse caso, será necessário a publicação de um Decreto Presidencial de Desapropriação por interesse público.É garantido aos proprietários e possuidores o pagamento prévio e em dinheiro do valor correspondente à terra nua e benfeitorias.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais e administrativos de natureza ambiental

Processo: 007814-33.2012.4.01.3701	
Juízo	1ª Vara Federal de Imperatriz/MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	23/11/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal (MPF) x Estado do Maranhão, IBAMA e Suzano S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, na qual o MPF busca anular o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Maranhão referente à unidade industrial para a fabricação de celulose branqueada da Companhia, no Município de Imperatriz/MA. Defende o MPF que o IBAMA seria o órgão ambiental competente para a condução do licenciamento frente aos impactos regionais relacionados. As rés apresentaram defesa e, atualmente, aguarda-se esclarecimentos quanto aos seus honorários pelo perito designado para que possa haver o início da perícia.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Fase pericial
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual condenação pode impactar a capacidade de produção da Unidade Imperatriz
Análise do impacto em caso de perda doprocesso	Eventual decisão que suspenda a licença de operação poderá acarretar a paralisação da operação industrial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 8000482-62.2020.8.05.0172	
Juízo	Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comercial de Mucuri/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	08/05/2020
Partes no processo	Ministério Público do Estado da Bahia, Suzano e INEMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública na qual o autor discute a impossibilidade jurídica de aplicação do instituto das Áreas Rurais Consolidadas, previsto no Art. 3º, IV da Lei Federal nº 12.651/20121 –nas áreas inseridas no Bioma Mata Atlântica, sustentando a narrativa de que o Código Florestal seria uma norma geral sem aplicabilidade em tais áreas diante da tutela normativa específica da Mata Atlântica. Emface da Suzano, requer que esta não utilize matéria-prima na sua fábrica "proveniente de plantios de eucalipto estabelecidos em áreas rurais consolidadas, nos termos dos Arts. 61-A, 61-B e 67 da Lei nº 12.651/12, convertidas ilegalmente em desrespeito ao regramento jurídico específico da Mata Atlântica". Em sede de decisão liminar, foram acolhidos os pedidos do Mistério Público Estadual para determinar que o Inema proceda estudo nas áreas de propriedade da Suzano, que estejam caracterizadas como área rural consolidada, além de determinar que o INEMA realize a revisão dos CEFIRs de imóveis no Bioma Mata Atlântica para, no caso de identificação de áreas desta natureza, que o órgão se abstenha de realizar a homologação dos CEFIR destes imóveis, sem que haja compromisso para a recuperação integral das áreas, além de proibir que a Suzano recebam adera proveniente destas áreas em sua fábrica para produção de celulose. Em análise ao recurso da Suzano, o TJBA decidiu por suspender a determinação de revisão dos CEFIRs dos imóveis em que ocorreram conversões de vegetação, após 1990, no Bioma Mata Atlântica, além de autorizar que a Suzano faça uso da madeira proveniente de plantios desta natureza.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
Estágio do processo	Fase de conhecimento
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão poderá impactar parte da base florestal da companhia
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto poderá sofrer impactos em razão da restrição de áreas disponíveis para uso na região. Impacto em âmbito nacional. Desdobramento e impulsionamento do tema CFlor X Mata Atlântica, com ampliação de autuações a outras áreas pelo IBAMA com base no parecer da AGU sobre o tema.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 15863-80.2010.4.01.4300	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Instância	2ª Instância
Data de instauração	21/07/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano S/A, NATURATINS e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública na qual o autor discute a competência para conduzir o licenciamento ambiental do empreendimento ”Projeto de Silvicultura no Estado do Tocantins”. Apresentada alegações finais em primeira instância. Foi proferida sentença de improcedência dos pedidos. O MPF apelou da decisão.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença que reconheceu a competência do Órgão Ambiental Estadual para licenciamento do projeto apresentado pela Suzano no Tocatins por entender que não existem impactos sinérgicos do empreendimento florestal da companhia, além de inexistir qualquer indício de impacto em comunidade tradicional indígena. O MPF interpôs recurso de Apelação em 19.10.2020, que atualmente aguarda julgamento. Os autos estão conclusos para decisão desde 31.01.2024.
Estágio do processo	Fase recursal
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O programa de plantio de eucalipto pode sofrer atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental.
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto poderá sofrer atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 8000960-69.2022.8.05.0182	
Juízo	Vara Única dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Nova Viçosa/BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	03/05/2022
Partes no processo	Município de Nova Viçosa x Suzano S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, na qual o Município de Nova Viçosa imputa a Suzano suposta responsabilidade pelo surgimento de sedimentos lamosos em praias da região sede do Município, em razão da suposta causalidade entre as operações de dragagem do canal de acesso ao Terminal Marítimo de Caravelas, operado pela Suzano, em município vizinho. Requer a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, danos morais e a recuperação integral das praias. Em 26/05/2022 o Ministério Público do Estado da Bahia juntou aos autos parecer em que se posicionou de forma contrária ao deferimento da medida liminar em razão da inexistência de prova técnica que demonstre o nexo de causalidade entre as operações da Suzano, no Terminal Marítimo de Caravelas e a ocorrência dos sedimentos lamosos nas praias centrais do Município de Nova Viçosa, além de pontuar que o tema já havia sido apreciado, em mais de uma oportunidade, pelo Tribunal de Justiça da Bahia que reconheceu a inexistência de nexo causal, nesta fase processual. Em 27/06/2022, foi concedida, em parte, a medida. A Suzano apresentou contestação e recurso contra o deferimento da liminar, em que afirma, em síntese que: a) Todas as operações realizadas no Terminal de Caravelas foram efetivadas dentro da legalidade, e com auditorias externas; b) Que todos os monitoramentos ambientais realizados desde 2003 demonstram a inexistência de impactos ambientais ou movimentação de sedimentos causados pelas operações de dragagem do Terminal. c) Que o estudo técnico apresentado pelo município não buscou a origem da dispersão de sedimentos, mas apenas apontou hipóteses de origem do material. d) Que toda a plataforma continental da região é composta por alto volume de sedimentos lamosos, em razão das várias desembocaduras de rios nas proximidades, sendo o fenômeno de surgimento e decantação dos sedimentos lamosos nas praias natural. e) Que os supostos danos causados não foram devidamente provados, entre outras teses. Em 07/12/2022, a Suzano apresentou petição informando o cumprimento da medida liminar com a juntada de relatório de auditorias realizadas. Em 02/02/2023 houve impugnação por parte do Município de Nova Viçosa. Em 16/03/2023 foi proferido despacho determinando que a Suzano comprove o cumprimento da medida, o que foi atestado pela Suzano em 25/04/2023. Em 16/06/2023 a Suzano indicou as provas pretendidas, requerimento que segue aguardando apreciação. Em sede de Agravo, a Suzano aguarda decisão sobre o recurso apresentado. Em 1ª instância o processo encontra-se na fase pericial.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
Estágio do processo	Fase de Conhecimento
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual condenação pode trazer restrições operacionais futuras ao Terminal de Caravelas e pagamento de indenizações e recuperação de supostos danos.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão poderá obrigar a Suzano a realizar o pagamento das indenizações solicitadas, recuperação dos supostos danos e restrições operacionais do Terminal que hoje se encontra paralisado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 1004853-19.2023.4.01.3313	
Juízo	Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Teixeira de Freitas-BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	07/08/2023
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano S/A, União Federal, Estado da Bahia, Veracel
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a União, o Estado da Bahia, o Inema, a Suzano e a Veracel, alegando que a atividade de silvicultura estaria causando suposta degradação ambiental na região do extremo Sul da Bahia, impactando comunidades indígenas e quilombolas da região. Além disso, o MPF argumenta que não teria sido realizada a consulta prévia, livre e informada (CPLI) às comunidades impactadas no processo de licenciamento ambiental da silvicultura, que haveria intervenção em patrimônio histórico e cultural e que haveria suspeita de irregularidades nos títulos dos imóveis das empresas requeridas. Os pedidos liminares do MPF foram indeferidos, sob o argumento de que não estavam presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência. A Suzano apresentou contestação alegando que: i) ausência de especificação dos danos causados pela silvicultura; ii) não há intervenção em patrimônio histórico e cultural; iii) os empreendimentos antecedem a legislação que disciplina a forma de conduzir a CPLI; iv) a CPLI não é possível nem necessária uma vez que estão ausentes diversos requisitos necessários para a exigência de sua realização; v) inexistência de conclusão dos procedimentos administrativos de demarcação de territórios quilombolas e vi) inexistência de prova mínima de irregularidade em imóvel de propriedade da Suzano. O MPF recentemente apresentou recurso contra a decisão que indeferiu a liminar, recurso desprovido pelo TRF-1 por acórdão já transitado em julgado. Em primeiro grau, apresentamos contestação, aguarda-se o saneamento do feito.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
Estágio do processo	Fase de conhecimento
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual condenação pode trazer restrições operacionais à Suzano e impacto reputacional.
Análise do impacto em caso de perda doprocesso	Eventual decisão negativa poderá estabelecer obrigações adicionais à Suzano no processo de licenciamento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 1002223-53.2024.4.01.3313	
Juízo	Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Teixeira de Freitas-BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	03/04/2024
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano S/A, Município de Nova Viçosa-BA, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (“MPF”) contra a Suzano, o Inema e o Município de Nova Viçosa, alegando que a Suzano teria levado a cabo obras de infraestrutura no âmbito do exercício de sua atividade de silvicultura que gerariam impactos negativos às Comunidades Quilombolas de Helvécia, Rio do Sul, Cândido Mariano, Volta Miúda, Naiá, Mutum e Vila Juazeiro (“Comunidades Quilombolas”), sem realizar a Consulta Prévia Livre e Informada (“CPLI”) no processo de licenciamento ambiental da silvicultura. Os pedidos liminares do MPF foram indeferidos – em decisão mantida pelo Tribunal regional Federal da 1ª Região – sob o argumento de que não estavam presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência. A Suzano apresentou contestação alegando: i) a regularidade das obras de infraestrutura questionadas pelo MPF, ii) a ausência de especificação dos danos causados pela silvicultura; iii) os empreendimentos antecedem a legislação que disciplina a forma de conduzir a CPLI; iv) a CPLI não é possível nem necessária uma vez que estão ausentes diversos requisitos necessários para a exigência de sua realização; e v) inexistência de conclusão dos procedimentos administrativos de demarcação de territórios quilombolas. Atualmente se aguarda a contestação por parte do Município de Nova Viçosa.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
Estágio do processo	Fase de conhecimento
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual condenação pode trazer restrições operacionais à Suzano e impacto reputacional.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão negativa poderá estabelecer obrigações adicionais à Suzano no processo de licenciamento.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

(i) Tributários

Em 30 de junho de 2025, o valor total provisionado dos processos tributários descritos e elencados no item 4.4 corresponde a R$ 2.287 milhões, sendo R$ 305 milhões referentes ao saldo da provisão, 0,322 milhões referentes a depósitos judiciais, e R$ 1.981 milhões mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria (mais valia) resultando em uma provisão líquida de R$ 2.286 milhões.

(ii) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2025, o valor total provisionado dos processos trabalhistas descritos e elencados no item 4.4 corresponde a R$ 327 milhões, sendo R$ 89 milhões referentes a depósitos judiciais, resultando em uma provisão líquida de R$ 238 milhões.

(iii) Cíveis e Ambientais

Em 30 de junho de 2025, o valor total provisionado dos processos cíveis e ambientais descritos e elencados no item 4.4 corresponde a R$ 34 milhões, sendo R$ 210 milhões referentes ao saldo da provisão, 22 milhões referentes a depósitos judiciais, e R$ 133 milhões mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria (mais valia) resultando em uma provisão líquida de R$ 321 milhões. Ainda, a Companhia esclarece que do valor provisionado (R$ 210 milhões), cerca de R$ 197 milhões são referentes a processos cíveis e R$ 13 milhões são referentes a processos ambientais.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não era parte em nenhum processo sigiloso relevante.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia possui 19 Termos de Ajustamento de Conduta, 8 de natureza trabalhista e 11 de natureza ambiental, cujo detalhamento dos casos de maior relevância é apresentado na tabela abaixo. Todos os compromissos são monitorados internamente visando o integral cumprimento.

Nº do Processo	Compromitente	Tema	Descrição da Obrigação	Data da Assinatura
TAC 92/2007	Ministério Público do Trabalho	Vedação à contratação fraudulenta de cooperativas	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Suzano se compromete a não contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra para a prestação de serviços ligados às suas atividades fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação	03/05/2007
TAC 126/2009	Ministério Público do Trabalho	Vedação a atitudes antissindicais	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Suzano se compromete a se abster de interferir, de qualquer modo, nas entidades sindicais obreiras, inclusive abstendo- se de doar bens e valores, a qualquer título.	03/08/2011
TAC 16/2015	Ministério Público do Trabalho	Vedação ao desconto da obrigação assistencial	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Suzano se compromete a se abster de efetuar o desconto de contribuição assistencial, ressalvada a possibilidade de desconto caso haja autorização individual.	17/03/2015
Processo nº 0002069-52.2010.05.0531	Ministério Público do Trabalho	Primarização das atividades florestais e obrigações de saúde e segurança (BA)	Trata-se de Acordo Judicial no qual a Suzano obriga-se a primarizar as atividades florestais da Bahia (revogado pela Ação Revisional 0002311-64.2017.5.05.0531) e a cumprir uma série de obrigações trabalhistas.	11/07/2013
TAC 920120670	Ministério Público do Trabalho	Obrigações de saúde e segurança nas operações de Colheita Florestal (BA)	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Companhia se compromete a adequar o maquinário utilizado nas operações florestais, além de assumir uma série de outras obrigações de saúde, segurança e medicina do trabalho.	27/04/2012

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 17/2001 TAC 27/2009	Ministério Público do Trabalho	Cumprimento da quota de PCDs (Lei 8.213/91)	Tratam-se de Termos de Ajustamento de Conduta nos quais a Suzano e a Veracel se comprometem a cumprir a quota de empregados portadores de necessidades especiais – PNEs da Lei 8.213/91 ou, alternativamente, investir na capacitação de PNEs.	30/03/2007 02/09/2009
TAC 63/2006	Ministério Público do Trabalho	Respeitar o limite de 2 horas extras nos acordos de banco de horas (MS)	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Suzano se compromete a não celebrar acordos de compensação (banco de horas) que desrespeitem o	17/12/2006
TAC 5/2019	Ministério Público do Trabalho	Respeitar o limite de 6 horas de turnos de revezamento	Trata-se de Termo de Ajustamento de Conduta no qual a Veracel se compromete a respeitar o limite de seis horas diárias de turnos de revezamento, salvo autorizado em convenção coletiva ou acordo coletivo, o limite de duas horas extras diárias e os intervalos interjornada e intrajornada.	16/04/2019

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 62.138/2006	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Regularização de APPs	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental celebrado entre a Suzano e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no qual a Companhia obriga- se perante a autoridade ambiental a adotar as medidas indicadas no TAC nº 01/2009 para cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar os efeitos dos danos ambientais causados por sua atividade À pedido da SIMA, a Suzano vem providenciando a submissão dos dados dos relatórios de cumprimento do TAC apresentados à SIMA para os sistemas eletrônicos criados no curso do TAC para que o órgão possa atestar o cumprimento do TAC.A Suzano apresentou à SIMA um pedido de dilação de prazo de cumprimento do TAC, que ainda não foi respondido pelo órgão..	21/05/2009
TAC 01/2004	MPSP – Promotoria de São Carlos	Regularização de Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental entre a Ripasa e o Ministério Público do Estado de São Paulo no qual a [] Companhia se compromete à manutenção e conservação de vegetação nativa florestal (correspondente a, no mínimo, 20% de todas as glebas que compõem o Parque Florestal Fortaleza), a título de reserva legal, além da vegetação nativa florestal das áreas de preservação permanente (Fazenda Fortaleza, Bom Retiro, Primavera, Retiro Chibaro, Retiro São José).	07/03/2005

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 04/2004	MPSP – Promotoria de Ribeirão Bonito	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a Companhia obriga- se a averbar nas matrículas nºs 639, 261, 262, 5231, 670, 484, 485, 486, 487, 463 e 1009 registradas na Serventia Predial de Ribeirão Bonito e que formam a Fazenda denominada "Parque Florestal Flecha Azul", com a área total aproximada de 7.204.53 ha, área de Reserva Legal, com no mínimo 20% do total.	30/07/2004
TAC 101.01.2011.006667	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acerca da averbação e recomposição da área destinada à no qual a Companhia obriga-se a regularizar a reserva legal do imóvel denominado Fazenda São Lourenço. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal.	17/04/2013
TAC 625.01.2011.027426-0/000000-000	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acerca da averbação e recomposição da área destinada à reserva legal do imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora da Ajuda. Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a Companhia obriga- se a regularizar a reserva legal do imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora da Ajuda. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal.	12/12/2012

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 625.01.2011.027422-0/000000-000	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acerca da averbação e recomposição da área destinada à reserva legal do imóvel denominado Fazenda São José I. Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a Companhia obriga- se a regularizar a reserva legal do imóvel denominado Fazenda São José I. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal..	12/12/2012
TAC 0027424-05.2011.8.26.0625	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acerca da averbação e recomposição da área destinada à reserva legal do imóvel denominado Fazenda Gaspar. Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a [Companhia obriga-se a regularizar a reserva legal do imóvel denominado Fazenda Gaspar. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal.	12/12/2012

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 44/2009	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de avaliação do cumprimento das exigências ambientais no plantio de eucalipto destinado ao corte e comercialização nas Fazendas São José II, Nossa Senhora de Lourdes/Morro Acima, São José III, Pinheiral, Calipso e Pio XII.Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a Companhia obriga- se ao cumprimento das exigências ambientais no plantio de eucalipto destinado ao corte e comercialização nas Fazendas São José II, Nossa Senhora de Lourdes/Morro Acima, São José III, Pinheiral, Calipso e Pio XII. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal..	27/05/2012

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 74/2005	MPSP – Promotoria de Justiça de Jacareí	Impactos Negativos da Atividade – Danos ao Solo	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental relativo ao rompimento do Talude de Contenção do Aterro Industrial da Unidade Jacareí, no qual a Companhia obriga- se a abster-se de fazer qualquer lançamento, emissões, derrames, depósitos, infiltrações ou acúmulos de resíduos, efluentes, matérias fora dos padrões estabelecidos, que possam ser ofensivos ou causar incômodos ao bem-estar, bem como executar obras, serviços e providências, tais como a manutenção de todos os equipamentos de segurança e controle ambiental dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos, adequações no processo de tratamento de efluentes industriais e sanitários, entre outros.Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental no qual a Companhia obriga- se a abster-se de fazer qualquer lançamento, emissões, derrames, depósitos, infiltrações ou acúmulos de resíduos, efluentes, matérias fora dos padrões estabelecidos, que possam ser ofensivos ou causar incômodos ao bem-estar, bem como executar obras, serviços e providências, tais como a manutenção de todos os equipamentos de segurança e controle ambiental dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos, adequações no processo de tratamento de efluentes industriais e sanitários, entre outros.	31/01/2007

4.7 Outras contingências relevantes

TAC 101.01.2011.006668	GAEMA – Núcleo de Paraíba do Sul	APP e Reserva Legal	Trata-se de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acerca da averbação e recomposição no qual a Companhia obriga- se a regularizar a da área destinada à reserva legal do imóvel denominado Fazenda Conceição. O cumprimento integral das obrigações depende apenas da análise do CAR pela Cetesb/SAA para aprovação da alocação da Reserva Legal.	12/12/2013

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos que é aplicável a todos os processos, áreas e colaboradores, e contém diretrizes do processo de gerenciamento de riscos. A metodologia é baseada em seu ambiente considerando como parâmetros impacto e probabilidade de ocorrência. Os riscos prioritários e seus respectivos planos de ação são acompanhados pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

A última versão da Política de Gestão Integrada de Riscos foi aprovada em 24 de abril de 2023 em Reunião do Conselho da Administração e é aplicável para todos os órgãos da administração e áreas da Companhia. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos”.

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e parâmetros definidos pelas políticas mencionadas.

A Política de Gestão de Derivativos estabelece limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas; (ii) mitigação de exposições à taxas de juros; (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities; e (iv) troca de indexadores da dívida.

A última versão da Política de Endividamento foi aprovada em 10 de outubro de 2022 em Reunião do Conselho da Administração e é aplicável para todos os órgãos da administração e áreas da Companhia.A Política de Endividamento tem por objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades na gestão de passivos financeiros da Companhia. Esta política determina uma referência de parâmetros máximos na relação entre dívida líquida sobre EBITDA Ajustado em determinadas condições. Além disso, a política determina a diretriz da estratégia de indexação a moedas da Dívida Líquida.. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos”.

A última versão da Política de Gestão de Caixa foi aprovada em 30 de novembro de 2023 em Reunião do Conselho da Administração e é aplicável para todos os órgãos da administração e áreas da Companhia.A Política de Gestão de Caixa tem como objetivo estabelecer diretrizes, regras, ativos elegíveis e procedimentos para a gestão do caixa em moeda nacional e estrangeira da Companhia.. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos”.

A última versão da Política de Riscos de Contrapartes e Emissores foi aprovada em 30 de novembro de 2023 em Reunião do Conselho da Administração e é aplicável para todos os órgãos da administração e áreas da Companhia A Política de Riscos de Contrapartes e Emissores determina limites e tolerâncias de exposições às instituições financeiras e não financeiras que sejam contrapartes de operações financeiras e/ou emissores de crédito.. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos”.

No processo de gestão de riscos de mercado são feitas a identificação, avaliação, implementação das estratégias e contratação de instrumentos financeiros de proteção aos riscos. A área de riscos e compliance acompanha o cumprimento dos limites estabelecidos nas políticas da Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão Integrada de Riscos tem por objetivo estabelecer, atualizar e unificar as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão de Riscos da Companhia, desde a identificação até a tratativa dos riscos, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos de administração ou departamentos, para subsidiar a Companhia no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações internamente e para seus stakeholders.

Estratégias de Proteção Patrimonial (hedge)

As estratégias de proteção patrimonial (*hedge*) da Companhia estão fundamentadas na Política de Gestão de Derivativos, mencionada acima. Nela estão estabelecidas regras, orientações e procedimentos que definem:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) os parâmetros para a negociação de produtos de derivativos para a proteção das exposições que apresentam risco de mercado para a Companhia; e

b) as alçadas de aprovação para a contratação de produtos de derivativos e seus respectivos limites.

Nos termos da Política de Gestão de Derivativos, a estratégia de proteção patrimonial da Companhia consiste em evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado por meio da contratação de instrumentos derivaivos exclusivamente voltados à proteção de operações financeiras já contratadas pela Companhia, ou para a proteção de seus fluxos de caixa, sem que de tais contratações resulte alavancagem para a Companhia.

Nesse sentido, a Companhia realiza regularmente transações de hedge de câmbio, taxa de juros, preço de commodities e inflação, usando instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros, opções e swaps, de acordo com suas políticas. Tradicionalmente, a Companhia usa transações de hedge para, entre outras finalidades: (1) proteger sua receita (que é principalmente denominada em dólares norte-americanos) quando convertida para reais (sua moeda funcional), (2) converter parte de sua dívida denominada em reais para dólares norte-americanos, (3) trocar as taxas de juros flutuantes de sua dívida por taxas de juros fixas, (4) trocar a variação monetária flutuante de sua dívida por taxa fixa e (5) trocar parte de sua dívida indexada pelo IPCA para CDI.

A Companhia contabiliza seus instrumentos derivativos pelo valor justo, de acordo com o International Financing Reporting Standards (IFRS). O valor justo desses instrumentos pode aumentar ou diminuir devido a flutuações nas taxas de câmbio ou nas taxas de juros, entre outras, antes da data de liquidação. Como resultado, a Companhia pode incorrer em perdas não realizadas devido a esses fatores de risco de mercado. Flutuações também podem ser resultado de mudanças nas condições econômicas, sentimento do investidor, políticas monetária e fiscal, liquidez dos mercados globais, eventos políticos internacionais e regionais, atos de guerra, terrorismo, entre outros.

No caso de a Companhia deixar de realizar transações de hedge na medida do necessário, a Companhia pode estar exposta a riscos de câmbio, taxa de juros e inflação, o que poderia afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as posições abertas de derivativos, agrupadas por classe de ativo, indexador de referência e negociadas no mercado de balcão, estão assim representadas:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	consolidado			
	Valor de referência (nacional) - em US$ mil		Valor justo - em R$ mil	
Tipo de derivativo	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de junho de 2025	31 de dezembro de 2024
Instrumentos contratados como estratégia de proteção				
***Hedge* operacional**				
ZCC	**6.844.400**	**6.852.200**	**290.364**	**(4.328.970)**
NDF (US$)	**90.000**	**581.000**	**7.419**	**(331.876)**
NDF (CNY x US$)	**1.500**	**—**	**(14)**	**—**
***Hedge* de dívidas**				
Swap SOFR para Fixed (US$)	**1.576.482**	**1.973.705**	**112.140**	**394.128**
Swap IPCA para CDI (nocional em reais)	**8.011.292**	**8.128.395**	**(517.030)**	**(825.899)**
Swap IPCA para Fixed (US$)	**—**			
Swap CNH para Fixed (US$)	**165.815**	**165.815**	**(311)**	**(6.440)**
Swap CDI x Fixed (US$)	**1.084.612**	**909.612**	**(351.438)**	**(776.261)**
Swap Pré Fixada para CDI (nocional em reais)	**2.702.972**		**47.421**	
Swap CDI x SOFR (US$)	**635.171**	**610.171**	**(164.140)**	**(590.764)**
Swap SOFR para SOFR (US$)		**150.961**		**(37.851)**
***Hedge* de commodities**				
S*wap* US$ e *US-CPI* (1)	**138.182**	**138.439**	**94.560**	**(80.759)**
ZCC de Brent	**306.998**	**163.941**	**(13.579)**	**6.097**
Swap VLSFO/Brent	**13.518**	**39.706**	**114**	**10.876**
			(494.493)	**(6.567.720)**
Ativo circulante			**1.100.397**	**1.006.427**
Ativo não circulante			**4.055.943**	**2.880.673**
Passivo circulante			**(1.044.493)**	**(2.760.273)**
Passivo não-circulante			**(4.606.340)**	**(7.694.547)**
			(494.493)	**(6.567.720)**

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os riscos identificados pela Companhia são classificados como:

a) *Riscos Estratégicos:* significam os Riscos cuja materialização resulte em perdas à Companhia pelo insucesso das estratégias adotadas, levando-se em conta a dinâmica dos negócios e da concorrência, além das alterações políticas e econômicas, tanto em nível nacional, como internacional.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

b) *Riscos Financeiros:* os riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, subdivididos em três categorias:

- *Riscos de Mercado:* riscos cuja materialização resulte em perdas ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities e/ou outros produtos adquiridos e/ou vendidos pela Companhia.
- *Riscos de Crédito:* riscos cuja materialização resulte em perda de valores acordados com tomadores de empréstimos ou clientes de produtos vendidos pela Companhia a prazo com contrapartes de contratos ou que tenham emitido títulos de crédito em favor da Companhia.
- Riscos de Liquidez: riscos cuja materialização resulte: (i) na incapacidade da Companhia de realizar transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou (ii) na falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos disponíveis e passivos vencidos.

c) *Riscos Operacionais*: Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos operacionais atrelados a processos, pessoas e/ou sistemas em decorrência de falhas, deficiências e/ou inadequações diversas.

d) *Riscos de Compliance*: riscos associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação, resultante de alguma falha no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Ética Conduta e/ou de políticas ou normas internas da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Os critérios para gestão de riscos, analisando o contexto interno, envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolve a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os riscos são avaliados e classificados de acordo com o impacto do risco, sendo eles: menor, moderado, maior e extremo. Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: remota, possível, provável e muito provável.

A Companhia realiza as seguintes etapas para fins de gerenciamento de riscos:

a) Estabelecimento do contexto: Delimita o escopo de identificação de um risco, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas e relações com stakeholders internos, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico no qual a Companhia está inserida, seja em âmbito regional, nacional ou internacional.

b) Identificação de riscos: A identificação do risco ocorre pela avaliação dos processos do negócio, consistindo na busca, reconhecimento e descrição dos riscos, considerando para tal sua respectiva fonte, eventos, causas e consequências negativas potenciais

c) Análise de riscos: A análise dos Riscos envolve a apreciação das causas e fontes de um risco, suas consequências negativas, sejam provenientes de quaisquer esferas de impacto e a probabilidade de que possam ocorrer. Sendo assim, todos os eventos, de origem interna ou externa, que possam impactar negativamente as estratégias e os objetivos de negócio da Companhia devem ser mapeados e monitorados para assegurar que quaisquer materializações de Risco que venham a ocorrer sejam conhecidas e geridas em um nível aceitável.

d) Avaliação de riscos: O processo de avaliação consiste na definição da probabilidade e do impacto de um risco. A probabilidade de ocorrência pode ser definida em quatro níveis, de acordo com os seguintes critérios: • Remota (abaixo de 30%): Chance remota de que o evento ocorra / Histórico de poucas ocorrências ou não possui histórico de materialização do risco. • Possível (entre 31 e 60%): É mais provável que o evento não ocorra do que ocorra / Histórico de moderada frequência de materialização do risco. • Provável (entre 61% e 90%): É mais provável que o evento ocorra que

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

não ocorra / Histórico de alta frequência de materializações do risco. • Muito Provável (acima de 90%): É quase certo que o evento vai ocorrer / Histórico de intensa frequência de materializações do risco.

e) Tratamento de riscos: Esta etapa consiste em verificar qual a tratativa mais adequada para o risco, sendo possíveis as seguintes estratégias:

- Aceitar: A Companhia, dentro dos limites de alçada, decide conviver com o Risco, não realizando assim ações que venham a tratá-lo.
- Rejeitar: O ato de rejeitar o Risco significa que a Suzano não deseja conviver com ele, exigindo assim um tratamento a ser endereçado pelo Risk Owner.
- Caso a Companhia escolha rejeitar o risco, as seguintes ações podem ser definidas:
- Evitar: As atividades que originam o Risco devem ser interrompidas, ou por meio de venda do ativo gerador do Risco ou por meio de redirecionamento comercial, por exemplo;
- Reduzir: Buscar alternativas para reestruturação dos processos, visando reduzir o Impacto de Risco em caso de materialização, a probabilidade de sua materialização, ou ambos;
- Compartilhar: Tomar ações visando transferir o Risco a um terceiro, pagando um determinado valor para tanto, como por exemplo contratação de seguros ou a realização de operações de hedge.

f) Reporte e Relato: Nesta etapa, é preciso que as informações vinculadas ao processo de gestão de riscos sejam devidamente comunicadas às instâncias responsáveis. Essa conduta garante que as informações tenham fluidez, rapidez e transparência no relato realizado aos respectivos públicos, garantindo assim que todas as partes interessas possam compartilhar, fornecer ou obter informações; e

g) Monitoramento: O monitoramento é a etapa pela qual ocorre o acompanhamento da evolução do risco ao longo do tempo, verificando se as ações adotadas pela Companhia foram eficientes assim como o efeito de eventuais mudanças no ambiente interno e/ou externo em sua avaliação.

Instrumentos de Proteção Patrimonial (hedge)

Com a finalidade de evitar o efeito da volatilidade dos preços e taxas de mercado em seus resultados, a Companhia pode contratar operações com derivativos atreladas aos seguintes fatores de risco:

a) Câmbio;

b) Juros;

c) Celulose; e

d) Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

Nesse sentido, a Companhia pode contratar operações envolvendo os seguintes instrumentos derivativos:

a) *Swa*ps;

b) NDFs (*non deliverable forward*);

c) Opções *Plain Vanilla (zero cost collar).*

A venda de opções só será permitida em estruturas de *collar* para excluir o risco de alavancagem.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da Companhia, não gerando alavancagem para a Companhia.

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Hedge de Fluxo de Caixa

Entende-se por *hedge* de fluxo de caixa o instrumento de proteção financeira contratado com a finalidade de mitigar os riscos para as receitas e despesas atreladas às atividades principais da Companhia, provenientes da exposição cambial. A Tesouraria possui um limite de hedge para cada tipo de exposição:

a) risco cambial (USD): as operações de hedge de fluxo de caixa deverão respeitar como limite máximo até 75% da exposição e vencimento máximo de até 24 meses. Para alterações temporárias destes parâmetros é necessário o reporte para o Comitê de Gestão e Finanças e Conselho de Administração; e

b) risco cambial (outras moedas): com o objetivo de evitar a exposição à volatilidade de moedas que não sejam dólares americanos (USD), podem ser realizadas operações com derivativos que representem 100% da Exposição Cambial (GAP cambial) destas moedas, desde que o risco associado seja USD.

As operações de hedge de fluxo de caixa devem respeitar uma cobertura mínima de hedge de 40% da exposição (GAP Cambial USD). Essa cobertura foi calculada para cobrir 75% das obrigações em reais (BRL) projetadas no horizonte de 24 meses. O patamar de *hedge* mínimo é reportado, periodicamente, às reuniões do Comitê de Gestão e Finanças com o acompanhamento da estratégia de *hedge* de fluxo de caixa e submetido novamente para aprovação se houver mudanças significativas de mercado. O Conselho de Administração aprovou, em 28 de outubro de 2021, um programa de contratação de operações de hedge adicionais especificamente para proteção da exposição cambial relacionada ao investimento de capital no Projeto Cerrado. O programa aprovado está previsto na Política de Gestão de Derivativos disponível no website de Relações com Investidores, possuía inicialmente montante máximo (nocional) de até 1 bilhão de dólares e prazo das operações de até 36 meses. Em 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a ampliação do programa, aumentando o montante máximo (nocional) para US$ 1,5 bilhão, mantendo-se o prazo estabelecido anteriormente.

O Diretor Financeiro tem um limite temporário de 5 pontos percentuais abaixo do patamar mínimo ou acima do patamar máximo que pode ser usado em casos excepcionais. O enquadramento aos limites da política deve ser feito em até 5 dias úteis.

Hedge de Dívida

Para os hedges de dívida, o prazo máximo e limite são os mesmos da dívida base objeto da proteção.

Hedge de Outras Exposições

Aplicam-se os parâmetros abaixo:

a) celulose: com a finalidade de diminuir a exposição da Suzano à volatilidade dos preços da celulose, 10% da exposição nos próximos 12 meses pode ser protegida por derivativos;

b) combustível de frete e outros insumos relacionados à produção: até 50% da exposição nos próximos 24 meses para cada insumo, por se tratarem de commodities secundárias para a empresa.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco. Todas as operações de derivativos devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado

Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O modelo de gerenciamento de riscos da Companhia é baseado no conceito de Linhas de Defesa. Esse modelo é amplamente disseminado e praticado em todas as nossas operações, apesar de não ser mencionado em nossa Política de Gestão Integrada de Riscos.

1ª Linha de Defesa: formada pela gestão operacional das áreas de negócio e é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de acordo com as diretrizes de apetite de riscos da Companhia. É responsável também pela implementação de planos de ação e garantir a manutenção de controles mitigatórios.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

2ª Linha de Defesa: Composta, principalmente, pela gestão de Controles Internos, Risco e Compliance tem como principais funções disseminar a cultura e modelo de riscos, apoiar no monitoramento e gerenciamento de riscos e na construção das ações de mitigação e reportar informações relevantes de riscos aos órgãos de governança da Companhia. Reporta à Diretoria Executiva e também ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento.

3ª Linha de Defesa: Atuação independente da Auditoria Interna com função de avaliar a aderência e eficácia do sistema de governança corporativa, processo de gerenciamento de riscos e de controles internos, além do monitoramento do canal de denúncias e aplicação de auditorias investigativas.

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão Integrada de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Executiva, a Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance, os gestores das áreas de negócio e funcionais, e os correspondentes das áreas de negócio e funcionais.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, conforme estabelecido no regimento do Conselho de Administração, disponível em nosso site de relacionamento com investidores: (https://ri.suzano.com.br/Portuguese/ESG/Governana-Corporativa/default.aspx), estabelecer o nível de apetite a risco para a Companhia em função da relação risco/retorno que ela pretende assumir.

Comitê de Auditoria Estatutário

Compete ao Comitê de Auditoria, conforme estabelecido no regimento do Comitê de Auditoria Estatutário, disponível em nosso site de relacionamento com investidores: (https://ri.suzano.com.br/Portuguese/ESG/Governana-Corporativa/default.aspx

(a) supervisionar o processo gerencial e de monitoramento de Riscos, verificando se a Companhia possui mecanismos internos capazes de identificá-los e monitorá-los, como uma maneira de gerenciar o perfil de Risco da Companhia;

(b) avaliar os parâmetros do modelo de gestão de Riscos da Companhia, assim como seus recursos humanos e financeiros destinados para o processo de gestão de Riscos, além da tolerância máxima determinada pela administração; e

(c) avaliar a determinação dos parâmetros do modelo de gestão de riscos financeiros da Companhia e as políticas degerenciamento de riscos, seus recursos e tolerância máxima determinada pela Administração.

Diretoria Executiva

Compete à diretoria executiva, conforme estabelecido no regimento da Diretoria, disponível em nosso site de relacionamento com investidores: (https://ri.suzano.com.br/Portuguese/ESG/Governana-Corporativa/default.aspx):

(a) atuar de forma solidária e comprometida no gerenciamento de riscos, através do conhecimento, compreensão e acompanhamento dos principais riscos da Companhia;

(b) manter uma estrutura organizacional adequada para operar e gerenciar de forma razoável os Riscos a que a Companhia está sujeita; e

(c) ratificar a priorização dos Riscos a serem tratados/gerenciados.

Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance

Compete à Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance:

(a) disseminar, continuamente, a cultura de gestão de riscos na Companhia;

(b) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização sistêmica da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) monitorar os Riscos em parceria com as demais áreas da Companhia;

(d) validar o escopo dos trabalhos de gestão de Riscos com a Diretoria Executiva e Conselho de Administração;

(e) assessorar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos;

(f) suportar as áreas de negócio na definição do plano de ação/contingência; e

(g) assegurar a manutenção da política de gestão de riscos e verificar o seu cumprimento.

Gestores das Áreas de Negócio e Funcionais

Compete aos gestores das áreas de negócio e funcionais:

(a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação; e

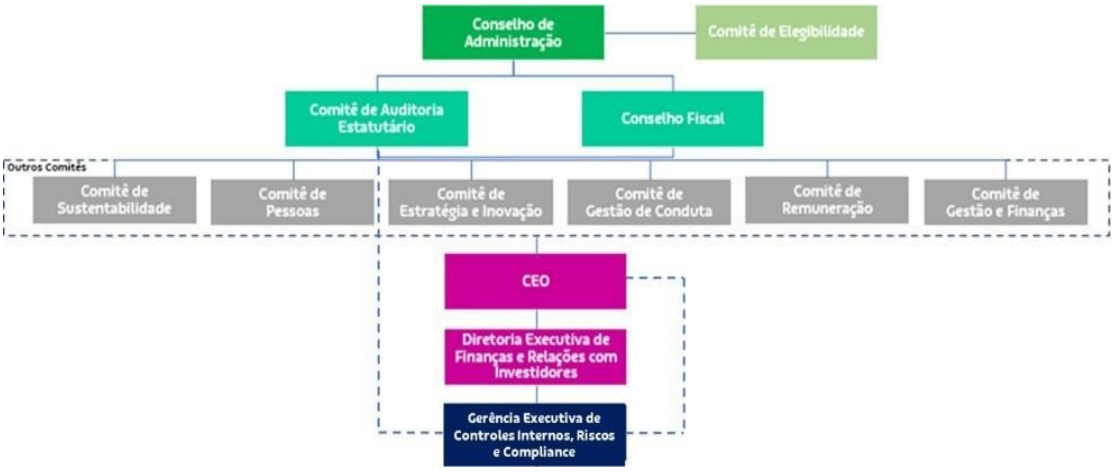
(b) implementar os planos e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

Correspondentes das Áreas de Negócio ou Funcionais

Compete aos correspondentes das áreas de negócio ou funcionais:

(a) atuar como a interface das áreas de negócio e funcionais com a Área de Gestão de Riscos; e

(b) reportar diretamente para o Gestor das áreas.



Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado

Cabe à área de Tesouraria validar os valores de Marcação a Mercado (MtM) e resultados provenientes das transações existentes no portfólio de derivativos da Companhia. A área segue a Política de Gestão Riscos Financeiros e a Política de Gestão de Derivativos para o devido controle dos limites estabelecidos e riscos destas operações.

Caso algum limite ou definição estabelecido nestas Políticas não for cumprido, ocorre um desenquadramento. Na ocorrência de tal fato, devem ser tomadas as providências citadas a seguir:

- Desenquadramento Passivo: é todo desenquadramento que ocorrer sem nenhuma alteração ativa nas posições de instrumentos financeiros por parte da Tesouraria. Neste caso, o reenquadramento deverá ser analisado sob o aspecto da probabilidade de readequação passiva ao limite e horizonte de tempo. Além disso, deverão ser analisados os impactos de tal desenquadramento. Cabe ao Comitê de Gestão e Finanças analisá-lo e encaminhar uma proposta de readequação para aprovação do Diretor Executivo de Finanças e RI da Companhia. Cabe à Tesouraria a implementação do plano estabelecido e à área de Riscos e Compliance monitorar a aderência do plano de reenquadramento. O Comitê de Gestão e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Finanças e o Conselho de Administração deverão ser informados sobre o desenquadramento e as decisões tomadas para o reenquadramento pelo Diretor Executivo de Finanças e RI da Companhia.

- Desenquadramento Ativo: decorrente de ação direta da Tesouraria, não cumprindo as regras e limites das Políticas em vigor. Os responsáveis deverão ser identificados e, se aplicável, ser tratado de acordo com as normas internas e código de ética e conduta e manual de medidas disciplinares da Companhia. Em paralelo serão analisadas eventuais falhas de processo no controle dos limites. Cabe ao Comitê de Gestão e Finanças a elaboração de proposta de reenquadramento para aprovação do Diretor Executivo de Finanças e RI da Companhia. Cabe à Tesouraria a implementação do plano estabelecido e à área de Riscos e Compliance monitorar a aderência do plano de reenquadramento. O Comitê de Gestão e Finanças e o Conselho de Administração deverão ser informados sobre o desenquadramento e as decisões tomadas para o reenquadramento pelo Diretor Executivo de Finanças e RI da Companhia.

Desenquadramentos passivos que levem até 3 (três) dias úteis para readequação não serão reportados. Se o limite continuar excedido, após o prazo inicial de 3 (três) dias úteis, a Tesouraria e/ou ao Comitê de Gestão e Finanças deverá seguir os procedimentos descritos nos parágrafos acima. Em caso de desenquadramentos ativos, não haverá o período de tolerância de até 3 (três) dias úteis.

O Diretor Executivo de Finanças e RI poderá propor, temporariamente, a revisão dos limites e parâmetros das Políticas em face de condições excepcionais de mercado. Neste caso, os novos limites deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração a partir de recomendação do Comitê de Gestão e Finanças.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Gerenciamento de riscos

A Política de Controles Internos da Suzano S.A. tem como objetivo estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento do ambiente de controles internos, mitigando os riscos de gestão, compliance, com ênfase na conformidade à Lei *Sarbanes-Oxley* levando em consideração as eventuais particularidades dos diferentes negócios da Companhia, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de regras internas e externas, considerando as leis, os regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria Companhia.

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

(a) Eficiência e efetividade operacional;

(b) Confiança nos registros de dados e informações;

(c) Conformidade; e

(d) Abordagem baseada em risco.

A Gerência de Controles Internos responde administrativamente para a Diretoria de Riscos, Integridade e Seguros, e cabendo-lhe revisar periodicamente os controles internos e apresentar o status dos controles para o Comitê de Auditoria Estatutário, diretorias, ou ao Conselho de Administração, quando solicitado.

Para mais informações sobre a Política de Controles Internos da Companhia e sua descrição, vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Nesse sentido, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente as fragilidades associadas aos seus negócios e os impactos possíveis nas demonstrações financeiras. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança nas demonstrações financeiras e nos seus processos associados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que a efetividade da Política de Gestão Integrada de Riscos adotada consiste na verificação, supervisão e observação crítica executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado em linha com as políticas financeiras da Companhia. Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da gestão de riscos de mercado. O compliance das Políticas Financeiras é realizado de forma independente pela área de Riscos e Compliance, com divulgação mensal de sua apuração.

As operações com derivativos no Brasil devem possuir registro junto à CETIP, sempre que possível. Quaisquer desenquadramentos devem ser notificados às áreas responsáveis e a Comissão de Riscos Financeiros no momento da detecção da desconformidade pela área de Riscos e Compliance e/ou Tesouraria e seguirão as diretrizes mencionadas no item anterior.

5.2 Descrição dos controles internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A prática adotada pela Companhia para a gestão contínua de controles internos tem o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente de seus negócios, em linha com as regulamentações vigentes estabelecidas. Trata-se de um processo estruturado, com agenda mínima previamente definida, que abrange o Comitê de Auditoria Estatutário, Diretor Financeiro os demais colaboradores da Companhia, se necessário.

Com base em um contínuo trabalho de alinhamento às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, a Suzano S.A. aplica sistemicamente a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA). Trata-se de uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras, gestão e compliance; no monitoramento permanente do estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos; assim como na implementação e na funcionalidade dos planos de contingência e na segregação de funções. Dessa forma, evita-se o conflito de interesses e facilita-se a avaliação dos riscos por meio da aderência aos controles da Companhia.

A Suzano S.A. tem sistematicamente fortalecido suas práticas de gestão por meio da conformidade com as leis anticorrupção nas jurisdições onde atua; da prevenção a perdas e fraude; e da revisão sistêmica da Matriz de Controles Internos. Todo o processo de monitoramento e revisão do ambiente de controles internos é devidamente documentado e relatado à Alta Administração trimestralmente em ferramenta específica (SAP GRC *Process Control*) e mensalmente através de reports divulgados aos diretores responsáveis pelos processos testados, o que amplia a aderência às melhores práticas de governança, reforçando a independência na análise e a atualização tempestiva do ambiente à luz das exposições às quais a Companhia está sujeita, corroborando com as provas positivas que suportam a Carta de Controles publicada na SEC (*Securities Exchange Commission*) e atestando a conformidade do ambiente.

Além disso, em 29 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Controles Internos da Companhia, a qual é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da empresa. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção "A Companhia", "Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos".

As obrigações oriundas de normas internas, exigências externas e contratos são monitoradas periodicamente pela Companhia, de modo a acompanhar a exposição aos riscos e determinar ações para mitigá-los ou reduzir seu impacto. No caso de violação às regras internas e às exigências externas da Companhia, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas.

Abaixo, indicam-se algumas ações que fortalecem e corroboram com o ambiente de controles internos da Suzano S.A.:

a. revisão sistêmica da matriz de controles com foco na prevenção de perdas e fraudes;

b. a gestão de Controles Internos é estruturada matricialmente, com a participação de colaboradores de diversas áreas da Cia. Estes profissionais devem zelar pela conformidade nas áreas de atuação, aplicando a metodologia de controles internos, desdobrando estas ações nos diversos processos;

c. além das políticas e procedimentos, são disponibilizadas orientações mínimas quanto à conduta esperada pela Suzano conforme o Código de Ética e Conduta, documento público e oficial disponível no site oficial da Companhia;

d. aplicação de treinamentos e *e-learnings* obrigatórios como Código de Ética e Conduta, Sarbanes Oxley (SOx), Anticorrupção, dentre outros, os quais reforçam a cultura de controles internos na Companhia; e

e. campanha de comunicação institucional sistêmica de Controles Internos com foco na Lei Sarbanes Oxley (SOx).

Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e à Resolução CVM 80, a eficácia dos controles relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos em Controles Internos – Estrutura Integrada (2013), emitido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway

5.2 Descrição dos controles internos

(*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO). De acordo com esta avaliação, os desenhos dos processos dos controles encontram-se adequados, não tendo sido identificadas deficiências ou observações que comprometam a certificação da Companhia.

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Devido às suas limitações inerentes, o sistema de controle interno aplicado no processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, independentemente de quão bem desenhado e executado, pode não prevenir ou detectar declarações inexatas em tempo hábil. Portanto, até mesmo quando esses sistemas são considerados eficazes, eles podem fornecer somente uma segurança razoável em relação à preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças em condições ou ao risco de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

Dando continuidade aos melhores padrões de Governança Corporativa, em 2024 a área de Controles Internos testou 141 controles, com o objetivo de identificar e corrigir possíveis fragilidades, através da criação de planos de ação em parceria com as áreas de negócio. Mantivemos a aplicação do e-learning sobre a lei Sarbanes-Oxley garantindo contínuo esforço para a manutenção e aprimoramento da Cultura de Controles Internos na Companhia. Adicionalmente, realizamos o mapeamento de 08 processos críticos da Cia, com a criação de narrativas e fluxos, visando identificar novos riscos ainda não mapeados e atualizar os controles internos vinculados a esses processos. Além disso, foram criados KPIs com o objetivo de proporcionar visibilidade às áreas de negócio sobre as fragilidades identificadas nos controles internos da Cia, juntamente o status de seus respectivos planos de remediação.

A Lei Sarbanes Oxley (SOx) impõe padrões elevados de controles internos, visando à integridade das demonstrações financeiras da Companhia e à robustez de seus processos. Vale ressaltar que a Companhia possui políticas corporativas com o objetivo de orientar a atuação ética, íntegra e transparente de conselheiros, diretores, colaboradores e stakeholders. Adicionalmente, a Companhia implementa, continuamente, processos de melhoria relacionados à automação de processos e controles, inovação e tecnologia.

A Administração, baseada nos critérios estabelecidos no Internal *Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), procede à verificação do ambiente de controles os quais são autoavaliados trimestralmente pelos gestores, revisados quanto à adequação do desenho e testado quanto à sua eficácia. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que os controles internos sobre relatórios financeiros da Suzano S.A. foram efetivos em 31 de dezembro de 2024.

Foram executados testes de aderência em conexão com o exame das demonstrações financeiras dos controles da Companhia em 31 de dezembro de 2024 pela auditoria independente PricewaterhouseCoopers (PwC) e não foram identificadas deficiências significativas ou materiais.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui as estruturas organizacionais indicadas abaixo envolvidas nas práticas de controles internas descritas no item acima, incluindo com fins à elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

Conselho de Administração

Dentre as atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração da Companhia: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia definindo sua missão, objetivos e diretrizes;

5.2 Descrição dos controles internos

(ii) aprovar políticas de gestão de riscos e financeiras; (iii) fiscalizar a gestão da Diretoria e dos diretores; (iv) aprovar a criação de Comitês, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos; e (v) escolher e destituir os auditores independentes.

Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos a controles internos e gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes. Na execução de suas responsabilidades, o CAE manterá relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias, interna e independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

No que tange aos controles internos, dentre outras atribuições, cabe ao CAE:

a. monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;

b. supervisionar as atividades das funções de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os seus níveis;

c. avaliar a adequação dos relatórios gerenciais emitidos pela administração e referentes a aspectos contábeis, resultados financeiros e gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição;

d. avaliar a efetividade dos controles internos, para assegurar a aderência da Companhia aos requerimentos legais, estatutários e regulatórios aos quais está subordinada; e

e. avaliar as conclusões da avaliação anual, os impactos das deficiências nela reportadas, sua tempestiva comunicação ao Conselho de Administração e as medidas corretivas implantadas ou a serem implantadas para eliminar tais deficiências.

CEO – Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Anualmente, o Diretor Presidente valida a carta de controles internos formalmente.

RIS (Riscos, Integridade e Seguros)

A Diretoria de RIS é o elo entre a governança e as atividades de controle, medindo e monitorando a efetividade e o alinhamento entre essas estruturas. Esta Diretoria reporta-se à Diretoria Financeira, e provê informações técnicas ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Conselho da Administração (CA), sempre que necessário.

As responsabilidades da Diretoria de RIS em relação aos controles internos incluem:

a. monitorar, periodicamente, o desenho e a eficácia dos controles, propondo melhorias nos processos, com foco na redução da vulnerabilidade do ambiente de controles internos;

b. auxiliar as áreas de negócio no desenvolvimento de planos de ação para aprimoramento do ambiente de controles internos, visando sempre que possível automatização nos processos;

c. auxiliar as áreas de negócios no monitoramento preventivo da conformidade com vistas a assegurar o cumprimento de certificações, contratos, termos de compromisso, relatórios, legislação e normas; e

d. disseminar a cultura de controles internos e conformidade na Companhia.

Diretoria de Tecnologia da Informação

5.2 Descrição dos controles internos

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação viabilizar os sistemas adequados para a correta execução de nossos controles internos à luz das boas práticas de governança e gerenciamento de tecnologia da informação (TI), corroborando com a qualidade e a saúde dos dados processados na Companhia.

Diretoria de Auditoria Interna

Compete à Diretoria de Auditoria Interna: gerenciar as atividades de auditoria interna com o compromisso em manter a imparcialidade e independência em seus processos de auditorias internas por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, bem como atuar como a 3ª linha de defesa para avaliação e consultoria, desenvolvidas para agregar valor e melhorar as o operações empresariais, assim como a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas.

Diretoria

Compete à Diretoria acompanhar e definir diretrizes para a manutenção do ambiente de controles internos e atestar sua eficácia anualmente.

Áreas de Negócio

Compete às Áreas de Negócio:

a. atualizar a documentação dos processos de negócio;

b. definir plano de ação e implementá-lo para mitigação de qualquer vulnerabilidade relevante identificada em suas operações; e

c. c. realizar a auto-avaliação do ambiente de controles de forma completa, adequada e transparente.

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são processos consolidados e sistematicamente supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário, Diretor Presidente, pelo VP Executivo de Finanças e RI, com auxílio dos Diretores que contribuem para a elaboração das demonstrações financeira da Companhia e pela Diretoria de RIS.

O modelo de supervisão da Companhia, segue os critérios de auto-avaliação trimestral dos Controles Internos pela média gestão. A Companhia, com um contínuo trabalho de alinhamento às melhores práticas de mercado na gestão de Controles Internos, sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras, à gestão e ao compliance e, assim, monitorar permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, bem como na implementação e na funcionalidade dos planos de contingência e na segregação de funções – evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado, elaborado pelo auditor independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não apontou deficiência significativa ou material nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia realiza sistemicamente auto-avaliações para aferir a adoção de procedimentos adicionais de controles, com o objetivo de aprimorar seus processos internos e incorporar oportunidades de melhorias recomendadas pelo auditor independente.

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia procedeu a avaliação de todas as deficiências identificadas, tendo concluído que, de forma individual ou agregada, tais deficiências não representam risco relevante de distorção nas demonstrações financeiras. Essa conclusão está em conformidade com a opinião emitida pelo auditor independente.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme descrito no item 5.2(d), não foram apontadas deficiências significativas ou materiais no relatório de auditoria independente relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3 Programa de integridade

a. Regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública. Neste sentido, a Companhia, de forma contínua, analisa seus riscos e demonstra seu posicionamento em documentos públicos e atualizados, além de adotar mecanismos e procedimentos de integridade, conforme previstos na Política Anticorrupção, na Política de Gestão Integrada de Riscos e no Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como no programa interno de integridade.

A Política Anticorrupção tem como objetivo estabelecer diretrizes de combate à corrupção no relacionamento da Companhia e suas controladas com os agentes da Administração Pública e entidades privadas, conforme as diretrizes da legislação anticorrupção vigente, incluindo a Lei nº 12.846/13 e o do Decreto nº 11.129/22 e do Código de Ética e Conduta da Companhia. O documento orienta os colaboradores da Companhia – sejam eles próprios ou terceiros – quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos contra a administração pública, fraudes e atos de corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção incluem: (i) evitar qualquer ação que possa ser interpretada como ação ou omissão indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; e (ii) abster-se e/ou recusar-se, em qualquer situação ou circunstância, a prometer, oferecer, autorizar, induzir e/ou conceder qualquer bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um agente público ou qualquer outra pessoa, com o propósito de influenciar decisões que afetam os negócios da Companhia e/ou impliquem em ganho pessoal, ou que visem a obtenção de informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado, incluindo informações sobre competidores ou licitações, ou ainda que sejam concebidas como forma de gratidão a decisão tomada em benefício impróprio da Companhia.

Além disso, nos termos da Política Anticorrupção, não devem fazer parte dos processos decisórios da Companhia qualquer tipo de favor ou vantagem, oferecida ou ofertada, assim como brindes, presentes, entretenimento, doações filantrópicas, contribuições políticas e hospitalidades. Dessa forma, a Companhia deve tomar decisões pautadas em fatores comerciais legítimos, como preço, qualidade e serviço, dentre outros fatores essenciais à livre concorrência, mantendo a integridade e transparência em todas as suas relações comerciais.

A Política Anticorrupção foi aprovada em 22 de julho de 2019 em Reunião do Conselho de Administração. No ano de 2021, a redação da Política Anticorrupção foi aprimorada e sua nova versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2022. Em 2023, a Política Anticorrupção passou por novo aprimoramento e sua atual versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 30 de novembro de 2023.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada em 30 de novembro de 2023 em Reunião do Conselho de Administração e é aplicável para todos os órgãos da administração e áreas da Companhia A Política de Gestão de Riscos estabelece as diretrizes do processo de gestão de riscos da Suzano, suas subsidiárias e controladas, e os responsáveis pela sua execução, manutenção e controle. A referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos”.

O Código de Ética e Conduta tem por objetivo gerar compromissos com os(as) conselheiros(as), diretores(as), administradores(as), gestores(as), acionistas, colaboradores(as), empregados(as) terceirizados(as), fornecedores(as), clientes, pessoas ou entidades com quem nos relacionamos e partes interessadas da Suzano S.A. e suas controladas e coligadas, com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento.

A Aprovação e atualizações do código de Ética e Conduta e demais políticas são prerrogativas do Conselho de Administração da Suzano S.A. A atualização do Código de Ética e Conduta é realizada a cada 2 anos e é

5.3 Programa de integridade

responsabilidade do Comitê de Gestão de Conduta, bem como o encaminhamento de inclusões e melhorias propostas por todos da Suzano S.A.

As referidas políticas internas e código de ética e conduta estão disponíveis para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.suzano.com.br), na seção "A Companhia", "Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos".

O Programa de Integridade estabelece diretrizes para o cumprimento do Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção e demais políticas estabelecidas pela Companhia. Adicionalmente, incentiva a denúncia de supostas irregularidades pelos colaboradores próprios, terceiros e demais parceiros comerciais.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui três categorias organizacionais diretamente envolvidas no monitoramento e gestão dos mecanismos e procedimentos internos de Integridade, abaixo definidas.

Órgãos de Governança: incluem, mas não se limitam, ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e Comitê de Gestão de Conduta – ambos formalmente definidos e regulamentados, com reporte ao Conselho de Administração, cujas atribuições são indicadas abaixo:

- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): destaca-se (i) a revisão das demonstrações financeiras, documentos, políticas e práticas contábeis; (ii) a responsabilidade pelas diretrizes de partes relacionadas, alçadas e conflito de interesses; (iii) a coordenação e incentivo aos mecanismos de ouvidoria, controles internos, gestão de riscos e compliance; e (iv) a supervisão das atividade dos auditores internos e independentes.
- Comitê de Gestão de Conduta: destaca-se (i) responsabilidade pelas diretrizes do Código de Ética e Conduta; (ii) acompanhar as questões da ouvidoria e violações ao Código de Ética e Conduta (iii) recomendar e monitorar a execução de ações e medidas disciplinares, bem como a uniformidade de critérios (iv) resolução de dilemas éticos.
- Comitê de Triagem: destaca-se (i) classificar as denúncias em três categorias: Fraude, Desvio Comportamental e Gestão de Terceiros. (ii) analisar os relatos, regidos pela confidencialidade e independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração.
-

Canal de Denúncias: definida e formalizada em política própria, aprovada em reunião do Conselho de Administração, constitui os mecanismos de incentivo à denúncia e proteção ao denunciante. O Canal de Denúncias pode ser utilizado por qualquer pessoa, interna ou externa à empresa, para o reporte específico de transgressões ao Código de Ética e Conduta, às leis, às regulamentações às quais a empresa está sujeita, bem como às normas e aos procedimentos internos.

Áreas Funcionais: conjunto de áreas que atuam na segunda e terceira linhas de atuação do ambiente de negócio, denominadas Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria. A atribuição possui como objeto central a evolução contínua do ambiente de governança, com foco na prevenção, detecção e resposta de riscos potenciais ou materiais.

iii. Código de Ética ou de Conduta

- **Aplicabilidade aos diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta tem por objetivo comprometer os conselheiros, diretores, administradores, gestores, acionistas, colaboradores, empregados terceirizados, fornecedores, pessoas ou entidades com quem nos relacionamos,e partes interessadas da Companhia e suas controladas e coligadas, com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento, e temos o compromisso com a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, bem como, garantir os direitos humanos no âmbito das nossas operações.

5.3 Programa de integridade

- **Sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Ética e Conduta ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com as diretrizes da Companhia, os desvios éticos em relação ao descumprimento do Código de Ética e Conduta, falta de observância de políticas, normas, regras, procedimentos, leis e regulamentações, sejam eles cometidos por seus empregados diretos ou indiretos, administradores, representantes, fornecedores ou prestadores de serviços, terão consequências disciplinares. As sanções incluem, mas não se limitam a: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão sem justa causa; (v) demissão com justa causa acompanhada ou não de representação civil e/ou criminal.; e (vi) notificação até rescisão contratual para pessoas jurídicas.

Informações mais detalhadas sobre as diretrizes da Companhia, com relação ao assunto, estão dispostas no Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção, Política de Medidas Disciplinares e demais políticas e procedimentos próprios de cada processo, disponível para consulta na Companhia.

- **Órgão que aprovou o Código de Ética e Conduta, data da aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2023.

O Código de Ética e Conduta está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “A Companhia”, “Estatuto, Códigos,Políticas e Regimentos”.

b. Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias disponibilizado pela Suzano é confidencial, e oferecido aos colaboradores e público externo em geral para encaminhamentos de relatos e denúncias sobre questões que possam estar transgredindo o nosso Código de Ética e Conduta.

O Canal de Denúncias está disponível através de site da Companhia ou endereço eletrônico (e-mail) para todos os países (em espanhol, inglês, mandarim e português), e atendimento telefônico para o Brasil, disponível 7 dias por semana e 24 horas por dia. O atendimento é terceirizado e há uma equipe independente, treinada para receber e avaliar as denúncias recebidas. A empresa parceira “Contato Seguro” é a responsável pela gestão do primeiro atendimento ao denunciante, e garante o anonimato, caso seja solicitado.

De acordo com as orientações do Código de Ética e do Conduta da Companhia, nenhuma retaliação é imposta a denunciantes de boa-fé .

Todas as denúncias recebidas no Canal de Denúncias são registradas na plataforma de gestão de ocorrências da Contato Seguro, e encaminhadas para o Comitê de Triagem da Suzano, que tem por finalidade classificar as denúncias em três categorias: Fraude, Desvio Comportamental e Gestão de Terceiros. Todos os relatos são analisados, regidos pela confidencialidade e independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração. Caso a denúncia seja confirmada, são aplicadas medidas cabíveis, que podem variar desde ações corretivas até punições disciplinares, conforme a gravidade da infração.

c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, conforme indicado nos subitens acima.

5.4 Alterações significativas

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está sujeita.

A Companhia tem dedicado esforços para a mitigação da sua exposição em relação aos principais riscos conhecidos a que está exposta, considerando o contínuo exercício e amadurecimento da sua política de gestão de riscos, bem como a identificação e o tratamento efetivo de eventuais novos riscos significativos

5.5 Outras informações relevantes

Em se tratando do gerenciamento de riscos da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas neste documento (vide item 5.1). A Companhia analisa os riscos aos quais está sujeita considerando a probabilidade de ocorrência e impactos financeiros, além de seis outros aspectos: saúde e segurança, meio ambiente, sociocultural, imagem e reputação, clima organizacional e legal.

Acerca da Gestão de Controles Internos todas as informações relevantes foram fornecidas neste documento (vide item 5.2). Destacando que o gerenciamento do ambiente de controles vem sendo intensificado via otimização e sinergia dos processos críticos de negócio à luz das demonstrações financeiras.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alden Fundo de Investimento em Ações					
04.679.647/0001-42	Brasil	Sim	Sim	18/02/2025	
Não					
27.154.744	2,148	0	0,000	27.154.744	2,148
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
DANIEL FEFFER					
011.769.138-08	Brasil	Sim	Sim	03/06/2024	
Não					
48.077.305	3,803	0	0,000	48.077.305	3,803
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
DAVID FEFFER					
882.739.628-49	Brasil	Sim	Sim	03/06/2024	
Não					
53.443.973	4,228	0	0,000	53.443.973	4,228
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

JORGE FEFFER

013.965.718-50	Brasil	Sim	Sim	03/06/2024	
Não					
47.687.570	3,772	0	0,000	47.687.570	3,772

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

RUBEN FEFFER

157.423.548-60	Brasil	Sim	Sim	03/06/2024	
Não					
46.856.788	3,707	0	0,000	46.856.788	3,707

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Suzano Holding S.A.

60.651.809/0001-05	Brasil	Sim	Sim	03/06/2024	
Não					
367.612.329	29,081	0	0,000	367.612.329	29,081

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
28.202.827	2,231	0	0,000	28.202.827	2,231
OUTROS					
645.082.079	51,030	0	0,000	645.082.079	51,030
TOTAL					
1.264.117.615	100,000	0	0,000	1.264.117.615	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alden Fundo de Investimento em Ações	**04.679.647/0001-42**	

BETTY V. FEFFER

011.769.348-05	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
311.529	46,567	0	0,000	311.529	46,567

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

DANIEL FEFFER

011.769.138-08	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
97.785	14,617	0	0,000	97.785	14,617

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

DAVID FEFFER

882.739.628-49	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
83.541	12,488	0	0,000	83.541	12,488

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alden Fundo de Investimento em Ações				**04.679.647/0001-42**	
JORGE FEFFER					
013.965.718-50	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
87.259	13,043	0	0,000	87.259	13,043
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
RUBEN FEFFER					
157.423.548-60	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
88.882	13,286	0	0,000	88.882	13,286
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alden Fundo de Investimento em Ações				**04.679.647/0001-42**	
668.996	100,000	0	0,000	668.996	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Suzano Holding S.A.				**60.651.809/0001-05**	

DANIEL FEFFER					
011.769.138-08	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
54.399.756	18,125	69.974.924	17,870	124.374.680	17,981
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

DAVID FEFFER					
882.739.628-49	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
54.399.756	18,125	70.248.424	17,940	124.648.180	18,020
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

IZABELA FEFFER					
229.995.918-10	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
27.199.878	9,063	35.157.934	8,979	62.357.812	9,015
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Suzano Holding S.A.				**60.651.809/0001-05**	

JANET GUPER

029.123.398-80	Brasil	Não	Não	30/04/2024	
Não					
20.634.392	6,875	27.888.928	7,122	48.523.320	7,015

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**
TOTAL	0	0.000		

LISABETH S. SANDER

698.932.768-53	Brasil	Não	Não	30/04/2024	
Não					
20.634.392	6,875	21.228.496	5,421	41.862.888	6,052

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**
TOTAL	0	0.000		

MIKHAEL FEFFER

229.995.868-17	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
27.199.878	9,063	35.157.934	8,979	62.357.812	9,015

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Suzano Holding S.A.				**60.651.809/0001-05**	
RUBEN FEFFER					
157.423.548-60	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024	
Não					
54.399.756	18,125	69.205.596	17,674	123.605.352	17,870
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
41.268.776	13,750	62.710.392	16,015	103.979.168	15,032
TOTAL					
300.136.584	100,000	391.572.628	100,000	691.709.212	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	86.264
Quantidade acionistas pessoa jurídica	899
Quantidade investidores institucionais	1.554

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	612.918.471	48,486%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	612.918.471	48,486%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BEM AGRO INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO S.A.	07.593.560/0001-46	5,82
BIOMAS SERVIÇOS AMBIENTAIS, RESTAURAÇÃO E CARBONO S.A.	47.843.708/0001-78	16,66
CELLUFORCE INC.	00.000.000/0000-00	8,28
Ensyn Corporation	00.000.000/0000-00	24,8
F&E TECHNOLOGIES LLC	00.000.000/0000-00	50
F&E Tecnologia do Brasil S.A	19.242.199/0001-92	100
FIBRIA CELULOSE (USA) INC.	00.000.000/0000-00	100
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	24.004.805/0001-71	100
FUTURAGENE DELAWARE INC.	00.000.000/0000-00	100
FUTURAGENE INC.	00.000.000/0000-00	100
FUTURAGENE ISRAEL LTD.	00.000.000/0000-00	100
FUTURAGENE LTD.	00.000.000/0000-00	100
Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A.	80.228.885/0001-10	49,9
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A	32.239.007/0001-57	100
LENZING AKTIENGESELLSCHAFT	00.000.000/0000-00	15
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	30.486.131/0001-91	100
Mucuri Energética S.A.	09.259.407/0001-02	100
NFINITE NANOTECHNOLOGY INC.	00.000.000/0000-00	5

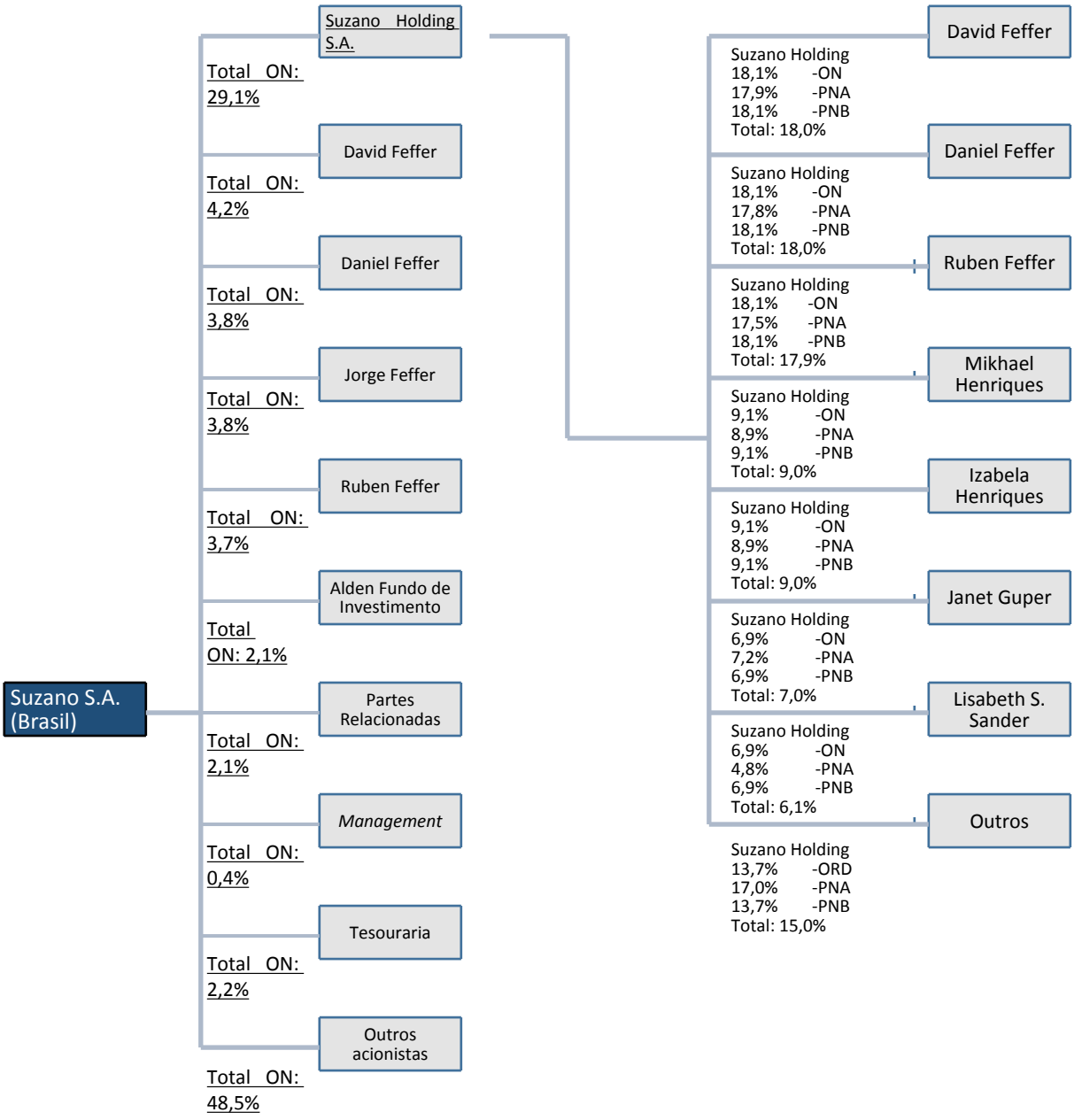
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	10.619.651/0001-18	100
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	28.497.394/0001-54	51
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	08.318.365/0002-51	100
SFBC Participações Ltda. S.A.	29.315.065/0001-08	100
SIMPLIFYBER, INC.	00.000.000/0000-00	13,91
SPINNOVA PLC	00.000.000/0000-00	18,77
STENFAR S.A. INDL. COML. IMP. Y. EXP.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO ÁUSTRIA GMBH	00.000.000/0000-00	100
Suzano Canada Inc.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO ECUADOR S.A.S.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO FINLAND OY	00.000.000/0000-00	100
SUZANO INTERNATIONAL FINANCE B.V	00.000.000/0000-00	100
SUZANO INTERNATIONAL HOLDING B.V.	00.000.000/0000-00	100
Suzano International Trade GMBH	00.000.000/0000-00	100
SUZANO MATERIAL TECHNOLOGY DEVELOPMENT LTD.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO NETHERLANDS B.V.	00.000.000/0000-00	100
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	39.597.903/0001-37	100
SUZANO PACKAGING LLC	00.000.000/0000-00	100
SUZANO PULP AND PAPER AMERICA INC.	00.000.000/0000-00	100

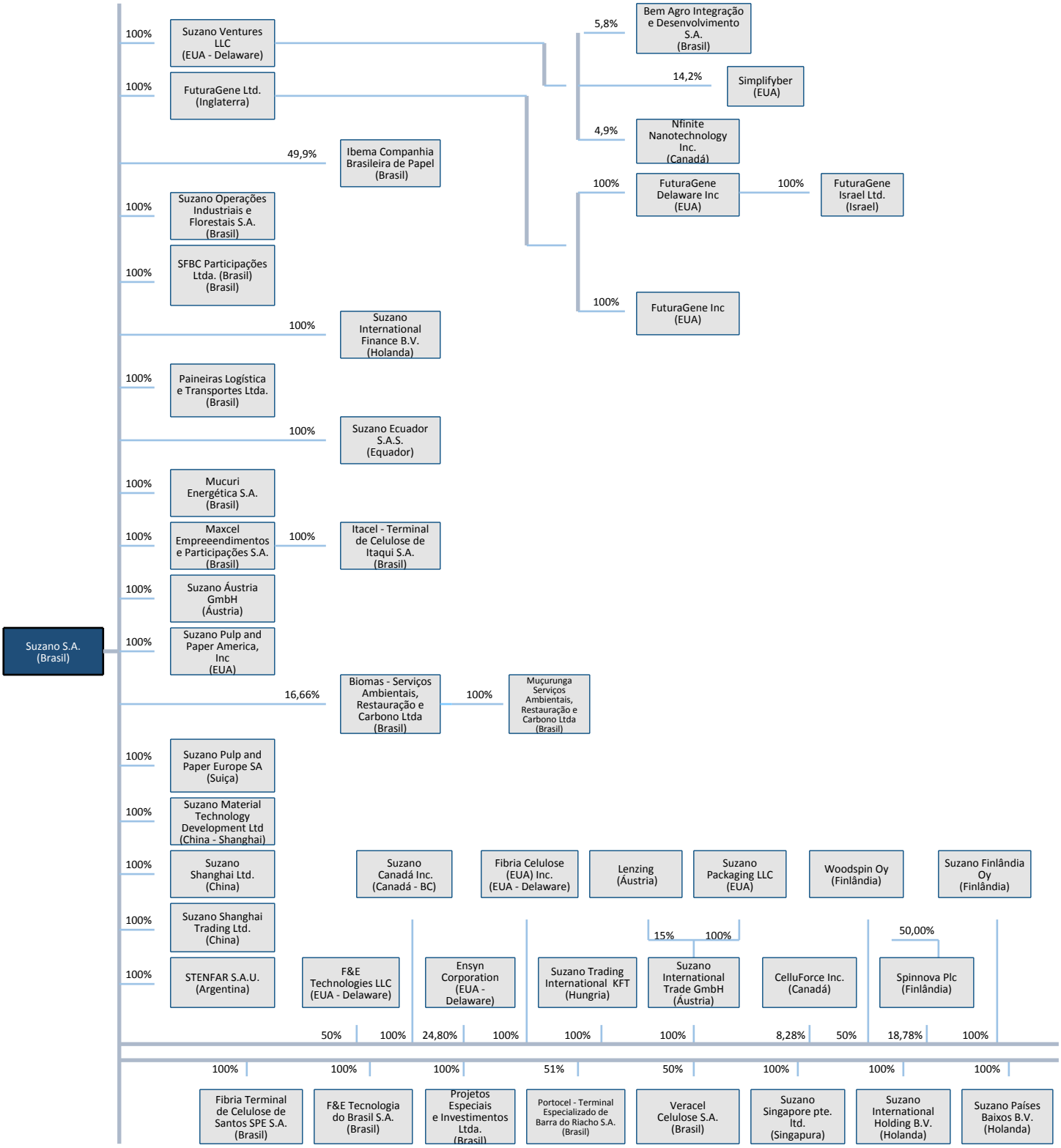
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SUZANO PULP AND PAPER EUROPE S.A.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO SHANGHAI LTD.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO SHANGHAI TRADING LTD.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO SINGAPURE PTE. LTD.	00.000.000/0000-00	100
SUZANO TRADING INTERNATIONAL KFT	00.000.000/0000-00	100
SUZANO VENTURES LLC	00.000.000/0000-00	100
Veracel Celulose S/A	40.551.996/0001-48	50
WOODSPIN OY	00.000.000/0000-00	50

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia para os fins desta seção.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Em reunião do Conselho de Administração da companhia realizada em 09 de fevereiro de 2022, foi aprovada a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria, que visa determinar os critérios para composição do conselho de administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva Estatutária da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia, conforme alterado; (ii) o código de ética e conduta aplicável às empresas do grupo econômico da Companhia, cuja adoção foi ratificada em reunião do conselho de administração da Companhia; (iii) a Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada; (iv) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e (v) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão em vigor desde 13 de março de 2024 ("Regulamento do Novo Mercado"), bem como demais regimentos, políticas e instruções emitidas por lei, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Companhia a qualquer tempo que tenham por finalidade regulamentar temas e matérias relativas ao disposto na referida política.

O processo de indicação de Administradores deverá garantir que tais órgãos da Companhia sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores éticos (incluindo integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

Ademais, o processo de indicação deverá também considerar, sempre que possível, critérios de diversidade, bem como a formação e experiência profissional, a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

Os administradores indicados deverão ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia.

Conselho de Administração

A indicação de membros para o Conselho de Administração será realizada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e também poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

O Conselho de Administração é constituído de 5 (cinco) a 10 (dez) membros, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que entre eles designará o Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes.

No ato de eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser identificado um risk expert, que deverá ter experiência comprovada em cargos de liderança em gestão de riscos e compliance.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois), ou o correspondente a 20% (vinte por cento) do número total de conselheiros, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3, observado, de modo complementar, que as situações abaixo podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração:

i. atuar ou ter atuado como administrador ou empregado da companhia, ou de grupo de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;

ii. ter cônjuge, companheiro ou parente até 2° grau que atue ou tenha atuado como administrador ou empregado da companhia, ou de grupo de controle, de auditoria independente que audite ou

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

tenha auditado a companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;

iii. atuar ou ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da companhia e/ou sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, desde que tal atuação represente interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas ou afete a independência do conselho; e

iv. possuir laços familiares próximos (parentesco até 4° grau) ou relações pessoais significativas com acionistas controladores diretos ou indiretos, conselheiros não independentes ou diretores da companhia.

Ressalvada a hipótese de solicitação de voto múltiplo, a eleição dos membros do conselho de administração dar-se- á pela sistemática de chapas, e somente poderão concorrer como membros independentes do Conselho de Administração nas chapas indicadas, aqueles que se declararem como independentes e tenham tal critério ou declaração sido atestados pelo comitê de nomeação e remuneração.

Diretoria

A indicação dos membros da Diretoria cabe ao Conselho de Administração, levando em consideração profissionais que detenham, dentre outras competências, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

A indicação de Diretores deverá considerar, ainda, os seguintes critérios: (i) os processos de sucessão e os critérios de integridade; (ii) experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional; e (iii) no caso de candidato interno, as avaliações de desempenho e competências aplicáveis, nos últimos 3 (três) anos.

A Diretoria será constituída de 1 (um) Diretor Presidente, que poderá ser denominado exclusivamente Presidente, e de 4 (quatro) a 9 (nove) Diretores Executivos Estatutários, que também poderão ser denominados como Vice-Presidentes Executivos Estatutários, acionistas ou não, domiciliados e residentes no país, de reconhecida capacidade técnica e administrativa, eleitos pelo Conselho de Administração e por este órgão destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição.

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria está disponível no site da Companhia (https:/ri.suzano.com.br/).

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente, e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com a legislação aplicável. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e reger-se-á pelas leis e normas regulamentares aplicáveis, pelo presente Estatuto Social e por seu Regimento Interno.

b. Mecanismos de avaliação de desempenho

O Conselho de Administração é avaliado periodicamente por uma consultoria independente, considerando parâmetros estabelecidos previamente. Essa avaliação determinará a eficiência dos trabalhos realizados pelo Conselho e pelos Comitês, nos termos da Política de Governança Corporativa da Companhia.

A avaliação do desempenho dos membros da diretoria é baseada no alcance de metas referenciadas em indicadores previamente estabelecidos, que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia, combinado com a avaliação de aderência do comportamento de cada diretor aos valores da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os indicadores utilizados para aferir o desempenho individual e seus impactos na remuneração dos membros da diretoria, podem ser consultados no item 8.1 “c” deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira. De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em assembleia geral de acionistas, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

O regimento interno do conselho de administração dispõe que as transações que envolvam interesses comerciais, financeiros ou econômicos dos conselheiros ou dos membros de seus comitês que possam gerar conflito de interesses com os da Companhia, serão deliberadas pelo conselho de administração, ficando o respectivo conselheiro ou membro de comitê, obrigado a declarar, previamente, tal conflito, abstendo-se de sua discussão e voto.

A Companhia possui política de transação com partes relacionadas, aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 30 de novembro de 2023, com o objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas. Para mais informações acerca da política de transação com partes relacionadas, vide Seção 11.1 deste Formulário de Referência.

d. Indicar por órgão:

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Faixa Etária			
Órgão	Até 59	> 59	Total
Diretoria	5	1	6
Conselho de Administração	4	5	9
Conselho Fiscal	1	5	6
Comitês	8	13	21

iv. Objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia, alinhada ao compromisso de diversidade, equidade e inclusão, tem, em seu Conselho de Administração, 2 (duas) mulheres nos 9 (nove) assentos do grupo que constrói e direciona a estratégia do negócio. Por essa formação, a Companhia é certificada pela Women on Board (WOB), que reconhece e valoriza as empresas que promovem a diversidade no ambiente corporativo por meio da participação feminina nos Conselhos de Administração ou Consultivos.

A Companhia possui também como metas de diversidade de gênero cor e raça, alcançar 30% de mulheres e de pessoas negras em cargos de liderança até 2025.

v. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração avalia frequentemente os impactos que temas socioambientais podem trazer para os negócios e os públicos de relacionamento. Nesse processo de análise, conta com o apoio da Diretoria-Executiva, do Comitê de Sustentabilidade e o Comitê de Auditoria, que assessoram os(as) conselheiros(as) a

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

supervisionarem a implementação de sistemas de governança e o desempenho da empresa em aspectos de sustentabilidade relevantes para o negócio, como as mudanças climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 21	**3**	**18**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 21	**0**	**21**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	6	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 21	**0**	**21**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia conta com um comitê de auditoria estatutário ("Comitê de Auditoria") de caráter permanente, responsável por assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo principal, dentre outros, de supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes.

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo observar os seguintes requisitos: (i) ao menos um membro do comitê de auditoria deve ser conselheiro independente da administração da Companhia, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos um membro do comitê de auditoria não será membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) os membros do comitê de auditoria não poderão participar da Diretoria; (iv) a maioria dos membros do comitê de auditoria deverá atender aos requisitos de independência indicados na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada; (v) ao menos um membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme estabelecido no regimento interno do comitê de auditoria, na legislação aplicável e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados os valores mobiliários da Companhia; e (vi) um mesmo membro poderá acumular as características descritas nos itens "i" e "v" acima. O comitê de auditoria deverá possuir um coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria terá, dentre outras funções:

i. avaliar as informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

ii. promover a supervisão da área financeira;

iii. zelar para que a diretoria executiva estatutária desenvolva controles internos confiáveis;

iv. zelar para que a auditoria interna e as áreas de controles internos desempenhem a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria executiva estatutária e da auditoria interna;

v. estabelecer com a auditoria independente o plano de trabalho e o acordo de honorários;

vi. opinar sobre a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;

vii. interagir com a auditoria independente sobre assuntos relacionados ao procedimento de auditoria;

viii. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

ix. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio, aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2019. O regimento interno do comitê de auditoria encontra- se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção "Governança Corporativa", "Administração".

Comitê de Estratégia e Inovação não Estatutário

A Companhia conta com um comitê de estratégia e inovação não estatutário ("Comitê de Estratégia e Inovação"), responsável por assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo principal, dentre outros, assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à área de estratégia de longo prazo e seu planejamento.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Estratégia e Inovação deverá ser composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Estratégia e Inovação deverá possuir um coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

O Comitê de Estratégia e Inovação tem as seguintes funções, dentre outras:

i. assessorar o Conselho de Administração da Companhia na análise de iniciativas relacionadas à pesquisa e inovação tecnológica, nas áreas florestal, industrial e em gestão, em relação a novos produtos e em processos;

ii. formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implantação de políticas, estratégias e ações que se relacionem à pesquisa e inovação no âmbito da Companhia; e

iii. avaliar as propostas de investimentos da Companhia sob a ótica da Inovação e formular possíveis recomendações ao Conselho de Administração.

Comitê de Gestão e Finanças não Estatutário

A Companhia conta com um comitê de gestão e finanças não estatutário ("Comitê de Gestão e Finanças"), responsável por assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo principal, dentre outros, de assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas às áreas de finanças, orçamento e controle, assuntos legais, novos negócios, investimentos, formulando políticas corporativas, quando for o caso.

O Comitê de Gestão e Finanças é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Gestão e Finanças deverá possuir um coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

O Comitê de Gestão e Finanças tem as seguintes funções, dentre outras:

i. acompanhar os resultados da Companhia, procurando garantir aderência às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, no Plano de Negócios e no Orçamento;

ii. zelar pela elaboração e formulação de políticas corporativas específicas para a área financeira e formular políticas corporativas e gerenciais e supervisionar a implantação e a aderência às políticas e planos traçados;

iii. recomendar linhas de ação estratégica ao Comitê de Estratégia e Inovação;

iv. analisar as diretrizes, rever e alterar o planejamento anual/plurianual e plano de investimentos propostos pela Diretoria, bem como acompanhar e controlar sua implementação;

v. revisar, em conjunto com a Diretoria, o fluxo de caixa, o custo e a estrutura de capital da Companhia;

vi. supervisionar a avaliação de oportunidades de negócios, definir equipes e orientações;

vii. analisar as diretrizes do orçamento e definir modelo orçamentário e indicadores, avaliar e recomendar orçamentos e parâmetros propostos;

viii. opinar sobre a definição do sentido de voto da Companhia em assembleias gerais, ou em reuniões do Conselho de Administração, ou em reuniões da Diretoria, ou em reuniões de órgãos similares, de sociedades coligadas ou controladas, ou de empreendimentos dos quais a Companhia participe, segundo propostas que serão necessariamente submetidas à sua apreciação pela Diretoria;

ix. opinar e discutir com a Diretoria a política de concessão de crédito a clientes da Companhia;

x. auxiliar o Conselho e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política financeira;

xi. avaliar os aspectos financeiros dos diversos planos de cobertura com seguros contratados de terceiros;

Comitê de Pessoas não Estatutário

A Companhia conta com um comitê de pessoas não estatutário ("Comitê de Pessoas"), responsável por assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo principal, dentre outros, assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas às práticas de recursos humanos, remuneração, planos de retenção e sucessão da Diretoria e organização cultura organizacional.

O Comitê de Pessoas é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Pessoas deverá possuir um coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

O Comitê de Pessoas terá as seguintes funções, dentre outras:

i. Analisar as políticas, estruturas e práticas de recursos humanos propostas pela Diretoria, à luz das melhores práticas adotadas por empresas nacionais e estrangeiras, bem como das estratégias e contexto de oportunidades e riscos a que a Companhia está exposta;

ii. Discutir estratégia de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, para os Diretores e membros do Conselho da Companhia;

iii. Analisar e emitir parecer sobre propostas de ajustes salariais e sobre as metas de remuneração variável dos Diretores Executivos;

iv. Analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores Executivos;

v. Analisar e contribuir permanentemente com os processos de avaliação e de aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho da Companhia;

vi. Acompanhar e contribuir de forma continuada com os planos de retenção e sucessão dos Diretores da Companhia;

vii. Recomendar ações que promovam a cultura organizacional de performance desejada, alinhada à missão, visão e valores da Companhia, e focada na construção de resultados sustentáveis;

Comitê de Sustentabilidade não Estatutário

A Companhia conta com um comitê de sustentabilidade não estatutário ("Comitê de Sustentabilidade"), responsável por assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo principal, dentre outros, assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas às estratégias, ações e projetos associados à sustentabilidade da Companhia.

O Comitê de Sustentabilidade é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 10 membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Sustentabilidade deverá possuir um coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

O Comitê de Sustentabilidade tem as seguintes funções, dentre outras:

i. assessorar o Conselho de Administração mediante análise e recomendação sobre a inserção da dimensão de sustentabilidade no posicionamento estratégico da Companhia, assim como sobre os riscos, oportunidades e medidas associadas a questões socioambientais que possam ter impacto relevante no negócio no curto, médio e longo prazo;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

ii. assessorar o Conselho de Administração na disseminação do conceito estratégico de Sustentabilidade, visando ao atingimento de padrões mundialmente aceitos como referência de excelência;

iii. analisar e fazer recomendações sobre os objetivos de sustentabilidade de longo prazo, avaliando anualmente o desempenho em relação a esses objetivos, após o estabelecimento dos mesmos pela Diretoria Executiva;

iv. analisar periodicamente as estratégias, ações e projetos associados à sustentabilidade da Companhia, avaliando a sua eficácia em relação aos posicionamentos e objetivos; e

v. avaliar periodicamente as ações e a qualidade do relacionamento com as partes interessadas, assim como a evolução da sua imagem e reputação, fazendo recomendações a respeito.

Comitê de Nomeação e Remuneração não Estatutário

A Companhia conta com um Comitê de Nomeação e Remuneração não Estatutário ("Comitê de Nomeação"), responsável pela indicação de candidatos aos cargos da administração da Companhia.

O Comitê de Nomeação é composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que deverá buscar eleger apenas membros independentes, conforme parâmetros previstos na Política de Indicação da Companhia, de forma a garantir transparência e independência no processo decisório.

O Comitê de Nomeação e Remuneração tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração:

i. avaliar proposta de remuneração dos Administradores e seus parâmetros, conforme seja sugerido pelo Conselho de Administração ou demais órgãos da Companhia

ii. avaliar e propor o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral da Companhia, assim como a remuneração individual dos Administradores e sua respectiva distribuição, respeitada a remuneração global;

iii. zelar e revisar periodicamente a Política de Remuneração da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento, levando em consideração também as práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes que sejam necessário

iv. avaliar e/ou indicar, nos termos da Política de Indicação, pessoas que, atendidos os requisitos legais, bem como aqueles previstos no Estatuto Social e demais políticas da Companhia, incluindo, sem limitação, as políticas de diversidade e inclusão, possam ser elegíveis aos cargos de membros do Conselho de Administração, dos comitês e demais cargos de administração da Companhia, incluindo os membros substitutos em caso de ausência temporária ou vacância dos mencionados cargos;

v. revisar e/ou avaliar, conforme o caso, o critério de independência e o respectivo enquadramento de administradores da Companhia no referido critério de independência, bem como a revisão, avaliação e/ou enquadramento de membros em demais critérios especiais que venham a ser estabelecidos conforme demais políticas ou regimentos da Companhia e a legislação aplicável, incluindo, sem limitação no critério de diversidade e de reputação ilibada conforme Política de Indicação;

vi. avaliar periodicamente a composição dos membros eleitos para os cargos de Administração da Companhia, com o objetivo de assegurar a complementaridade, coerência e aderência das competências dos seus membros nos termos da Política de Indicação e demais políticas da Companhia

.

b. Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são apreciadas pelo Comitê de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Auditoria e, concomitantemente, se for o caso, pelo Conselho Fiscal, até serem examinados, finalmente, pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente em todas as reuniões cujo tema de pauta seja a apreciação dos referidos trabalhos.

A Companhia não possui uma política formalizada para a contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, contudo, quando necessária a contratação de serviços extra auditoria, a Administração certifica-se que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa desenvolvida pelo auditor independente. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria manifesta-se a respeito do referido tema caso venha ocorrer.

c. Canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do Canal de Ouvidoria da Companhia, as quais são geridas, averiguadas e tratadas previamente pela Auditoria Interna com reporte periódico, de suas atividades, ao Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal da Companhia. Após os devidos trâmites e caso necessário os temas críticos deverão ser apresentados ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome AIRES GALHARDO **CPF:** 249.860.458-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 17/01/1978

Experiência Profissional: O Sr. Aires Galhardo é graduado e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é Vice-Presidente Executivo de Operação Celulose da Suzano S.A. O Sr. Aires também ocupa os seguintes cargos em outras entidades: (i) membro do conselho de administração da Veracel Celulose S.A.; e (ii) membro do conselho de administração da Fundação Arus de Seguridade Social. Com relação às subsidiárias integrais da Companhia, ele também exerce o cargo de Diretor da (i) Mucuri Energética S.A., (ii) F&E Tecnologia Do Brasil S.A, (iii) Projetos Especiais e Investimentos Ltda. e (iv) Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação em cargos de liderança nas áreas de Logística, Florestal e Operações na Votorantim Celulose e Papel (VCP) e depois na Fibria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Outros Diretores	Vice-Presidente Executivo – Operações Celulose, Engenharia, Energia, Digital e Novos Negócios	08/05/2025		12/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Aires Galhardo declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Aires Galhardo declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome DANIEL FEFFER **CPF:** 011.769.138-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/10/1959

Experiência Profissional: Daniel Feffer é graduado em Direito pela Universidade Mackenzie e possui especializações pela Fundação Getúlio Vargas, Harvard University e Massachusetts Institute of Technology (EUA), IMD (Suíça), e LBS-London Business School (Inglaterra). Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo também membro do Comitê de Sustentabilidade, não estatutário. O Sr. Daniel Feffer também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Presidente da ICC Brasil; (ii) Presidente do Conselho Curador da Fundação Arymax; (iii) Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo; (iv) Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ; (v) Membro do Conselho do IEDI - Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial; (vi) Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação; e (viii) Membro do Conselho Estratégico da FIESP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	Até AGO 2026 (2 anos)	Vice Presidente Cons. de Administração		25/04/2024	Sim	07/06/2001

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Daniel Feffer declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Daniel Feffer declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome DAVID FEFFER **CPF:** 882.739.628-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 13/11/1956

Experiência Profissional: David Feffer cursou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), Columbia University (EUA), IMD (Suíça), The Aspen Institute (EUA), Singularity University (EUA) e Stanford University (EUA). Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (a) Comitê de Estratégia e Inovação (Coordenador), (b) Comitê de Sustentabilidade; (c) Comitê de Gestão e Finanças (Coordenador) e (d) Comitê de Pessoas. David Feffer também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Diretor Presidente da Suzano Holding S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2003; (ii) membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2001; (iii) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2004; (iv) Diretor Presidente da Premesa S.A., subsidiária da Suzano Holding S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, desde abril de 2015. David atua ainda em diversas iniciativas institucionais e sociais, sendo membro do Conselho Internacional do JP Morgan e da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, além de Fundador e Presidente do Conselho do Instituto Viafoto, Presidente Emérito da Casa de Cultura de Israel e Co-presidente Honorário do Conselho da Escola Alef Peretz.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	Até AGO 2026 (2 anos)	Presidente do Conselho de Administração		25/04/2024	Sim	30/04/1998

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. David Feffer declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. David Feffer declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e alterada e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome DOUGLAS SEIBERT LAZARETTI **CPF:** 000.736.650-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Florestal **Data de Nascimento:** 07/02/1982

Experiência Profissional: O Sr. Douglas Lazaretti é formado em engenharia florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul, possui Mestrado em Administração de Empresas - MBA, Negócios, Tecnologia e Inovação pela Massachusetts Institute of Technology, Mestrado em Qualidade da Madeira, Manejo Florestal, Economia pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestrado em Administração de Empresas (MBA), Gestão Empresarial pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Atualmente é Diretor de Operações Florestais na Suzano. Também atua como (i) Coordenador do Comitê Florestal do Ibá – Indústria Brasileira de Árvores (desde janeiro de 2020); (ii) Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - IPEF (desde janeiro de 2020). Com relação às subsidiárias integrais da Companhia, o Sr. Douglas também ocupa o cargo de Diretor da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e da Suzano Operações Industriais E Florestais S.A. Principais experiências nos últimos 5 anos incluem: (i) Membro do Conselho da Veracel Celulose S/A: (janeiro de 2020 - setembro de 2024); (ii) Passou por todas as nossas unidades florestais, tendo como último desafio a expansão da nossa operação no Mato Grosso do Sul, incluindo a base florestal para atender à nova planta de Ribas do Rio Pardo; (iii) Gerente Geral da Unidade de Negócios Florestais na Gerdau (agosto de 2013 - novembro de 2015).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Outros Diretores	Vice-Presidente Executivo Florestal	08/05/2025		01/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Douglas Lazaretti declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Douglas Lazaretti declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e alterada e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome ERALDO SOARES PEÇANHA **CPF:** 179.386.437-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 21/09/1951

Experiência Profissional: Eraldo Soares Peçanha é graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Atualmente, é membro titular do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Eraldo também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro titular do Conselho Fiscal da Cadam S.A; e (ii) membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Suas principais experiências profissionais incluem atuação como: (i) Aracruz Celulose S.A. - Gerente de Contabilidade, de Auditoria Interna e Controller (1974 a 1996); (ii) CSN-Cia. Siderúrgica Nacional - Diretor de Controladoria e Informática (1996 a 2003); (iii) Embratel S.A. - Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa (2003 a 2008); e (iv) Icatu Seguros S.A. - Diretor Executivo de Serviços a Clientes (2008 a 2011). Atuou, ainda, como membro titular do Conselho Fiscal nas SAs abertas: Vale, Net Serviços de Comunicação, JBS, Ideiasnet e nas S.A. fechadas: Ferrovia Centro Atlântica, Itá Energética e Officer Distribuidora Prod. Tecnologia; como suplente nas S.A. abertas: Ouro Fino Saúde Animal Participações, CCR, AES Tiete Energia, Tupy e Padtec Holding. Também foi Conselheiro Fiscal titular nas entidades de previdência privada de algumas empresas onde trabalhou. Desde 2012 vem atuando como consultor nas áreas de Governança Corporativa, Controladoria e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		25/04/2025	Não	28/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Eraldo Soares Peçanha declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eraldo Soares Peçanha declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome GABRIELA FEFFER MOLL **CPF:** 315.806.998-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 13/12/1983

Experiência Profissional: Gabriela Feffer Moll é graduada em Administração Hoteleira, possui Executive MBA pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos pela Harvard University, Insper e Insead. Atualmente, é membro do Conselho de Administração, sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Pessoas; (ii) Comitê de Sustentabilidade; (iii) Comitê de Gestão e Finanças; e (iv) Comitê de Estratégia e Inovação. A Sra. Gabriela Moll também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo; (ii) Diretora da Suzano Holding S.A; (iii) Diretora da Polpar S.A.; (iv) Diretora da IPLF Holding S.A.; e (v) Diretora da Premesa S.A.; e (vi) Diretora da Naman Capital Ltda. Suas principais experiências profissionais incluem (i) em 2010 fundou a AG Sport, consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos; (ii) em 2015, se juntou a Dotz com atuação nas frentes de business development e implementação de um novo modelo de autoatendimento 100% digital; (iii) foi membro do Conselho de Administração da MDS SGPS S.A., (iv) na Suzano partir de 2017, liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens. Ainda na Suzano, após a fusão desta com a Fibria, atuou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias advindas da fusão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		25/04/2024	Sim	25/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Gabriela Feffer Moll declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Gabriela Feffer Moll declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome JOÃO ALBERTO FERNANDEZ DE ABREU **CPF:** 006.334.767-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 13/02/1970

Experiência Profissional: O Sr. João Alberto Fernandez de Abreu é formado em Engenharia. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Sr. João Alberto ainda exerce os seguintes cargos em subisidárias integrais da Companhia: (i) Presidente do Conselho de Administração da Futuragene Ltd; e (ii) Diretor da Itacel - Terminal De Celulose De Itaqui S.A. e da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) Presidente da Companhia e controladas da Rumo S.A. de abril de 2019 até março de 2023; (ii) Membro do Conselho da Iogen Energy. O Sr. João Alberto foi Diretor de Operações da Raízen Energia S.A., trabalhando por 18 anos na Shell, ocupando diversas posições no Varejo, no Brasil, Inglaterra e Argentina. Iniciou sua carreira na Raízen Energia como diretor executivo Comercial e membro do conselho da Petróleo Sabbá, afiliada da Raízen no Norte do Brasil. Em 2012, tornou-se diretor de Bioenergia e Tecnologia do negócio de Etanol, Açúcar e Bioenergia da Raízen. Dois anos depois, assumiu a Diretoria executiva Agroindustrial. Foi responsável pelo desenvolvimento e implementação da primeira planta integrada de Etanol de Segunda Geração da Raízen.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Diretor Presidente / Superintendente		08/05/2025		02/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. João Alberto Fernandez de Abreu declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. João Alberto Fernandez de Abreu declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome KURT JANOS TOTH **CPF:** 193.789.557-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 30/10/1947

Experiência Profissional: Kurt Janos Toth é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como membro do Conselho Fiscal da Tupy S.A. (2017 a 2021). Atuou como Chefe de Departamento de Crédito do BNDES (1988 a 2006).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		25/04/2025	Sim	28/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Kurt Janos Toth declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Kurt Janos Toth declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome LEONARDO BARRETTO DE ARAUJO GRIMALDI **CPF:** 650.128.445-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 12/12/1974

Experiência Profissional: O Sr. Leonardo Barretto de Araujo Grimaldi é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui cursos de especialização em Wharton (EUA) e Singularity University (EUA). Atualmente, é Vice-Presidente Executivo Estatutário da área Comercial Logística, Celulose. O Sr. Leonardo Grimaldi também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) presidente do Conselho de Administração da Portocel Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da Veracel S.A..; e (iii) membro do Conselho de Administração da Lenzing AG. Com relação às subsidiárias integrais da Companhia, o Sr. Leonardo também exerce os seguintes cargos: (i) membro do Conselho de Administração da Suzano International Trade GmbH (ii) Diretor da Itacel - Terminal De Celulose De Itaqui S.A. e Fibria Terminal De Celulose de Santos SPE S.A.; (iii) membro do Conselho de Administração da Suzano Material Technology Development Ltd e Suzano Shangai; e (iv) Presidente do Conselho de Administração da Suzano America e Fibria Celulose (USA) Inc. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação também como Diretor Executivo de Gente e Gestão, e Saúde e Segurança da Suzano, e, anteriormente, como Diretor Executivo da Unidade Papel e Embalagem.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Outros Diretores	Vice-Presidente Executivo – Comercial, Logística Celulose	08/05/2025		28/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Leonardo Barretto de Araujo Grimaldi declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Leonardo Barretto de Araujo Grimaldi declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome LUCIANO DOUGLAS COLAUTO **CPF:** 129.559.468-42 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/09/1967

Experiência Profissional: Luciano Douglas Colauto é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). AtAtuou como consultor na Arthur Andersen (empresa de auditoria) de setembro de 1988 a dezembro de 1991, e atualmente é sócio da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria), empresa na qual ingressou em dezembro de 1991. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal da Nordeste Química S.A. (NORQUISA entre abril de 2003 e agosto de 2004, da TECNISA S.A. entre 2007 e 2017 e é membro efetivo do Conselho Fiscal da Cyrela S.A., JSL S.A. e Movida Participações S.A. e membro do Comitê de Auditoria da Cury Construtora e Incorporadora S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		25/04/2025	Sim	25/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luciano Douglas Colauto declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luciano Douglas Colauto declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021, e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome LUIZ AUGUSTO MARQUES PAES **CPF:** 045.320.388-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 21/07/1961

Experiência Profissional: Luiz Augusto Marques Paes é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Luiz Paes também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro efetivo do Conselho Fiscal da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações; (iii) membro efetivo do Conselho Fiscal da Cury Construtora e Incorporadora S.A.; (iv) membro do Comitê de Auditoria da JSL S.A.; e (v) sócio do escritório Paes e Colauto Sociedade de Advogados, com atuação na área de consultoria jurídica nos ramos de Direito Tributário e Societário. Anteriormente atuou como membro do Conselho Fiscal da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas E Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		25/04/2025	Sim	30/04/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luiz Augusto Marques Paes declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz Augusto Marques Paes declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome MARCOS MORENO CHAGAS ASSUMPÇÃO **CPF:** 697.293.101-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/05/1976

Experiência Profissional: O Sr. Marcos Moreno Chagas Assumpção é graduado em Economia pela Universidade de Brasília e (UnB), possui MBA executivo pela Coppead (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Atualmente foi eleito para ocupar o cargo de Vice-Presidente Executivo Estatutário de Finanças e Relações com Investidores com mandato iniciando em 1º de dezembro de 2024 . O Sr. Marcos também ocupa os seguintes cargos em subsidiárias integras da Companhia: (i) membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose (USA) Inc., Suzano Material Technology Development LTD., Suzano Pulp And Paper America, Inc., Suzano Shanghai e Suzano Ventures LLC; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano International Trade GmbH; e (iii) Diretor da F&E Tecnologia Do Brasil S.A., Itacel - Terminal De Celulose De Itaqui S.A., Maxcel Empreendimentos e Participações S.A., Mucuri Energetica S.A., Projetos Especiais e Investimentos Ltda, SFBC Participações Ltda e Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. Em janeiro de 2022 ingressou na Suzano onde atuou como Diretor de Finanças Corporativas, tendo liderado as áreas de Tesouraria, Captação, M&A e Crédito e recentemente assumiu a Diretoria de FP&A e M&A. Anteriormente atuou no no Itaú BBA por quase 13 anos, principalmente na área de Equity Research, na qual foi Head de Research, Estrategista de Renda Variável, Analista do setor de Commodities (Papel e Celulose, Mineração, Siderurgia e Cimento) e do setor de Bancos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Outros Diretores	Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores	08/05/2025		01/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcos Moreno Chagas Assumpção declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcos Moreno Chagas Assumpção declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021, e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome MARIA LUIZA DE OLIVEIRA PINTO E PAIVA **CPF:** 129.079.488-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 14/07/1963

Experiência Profissional: A Sra. Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva é graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC-SP) em dezembro de 1986. Atualmente é Vice-Presidente de Sustentabilidade, Comunicação e Marca da Companhia. A Sra Maria Luiza também ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração E Carbono S.A. Com relação às subsidiárias integras da Companhia, a Sra. Maria Luiza também ocupa o cargo de Diretora da F&E Tecnologia Do Brasil S.A., Diretora da Suzano Canada Inc e Supervisora da Suzano Material Tecnology Development LTD. Anteriormente foi Vice-Presidente Executiva de Sustentabilidade (desde março/2021) e Coordenadora não independente do Comitê Executivo de Riscos – Sustentabilidade (desde agosto de 2022) da Vale. Principais experiências nos últimos 5 anos incluem: (i) Vice-Presidente Executiva de Sustentabilidade (março/2021 a dezembro/2024) e Coordenadora não independente do Comitê Executivo de Riscos – Sustentabilidade (de agosto de 2022 a dezembro/2024) da Vale S.A.; (ii) Diretora Executiva de Sustentabilidade da Suzano S.A. (janeiro/2019 a fevereiro/2021); (iii) Membro do Conselho de Administração da Rede Brasil Pacto Global (janeiro/2020 a março/2021); (iv) Membro do Conselho de Administração do Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (agosto/2019 a março/2021); e (v) Diretora Executiva de Sustentabilidade da Fibria S.A. (março/2015 a janeiro/2019).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026	Outros Diretores	Vice- Presidente Executiva de Sustentabilidade, Comunicação e Marca	08/05/2025		01/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e alterada e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome MARIA PRISCILA RODINI VANSETTI MACHADO **CPF:** 036.618.448-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 04/05/1958

Experiência Profissional: A Sra. Priscila Vansetti é formada em Engenharia Agronômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e especializou-se em Executive Management e Global Strategy Leadership pela Wharton School (Universidade da Pensilvânia). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo também coordenadora do Comitê de Sustentabilidade. Suas principais experiências profissionais nos últimos anos incluem: (i) Biologicals & Business Development Vice-Presidente da Corteva AgrisciencesTM; (ii) Vice-Presidente de Estratégia e Planejamento na Corteva AgrisciencesTM desde janeiro/2021; (ii) Diretora Global de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Corteva AgrisciencesTM, em Indiana, quando houve a fusão da Dow e DuPont em setembro/2017; (iii) Diretora-Presidente da DuPont do Brasil e Vice-Presidente da América Latina da DuPont Proteção de Cultivos (2015 e 2017); (iv) Diretora Global de Planejamento Estratégico da DuPont Proteção de Cultivos (2014 e 2015); (v) Diretora de Negócios da DuPont Canadá (2008 e 2014). Em 1996, foi transferida para Wilmington (Delaware, EUA), quando assumiu diferentes posições nas áreas de Desenvolvimento e Marketing. Iniciou sua carreira na DuPont Brasil em 1981, na divisão agrícola, assumindo posições de liderança nas áreas Regulatória, Relações Governamentais e Pesquisa & Desenvolvimento. Nos últimos anos Priscila serviu nos Conselho de Diretores da Câmara Americana do Comércio (AmCham), da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), no Conselho de Agronegócio da FIESP e no Conselho de Diretores da Associação Canadense de Proteção de Cultivos (CropLife Canada). Atualmente e’ membro dos Conselhos do Inter-American Dialogue em Washington, D.C. e do International Center em Indianapolis, Indiana.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	Até 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		25/04/2024	Sim	26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Priscila Vansetti declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Priscila Vansetti declarou que declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome NILDEMAR SECCHES **CPF:** 589.461.528-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 24/11/1948

Experiência Profissional: Nildemar Secches é graduado em Engenharia Mecânica pela USP, possui pós-graduação em Finanças pela PUC-RJ, tendo cursado doutorado em Economia pela Unicamp. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas (Coordenador); e (iv) Comitê de Nomeação e Remuneração (Coordenador). O Sr. Nildemar também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S/A; e (ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. ; (iii) Conselheiro da Vibra Energia S.A. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A., de 2002 a 2021; e (ii) membro do Conselho de Administração do Itaú-Unibanco, no período de 2012 a 2017.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	Até AGO 2026 (2 anos)	Outros Conselheiros	Outros	25/04/2024	Sim	29/04/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Nildemar Secches declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Nildemar declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome PAULO ROGERIO CAFFARELLI **CPF:** 442.887.279-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Executivo **Data de Nascimento:** 19/09/1965

Experiência Profissional: Paulo Rogerio Caffarelli é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba – PUC Curitiba, com especialização em Comércio Exterior (FAE/CDE Curitiba) e Direito no Comércio Internacional (IBEJ Curitiba), fez MBA em Direito Societário e Finanças (FGV/RJ) e mestrado em Gestão e Economia de Negócios (Universidade de Brasília). Atualmente é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. O Sr. Caffarelli também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Presidente do Banco BBC do Grupo Simpar desde outubro de 2021. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) Presidente da Cielo S.A. (ii) ingressou no Banco do Brasil em 1981 tornando-se Vice-Presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Banking e Mercado de Capitais (BB BI) de 2011 a 2014 e exercendo o cargo de Presidente; (ii) Secretário Executivo no Ministério da Fazenda de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015; (iii) Diretor Executivo Corporativo na Companhia Siderúrgica Nacional; (iv) atuou, por determinado prazo, no Conselho de Administração das seguintes empresas: Banco do Brasil S.A.; Brasilprev; Elo Participações S.A.; Banco Votorantim; CBSS Visavale (Alelo); Vale; Brasilcap Capitalização e Banco Votorantim; também foi membro do Conselho Consultivo da Febraban – Federação Brasileira de Bancos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		25/04/2024	Sim	22/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Paulo Rogerio Caffarelli declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Paulo Rogerio Caffarelli declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome PAULO SERGIO KAKINOFF **CPF:** 194.344.518-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/09/1974

Experiência Profissional: Paulo Sergio Kakinoff é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Atualmente, é membro do Conselho de Administração, sendo também membro dos Comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas. O Sr. Paulo Kakinoff também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) diretor Presidente da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; (ii) membro dos Conselhos de Administração das empresas Porto Seguro, (iii) membro do Conselho de Administração da Simpar S.A.; (iv) membro do Conselho de Administração da Cocal Energia; (v) membro do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S/A, além de ser membro do Conselho de Governança e do Conselho de Administração das organizações sem fins lucrativos Todos pela Educação, MBC (Movimento Brasil Competitivo), Bemtevi (Negócios Sociais), Instituto Inhotim (Associação de fins culturais, educacionais e ambientais), Presidente do Pacto pelo Esporte e Professor Master do curso de Administração de Empresas da ESPM. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem (i) membro do Conselho de Administração da Porto Seguro de março de 2020 até julho de 2023; (ii) membro do Conselho de Administração da GOL Linhas Aéreas S.A., desde 2012; (iii) Diretor-Presidente da GOL Linhas Aéreas S.A. de julho 2012 até julho 2022. Começou sua carreira na indústria automobilística, onde atuou por 18 anos. Foi Presidente da Audi Brasil, ocupou funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil, Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha, e membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		25/04/2024	Sim	25/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	ROBERTO FIGUEIREDO MELLO	**CPF:**	532.755.358-20	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Advogado

Data de Nascimento: 06/08/1948

Experiência Profissional: Roberto Figueiredo Mello é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Roberto também é sócio fundador da Pacaembu Serviços e Participações Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		25/04/2025	Sim	30/04/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Roberto Figueiredo Mello declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Roberto Figueiredo Mello declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome RODRIGO CALVO GALINDO **CPF:** 622.153.291-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/05/1976

Experiência Profissional: Rodrigo Calvo Galindo é graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (Unic) e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas. O Sr. Galindo também atua na gestão de instituições educacionais há mais de 30 anos. Em 2010, passou a exercer a função de Diretor de Operações e Diretor de Ensino Superior da Kroton Educacional e, em 2011, tornou-se CEO da Kroton Educacional. Em 2019, Galindo assumiu a posição de CEO e membro do conselho da Cogna Educação. Atualmente, é Chairman da Cogna e da Vasta e head da Vidya Capital, que atua no mercado de private equity. Suas principais experiências profissionais nos últimos anos foram a atuação como membro do Conselho de Administração do Burger King Brasil, da Arezzo, da Endeavor e da SIMCo Saúde.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		25/04/2024	Sim	22/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Rodrigo Calvo Galindo declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rodrigo Calvo Galindo declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome RUBENS BARLETTA **CPF:** 397.909.328-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 10/08/1946

Experiência Profissional: Rubens Barletta é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Atualmente, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Rubens Barletta também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Conselho Fiscal do Tegma Gestão Logística S.A.; e (ii) sócio do escritório Barletta e Schubert Sociedade de Advogados. Nos últimos anos também atuou como (i) membro do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A. e (ii) membro do Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	25/04/2025	Até AGO 2026 (1 ano)	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		25/04/2025	Sim	30/04/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Rubens Barletta declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rubens Barletta declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome WALTER SCHALKA **CPF:** 060.533.238-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 04/12/1960

Experiência Profissional: Walter Schalka é graduado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, possui pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas, IMD e Harvard Business School. Atualmente ele é membro do Conselho de Administração da Suzano e membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Gestão e Finanças; (ii) Comitê de Estratégia e Inovação; (iii) Comitê de Pessoas e (iv) Comitê de Sustentabilidade. O Sr. Walter Schalka também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro da Parceiros da Educação, Organização da Sociedade Civil; e (ii) membro do Conselho de Administração da Vibra Energia. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) Diretor Financeiro e Administrativo da Dixie Lalekla; (ii) Diretor-geral do Grupo Dixie Toga; e (iii) Presidente da Votorantim Cimentos, do Grupo Votorantim.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	25/04/2024	Até AGO 2026 (2 anos)	Conselho de Administração (Efetivo)		25/04/2024	Sim	25/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Walter Schalka declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Walter Schalka declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANA PAULA MACHADO PESSOA **CPF:** 865.873.407-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/03/1967

Experiência Profissional:

Ana Paula Pessoa é bacharel em Economia e Relações Internacionais e mestrado em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Stanford. Atualmente é membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Ela também ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Nomeacão e Governança da News Corp, em Nova York. É membro do Conselho Consultivo da G5 Partners e da Ana Couto Branding. Ela foi membro do conselho global do Credit Suisse, em Zurique, Chair do Conselho do Credit Suisse Europa e Credit Suisse Brasil, membro do Conselho da Cosan, em São Paulo, e do Grupo Vinci, em Paris e Membro do conselho da Aegea Saneamento representando o IFC. Suas atividades voluntárias concentram-se em iniciativas educacionais e preocupações ambientais para fomentar o crescimento sustentável. Ela é membro do conselho global da Universidade de Stanford, na Califórnia, do conselho consultivo da The Nature Conservancy Brasil, e do Instituto Atlântico de Governo, em Madri. Ela foi diretora financeira do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Ela foi sócia e fundadora da Brunswick São Paulo e trabalhou por 18 anos em várias empresas das Organizações Globo. Ana Paula fundou e foi Chair da Kunumi Inteligencia Artificial, vendida para o Banco Bradesco em 2024. E fundou e foi chair da Neemu, Internet, vendida para a Linx em 2015. Ela trabalhou para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e para o Banco Mundial nos Estados Unidos e na África.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)			09/05/2024	29/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	A Sra. Ana Paula Pessoa declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Ana Paula Pessoa declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: CARLOS BIEDERMANN **CPF:** 220.349.270-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Técnico em Administração **Data de Nascimento:** 18/08/1953

Experiência Profissional:

Carlos Biedermann é graduado em Administração de Empresas e Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduado em Ciências Contábeis pela Unisinos. Possui pós-graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Atualmente é (a) membro do Comitê de Auditoria da Companhia e também das seguintes empresas; (b) coordenador do Comitê de Auditoria do Grupo Cornélio Brennand, grupo empresarial que atua nos segmentos de desenvolvimento imobiliário, energia, vidros e cimento; (c) membro do Conselho de Administração do Grupo Solar, empresa fabricante do Sistema Coca-Cola no Brasil; (d) Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria de Copel - Cia Paranaense de Energia, empresa de capital aberto no Brasil e USA, que atua em energia no Paraná e em outros estados do Brasil (e) Membro do Comitê de Auditoria da Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, instituição financeira, bancária, atuando como banco múltiplo nas carteiras: comercial, crédito financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e investimento (f) Membro do Comitê de Auditoria da Raymundo da Fonte, empresa que produz artigos de limpeza, higiene pessoal e condimentos (g) Presidente do Conselho de Administração da Brivia Dez, empresa que atua no segmento de publicidade, marketing e tecnologia (h) Membro do Comitê de Auditoria de Moinho Paulista S.A, empresa do ramo de alimentação (i) Presidente do Conselho da ADVB - Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil. Anteriormente, foi (a) sócio líder na PricewaterhouseCoopers (PwC) entre 2002 e 2015, uma das maiores prestadoras de serviços profissionais do mundo nas áreas de auditoria, consultoria e outros serviços acessórios para empresas. (b) Presidente do Comitê de Auditoria por 5 anos e Vice-Presidente entre 2013/2014 do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), uma organização sem fins lucrativos cuja principal atividade é o desenvolvimento das melhores práticas de governança corporativa; (c) membro do Conselho de Administração por 6 anos e conselheiro por 2 anos do Young Presidents Organization (YPO/WPO), uma rede global de diretores executivos; (d) o primeiro membro independente do Conselho de Administração da empresa Calçados Azaleia, uma empresa de calçados brasileira; (e) membro da Mesa Administrativa por cerca de 15 anos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, um conjunto de sete hospitais de várias especialidades localizado em Porto Alegre - RS; (f) membro do Comitê de Auditoria da BB Seguridade, empresa brasileira de seguros pertencente ao Banco do Brasil, cuja principal atividade é atuação nos ramos de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem; (g) membro do Conselho de Administração da Valmont, uma empresa industrial que atua na agroindústria; (h) Presidente do Conselho de Administração do Porto Alegre Health Care, grupo sem fins lucrativos que reúne players públicos e privados para a divulgação da cidade e o fomento do turismo médico (h) Membro do Comitê de Auditoria do Grupo Algar, empresa do ramo de telecomunicações como telefonia fixa e móvel (i) Membro do Conselho de Administração do Madero, que atua no segmento de alimentação com Restaurantes multimarcas em todo o Brasil (i) Membro do Comitê de Auditoria do Tribanco, que atua como Banco Comercial com operacionais tradicionais de crédito e serviços.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)			09/05/2024	29/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. Carlos Biedermann declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Carlos Biedermann declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	CLARISSA DE ARAÚJO LINS	**CPF:**	851.458.317-49	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Economista	**Data de Nascimento:**	12/04/1967

Experiência Profissional:

Clarissa de Araújo Lins é graduada em mestre em Economia pela PUC-Rio. Atualmente, ocupa o cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia. A Sra. Clarissa Lins também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro independente do Conselho global de Administração, membro do Comitê de pessoas e governança e chair do Comitê de Sustentabilidade da ArcelorMittal. A Sra. Clarissa atuou em projetos no setor público no início de sua carreira, fazendo parte do time do Plano Real no Ministério da Fazenda, além de ter sido assessora do CEO do BNDES, contribuindo para a estruturação de projetos de privatização. Trabalhou, ainda, na Petrobras, sendo responsável pela área de Estratégia Corporativa. Adicionalmente, a Sra. Clarissa teve experiência relevante na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), organização sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável no Brasil. Foi também Presidente do IBP (Instituto de Petróleo e Gás). Atualmente, a Sra. Clarissa vem se dedicando à Catavento, sua própria consultoria de temas relacionados à estratégia e sustentabilidade. Com experiência comprovada em Governança Corporativa, a Sra. Clarissa foi Chair do Comitê de Avaliação Externa da Shell de 2012 a 2015; atuou no Comitê de Sustentabilidade da Vale de 2017 a 2019; no Conselho de Administração, no Comitê de Estratégia, de HSE e de Auditoria da Petrobras entre 2018 e 2019 e, mais recentemente, do Comitê de Sustentabilidade da Suzano, do qual ainda faz parte. Foi membro independente do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos de 2021 a 2025, tendo sido membro do Comitê de Auditoria e coordenadora do Comitê de Sustentabilidade e Inovação. Também foi membro independente do Conselho de Administração da Vibra Energia e membro do Comitê de Auditoria.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	A Sra. Clarissa de Araújo Lins declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Clarissa de Araújo Lins declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: DANIEL FEFFER **CPF:** 011.769.138-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/10/1959

Experiência Profissional:

Daniel Feffer é graduado em Direito pela Universidade Mackenzie e possui especializações pela Fundação Getúlio Vargas, Harvard University e Massachusetts Institute of Technology (EUA), IMD (Suíça), e LBS-London Business School (Inglaterra). Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo também membro do Comitê de Sustentabilidade, não estatutário. O Sr. Daniel Feffer também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Presidente da ICC Brasil; (ii) Presidente do Conselho Curador da Fundação Arymax; (iii) Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo; (iv) Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ; (v) Membro do Conselho do IEDI - Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial; (vi) Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação; e (viii) Membro do Conselho Estratégico da FIESP.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Daniel Feffer declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Daniel Feffer declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: DAVID FEFFER **CPF:** 882.739.628-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 13/11/1956

Experiência Profissional:

David Feffer cursou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), Columbia University (EUA), IMD (Suíça), The Aspen Institute (EUA), Singularity University (EUA) e Stanford University (EUA). Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (a) Comitê de Estratégia e Inovação (Coordenador), (b) Comitê de Sustentabilidade; (c) Comitê de Gestão e Finanças (Coordenador) e (d) Comitê de Pessoas. David Feffer também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Diretor Presidente da Suzano Holding S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2003; (ii) membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2001; (iii) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, desde 2004; (iv) Diretor Presidente da Premesa S.A., subsidiária da Suzano Holding S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, desde abril de 2015. David atua ainda em diversas iniciativas institucionais e sociais, sendo membro do Conselho Internacional do JP Morgan e da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, além de Fundador e Presidente do Conselho do Instituto Viafoto, Presidente Emérito da Casa de Cultura de Israel e Co-presidente Honorário do Conselho da Escola Alef Peretz.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Gestão e Finanças		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Pessoas		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Estratégia e Inovação		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. David Feffer declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. David Feffer declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e alterada e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	EDUARDO NUNES GIANINI	**CPF:**	610.317.478-34	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Consultor	**Data de Nascimento:**	18/06/1954

Experiência Profissional:

Eduardo Gianini é Graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Atualmente é membro do Comitê de Nomeação e Remuneração da Companhia. O Sr. Eduardo Gianini é sócio da X|R Consultoria desde 2018. Trabalhou por 25 anos para o Hay Group. Entre 1991 e 2009, percorreu todos os passos de carreira: iniciou como Consultor e se aposentou como Sócio Diretor. Em 2010 tornou-se Consultor associado ao Hay Group. Durante este período, liderou importantes projetos nas mais variadas organizações, em termos de tamanho, complexidade, nacionalidade, ramo de atividade, etc. De 2012 a 2016 foi membro estatutário independente do Comitê de Remuneração do Banco Santander Brasil l S/A e membro independente do Comitê de Pessoas e Remuneração da Votorantim S/A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Nomeação e Remuneração		09/05/2024	09/02/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Eduardo Gianini declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo Gianini declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: FÁBIO COLLETTI BARBOSA **CPF:** 771.733.258-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 03/10/1954

Experiência Profissional:

Fábio Colletti Barbosa é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e tem MBA no Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. Atualmente ocupa o cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade. Adicionalmente, ocupa os seguintes cargos em outras sociedades: (i) Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração do Grupo Natura &Co Holding S.A, do Comitê de Comitê de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e do Comitê Operacional do Grupo Natura; (ii) Membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ; (iii) Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM (Mineração); (vi) Membro do Conselho de Administração da Ambev (bebidas); (v) Membro do Comitê de Investimentos da Gávea Investments; (vi) Membro do Conselho de Administração da UN Foundation (Fundação das Nações Unidas); (vii) membro do Conselho de Administração do Instituto Empreender Endeavor; (viii) membro do Conselho de Administração do Centro de Liderança Pública – CLP; (ix) Diretor-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Itaú; (x) membro do Conselho de Administração da Armac Locação, Logística E Serviços S.A. (Locação); (xi) membro do Conselho Consultivo da Fundação Zerrenner (Fundação). O Sr. Fábio Barbosa iniciou suas atividades no Conselho de Administração da Natura Cosméticos em 2017 e atualmente é Diretor-Presidente do Grupo Natura &Co Holding S.A. Atuou também como presidente dos Comitês Estratégico, de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional, Operacional do Grupo e do Comitê de Transição e foi, ainda, membro do Comitê de Governança Corporativa da Natura &Co. Ele foi presidente do Banco ABN Amro Real desde 1996 e, em 2008, com a aquisição do Banco Real pelo Santander, tornou-se presidente do Santander Brasil. De 2007 a 2011, foi também presidente da Febraban. Entre 2011 e o início de 2015, foi presidente da Abril Mídia. Atualmente, Fábio também é membro do conselho do Instituto Empreender Endeavor; membro do Conselho do Centro de Liderança Pública (CLP) e da UN Foundation, para apoio a ONU. Em 2011, foi reconhecido como Personalidade do Ano, pela Câmara Brasil-Estados Unidos de Comércio, em Nova York. Em 2012, recebeu o prêmio Campeões da Terra, concedido pelo PNUMA (United Nations Environmental Program), por sua visão empresarial. E em 2017, foi reconhecido pela Worldfund for Education por trazer o tema de valores para a vanguarda da discussão. Fábio é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e tem MBA no Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. Fábio Colletti Barbosa declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Fábio Colletti Barbosa declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	FERNANDO DE LELLIS GARCIA BERTOLUCCI	**CPF:**	563.952.646-72	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro Agrônomo	**Data de Nascimento:**	09/08/1965

Experiência Profissional:

Fernando de Lellis Garcia Bertolucci é graduado em Engenharia Agrônoma, possui mestrado em Melhoramento Genético, doutorado Honoris Causa pela ESAL/UFLA e cursos de especialização em Manejo Florestal (UFLA), Gestão Empresarial (Fundação Dom Cabral), Product Development (University of Cambridge, Inglaterra), Driving Strategic Innovation (IMD, Suíça) e Global Executive Academy (MIT, EUA). Atualmente, é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Fernando Bertolucci também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Membro do Conselho da Ecofuturo; (ii) Fundador e CEO da Inovitae Innovation and Sustainability Consulting; (iii) membro do Comitê Consultivo da Inventta. O Sr. Bertolucci atuou por 34 anos na Suzano e para o setor, sendo o seu último cargo Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2025	Até 1ª RCA após a AGO 2026	Comitê de Sustentabilidade		08/05/2025	08/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Fernando Bertolucci declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Fernando Bertolucci declarou que declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: GABRIELA FEFFER MOLL **CPF:** 315.806.998-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 13/12/1983

Experiência Profissional:

Gabriela Feffer Moll é graduada em Administração Hoteleira, possui Executive MBA pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos pela Harvard University, Insper e Insead. Atualmente, é membro do Conselho de Administração, sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Pessoas; (ii) Comitê de Sustentabilidade; (iii) Comitê de Gestão e Finanças; e (iv) Comitê de Estratégia e Inovação. A Sra. Gabriela Moll também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo; (ii) Diretora da Suzano Holding S.A; (iii) Diretora da Polpar S.A.; (iv) Diretora da IPLF Holding S.A.; e (v) Diretora da Premesa S.A.; e (vi) Diretora da Naman Capital Ltda. Suas principais experiências profissionais incluem (i) em 2010 fundou a AG Sport, consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos; (ii) em 2015, se juntou a Dotz com atuação nas frentes de business development e implementação de um novo modelo de autoatendimento 100% digital; (iii) foi membro do Conselho de Administração da MDS SGPS S.A., (iv) na Suzano partir de 2017, liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens. Ainda na Suzano, após a fusão desta com a Fibria, atuou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias advindas da fusão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Estratégia e Inovação		09/05/2024	04/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Gestão e Finanças		09/05/2024	04/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Pessoas		09/05/2024	04/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	04/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	A Sra. Gabriela Feffer Moll declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Gabriela Feffer Moll declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: HAAKON LORENTZEN **CPF:** 667.258.797-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 23/08/1954

Experiência Profissional:

Haakon Lorentzen é graduado em Economia (PUC-Rio), completou sua formação nos Estados Unidos no Crowley Maritime Corp San Francisco (1984) e na Harvard Business School Executive Education PMD (1987). Atualmente ocupa o cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade. Adicionalmente, ocupa os seguintes cargos em outras Companhias: (i) Membro do Conselho de Administração da Lorinvest desde 2017 e do Comitê de Investimentos do Hankoe Fundo de Investimento desde 2011; (ii) membro do Conselho Consultivo da WWF-Brasil; (ii) membro do Conselho Latino-Americano do Harvard Business School; entre outros. Embaixador Endeavor. Foi presidente da Norsul, membro do Conselho de Administração da Aracruz Celulose S.A, diretor do Conselho da Arapar S.A. e presidente-executivo da Provida.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Haakon Lorentzen declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Haakon Lorentzen declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	LILIAN MARIA FEREZIM GUIMARÃES	**CPF:**	063.940.958-00	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administradora

Data de Nascimento: 26/08/1960

Experiência Profissional:

Lilian Guimarães é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em RH pela mesma instituição, pós-graduada pelo Senac e formada em coaching pelo Instituto Ecosocial. Formada em Governança Corporativa pela FDC – Fundação Dom Cabral. Atualmente é membro do Comitê de Nomeação E Remuneração da Companhia. A Sra. Lilian Guimarães é executiva com mais de 30 anos de experiência na área de Gestão de Pessoas, onde liderou diversos projetos voltados à importância do capital humano na gestão dos negócios, tornando RH um parceiro estratégico nesses processos. Experiência como executiva e membro de comitês executivos de grandes organizações nacionais e multinacionais, desenvolveu sua trajetória especialmente no mercado financeiro, com destaque para a posição de Vice-Presidente de Recursos Humanos em renomadas organizações: Natura, de 2013 a 2015 e nos Bancos ABN Amro-Real e Santander entre 2000 e 2013. Atualmente é conselheira e membro de comitês de RH de empresas e mentora de profissionais de diferentes áreas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Nomeação e Remuneração		09/05/2024	09/02/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Lilian Maria Ferezim Guimarães declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Lilian Maria Ferezim Guimarães declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	MARCELO MOSES DE OLIVEIRA LYRIO	**CPF:**	746.597.157-87	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Economista	**Data de Nascimento:**	25/04/1963

Experiência Profissional:

Marcelo Lyrio é graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio de Janeiro. Atualmente, é membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Companhia. Sr. Marcelo Lyrio também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) é sócio fundador da MLSig Assessoria Empresarial; (ii) membro do Conselho de Administração da Solví Essencis e membro do Comitê de Finanças e Investimentos assim como do Comitê de Pessoas, Saúde e Segurança; (iii) Sócio Operador do Macquarie Infrastructure and Real Assets. Ocupou a posição de Presidente do Conselho de Administração da Braskem S.A. de abril de 2018 a outubro de 2019 e foi sócio e co-fundador da Signatura Lazard e Managing Director (MD) do Lazard no Brasil de 2004 a 2016, atuando como assessor para grandes corporações estrangeiras e brasileiras e seus acionistas. Antes do Lazard, de 1990 a 2004, trabalhou em diversas áreas do ING Bank e do ING Barings, ocupando a posição de Presidente do ING Bank no Brasil de 2001 a 2004.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Estratégia e Inovação		09/05/2024	02/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcelo Moses de Oliveira Lyrio declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcelo Moses de Oliveira Lyrio declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	MARCELO STRUFALDI CASTELLI	**CPF:**	057.846.538-81	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro Mecânico	**Data de Nascimento:**	09/03/1964

Experiência Profissional:

Marcelo Castelli é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Mogi das Cruzes, possui MBA Empresarial pela Dom Cabral, além de cursos de educação continuada em escolas executivas internacionais. Atualmente é membro dos Comitês de Estratégia e Inovação, Gestão e Finanças e Pessoas da Companhia. O Sr. Marcelo Castelli também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Conselho de Administração da Auren Energia; (ii) membro do Conselho de Administração da Viveo, (iii) membro do Conselho de Administração da JSL S.A.O Sr. Marcelo Castelli consolidou sua longa carreira como executivo na indústria de papel e celulose, na qual exerceu posições de liderança em áreas de produção, projetos e negócios em grandes companhias do setor, tendo como última posição a de Diretor Presidente da Fibria Celulose S.A. O Sr. Marcelo Castelli atuou como Diretor Presidente Global da VCSA entre fevereiro de 2019 a maio de 2023.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Estratégia e Inovação		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Gestão e Finanças		09/05/2024	09/05/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Pessoas		09/05/2024	09/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcelo Strufaldi Castelli declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcelo Strufaldi Castelli declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: MARCOS MARINHO LUTZ **CPF:** 147.274.178-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Naval **Data de Nascimento:** 30/12/1969

Experiência Profissional:

Marcos Lutz graduou-se em engenharia naval pela Universidade de São Paulo, e possui MBA em marketing, operações e logística pela Kellogg School of Management. Atualmente é membro do Comitê não estatutário de Estratégia e Inovação da Companhia. O Sr. Lutz atua também como Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, além de ser membro do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Ultrapar. O Sr. Lutz ocupa ainda o cargo de Diretor da Ultra S.A. Participações desde 2021. É membro do Conselho de Administração da Votorantim S.A. desde 2020, e da Corteva Agriscience desde 2019. Também atuou como membro do Conselho de Administração da Rumo Logística S.A. de 2008 a 2020, e como Presidente do Conselho em 2020. O Sr. Lutz foi membro do Conselho de Administração da Comgás S.A. de 2018 a 2020, da Raízen S.A. de 2013 a 2020, da Moove S.A. de 2008 a 2020, e da Monsanto S.A. de 2014 a 2018. Também foi Presidente do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) de 2015 a 2021, e Diretor Presidente da Cosan S.A. – Indústria e Comércio de 2009 a 2020.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2025	Até 1ª RCA após a AGO 2026	Comitê de Estratégia e Inovação		08/05/2025	08/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcos Lutz declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcos Lutz declarou que declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: MARIA PRISCILA RODINI VANSETTI MACHADO **CPF:** 036.618.448-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 04/05/1958

Experiência Profissional:

A Sra. Priscila Vansetti é formada em Engenharia Agronômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e especializou-se em Executive Management e Global Strategy Leadership pela Wharton School (Universidade da Pensilvânia). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo também coordenadora do Comitê de Sustentabilidade. Suas principais experiências profissionais nos últimos anos incluem: (i) Biologicals & Business Development Vice-Presidente da Corteva AgrisciencesTM; (ii) Vice-Presidente de Estratégia e Planejamento na Corteva AgrisciencesTM desde janeiro/2021; (ii) Diretora Global de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Corteva AgrisciencesTM, em Indiana, quando houve a fusão da Dow e DuPont em setembro/2017; (iii) Diretora-Presidente da DuPont do Brasil e Vice-Presidente da América Latina da DuPont Proteção de Cultivos (2015 e 2017); (iv) Diretora Global de Planejamento Estratégico da DuPont Proteção de Cultivos (2014 e 2015); (v) Diretora de Negócios da DuPont Canadá (2008 e 2014). Em 1996, foi transferida para Wilmington (Delaware, EUA), quando assumiu diferentes posições nas áreas de Desenvolvimento e Marketing. Iniciou sua carreira na DuPont Brasil em 1981, na divisão agrícola, assumindo posições de liderança nas áreas Regulatória, Relações Governamentais e Pesquisa & Desenvolvimento. Nos últimos anos Priscila serviu nos Conselho de Diretores da Câmara Americana do Comércio (AmCham), da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), no Conselho de Agronegócio da FIESP e no Conselho de Diretores da Associação Canadense de Proteção de Cultivos (CropLife Canada). Atualmente e’ membro dos Conselhos do Inter-American Dialogue em Washington, D.C. e do International Center em Indianapolis, Indiana.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade	Coordenadora	09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Priscila Vansetti declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeita, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Priscila Vansetti declarou que declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: NILDEMAR SECCHES **CPF:** 589.461.528-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 24/11/1948

Experiência Profissional:

Nildemar Secches é graduado em Engenharia Mecânica pela USP, possui pós-graduação em Finanças pela PUC-RJ, tendo cursado doutorado em Economia pela Unicamp. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas (Coordenador); e (iv) Comitê de Nomeação e Remuneração (Coordenador). O Sr. Nildemar também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S/A; e (ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. ; (iii) Conselheiro da Vibra Energia S.A. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A., de 2002 a 2021; e (ii) membro do Conselho de Administração do Itaú-Unibanco, no período de 2012 a 2017.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Estratégia e Inovação		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Gestão e Finanças		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Pessoas		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Nildemar Secches declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Nildemar declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: PAULO ROGERIO CAFFARELLI **CPF:** 442.887.279-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Executivo **Data de Nascimento:** 19/09/1965

Experiência Profissional:

Paulo Rogerio Caffarelli é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba – PUC Curitiba, com especialização em Comércio Exterior (FAE/CDE Curitiba) e Direito no Comércio Internacional (IBEJ Curitiba), fez MBA em Direito Societário e Finanças (FGV/RJ) e mestrado em Gestão e Economia de Negócios (Universidade de Brasília). Atualmente é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. O Sr. Caffarelli também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) Presidente do Banco BBC do Grupo Simpar desde outubro de 2021. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) Presidente da Cielo S.A. (ii) ingressou no Banco do Brasil em 1981 tornando-se Vice-Presidente de Atacado, Negócios Internacionais e Private Banking e Mercado de Capitais (BB BI) de 2011 a 2014 e exercendo o cargo de Presidente; (ii) Secretário Executivo no Ministério da Fazenda de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015; (iii) Diretor Executivo Corporativo na Companhia Siderúrgica Nacional; (iv) atuou, por determinado prazo, no Conselho de Administração das seguintes empresas: Banco do Brasil S.A.; Brasilprev; Elo Participações S.A.; Banco Votorantim; CBSS Visavale (Alelo); Vale; Brasilcap Capitalização e Banco Votorantim; também foi membro do Conselho Consultivo da Febraban – Federação Brasileira de Bancos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)			09/05/2024	22/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Paulo Rogerio Caffarelli declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Paulo Rogerio Caffarelli declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: PAULO SERGIO KAKINOFF **CPF:** 194.344.518-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/09/1974

Experiência Profissional:

Paulo Sergio Kakinoff é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Atualmente, é membro do Conselho de Administração, sendo também membro dos Comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas. O Sr. Paulo Kakinoff também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) diretor Presidente da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; (ii) membro dos Conselhos de Administração das empresas Porto Seguro, (iii) membro do Conselho de Administração da Simpar S.A.; (iv) membro do Conselho de Administração da Cocal Energia; (v) membro do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S/A, além de ser membro do Conselho de Governança e do Conselho de Administração das organizações sem fins lucrativos Todos pela Educação, MBC (Movimento Brasil Competitivo), Bemtevi (Negócios Sociais), Instituto Inhotim (Associação de fins culturais, educacionais e ambientais), Presidente do Pacto pelo Esporte e Professor Master do curso de Administração de Empresas da ESPM. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem (i) membro do Conselho de Administração da Porto Seguro de março de 2020 até julho de 2023; (ii) membro do Conselho de Administração da GOL Linhas Aéreas S.A., desde 2012; (iii) Diretor-Presidente da GOL Linhas Aéreas S.A. de julho 2012 até julho 2022. Começou sua carreira na indústria automobilística, onde atuou por 18 anos. Foi Presidente da Audi Brasil, ocupou funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil, Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha, e membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Outros	08/05/2025	1 ano primeira RCA após AGO 2026		Coordenador	08/05/2025	04/05/2022
Outros Comitês		Outros	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Pessoas	Coordenador	09/05/2024	04/05/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Estratégia e Inovação		09/05/2024	06/10/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Gestão e Finanças		09/05/2024	06/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	PHILIPPE MARIE JOSEPH JOUBER	**CPF:**	595.652.097-34	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Economista	**Data de Nascimento:**	05/06/1954

Experiência Profissional:

Philippe Joubert é graduado em Economia pela ESSEC. Atualmente é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Philippe Joubert é fundador e CEO da Earth on Board. Além disso, ele atua como Conselheiro Sênior do WBCSD - Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Membro do Conselho Consultivo Internacional do Conselho Mundial de Energia (WEC). Além de fazer parte do conselho de administração da Voltalia, uma desenvolvedora de Energias Renováveis, uma empresa listada do grupo familiar Mulliez. Ele foi Diretor Não Executivo e Presidente do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade da ENEO, Eletricidade de Camarões e da Nexans e Membro do Conselho Consultivo da Nexans na América do Sul. Atou como presidente do Corporate Leaders Group on Climate Change do HRH o príncipe Charles, membro do Conselho Consultivo do Instituto de Liderança em Sustentabilidade da Universidade de Cambridge e Fellow deste Instituto. Sr. Philippe Joubert também é membro de vários conselhos de empresas e consultor de CEOs de grandes empresas globais. Anteriormente, Philippe foi presidente da Alstom Power e Presidente executivo adjunto do Grupo Alstom.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Sustentabilidade		09/05/2024	01/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. Philippe Marie Joseph Joubert declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Philippe Marie Joseph Joubert declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome:	RODRIGO CALVO GALINDO	**CPF:**	622.153.291-49	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	03/05/1976

Experiência Profissional:

Rodrigo Calvo Galindo é graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (Unic) e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia sendo também membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Comitê de Gestão e Finanças; (iii) Comitê de Pessoas. O Sr. Galindo também atua na gestão de instituições educacionais há mais de 30 anos. Em 2010, passou a exercer a função de Diretor de Operações e Diretor de Ensino Superior da Kroton Educacional e, em 2011, tornou-se CEO da Kroton Educacional. Em 2019, Galindo assumiu a posição de CEO e membro do conselho da Cogna Educação. Atualmente, é Chairman da Cogna e da Vasta e head da Vidya Capital, que atua no mercado de private equity. Suas principais experiências profissionais nos últimos anos foram a atuação como membro do Conselho de Administração do Burger King Brasil, da Arezzo, da Endeavor e da SIMCo Saúde.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Estratégia e Inovação	Coordenador	09/05/2024	22/05/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Gestão e Finanças		09/05/2024	22/05/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Pessoas		09/05/2024	22/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	O Sr. Rodrigo Calvo Galindo declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rodrigo Calvo Galindo declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome: WALTER SCHALKA **CPF:** 060.533.238-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 04/12/1960

Experiência Profissional:

Walter Schalka é graduado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, possui pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas, IMD e Harvard Business School. Atualmente ele é membro do Conselho de Administração da Suzano e membro dos seguintes comitês não estatutários da Companhia: (i) Comitê de Gestão e Finanças; (ii) Comitê de Estratégia e Inovação; (iii) Comitê de Pessoas e (iv) Comitê de Sustentabilidade. O Sr. Walter Schalka também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro da Parceiros da Educação, Organização da Sociedade Civil; e (ii) membro do Conselho de Administração da Vibra Energia. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como: (i) Diretor Financeiro e Administrativo da Dixie Lalekla; (ii) Diretor-geral do Grupo Dixie Toga; e (iii) Presidente da Votorantim Cimentos, do Grupo Votorantim.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Pessoas		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	Até a 1ª RCA após a AGO 2026 (2 anos)	Gestão e Finanças		09/05/2024	01/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Sustentabilidade		09/05/2024	09/05/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/2024	2 anos	Estratégia e Inovação		09/05/2024	09/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Walter Schalka declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Walter Schalka declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Vice-presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A.; e (ii) controlador indireto via Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Vice-presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
JORGE FEFFER	013.965.718-50	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Vice-presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) diretor presidente da Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Vice-presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A.; e (ii) controlador indireto via Suzano Holding S.A	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Vice-presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A.; e (ii) controlador indireto via Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
(i) diretor presidente da Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
(i) presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
(i) diretora da Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
(i) membro do Conselho de Administração da Suzano S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) vice-presidente do Conselho de Administração; e (ii) controlador da Suzano S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
JORGE FEFFER	013.965.718-50	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A.; e (ii) controlador indireto via Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer	882.739.628-49	SUZANO SA	16.404.287/0001-55	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
(i) controlador da Suzano S.A.; e (ii) controlador indireto via Suzano Holding S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretor Presidente e Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretor Presidente e Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretora da Suzano Holding S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretora da Suzano Holding S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretor Presidente e Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor			
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Diretor Presidente e Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade, Membro do Comitê de Estratégia e Inovação, Membro do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Gestão e Finanças da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretor Presidente e Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
DANIEL FEFFER	011.769.138-08	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ALDEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	04.679.647/0001-42		
Acionista Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Observação			
Administrador do Emissor			
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Suzano S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SUZANO HOLDING S.A.	60.651.809/0001-05		
Diretora da Suzano Holding S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia e sua controladora adotam a política de contratar cobertura de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), a qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice, originalmente contratada com o Chubb Seguros Brasil S.A, está vigente no período compreendido entre 1º de março de 2024 e 1º de setembro de 2025 e o prêmio pago com o seguro de D&O em 2024 foi de aproximadamente USD 1,80 milhão. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de USD 50 milhões, é suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades e as de suas controladas.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2022, foram aprovados os termos e condições gerais conforme o modelo base do contrato de indenidade a ser firmado entre a Companhia e determinados beneficiários. A Companhia declara que, foram formalizados os referido contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e a Diretoria Estatutária.

7.8 Outras informações relevantes

Em 28 de fevereiro de 2024, conforme anunciado por meio de Fato Relevante, Conselho de Administração deliberou pelo processo de transição da presidência da Companhia. O Sr. Walter Schalka deixou o cargo de Diretor Presidente em 01 de julho de 2024 e foi eleito membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2024. A sucessão foi concluída em 2 de julho de 2025, com a posse do Sr. João Alberto Fernandez de Abreu como novo Presidente da Companhia.

Após sua eleição como membro do Conselho de Administração, o Sr. Walter Schalka passou a integrar, em 9 de maio de 2024, os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, sendo nomeado para os Comitês de Estratégia e Inovação, Sustentabilidade, Gestão e Finanças, e Pessoas.

O Sr. Marcelo Feriozzi Bacci renunciou ao cargo de Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2024. Com a saída do Sr. Marcelo, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a nomeação do Diretor de Planejamento Financeiro e M&A da Companhia, Sr. Marcos Moreno Chagas Assumpção, para a respectiva posição, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2024.

O Sr. Fernando de Lellis Garcia Bertolucci renunciou ao cargo de Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação, com efeitos em 30 março de 2025, mantendo sua contribuição como consultor e membro de comitê de assessoramento da Companhia. Suas posições foram desmembradas e a área de Sustentabilidade passou a liderada pela Sra. Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva que, a partir de de 1º de fevereiro de 2025, assumiu a posição de Vice-Presidência Executiva de Sustentabilidade, Comunicação e Marca.

A partir de fevereiro de 2025, o Sr. Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Junior, Vice-Presidente Executivo de Florestal e Suprimentos, passou a exercer uma nova função na Companhia, focando nas atividades de relacionamento institucional e desenvolvimento de novos negócios na Europa. A Vice-Presidência Executiva Florestal passou a ser liderada pelo Sr. Douglas Seibert Lazaretti, a partir de 01 de fevereiro de 2025.

8.1 Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Suzano adota uma Política de Remuneração da Administração, que estabelece diretrizes claras e objetivos definidos para a construção da remuneração dos conselheiros, membros de comitês e diretores estatutários. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2022. A Companhia adota os mesmos critérios e orientações da Política de Remuneração para a determinação da remuneração dos diretores não-estatutários.

Objetivos da Política de Remuneração: O principal objetivo da Política de Remuneração é atrair, reter e engajar profissionais alinhados à estratégia, princípios e valores da Suzano, assegurando a geração de valor sustentável para os acionistas. A estratégia de remuneração adotada pela Companhia promove decisões que otimizam custos, aumentam a eficiência operacional e impulsionam a inovação, resultando em maior retorno sobre o capital investido. Para tanto, a estrutura de remuneração busca equilibrar componentes fixos e variáveis, de curto e longo prazo, promovendo o alinhamento entre os interesses dos executivos e os objetivos de crescimento e perenidade da companhia.

Componentes da Remuneração: A política contempla os seguintes componentes principais:

- Remuneração Fixa: Definida com base em estudos de mercado, considerando a complexidade dos cargos e as competências requeridas.
- Remuneração Variável de Curto Prazo: participação de resultados, atrelada ao atingimento de metas financeiras, operacionais e de sustentabilidade, alinhadas à estratégia da companhia.
- Remuneração Variável de Longo Prazo: Planos de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações vinculados ao desempenho das ações da companhia no mercado, os quais incentivam uma visão de longo prazo, reforçam o senso de 'ownership' e contribuem para a retenção de talentos ao alinhar os interesses dos executivos com os resultados sustentáveis da empresa.

Governança e Revisão: A Política de Remuneração é revisada periodicamente pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, garantindo sua aderência à estratégia empresarial e às práticas de mercado.

Política de Recuperação de Remuneração (Clawback): Em 30 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a Política de Recuperação de Remuneração ("Clawback"), que estabelece as condições em que diretores executivos devem restituir remunerações recebidas de maneira indevida, especialmente em situações que envolvam ajustes contábeis ou erros na apuração de resultados. A iniciativa reforça o compromisso da companhia com a transparência, a integridade e a responsabilidade corporativa, que já previa em sua Política de Remuneração a implementação dos mecanismos de “Malus” e “Clawback”.

Acesso às Políticas: As Políticas de Remuneração dos Administradores e de Clawback estão integralmente disponíveis nos seguintes endereços:

- Website de Relações com Investidores da Suzano: https://ri.suzano.com.br
- Portal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): https://sistemas.cvm.gov.br

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal, caso instalado, é proposta pelo Conselho de Administração e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Para assegurar que as decisões sejam alinhadas com as melhores práticas de mercado e com a realidade financeira da Companhia, o Conselho de Administração conta com o apoio do Comitê de Nomeação e Remuneração, responsável por avaliar e definir as diretrizes de remuneração, considerando benchmarks do setor e as metas estratégicas da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

O Comitê de Nomeação e Remuneração realiza análises baseadas em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias externas, garantindo que a remuneração seja competitiva, justa e alinhada ao desempenho da Companhia. As diretrizes propostas são revistas periodicamente para assegurar que atendam às necessidades de atração e retenção de talentos executivos, ao mesmo tempo em que estão em conformidade com as expectativas dos acionistas.

O Comitê de Nomeação e Remuneração é composto por três membros, sendo um deles membro do Conselho de Administração, e dois membros independentes, todos com vasta experiência em remuneração executiva e em conselhos de administração, assegurando a transparência e imparcialidade nas decisões.

A seleção dos membros do Comitê de Nomeação e Remuneração é feita pelo Conselho de Administração, com base em sua experiência técnica e independência. O processo de seleção envolve entrevistas conduzidas pelo Coordenador do Comitê, que avalia a qualificação dos candidatos em governança corporativa e remuneração executiva, garantindo que possuam a expertise necessária para atuar com autonomia e ética nas discussões de remuneração.

O Conselho de Administração, a partir da proposta realizada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração analisa e aprova a remuneração global anual dos administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) e submete à aprovação da Assembleia Geral da Companhia. Após a aprovação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a partir de proposta feita pelo Comitê de Nomeação e Remuneração, aprova a individualização da remuneração dos membros da administração e do Conselho Fiscal (quando instalado).

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos Administradores é definida com base em padrões de mercado, a partir de fontes com alta credibilidade e rigor metodológico, como as pesquisas realizadas por consultorias especializadas, que garantem a competitividade e a adequação da remuneração às necessidades estratégicas da Companhia e às melhores práticas de RH. Tais fontes são fundamentais para posicionar a remuneração dos colaboradores da Companhia dentro os melhores padrões de mercado, garantindo à Companhia a capacidade de atração e retenção de talentos de alta performance.

Anualmente, a Companhia adquire junto à renomada consultoria Korn Ferry uma pesquisa de mercado abrangente, a qual é utilizada como fonte para definir os critérios de comparação e os benchmarks objetivos que guiarão a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento.

Essa análise se baseia em uma amostra de empresas com porte e características operacionais similares à Suzano, ou então líderes nos seus respectivos segmentos de atuação.

Para a definição da remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, a Companhia utiliza as seguintes fontes principais de comparação fornecidas pela Korn Ferry: a pesquisa “Top Exec” e os dados disponibilizados pela plataforma de remuneração KF Pay, para a Diretoria, e a pesquisa de remuneração de Conselheiros para o Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal, ambas da Korn Ferry. Essas ferramentas se apresentam como fontes importantes para a reflexão interna e tomada de decisão, na medida em que oferecem dados precisos sobre as práticas remuneratórias em empresas do mesmo porte, o que permite a Companhia adotar comparações objetivas e detalhadas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês: a pesquisa de remuneração contratada junto à Korn Ferry é realizada a partir de um painel com 25 empresas selecionadas, que possuem porte e características de governança comparáveis à Companhia, conforme a seguinte metodologia:

- Setor de Atuação: 24% das empresas são do setor Industrial, 16% do setor de Consumo, 16% do setor de Varejo e 44% em outros setores;
- Governança: 64% das empresas estão listadas no Novo Mercado; e
- Estrutura de Capital: 36% das empresas possuem capital pulverizado.

8.1 Política ou prática de remuneração

A pesquisa da Korn Ferry analisa as principais práticas e tendências de remuneração, levando em consideração tempo de dedicação dos Conselheiros, honorários totais (curto e longo prazo), participação em comitês e benefícios oferecidos, entre outros aspectos.

Diretoria: através da plataforma de remuneração KF Pay e da pesquisa denominada "Top Exec", a consultoria Korn Ferry consolida dados de companhias anualmente, com o objetivo de apoiar seus clientes, tais quais a Companhia, em discussões internas e na tomada de decisão acerca da remuneração dos executivos da Companhia. O painel disponibilizado à Suzano é composto por dados de remuneração de 32 empresas de porte e características similares à Suzano, conforme a seguinte metodologia:

- Setor de Atuação: 19% das empresas são do setor Industrial, 13% de Transporte, 9% de Mineração e 59% de outros setores.

- Número de Funcionários: 41% das empresas possuem mais de 10.001 funcionários.

- Receita Bruta Anual: 44% possuem receita bruta anual entre US$ 1 bilhão e US$ 5 bilhões.

A pesquisa buscar se apresentar como fonte detalhada sobre as principais práticas e tendências de remuneração praticadas no mercado como, por exemplo, informações sobre remuneração fixa, incentivos de curto e longo prazo, benefícios (diretos e indiretos), entre outros.

As pesquisas acima são apresentadas através de relatórios detalhados, que consolidam as práticas de remuneração das empresas pesquisadas pela Korn Ferry. A Companhia não tem acesso a quaisquer informações individuais de remuneração, mas tão somente a uma visão geral das faixas de valores praticados por cargo ou grupo salarial nas empresas analisadas, o que funciona como fonte para as discussões internas e tomada de decisão acerca da remuneração dos executivos da Companhia.

Os dados advindos da pesquisa "Top Exec" e das pesquisas de mercado para remuneração da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento são atualizados anualmente pela Korn Ferry, com base em informações reais de remuneração de todas as empresas pesquisadas. A metodologia utilizada pela Korn Ferry busca incluir nos painéis empresas com características operacionais e financeiras compatíveis com a realidade da Suzano, a fim de se apresentar como fonte válida para comparações minimamente consistentes e relevantes.

A estratégia de remuneração é construída a partir da análise dos percentuais estatísticos dos relatórios da Korn Ferry, o que contribui para que a Companhia possa determinar as faixas de remuneração que considera competitivas e compatíveis ao objetivo de atração e retenção de talentos de alta performance. Essas faixas orientam a definição dos valores de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

Importante destacar que a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Diretoria da Companhia pode variar com base em determinados critérios subjetivos, como:

- Nível de responsabilidade: A remuneração pode ser ajustada conforme a complexidade do cargo e o grau de envolvimento nas decisões estratégicas;

- Formação acadêmica e experiência: A remuneração pode ser ajustada conforme formação acadêmica e experiência de mercado do administrador, assim como as suas qualificações técnicas;

- Valor de mercado dos serviços: A remuneração pode ser ajustada quando a Companhia observa o valor de mercado dos serviços prestados pelos Conselheiros e/ou Diretores, especialmente quando suas competências são raras ou de grande relevância estratégica. Para esta avaliação, a Companhia utiliza como referência os resultados as informações obtidas na plataforma de remuneração KF Pay (plataforma direcionada à remuneração da Diretoria) e a pesquisa de remuneração de Conselheiros (serviço relacionado à remuneração do Conselho de Administração), fornecidas pela Korn Ferry, conforme detalhado acima;

- Competências: A remuneração pode ser ajustada a depender das competências do referido Diretor e/ou Conselheiro na Companhia, destacando-se (i) as competências específicas para cada membro da

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria, conforme disposto no Estatuto Social da Suzano e no Regimento Interno da Diretoria, e (ii) as competências específicas do Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme disposto no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração da Suzano; e

- Acúmulo de cargos: A remuneração pode ser ajustada para membros do Conselho de Administração que ocupam cargos em Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

Esses ajustes garantem uma remuneração diferenciada conforme as especificidades de cada administrador, sempre alinhada aos interesses da Companhia e à necessidade de manter a isonomia interna.

Nessa linha, cabe ressaltar que a remuneração do Presidente do Conselho de Administração considera a sua atuação estratégica e essencial na liderança do Conselho de Administração, e na orientação do Diretor Presidente e dos demais membros da Diretoria da Companhia. Dessa forma, além das atribuições usuais relativas à função de membro do Conselho de Administração, o Sr. Presidente do Conselho de Administração possui atribuições adicionais, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia e do Regimento do Interno do Conselho de Administração, sua de experiência de mais de 30 anos no mercado de celulose e ainda a participação e coordenação em comitês de assessoramento da Companhia.

Por fim, a Companhia pontua que o atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia é considerado parte relacionada da Companhia, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas da Suzano e da Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, por ser membro integrante do bloco de controle da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, é realizada a avaliação da Política de Remuneração com base em informações de mercado feitas por consultorias especializadas.

O Comitê de Nomeação e Remuneração realiza uma análise detalhada dos dados das pesquisas de mercado para avaliar a competitividade e adequação da Política de Remuneração da Companhia. Essa avaliação considera as melhores práticas do setor, assegurando que a remuneração dos Administradores esteja alinhada com as necessidades estratégicas da Companhia e com as tendências do mercado.

O Comitê também analisa a estrutura dos pacotes de remuneração, incluindo remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, e benefícios, com o objetivo de garantir que esses componentes sejam compatíveis com o desempenho da Companhia e sua estratégia de longo prazo. A revisão assegura, ainda, que a política de remuneração continue atraente para a atração e retenção de talentos qualificados

Qualquer proposta de alteração nos planos de remuneração é discutida pelo Comitê e submetida à apreciação do Conselho de Administração. O Conselho de Administração analisa essas propostas para garantir que estejam em conformidade com os princípios de governança corporativa, alinhadas à estratégia da Companhia e no interesse dos acionistas.

Essa avaliação periódica da Política de Remuneração é um processo contínuo, que pode ser influenciado por alterações no mercado, nas condições econômicas ou nas prioridades estratégicas da Companhia.

Caso identificado algum ponto de melhoria e/ou ajuste a ser implementado na Política de Remuneração, tal sugestão é submetida pelo Comitê de Nomeação e Remuneração à aprovação do Conselho de Administração, em linha com o item 8.2.(b)(i) acima.

(c) Composição da Remuneração

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos executivos da Companhia é estruturada para garantir o alinhamento com os interesses dos acionistas e apoiar o crescimento sustentável da empresa. Os principais componentes da remuneração são

8.1 Política ou prática de remuneração

descritos a seguir, com detalhes sobre seus objetivos e a forma como se conectam à estratégia de curto, médio e longo prazo da Companhia:

▪ Remuneração Fixa Anual: compreende o salário ou honorário dos executivos, além de eventuais compensações por participação em comitês e funções de governança. Tem como objetivo proporcionar uma compensação estável, refletindo a responsabilidade do cargo e assegurando uma remuneração competitiva no curto prazo, alinhada às expectativas do mercado.

▪ Remuneração Variável de Curto Prazo: compreende a participação de resultados, que recompensa os colaboradores anualmente pelo cumprimento de metas de curto prazo, que são alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia. O programa visa a reforçar o alinhamento dos executivos com os interesses dos acionistas, motivando-os a alcançar resultados financeiros, operacionais e atrelados à ESG, que impactem diretamente no valor da Companhia.

▪ Remuneração Variável de Longo Prazo (baseada em ações): abrange os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações com vistas a buscar o alinhamento entre os interesses dos administradores aos interesses da Companhia e de seus acionistas e incentivá-los à condução dos negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas. A Companhia hoje conta com os seguintes Planos de Incentivo de Longo Prazo:

– Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares): Plano de remuneração que concede unidades representativas de ações da Companhia que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro após o cumprimento do período de carência, podendo ainda ser incluído indicadores de performance, como fator multiplicador do Valor de Resgate.

– Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares): Plano de remuneração que concede o direito de recebimento pelo Beneficiário de ações da Companhia, condicionado ao cumprimento do período de carência e ao atingimento de metas com base em indicadores de performance.

– Programa SAR (Share Appreciation Rights): Programa de Remuneração vinculado à valorização das ações da Companhia, que foi descontinuado em 2024, que concede ao Beneficiário unidades representativas de ações da companhia (Ações Fantasmas) que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro, condicionado (i) ao investimento do Beneficiário na outorga; (ii) ao atingimento de indicador de performance e (iii) ao cumprimento do período de carência. As outorgas ainda ativas serão liquidadas até 2027.

Para os Planos de Incentivo de Longo Prazo destacados acima, o principal indicador de performance é o TSR (Total Shareholder Return) relativo, que mede o retorno total aos acionistas, combinando a valorização das ações com os dividendos pagos. O desempenho da Companhia é comparado com um grupo de referência, composto por empresas competidoras (“Grupo de Referência”), e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

As informações dos Planos de Incentivo de Longo Prazo estão disponíveis no item 8.4 deste formulário e detalhadas adiante para cada órgão da administração.

▪ Benefícios diretos e indiretos e pós-emprego: a Companhia oferece um pacote robusto de benefícios, alinhado às melhores práticas de mercado, melhores detalhados abaixo.

A aplicação destes elementos, bem como seus objetivos e o seu alinhamento em relação aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, vinculado aos administradores, ocorrem da forma detalhada a seguir:

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Remuneração fixa

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é definida com base em padrões de mercado, com o objetivo de atrair, reter e recompensar conselheiros qualificados que agreguem valor à Companhia, composta por salários ou honorários.

Além da remuneração fixa, conselheiros que atuam em comitês de assessoramento recebem honorários adicionais, pagos mensalmente, como forma de reconhecer a dedicação e a responsabilidade associada a essas funções extras.

Remuneração variável de longo prazo (baseada em ações)

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis à participação no Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) que visa a alinhar os interesses do Conselho de Administração com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, promovendo o crescimento sustentável e a maximização de valor para os acionistas.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance para o Conselho de Administração atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance (Meta), cujo atingimento impacta quantidade de Ações com Performance entregues ao final para Beneficiário.

As informações sobre o Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) estão disponíveis no item 8.4 deste formulário.

Benefícios diretos e indiretos

A Companhia oferece um benefício de seguro de vida para conselheiros com dedicação permanente. Este benefício visa a proporcionar segurança adicional aos conselheiros e assegurar a continuidade da governança da Companhia em caso de imprevistos, permitindo que se concentrem totalmente em suas responsabilidades estratégicas.

Benefícios-pós emprego e outros: Não aplicável.

Diretoria (Estatutária e Não-Estatutária)

Remuneração fixa

A remuneração fixa dos membros da Diretoria é determinada com base em uma análise de mercado, levando em consideração as melhores práticas do setor. Seu objetivo é atrair, reter e motivar executivos altamente qualificados, que possam gerar valor para os resultados da Companhia. Esta compensação reflete o tempo, a dedicação e as responsabilidades de cada membro, alinhando-se às metas e à estratégia da empresa.

Periodicamente, a remuneração fixa é revisada, levando em conta a performance individual, os padrões de mercado e as necessidades estratégicas da Companhia. Ajustes são feitos para garantir que os executivos sejam recompensados adequadamente, de acordo com o seu impacto no desempenho e crescimento da Companhia.

Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo da Companhia compreende a participação de resultados e tem como objetivo alinhar o desempenho dos executivos e colaboradores às prioridades estratégicas de curto prazo da Companhia, estimulando o foco em resultados que impactam diretamente o crescimento sustentável do negócio.

O programa oferece recompensas com base no atingimento de metas anuais previamente estabelecidas, que refletem os objetivos organizacionais e o compromisso com a criação de valor para os stakeholders. Este

8.1 Política ou prática de remuneração

componente tem como composição, metas individuais, metas de unidade de negócios, avaliação de performance e metas coletivas, conforme aplicável, que levam em consideração principalmente:

- Saúde financeira: Indicadores como Ebitda e Geração de Caixa Operacional, que avaliam a eficiência financeira e a capacidade de gerar recursos.

- Otimização operacional: Metas que visam a melhorar a eficiência dos processos internos e a produtividade.

- ESG (Environmental, Social and Governance): Objetivos voltados para a Diversidade e Inclusão, e outros critérios de sustentabilidade e governança.

Como gatilho, a apuração e o pagamento da participação estão condicionados ao atingimento ou superação do valor mínimo previamente definido de indicador financeiro estabelecido pela Companhia.

A estrutura da remuneração de curto prazo foi desenhada para garantir uma relação clara entre o desempenho individual, coletivo e os resultados da companhia, promovendo uma cultura de alta performance. O acompanhamento das metas é realizado de maneira contínua ao longo do ano, com revisões periódicas que permitem avaliar o progresso, identificar pontos de atenção e, quando necessário, ajustar as estratégias para assegurar o alinhamento com os direcionadores estratégicos definidos pela liderança.

Além de reconhecer as entregas excepcionais, a remuneração de curto prazo acima reforça o princípio da meritocracia e a importância da colaboração entre as áreas, incentivando comportamentos alinhados à cultura organizacional e às diretrizes de governança corporativa.

Essa abordagem estruturada e transparente garante uma gestão equitativa da remuneração variável, assegurando que as recompensas sejam concedidas de forma justa, com base em critérios objetivos e em conformidade com as políticas internas e regulamentações aplicáveis.

Mais adiante, no capítulo relacionado a metodologia de cálculo e de reajuste, será abordada a configuração do programa com maior profundidade.

Remuneração variável de longo prazo (baseada em ações)

A remuneração variável de longo prazo da Diretoria é estruturada através dos Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações que visam a alinhar os interesses dos membros da Diretoria com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, promovendo o crescimento sustentável e a maximização de valor para os acionistas.

Até o exercício social de 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração recebiam, a título de Incentivo de Longo Prazo (ILP), pagamentos baseados em ações (i) na modalidade de outorga de opções de compra de ações fantasmas, no âmbito do Programa SAR; (ii) na modalidade de entrega de ações no âmbito do Plano de Ações com Performance (Performance Shares); e (iii) na modalidade de outorga de ações fantasmas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares). Em 2024, a administração optou por descontinuar o Plano SAR. Com a intenção de fortalecer o alinhamento entre os interesses da gestão e os dos acionistas e garantir a continuidade de práticas de incentivo adequadas, a administração propôs à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024 o aprimoramento da modelagem do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) e do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares) através da aprovação de dois novos planos.

A Diretoria, assim sendo, é elegível à participação do (i) Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares); e (ii) do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares).

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares) atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance, cujo atingimento impacta o cálculo do Valor do Resgate (conforme definido no Plano).

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e estão sujeitos ao TSR relativo como

8.1 Política ou prática de remuneração

indicador de performance (Meta), cujo atingimento impacta a quantidade de Ações com Performance a ser efetivamente entregue ao beneficiário.

Consulte o item 8.4 deste Formulário de Referência para mais detalhamento acerca dos Planos de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

Benefícios diretos e indiretos

A Companhia oferece um pacote robusto de benefícios aos Diretores, incluindo vale alimentação, vale refeição, seguro de vida em grupo e para acidentes pessoais, previdência privada, check-up de saúde, plano de saúde e plano odontológico.

Estes benefícios visam promover o bem-estar e a qualidade de vida dos membros da Diretoria, alinhando-se com as melhores práticas de mercado. Periodicamente, os pacotes de benefícios são revistos para garantir que a Companhia continue competitiva e capaz de atrair e reter os melhores talentos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia oferece programa de previdência privada aos Diretores, tendo como objetivo a assistência após a cessação do vínculo com a Companhia.

Bônus e cessação de cargo

A Companhia pode, de maneira não recorrente, celebrar arranjos contratuais em forma de bônus e benefícios de cessação de cargo, em razão da alteração da composição da administração.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

O Conselho Fiscal da Companhia é um órgão de natureza fiscalizatória, composto por membros independentes, cuja função principal é garantir a conformidade das atividades da Companhia com as normas legais, regulatórias e estatutárias. O Conselho Fiscal possui caráter não permanente e é instalado mediante pedido dos acionistas, nos termos do artigo 161 do art. 161 da Lei nº 6.404/76.

A remuneração dos membros do Conselho fiscal é composta por remuneração fixa mensal que não deve ser inferior a 10% da remuneração fixa média dos membros da Diretoria Estatutária, excluindo-se benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, na forma do parágrafo 2º do art. 162 da Lei nº. 6404/76. A política de remuneração fixa busca não apenas atender aos requisitos legais, mas também atrair profissionais qualificados para o exercício das funções de fiscalização.

O valor da remuneração é revisado periodicamente, levando em consideração fatores como o mercado e a complexidade das atividades da Companhia. Essa prática garante que os membros do Conselho Fiscal sejam adequadamente remunerados, refletindo o tempo e esforço dedicados às suas funções e a importância de sua atuação na governança corporativa.

Remuneração variável: Não aplicável

Benefícios diretos e indiretos: Não aplicável.

Benefícios pós-emprego e outros: Não aplicável.

Comitês de Assessoramento

Remuneração Fixa:

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração dos membros dos comitês de assessoramento é composta por remuneração fixa mensal, destinada a refletir o tempo, a experiência e a dedicação de cada membro na análise e recomendação de estratégias relevantes para o futuro da Companhia.

Além disso, a remuneração fixa busca garantir que a Companhia tenha acesso aos melhores talentos para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para o desempenho e a sustentabilidade do negócio a longo prazo. A remuneração é revisada periodicamente, levando em consideração a complexidade e as responsabilidades assumidas pelos membros dos comitês.

Remuneração variável: Não aplicável

Benefícios diretos e indiretos: Não aplicável.

Benefícios pós emprego e outros: Não aplicável.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	17,2%	30,4%	34,1%
Salários ou honorários	16,3%	28,6%	33,4%
Benefícios diretos ou indiretos	0,8%	1,8%	0,7%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	12,8%	26,2%	15,8%
Bônus	0,0%	13,0%	0,0%
Participação nos resultados	12,8%	13,1%	15,8%
Benefícios pós emprego	0,5%	0,6%	0,7%
Cessação do exercício do cargo	2,2%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	67,3%	42,8%	49,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	68,7%	83,0%	100,0%
Salários ou honorários	49,3%	59,2%	66,6%
Benefícios diretos ou indiretos	0,2%	0,2%	0,2%
Participação em comitês	19,3%	23,6%	33,3%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações (1)	31,3%	17,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

(1) A partir de 2023, os membros do Conselho de Administração passaram a ser elegíveis à participação no Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares), conforme detalhado acima e no item 8.4 deste Formulário

8.1 Política ou prática de remuneração

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
CONSELHO FISCAL	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salários ou honorários	100,0%	100,0%	100,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
COMITÊS DE ASSESSORAMENTO	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salários ou honorários	100,0%	100,0%	100,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O montante anual destinado à remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal (quando instalado) é aprovado em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia.

Conforme descrito no item 8.1.b.ii deste Formulário, anualmente, a Companhia realiza uma análise comparativa dos valores de remuneração pagos aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, com os praticados no mercado, especialmente por empresas concorrentes nos segmentos em que a Companhia atua, bem como por multinacionais brasileiras e empresas de capital aberto ou com estratégias de remuneração similares. Esse processo é conduzido com base nas diretrizes da estratégia de remuneração da Companhia, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas, com o objetivo de avaliar o grau de competitividade e, caso necessário, propor ajustes em componentes da remuneração que estejam desalinhados.

Remuneração Fixa

Para fins da composição da remuneração fixa, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisa a necessidade de se propor reajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos

8.1 Política ou prática de remuneração

dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia. Mais informações constam do item 8.1.b(ii) deste Formulário de Referência.

Ademais, os reajustes na remuneração fixa da Diretoria estão também diretamente condicionados à avaliação anual de desempenho dos profissionais da Suzano. Esta avaliação considera indicadores de desempenho individuais, os quais refletem o valor e a contribuição de cada colaborador para o crescimento sustentável da Companhia.

Remuneração variável de Longo Prazo (baseada em ações)

Os valores das outorgas dos Incentivos de Longo Prazo baseado em ações são definidos com base nos dados provenientes da pesquisa de remuneração da Korn Ferry, que oferece uma visão detalhada sobre as tendências de mercado, práticas salariais e padrões adotados por empresas de diversos setores. A análise desses dados permite à Suzano manter sua estratégia de remuneração competitiva e garantir que os colaboradores recebam uma compensação compatível com as condições do mercado, contribuindo assim para a atração e retenção de talentos.

A determinação da quantidade de outorga de Ações com Performance e Ações Fantasmas é calculada com base (i) em montante financeiro atribuído conforme o nível hierárquico de cada cargo na organização do Beneficiário; e (ii) convertido em quantidade em ações, considerando o valor médio de cotação das ações da Companhia nos 90 (noventa) pregões do mercado de bolsa de valores da B3 anteriores à data de outorga.

Os incentivos de longo prazo são revisados anualmente para refletir as variações do mercado e as mudanças nos padrões salariais. Esse processo contínuo de revisão assegura que a estratégia de remuneração da Suzano se mantenha competitiva e alinhada às necessidades organizacionais e dinâmicas econômicas. A revisão constante permite que a empresa ajuste sua política de remuneração, garantindo que os incentivos permaneçam adequados às condições externas e às expectativas de desempenho.

Os programas de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações também estão sujeitos às condições de desempenho do TSR relativo.

Essa abordagem assegura que os incentivos de longo prazo recompensem de forma justa os colaboradores, refletindo a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas.

Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo na forma de participação de resultados é definida conforme o nível hierárquico de cada cargo na organização. Tais valores são estabelecidos com base nos dados fornecidos pela pesquisa de remuneração da Korn Ferry, que oferece informações detalhadas sobre as tendências de mercado e as práticas adotadas por empresas de diversos setores. A partir desses dados, a Suzano busca garantir a competitividade de sua estratégia de remuneração, alinhando-a com as melhores práticas do mercado e assegurando que os colaboradores recebam uma compensação condizente com as condições externas.

Esses incentivos são revisados anualmente, com o intuito de refletir as movimentações do mercado e as mudanças nos padrões salariais. Esse processo contínuo de revisão garante que a empresa se mantenha competitiva, tanto para atrair quanto para reter talentos, ajustando sua estratégia de acordo com as dinâmicas econômicas e as necessidades organizacionais.

Como gatilho, a apuração e o pagamento da participação estão condicionados ao atingimento ou superação do valor mínimo previamente definido de indicador financeiro estabelecido pela Companhia.

O programa é estruturado nos componentes descritos a seguir:

8.1 Política ou prática de remuneração



Metas Coletivas

Definidas anualmente pela alta liderança, as metas coletivas representam objetivos comuns a todos os participantes, visando o desempenho global da companhia. Na determinação dessas metas, são considerados aspectos como:

- Saúde financeira: Sustentabilidade econômico-financeira do negócio.
- Performance competitiva: Desempenho da companhia em comparação com os principais concorrentes do setor.
- Práticas ESG (Environment, Social and Governance): Indicadores relacionados a questões ambientais, sociais e de governança, em linha com os compromissos assumidos pela empresa.

Metas das Unidades de Negócio (BU)

Assim como as metas coletivas, as metas das Unidades de Negócio são estabelecidas anualmente pela alta liderança, com foco no desempenho específico de cada BU. Este bloco inclui objetivos financeiros e operacionais diretamente ligados ao crescimento, eficiência e resultados da unidade em que o participante está alocado.

Metas Individuais

Definidas pelo colaborador em conjunto com seu líder imediato, as metas individuais devem refletir os objetivos estratégicos da área e contribuir para o alcance das metas organizacionais. Cada participante pode ter até quatro metas individuais, priorizando entregas relevantes e alinhadas ao plano de negócios da companhia.

Avaliação de Performance

A avaliação de performance considera, além dos resultados entregues, o comportamento e o alinhamento do colaborador com a cultura e os valores corporativos. Esse componente é essencial para o desenvolvimento contínuo e a manutenção de um ambiente de alta performance, baseado em atitudes que sustentam a estratégia da empresa.

Essa estrutura busca garantir maior clareza, alinhamento e equidade no processo de definição, acompanhamento e pagamento do bônus anual, reforçando o compromisso com o crescimento sustentável e a meritocracia. A Companhia adota um processo de monitoramento contínuo para avaliar o progresso em cada um desses pilares ao longo do ano, com o intuito de garantir que as iniciativas estejam avançando de forma consistente e alinhada aos objetivos de longo prazo da organização.

Atingimento das Metas de Resultado

As faixas de atingimento das Metas Coletivas, Metas de Unidade de Negócio (BU) e Metas Individuais para a Diretoria variam entre 30% a 170%. O atingimento pode ser no limite mínimo (30%) em cenários de desempenho abaixo do esperado ou superar o padrão (100%) quando os resultados excedem as metas estabelecidas chegando em até (170%).

Atingimento da Avaliação de Performance

O componente de performance, que considera o desempenho individual, comportamental e o alinhamento com a cultura da companhia, pode variar de 0% a 200%, sendo:

8.1 Política ou prática de remuneração

▪ 0%: Desempenho significativamente abaixo das expectativas, com baixo alinhamento aos comportamentos esperados.

▪ 100%: Performance esperada, com entrega consistente e comportamento alinhado à cultura.

▪ 200%: Performance de destaque, com resultados extraordinários e atitudes que servem de referência para o time.

Essas faixas foram estruturadas para garantir uma diferenciação clara no reconhecimento, premiando aqueles que entregam resultados superiores e demonstram forte aderência aos valores organizacionais.

Benefícios diretos e indiretos

Os benefícios diretos e indiretos aos quais os colaboradores têm direito são calculados com base nas práticas de mercado local (Brasil), conforme apurado por meio de pesquisas conduzidas pela Korn Ferry, consultoria especializada. Essa pesquisa visa identificar as práticas adotadas e o perfil de concessão de benefícios em empresas de porte semelhante, assegurando que a Suzano se mantenha alinhada às condições e tendências do mercado.

Benefícios pós emprego

As informações sobre previdência privada estão disponíveis no item 8.14 deste Formulário de Referência.

• Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por componentes fixos, variáveis e benefícios de longo prazo. Cada parcela é estruturada para alinhar os interesses dos administradores aos objetivos estratégicos da Companhia, promovendo a geração de valor sustentável a longo prazo. A seguir, detalhamos os principais componentes e os indicadores de desempenho considerados para cada um deles.

Remuneração Fixa

▪ Pesquisas de Mercado: Definida com base em estudos de remuneração em empresas do mesmo porte e setor.

▪ Posicionamento Competitivo: Acompanhamento contínuo para garantir a competitividade da Companhia em relação ao mercado.

Remuneração Variável

A remuneração variável de curto prazo é atrelada ao alcance de metas e indicadores que refletem o desempenho financeiro, operacional e estratégico da Companhia. O objetivo é premiar os administradores pelos resultados que contribuem diretamente para a criação de valor sustentável a longo prazo. Periodicamente, são revisados o desempenho e as tendências do mercado, permitindo ajustes necessários para garantir a aderência às estratégias da Companhia.

Principais indicadores financeiros:

▪ EBITDA: Medição do lucro operacional da Companhia.

▪ Geração de Caixa Operacional e Fluxo de Caixa Livre: Avaliação da capacidade de gerar caixa e manter a liquidez operacional.

▪ Capital de Giro: Medição da eficiência na gestão de estoques e prazos de pagamento.

▪ Dívida Líquida e Custo da Dívida: Acompanhamento da estrutura de endividamento e seus custos.

▪ Margem de Contribuição: Indicador de rentabilidade operacional.

8.1 Política ou prática de remuneração

- TSR relativo: compara o retorno total de uma empresa com o desempenho de um índice ou grupo de empresas semelhantes. Ele mede a criação de valor para os acionistas em relação a competidores ou ao mercado.

- Cumprimento de Orçamento: Monitoramento da aderência ao orçamento estabelecido.

Principais indicadores operacionais:

- Níveis de Produção de Papel e Celulose: Medição da capacidade produtiva da Companhia.

- Custos Operacionais e Comerciais: Controle de custos fixos, variáveis e de comercialização.

- Disponibilização de Áreas de Plantio: Gestão eficiente dos recursos naturais.

- Integração de Empresas Adquiridas: Sucesso na integração e geração de sinergias.

- Execução de Inovações: Avaliação da execução de projetos inovadores.

Principais indicadores ASG (Ambientais, Sociais e de Governança):

Os indicadores ASG são fundamentais para garantir que a Companhia atue de maneira responsável, atendendo a compromissos ambientais e sociais. Os principais indicadores incluem:

- Diversidade e Inclusão: Promoção da diversidade com foco no aumento da representatividade de mulheres e pessoas negras em posições de liderança.

- Combate à Pobreza e Geração de Renda: Projetos voltados para a inclusão social e geração de oportunidades econômicas.

- Projetos de Crédito de Carbono: Participação ativa em iniciativas para compensação de emissões de carbono.

- Conformidade Regulatória: Adesão a regulamentações como SOX e controles internos, garantindo uma governança sólida.

A remuneração variável de longo prazo (baseada em ações) é atrelada ao TSR relativo, um indicador de performance financeiro. Para fins do art. 7º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, a Companhia esclarece que a remuneração variável de longo prazo da Companhia não estabelece indicadores de desempenho ligados a temas ou metas ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), uma vez que entende ser o TSR o parâmetro mais adequado para mensurar o desempenho de longo prazo, privilegiando a utilização dessa métrica para a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações). Os elementos ASG são um componente relevante na remuneração variável de curto prazo adotada.

A estrutura de remuneração dos administradores visa garantir alinhamento entre seus interesses e os objetivos estratégicos da Companhia, com foco na criação de valor a longo prazo para os acionistas e na sustentabilidade das operações. A combinação de indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e ASG proporciona um sistema de incentivos eficaz, reforçando a responsabilidade corporativa e a governança sólida.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores é cuidadosamente alinhada aos objetivos de longo prazo da Companhia, com foco em atrair, reter e motivar talentos-chave. A estrutura remuneratória, pensada para apoiar o sucesso contínuo da organização com as melhores práticas de governança corporativa, é competitiva em relação ao mercado, posicionando a remuneração total acima da média de empresas de porte e setor semelhantes. Dessa forma, a Companhia assegura que os administradores sejam recompensados de acordo com o impacto estratégico de suas decisões, promovendo o desempenho sustentável e mantendo altos padrões de responsabilidade e transparência.

Remuneração Fixa

8.1 Política ou prática de remuneração

Definida com base em análises de mercado e comparações com empresas do mesmo porte e setor, a remuneração fixa visa a garantir uma compensação justa e competitiva. Esse componente reflete as responsabilidades e o nível de complexidade dos cargos, assegurando que a Companhia possa atrair e reter executivos qualificados, com experiência e habilidades necessárias para atender aos desafios estratégicos.

Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável está diretamente vinculada ao desempenho da Companhia e é projetada para alinhar os interesses dos administradores aos objetivos estratégicos e de curto prazo da Companhia. Composta por indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e ASG, ela recompensa os resultados que geram valor sustentável para acionistas e sociedade. A inclusão de metas de curto prazo assegura que os incentivos sejam equilibrados, incentivando decisões que promovam o crescimento contínuo da Companhia.

Remuneração Variável de Longo Prazo (baseada em ações)

Os incentivos de longo prazo, como Planos de remuneração baseado em ações, são fundamentais para promover a lealdade e o compromisso duradouro dos administradores. Esses benefícios alinham os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas ao longo do tempo.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há parcela da remuneração da remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e/ou membros do Comitês de Assessoramento em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Atualmente, não há qualquer remuneração ou benefício para os membros da administração vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,58	3,00	18,58
Nº de membros remunerados	9,00	6,58	3,00	18,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	15.989.854,51	16.823.681,74	1.261.729,70	34.075.265,95
Benefícios direto e indireto	72.999,31	684.304,50	0,00	757.303,81
Participações em comitês	3.443.616,53	0,00	0,00	3.443.616,53
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
Participação de resultados	0,00	30.798.239,89	0,00	30.798.239,89
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	922.573,57	0,00	922.573,57
Cessação do cargo	0,00	6.057.100,00	0,00	6.057.100,00
Baseada em ações (incluindo opções)	9.716.314,44	83.372.620,23	0,00	93.088.934,67
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	29.222.784,79	146.158.519,93	1.261.729,70	176.643.034,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,83	7,17	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,83	7,17	3,00	19,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.886.064,00	22.520.714,87	1.090.800,00	33.497.578,87
Benefícios direto e indireto	32.956,33	1.138.128,53	0,00	1.171.084,86
Participações em comitês	3.864.011,96	0,00	0,00	3.864.011,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.681.766,08	0,00	17.681.766,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	724.545,32	0,00	724.545,32
Cessação do cargo	0,00	2.969.866,67	0,00	2.969.866,67
Baseada em ações (incluindo opções)	6.268.983,87	92.781.794,95	0,00	99.050.778,82
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	20.052.016,16	137.816.816,42	1.090.800,00	158.959.632,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.285.259,00	26.307.936,77	1.066.800,00	36.659.995,77
Benefícios direto e indireto	25.926,94	1.661.641,43	0,00	1.687.568,37
Participações em comitês	3.709.011,96	0,00	0,00	3.709.011,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
Participação de resultados	0,00	12.094.548,47	0,00	12.094.548,47
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	598.412,60	0,00	598.412,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.666.666,67	39.463.601,51	0,00	42.130.268,18
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	15.686.864,57	92.126.140,78	1.066.800,00	108.879.805,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,33	7,00	3,00	19,33
Nº de membros remunerados	9,33	7,00	3,00	19,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.590.794,50	24.505.063,37	987.600,00	36.083.457,87
Benefícios direto e indireto	26.616,60	524.367,89	0,00	550.984,49
Participações em comitês	5.294.000,00	0,00	0,00	5.294.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.580.965,24	0,00	11.580.965,24
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	548.472,12	0,00	548.472,12
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	36.315.154,05	0,00	36.315.154,05
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	15.911.411,10	73.474.022,67	987.600,00	90.373.033,77

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,00	6,58	3,00	**18,58**
N° de membros remunerados	0,00	6,58	0,00	**6,58**
Esclarecimento	N/A		N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7500000,00	0,00	**7.500.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7500000,00	0,00	**7.500.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	30798239,89	0,00	**30.798.239,89**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	20869489,89	0,00	**20.869.489,89**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,83	7,17	3,00	**19,00**
N° de membros remunerados	0,00	6,67	0,00	**6,67**
Esclarecimento	Os membros do Conselho da Administração não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	23063535,26	0,00	**23.063.535,26**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	14881035,26	0,00	**14.881.035,26**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	17681766,08	0,00	**17.681.766,08**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,00	7,00	3,00	**19,00**
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	**7,00**
Esclarecimento	Os membros do Conselho da Administração não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12000000,00	0,00	**12.000.000,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16591901,39	0,00	**16.591.901,39**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9448699,75	0,00	**9.448.699,75**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12094548,47	0,00	**12.094.548,47**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	9,33	7,00	3,00	**19,33**
N° de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	**6,00**
Esclarecimento	Os membros do Conselho da Administração não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável apresentada neste item	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15179929,00	0,00	**15.179.929,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8644614,50	0,00	**8.644.614,50**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	11580965,24	0,00	**11.580.965,24**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) Termos e condições gerais

Até o fim do exercício de 2023, a Companhia possuía três planos de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações: (i) o Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares), o (ii) Plano SAR (Share Appreciation Rights), e o (iii) Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares). Esses planos tinham como objetivo alinhar os interesses dos administradores e acionistas, promovendo o crescimento sustentável e a valorização das ações da Companhia.

Em 2024, a Administração optou por descontinuar o Plano SAR. Com a intenção de fortalecer o alinhamento entre os interesses da gestão e os dos acionistas e garantir a continuidade de práticas de incentivo adequadas, a administração submeteu à aprovação dos acionistas, reunidos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024, proposta de aprimoramento da modelagem do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) e do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares).

Os novos planos têm como objetivo:

- Fortalecer o alinhamento entre os administradores e os acionistas, garantindo que os interesses de longo prazo estejam em sintonia;
- Atrair, reter e incentivar os administradores a tomar decisões estratégicas e a conduzir os negócios da Companhia de maneira sustentável e com um risco adequadamente controlado;
- Prover incentivos financeiros diretos, recompensando os executivos pela criação de valor duradouro para a Companhia.

Conforme previsto nos Planos, o Conselho de Administração terá amplos poderes, respeitados os limites estabelecidos em lei, na regulamentação aplicável, no Estatuto Social da Companhia, bem como as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo próprio Conselho de Administração, para a organização e administração dos Planos e dos Programas por ele aprovados e recomendados pelo Comitê, inclusive delegando para a Diretoria Executiva ou a área de recursos humanos da Companhia a execução dos Planos.

Programa SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possuía o Programa SAR (Share Appreciation Rights, ou Programa de Apreciação do Valor das Ações) (“Plano SAR”) que concede ao beneficiário unidades representativas de ações da Companhia (ações fantasmas) que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro, condicionado (i) ao investimento do beneficiário na outorga; (ii) ao atingimento de indicador de performance e (iii) ao cumprimento do período de carência.

Em 2024, a Administração optou por descontinuar o Plano SAR. Dessa forma a remuneração variável relacionada à esse Plano contempla apenas a liquidação dos planos de outorga dos exercícios anteriores.

A quantidade de ações fantasmas outorgadas a cada beneficiário é calculada levando em consideração (i) o salário do beneficiário; (ii) um múltiplo salarial aplicado ao valor do salário; e (iii) a média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3 antes da data da outorga.

No momento da outorga, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente às Ações Fantasmas. Após 3 anos, será necessário um investimento adicional de 20% para que o beneficiário receba o valor financeiro a ele outorgado no âmbito do Plano SAR.

O prazo de carência estabelecido no Plano SAR é de 3 anos, começando na data de outorga, com um período de lock-up de 6 meses após a conclusão do período de carência. Durante o lock-up, os beneficiários não podem vender ou negociar as ações. Após esse período, eles terão uma janela de até 2 (dois) anos para exercer o seu direito de receber o montante financeiro relativo às unidades representativas de ações da Companhia (ações fantasmas) a ele outorgadas no âmbito do Plano SAR.

No momento do resgate, o valor das ações será determinado com base nos seguintes critérios:

- Ações outorgadas ao beneficiário;

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- Média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3, antes do primeiro dia da janela de resgate;
- O TSR (Total Shareholder Return) relativo é um indicador de performance que avalia o retorno total gerado para o acionista, considerando a variação do preço da ação e dividendos pagos, comparado com as ações de empresas competidoras.

O valor da ação no resgate será multiplicado pelo TSR relativo observado no período, dependendo do desempenho da ação da Companhia (B3:SUZB3) em relação aos competidores. O ajuste pelo TSR reflete o desempenho comparativo da Companhia no mercado.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares)

São elegíveis para serem beneficiários do Plano – e, assim, cumpridas as condições nele estabelecidas, receberem o um valor pecuniário decorrente da outorga de Ações Fantasmas ("Ações Fantasmas" ou "Phantom Shares") - os membros da Diretoria, tanto estatutária quanto não estatutária, bem como os colaboradores-chave da Companhia, que desempenham funções estratégicas e têm impacto direto nos resultados da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia tem a autoridade para aprovar a outorga de Ações Fantasmas aos Beneficiários, conforme os termos e condições estabelecidos no Plano, nos respectivos programas e nos contratos de outorga relacionados.

Conforme acima disposto acima, cada Ação Fantasma confere ao seu titular o direito de receber um valor pecuniário equivalente ao preço de mercado de uma (1) ação da Companhia, determinado pela cotação de mercado na data de apuração (esta ação, a "Ação de Referência" para fins do Plano de Outorga de Ações Fantasmas).

A quantidade de Ações Fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é calculada com base em dois critérios principais: (i) o valor financeiro atribuído, que leva em consideração o salário de referência e múltiplo salarial do beneficiário ou, alternativamente, por referências financeiras vinculadas ao agrupamento do cargo; e (ii) o valor em reais por ação, determinado pela média das cotações das Ações de Referência nos últimos 90 pregões do mercado da B3 antes da data de outorga estabelecida no referido contrato de outorga.

O beneficiário só poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasmas após o cumprimento do período de carência e das demais condições estabelecidas no Plano, nos respectivos programas e nos contratos de outorga.

A outorga das Ações Fantasmas não garante ao beneficiário o direito de exercer ou liquidar essas ações antes do cumprimento dessas condições.

O período de carência será determinado pelo Conselho de Administração e poderá variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos a partir da data de outorga. Durante esse período, o beneficiário não poderá exercer nenhum direito relativo às Ações Fantasmas.

Após o período de carência, o Conselho de Administração determinará um "período de exercício" em cada Programa ou Contrato de Outorga, não podendo ultrapassar 2 (dois) anos a partir do término da carência. Durante o Período de Exercício, o beneficiário poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasmas de acordo com as condições estabelecidas, conforme fluxo abaixo:

A liquidação das Ações Fantasmas será realizada por meio do pagamento em dinheiro ao beneficiário do valor do resgate, calculado pela multiplicação da (i) quantidade de Ações Fantasmas outorgadas pela (ii) cotação das Ações de Referência, apurada pela média das cotações dos últimos 90 pregões do mercado da B3 ("Valor de Resgate"), conforme definido em cada programa, com base no fechamento do último pregão antes da liquidação, podendo ainda o TSR (Total Shareholder Return) ou outra métrica de prioridade estratégica para a Companhia como fator multiplicador integrante do cálculo do Valor do Resgate.

Para fins do Plano, TSR (Total Shareholder Return) significa o indicador de performance relacionado ao retorno ao acionista, utilizado para medir o desempenho de ações de empresas competidoras em um determinado intervalo de tempo, combinando o preço da ação dos comparáveis (TSR relativo). O desempenho da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

é comparado com o grupo de referência e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

Abaixo segue o fluxo de outorga do Plano de Outorga de Ações com Performance:



O Conselho de Administração aprovará, a seu exclusivo critério, com base na recomendação do Comitê e em conformidade com o Plano, os programas que definirão: (i) os beneficiários elegíveis para a outorga de Ações Fantasmas; (ii) a quantidade de Ações Fantasmas atribuídas a cada beneficiário; (iii) as condições para o exercício dos direitos relativos às Ações Fantasmas, com a possibilidade de modificações dessas condições, conforme necessário ou conveniente, observando os termos do Plano e os respectivos contratos; (iv) o período de carência e o período de exercício para cada beneficiário; e (v) os demais termos e condições relacionados à outorga e ao exercício dos direitos.

Os Beneficiários, incluindo os selecionados para Outorgas Extraordinárias (conforme definido abaixo), deverão se abster de participar de qualquer deliberação ou prática de atos administrativos relacionados à gestão do Plano e dos Programas, desde o momento de sua seleção pelo Conselho de Administração dentre as pessoas elegíveis para participar do Plano, estando inclusive impedidos de interferir e votar na definição da quantidade de Ações Fantasmas outorgada a ele, garantindo imparcialidade no processo decisório.

O Conselho de Administração, em situações excepcionais, poderá estabelecer condições distintas das previstas no Plano para Outorgas Extraordinárias, como em negociações de bônus de entrada para a contratação de membros da Diretoria ou colaboradores chave, ou em razão de gratificações relacionadas a projetos específicos com impacto relevante para a Companhia (“Outorgas Extraordinárias”).

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

O Conselho de Administração da Companhia poderá aprovar a outorga de ações de emissão da Companhia, representativas do seu capital social, a serem outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Ações com Performance (“Ações com Performance” ou “Performance Shares”) aos beneficiários do Plano, em conformidade com os termos e condições do Plano, bem como com os respectivos programas e contratos de outorga. Cada Ação com Performance corresponderá a uma (1) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao beneficiário uma vez cumpridas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos programas e contratos.

A quantidade de Ações com Performance a ser atribuída a cada beneficiário será definida pelo Conselho de Administração da Companhia, sempre respeitando o Limite Global (definido no item 8.4(c) abaixo) e, no caso das Outorgas Extraordinárias Performance Shares (abaixo definido), o Limite Extraordinário (definido no item 8.4(c) abaixo).

Esses limites representam os tetos financeiros e quantitativos estabelecidos para garantir que a distribuição das Ações com Performance seja realizada de forma equilibrada e alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia. A quantidade final de Ações com Performance que será efetivamente entregue dependerá do cumprimento das metas estabelecidas no Plano e nos respectivos programas, sendo avaliadas após o período de carência.

O montante das Ações com Performance será inicialmente estipulado em montante financeiro, e posteriormente convertido em um número de Ações com Performance, com base na média das cotações das

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

ações ordinárias da Companhia nos últimos 90 (noventa) pregões da B3, antes da data de outorga, conforme definido em cada programa.

O Período de Carência será determinado pelo Conselho de Administração em cada programa, podendo variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Outorga, incentivando a retenção e o alinhamento de interesses com o desempenho de longo prazo da Companhia.

As metas para a outorga de Ações com Performance aos beneficiários serão definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, com base em indicadores de performance como o TSR (Total Shareholder Return) e/ou em métricas estratégicas prioritárias para a Companhia durante o curso de cada programa, que impactam a quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário como fator multiplicador. Essas metas visam a alinhar os interesses dos Beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, incentivando um desempenho robusto e sustentável que gere retorno aos acionistas.

Para fins do Plano, TSR (Total Shareholder Return) significa o indicador de performance relacionado ao retorno ao acionista, utilizado para medir o desempenho de ações de empresas competidoras em um determinado intervalo de tempo, combinando o preço da ação dos comparáveis (TSR relativo). O desempenho da Companhia é comparado com o grupo de referência e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, e com base na recomendação do Comitê de Remuneração, respeitando o disposto no Plano e programas, aprovará: (i) os beneficiários que terão direito ao recebimento de Ações com Performance; (ii) o número de Ações com Performance a serem outorgadas, que poderá ser baseado em um valor de referência ou em uma quantidade máxima, respeitando sempre o Limite Global; (iii) as metas e demais condições para a aquisição do direito ao recebimento das Ações com Performance, incluindo possíveis ajustes ou modificações necessárias ao longo do tempo, observando os termos e condições específicos nos programas e contratos de outorga, conforme aplicável.

Os membros do Conselho de Administração e outras pessoas elegíveis a se tornarem beneficiários do Plano, inclusive no caso de Outorgas Extraordinárias (abaixo definido), devem se abster de participar de qualquer deliberação ou prática relacionada à administração ou execução do Plano e seus Programas, desde o momento de sua seleção pelo Conselho de Administração dentre as pessoas elegíveis a se tornarem beneficiários, estanho inclusive impedidos de interferir e votar na definição da quantidade de Ações com Performance outorgadas, garantindo imparcialidade no processo decisório.

O Conselho de Administração, em situações excepcionais e visando ao melhor interesse da Companhia, poderá estabelecer condições diferenciadas para Outorgas Extraordinárias de Ações com Performance, como no caso da negociação de bônus de entrada para a contratação de administradores ou colaboradores chave, ou em razão de gratificações por atividades ou projetos que gerem retorno significativo para a Companhia (“Outorgas Extraordinárias Performance Shares”).

b) Data de aprovação e órgão responsável

Os planos de Incentivo de Longo Prazo da Companhia foram aprovados nas instâncias de governança corporativa da Suzano S.A., sendo que as novas versões do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares) e do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares) foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2024.

c) Número máximo de ações abrangidas

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

Não aplicável, tendo em vista tratar-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares)

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista tratar-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira.

Cada Ação Fantasma confere ao seu beneficiário um direito pecuniário, que considera 1 (uma) ação de emissão da Companhia, representativa do seu capital social, como unidade de referência para o cálculo do valor a lhe ser atribuído em razão da liquidação da respectiva Ação Fantasma (i.e., valor de resgate) durante o período de exercício. O limite anual de Ações Fantasma a serem outorgadas será definido pelo Conselho de Administração, em observância ao limite da remuneração global anualmente aprovado em sede de Assembleia Geral Ordinária do respectivo ano.

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

No âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares), será concedido aos beneficiários um número de ações que, cumulativamente, não poderá exceder 2% (dois por cento) do total de ações emitidas pela Companhia na data de aprovação do Plano ("Limite Global"). Esse Limite Global poderá ser ajustado em razão de modificações no número, espécie ou classe das ações da Companhia, incluindo eventos como bonificações, desdobramentos, agrupamentos, ou conversões de ações de uma espécie ou classe para outra. O ajuste também poderá ocorrer em caso de conversões para outros valores mobiliários emitidos pela Companhia ou devido a declarações de proventos durante o período de carência.

As Outorgas Extraordinárias Performance Shares não poderão ultrapassar o limite de 0,3% (três décimos por cento) do total das ações emitidas pela Companhia na data do Plano, respeitado sempre o Limite Global ("Limite Extraordinário").

Cada Ação com Performance corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano, e no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

O número máximo de ações a serem outorgadas a cada beneficiário é definida tomando como referência o salário do beneficiário, um múltiplo salarial conforme nível do cargo e a média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares)

Não aplicável, pois o Plano não compreende outorga de opções.

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

Não aplicável, pois o Plano não compreende outorga de opções.

e) Condições de aquisição das ações

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

O beneficiário terá direito de exercer o Plano caso mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento, tenha cumprido o período de carência do programa e realizado os devidos investimentos estipulados em contrato.

No momento da outorga, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente às ações fantasmas. Após 3 anos, será necessário um investimento adicional de 20% para efetivar a aquisição da opção.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O prazo de carência é de 3 (três) anos, a partir da data de outorga, com um período de lock-up de 6 meses. Durante o lock-up, os beneficiários não podem vender ou negociar as ações. Após esse período, eles terão uma janela de até 2 (dois) anos para exercer as ações fantasmas.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares)

Trata-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira. O Beneficiário somente poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasma que lhe forem outorgadas, e a Companhia somente terá a obrigação de liquidar as Ações Fantasmas outorgadas aos beneficiários, durante o período de exercício, mediante a verificação do atendimento a todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos no Plano, e nos respectivos programas e contratos de outorga, incluindo mas não limitado ao período de carência, de modo que a outorga do direito revogável ao recebimento do Valor de Resgate das Ações Fantasma em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre tais Ações Fantasma, incluindo, mas não limitado ao seu exercício e liquidação. O período de carência será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga, podendo variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos contados da data de outorga das Ações Fantasma.

Os programas atualmente vigentes no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas possuem período de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance da Companhia, cujo atingimento impacta o cálculo do Valor do Resgate.

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

A transferência das Ações com Performance para o beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, nos programas e nos contratos de outorga, e, ainda, com a observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia, incluindo o cumprimento do período de carência e do atingimento das Metas que lhe tiverem sido atribuídas nos termos dos respectivos programas e contratos de outorga, de modo que a outorga do direito ao recebimento das Ações com Performance em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre tais Ações com Performance, ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

O período de carência será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga, podendo variar entre 3 (três) a 5 (cinco) anos contados da data de outorga das Ações com Performance.

As metas são estabelecidas com base nos indicadores de performance TSR e/ou métrica de prioridade estratégica para a Companhia no curso de cada programa.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance atualmente vigentes possuem o período de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance da Companhia, cujo atingimento impacta no cálculo da quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado considerando a seguinte fórmula:

VR = [VMA – Pe] x TSR x Quantidade de ações fantasmas

Sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

VMA = cotação das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão que antecede a data da liquidação.

Pe = 20% (vinte) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga

TSR = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus competidores (TSR relativo), conforme definido no item 8.4(a).

Plano de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

Não aplicável, uma vez que o Plano não prevê preço de aquisição ou para o exercício, sendo a outorga e a Liquidação das Ações Fantasma realizadas a título não oneroso.

O cálculo d Valor de Resgate é realizado nos termos da fórmula descrita no item “h” abaixo.

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

Não aplicável, uma vez que o Plano não prevê preço de aquisição ou para o exercício, sendo a outorga e a entrega das Ações com Performance realizadas a título não oneroso.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

O período de exercício será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga e não poderá exceder 2 (dois) anos contados do término do período de carência.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

O período de exercício será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga e não poderá exceder 2 (dois) anos contados do término do período de carência.

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

Não aplicável.

h) Forma de liquidação

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

A liquidação é feita em dinheiro e se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

A Liquidação das Ações Fantasmas será realizada por meio do pagamento em dinheiro ao beneficiário em montante equivalente ao Valor do Resgate, calculado pela multiplicação da (i) quantidade de Ações Fantasmas outorgadas pela (ii) cotação das Ações de Referência, apurada pela média das cotações dos últimos 90 pregões do mercado da B3, conforme definido em cada programa, com base no fechamento do último pregão antes da liquidação, podendo ainda o TSR ou outra métrica de prioridade estratégica para a Companhia como fator multiplicador integrante do cálculo do Valor do Resgate.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas atualmente vigente possuem o TSR relativo, conforme definido no item 8.4(a), como indicador de performance.

Programa de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Com o propósito de liquidar a entrega de Ações com Performance nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transferirá as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, uma vez atingida as condições estabelecidas no Plano para a sua entrega. A Quantidade de Ações com Performance a ser efetivamente entregue dependerá do atingimento das respectivas Metas apuradas após o período de carência.

As Metas para a outorga de Ações com Performance aos beneficiários serão definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, com base em indicadores de performance como o TSR (Total Shareholder Return) e/ou em métricas estratégicas prioritárias para a Companhia durante o curso de cada Programa, que impactam a quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário como fator multiplicador.

Os programas atualmente vigentes no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance possuem o TSR relativo como indicador de performance, conforme definido no item 8.4(a).

Ademais, a transferência das Ações com Performance será realizada com observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia.

i) Restrições a transferência das ações

Programa SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

Não aplicável.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

Não aplicável.

Programa de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

O Conselho de Administração poderá estabelecer, em cada Programa, condições adicionais de negociação nos contratos de outorga para Ações com Performance, incluindo a instituição de período de lock-up para beneficiários que sejam executivos da Companhia, durante o qual não poderão ser cedidas, alienadas, empenhadas, emprestadas ou transferidas de qualquer outra forma a quaisquer terceiros, salvo mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

Ademais, a transferência das Ações com Performance será realizada com observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Programa SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

Extinto em 2024, por decisão da administração da Companhia. O término da vigência do Programa não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

O Programa poderá ser extinto e/ou cancelado a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral, sendo mantidos, todavia, os todos os direitos já adquiridos pelos beneficiários na forma do Plano, e dos eventuais Programas e Contratos, inclusive o direito de exercer as Ações Fantasma se atingido o Período de Exercício, observados os prazos e procedimentos aplicáveis.

A outorga das Ações Fantasma e o direito à sua efetiva liquidação, conforme estabelecido no Plano, não impedirão que a Companhia participe de operações de reorganização societária. Nessas situações, deverão ser observados os termos e condições do Plano, cabendo ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme o

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

caso, avaliar a necessidade de adequar os Programas para refletir a reorganização, ou, quando necessário, propor ajustes ao Plano à Assembleia Geral.

Programa de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

O Programa poderá ser extinto e/ou cancelado a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral, sendo mantidos, todavia, todos os direitos já adquiridos pelos Beneficiários na forma do Plano, e dos eventuais Programas e Contratos, inclusive o direito de receber as Ações com Performance em relação às quais tiverem sido cumpridas as Condições à Transferência, observados os prazos e procedimentos aplicáveis.

A outorga das Ações com Performance e o direito à sua efetiva transferência das Ações, conforme estabelecido no Plano, não impedirão que a Companhia participe de operações de reorganização societária. Nessas situações, deverão ser observados os termos e condições do Plano, cabendo ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme o caso, avaliar a necessidade de adequar os Programas para refletir a reorganização, ou, quando necessário, propor ajustes ao Plano à Assembleia Geral.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Programa SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

- Desligamento por parte da Suzano: o beneficiário perde o direito ao resgate das ações, mas terá direito a receber os 5% investidos no momento da outorga corrigidos pelo IPCA.
- Desligamento por parte do colaborador: O colaborador perde o direito às ações e ao valor correspondente aos 5% pagos na outorga.
- Aposentadoria: O vencimento dos prazos para exercício das Ações Fantasma será antecipado, concedendo ao beneficiário o direito de exercer, de forma imediata, a totalidade prevista no plano.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (Phantom Shares)

- Desligamento durante o período de carência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, as Ações Fantasma em relação às quais não tiver sido cumprido o período de carência caducarão, sem produzir quaisquer efeitos.
- Desligamento após o período de carência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, o direito decorrente das Ações Fantasma em relação às quais já tiver sido cumprido o período de carência, poderá ser exercido pelo beneficiário que for desligado sem justo motivo (voluntaria ou involuntariamente). Nas situações em que não houver período de exercício, passado o período de carência, o Valor do Resgate será imediatamente transferido ao beneficiário no prazo estipulado no contrato, contado a partir da data do desligamento.
- Falecimento: Em caso de falecimento do beneficiário, o exercício dos direitos relativos às Ações Fantasmas será antecipado, e o Valor do Resgate referente às Ações Fantasma atribuídas ao beneficiário serão de direito dos herdeiros e sucessores do beneficiário, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no referido contrato.
- Aposentadoria: Em caso de aposentadoria do beneficiário, conforme as condições estabelecidas no respectivo programa, os direitos relativos às Ações Fantasma serão antecipados e poderão ser exercidos até o prazo determinado, contado a partir da confirmação da aposentadoria. Após esse prazo, as respectivas Ações Fantasma serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e não gerarão qualquer direito à indenização.

Não obstante o disposto nos itens anteriores, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que entender que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

diferentes das previstas, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, desde que isso não resulte prejuízo para o beneficiário em questão.

Programa de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

- Desligamento antes do cumprimento das condições de transferência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, as Ações com Performance em relação às quais não tiverem sido cumpridas as respectivas condições de transferência estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito à indenização. Os beneficiários eleitos para participarem dos programas que estabelecerem período de carência de 5 (cinco) anos e que forem desligados pela Companhia involuntariamente sem justo motivo a partir do 3º aniversário do período de carência, poderão fazer jus à uma quantidade pro rata das Ações com Performance outorgadas, levando-se em conta para referido cálculo a quantidade de dias completos em que tal beneficiário permaneceu na Companhia desde a data da outorga com relação ao número de dias totais do respectivo período de carência.

- Desligamento após o cumprimento das Condições de Transferência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento as Ações com Performance em relação às quais já tiverem sido cumpridas as respectivas condições de transferência e ainda não tenham sido efetivamente transferidas ao respectivo beneficiário deverão ser transferidas ao beneficiário, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.

- Falecimento: Em caso de falecimento do beneficiário, o fim do período de carência será antecipado, de forma que, caso tenham sido atingidas as respectivas metas, todas as Ações com Performance atribuídas ao beneficiário serão de direito dos herdeiros e sucessores do beneficiário, observados os respectivos períodos de lock-up, quando aplicáveis, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.

- Aposentadoria: Em caso de aposentadoria, nas condições determinadas no respectivo programa, o fim do período de carência será antecipado, de forma que, caso tenham sido atingidas as respectivas metas, todas as Ações com Performance atribuídas ao beneficiário deverão ser imediatamente transferidas ao beneficiário, observados os respectivos períodos de lock-up, quando aplicáveis, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.

Não obstante o disposto nos itens anteriores, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que entender que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras diferentes das previstas, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, desde que isso não resulte prejuízo para o beneficiário em questão.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		6,58		**6,58**
Nº de membros remunerados		3,67		**3,67**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social		0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		7,17		**7,17**
Nº de membros remunerados		6,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		11,82		**11,82**
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social		0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		7,00		**7,00**
Nº de membros remunerados		6,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		10,47		**10,47**
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social		7,84		**7,84**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		7,00		**7,00**
Nº de membros remunerados		6,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,000000		**0,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		10,12		**10,12**
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social		8,56		**8,56**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

As informações do Plano SAR (Share Appreciation Rights) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este plano.

A Companhia não realizou outorgas no âmbito do Plano SAR nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2024. Dessa forma, a remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (Share Appreciation Rights) nestes exercícios contempla apenas liquidação do Programa.

Pode haver variação na quantidade de ações/opções fantasma outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2024	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	7,17	
c) Número de membros remunerados	4,00	
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
d) Data de Outorga	01/04/2021	01/04/2022
e) Quantidade de opções outorgadas	35.552	93.255
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2024	01/04/2025
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2026	01/04/2027
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício de opções	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	62,85	58,62
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.234.443,20	5.466.608,10

8.6 Outorga de opções de compra de ações

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2023	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,00		
c) Número de membros remunerados	6,00		
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:			
d) Data de Outorga	01/04/2022	01/04/2021	01/04/2020
e) Quantidade de opções outorgadas	145.568	71.999	14.130
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2025	01/04/2024	01/04/2023
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2027	01/04/2026	01/04/2025
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício de opções	N/A	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	R$ 58,62	R$ 62,85	R$ 33,68
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R$ 8.533.196,16	R$ 4.525.137,15	R$ 475.898,40

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em 31/12/2022		
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número total de membros	7,00			
c) Número de membros remunerados	6,00			
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:				
d) Data de Outorga	01/04/2019	01/04/2020	01/04/2021	01/04/2022
e) Quantidade de opções outorgadas	19.622	113.349	71.999	145.568
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2024	01/04/2025
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2024	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027
h) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	R$ 34,17	R$ 33,68	R$ 62,85	R$ 58,62
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R$ 670.483,74	R$ 3.817.594,32	R$ 4.525.137,15	R$ 8.533.196,16

8.7 Opções em aberto

As informações do Plano SAR (Share Appreciation Rights) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este plano.

A remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (Share Appreciation Rights) contempla apenas liquidação dos Programas ainda em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que a administração da Companhia descontinuou o uso deste Plano.

Opções em aberto ao final do exercício social em 31/12/2024
relativas à outorga de 01/04/2021 e 01/04/2022

PLANO SAR	
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,17
c) Número de membros remunerados	5,83
d) Em relação às opções ainda não exercíveis	
i. Quantidade	99.938
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2025
iii. Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2027
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	11,72
vi. Valor justo das opções no último dia do	52,37
e) Em relação às opções exercíveis	
i. Quantidade	38.097
ii. Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2026
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
iv. Preço médio ponderado de exercício	12,82
v. Valor justo das opções no último dia do exercício	48,00
f) Valor justo do total das opções no último dia do	7.062.930,93

8.8 Opções exercidas e ações entregues

As informações do Plano SAR (Share Appreciation Rights) são apresentadas nas tabelas a seguir.

A remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (Share Appreciation Rights) contempla apenas liquidação dos Programas ainda em aberto em 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que a administração da Companhia descontinuou o uso deste Plano.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações fantasma disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este Plano.

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,17
c) Número de Membros Remunerados	5,83
d) Número de ações	54.197
e) Preço médio ponderado de exercício	10,66
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	47,65
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2.004.837,91

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	5,00
d) Número de ações	118.841
e) Preço médio ponderado de exercício	R$ 7,84
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 45,39
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 4.462.479,55

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	5,00
d) Número de ações	78.460
e) Preço médio ponderado de exercício	R$ 8,56
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 47,71
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 3.071.709,00

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

As informações dos Planos de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares) e de Ações com Performance (Performance Shares) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de ações disponíveis para o Conselho Fiscal. Apenas o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária são contemplados pelo Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares), e a Diretoria pelo Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares).

Pode haver variação na quantidade de Ações Fantasma ou Ações com Performance outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	6,58
c) Número de membros remunerados	6,58
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Previsão com fim em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,17
c) Número de membros remunerados	5,92
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal com fim em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	6,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal com fim em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	6,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável para Ações Fantasmas

Plano de Ações com Performance (*Performance Shares*)

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	2,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,06%

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Previsão com fim em 31/12/2024
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	8,83
c) Número de Membros Remunerados	1,50
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,05%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal com fim em 31/12/2023
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	Não aplicável.
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve entrega de ações para o exercício.

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal com fim em 31/12/2022
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,33
c) Número de Membros Remunerados	Não aplicável
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável, tendo em vista que no exercício o Conselho de Administração não era elegível ao Plano

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,58
c) Número de Membros Remunerados	6,33
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,19%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,17
c) Número de Membros Remunerados	5,25
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,11%

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	Não Aplicável
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve entrega de ações para o exercício

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00%

8.10 Outorga de ações

As informações dos Planos de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares) e de Ações com Performance (Performance Shares) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de ações disponíveis para o Conselho Fiscal. Apenas o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária são contemplados pelo Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares), e a Diretoria pelo Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares).

Pode haver variação na quantidade de Ações Fantasma ou Ações com Performance outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	6,58	
c) Número de membros remunerados	5,58	
d) Data de outorga	01/03/2025	01/04/2025
e) Quantidade de ações outorgadas	196.000	193.846
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2028	01/04/2028
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	65,00	65,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	12.740.000,00	12.599.990,00

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Previsão com fim em 31/12/2024		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,17		
c) Número de membros remunerados	6,42		
d) Data de outorga	01/03/2024	01/03/2024	01/03/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	36.001	36.001	36.001
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2027	01/03/2027	01/03/2027
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	53,24	53,24	53,24
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.916.693,24	1.916.693,24	1.916.693,24

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal com fim em 31/12/2023		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,00		
c) Número de membros remunerados	6,00		
d) Data de outorga	01/03/2023	01/03/2023	01/04/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	101.534	48.374	333.245
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2026	01/03/2027	01/04/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	R$ 50,59	R$ 50,59	R$ 48,06
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R$ 5.136.605,06	R$ 2.447.240,66	R$ 16.015.754,70

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal com fim em 31/12/2022		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,00		
c) Número de membros remunerados	6,00		
d) Data de outorga	01/03/2022	01/03/2022	01/04/2022
e) Quantidade de ações outorgadas	90.956	30.319	580.000
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2025	01/03/2026	01/04/2025
g) Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma		
h) Valor justo das ações na data da outorga	R$ 56,52	R$ 56,52	R$ 58,62
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R$ 5.140.833,12	R$ 1.713.629,88	R$ 33.999.600,00

Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2025
e) Quantidade de ações outorgadas	150.604
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2028
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	57,90
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo	8.719.972,00

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	6,58	6,58
c) Número de Membros Remunerados	5,58	1,00
d) Data de outorga	01/04/2025	01/04/2025
e) Quantidade de ações outorgadas	742.539	74.151
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2030	01/04/2028
g) Prazo de restrição à transferência	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da	65,00	65,00
i) Multiplicação da quantidade de ações	48.265.035,00	4.819.815,00

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	8,83
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	164.808
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2027
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	60,15
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor	R$9.913.140,31

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024					
a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17
c) Número de Membros	5,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
d) Data de outorga	13/05/2024	25/04/2024	25/04/2024	25/04/2024	01/07/2024	02/01/2024
e) Quantidade de ações	960.000	337.465	220.540	56.535	81.395	115.034
f) Prazo máximo para	01/04/2029	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027	01/04/2027	02/01/2024
g) Prazo de restrição à	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na	57,15	63,15	62,58	63,21	62,82	53,63
i) Multiplicação da	54.864.000,00	21.310.374,08	13.801.803,68	3.573.327,10	5.113.468,36	6.169.273,42

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	161.355
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 49,58
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor	R$ 7.999.980,90

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	101.164
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 52,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor	R$ 5.260.528,00

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2022
e) Quantidade de ações outorgadas	108.010
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2025
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 53,81
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	5.811.773,00

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

8.10 Outorga de ações

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024					
a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17
c) Número de Membros Remunerados	5,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
d) Data de outorga	13/05/2024	25/04/2024	25/04/2024	25/04/2024	01/07/2024	02/01/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	960.000	337.465	220.540	56.535	81.395	115.034
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2029	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027	01/04/2027	02/01/2024
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	57,15	63,15	62,58	63,21	62,82	53,63
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	54.864.000,00	21.310.374,08	13.801.803,68	3.573.327,10	5.113.468,36	6.169.273,42

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	161.355
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 49,58

8.10 Outorga de ações

i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R$ 7.999.980,90

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	101.164
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 52,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R$ 5.260.528,00

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2022
e) Quantidade de ações outorgadas	108.010
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2025
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga[1]	R$ 53,81
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	5.811.773,00

[1] Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

8.10 Outorga de ações

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,83	7,17	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	1.005.113	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	53,63	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-53.904.210,19	
Esclarecimento	N/A		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	9,00	7,00	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	N/A	N/A	

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		7,00	
N° de membros remunerados		1,00	
N° de ações		130.435	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		39,10	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-5.100.008,50	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

As informações divulgadas nos itens 8.5 a 8.11 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (Phantom Shares)

O valor das Ações Fantasmas é dado pela média dos últimos 90 pregões, ponderada pelo volume, das cotações das ações da Companhia, anteriores à data da outorga. No fechamento de 2024, o valor justo da Ação Fantasma foi de R$ 57,90 (cinquenta e sete reais e noventa centavos) para os planos vigentes.

Plano SAR (Share Appreciation Rights) – Descontinuado em 2024

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no Plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário através da comparação da TSR.

Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2024 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base (1)	57,9
Expectativa de Volatilidade (2)	28,74% a.a.
Expectativa de vida média das opções (3)	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos (4)	3,33% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco (5)	15,36% a.a.

.(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões da ação da Companhia na data de cálculo da SAR.
(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade. Aqui apresentamos a média dessas volatilidades.
(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.
(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia. Aqui apresentamos a média da expectativa de dividendos utilizada no cálculo.
(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

- Plano de Outorga de Ações com Performance (Performance Shares)

O valor das Ações com Performance é dado pela média dos últimos 90 pregões, ponderada pelo volume, das cotações das ações da Companhia, anteriores à data da outorga. No fechamento de 2024, o valor justo das Ações com Performance foi de R$ 57,90 (cinquenta e sete reais e noventa centavos) para os planos vigentes.

8.13 Participações detidas por órgão

	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	ON	PNA	PNB	ON	ON
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão da Companhia[1]	106.726.391	-	-	8.590	995
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão de controladores diretos ou indiretos da Companhia[1]	108.799.512	97.722.032	42.501.310	-	-
Quantidade de outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia	-	-	-	-	-

[1] Posição acionária em 31 de dezembro de 2024, conforme Formulário CVM 44, considerando somente empresas controladoras de capital aberto, conforme previsto na referida Resolução CVM 44/21.

Nota de esclarecimento: Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum da Companhia. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

8.14 Planos de previdência

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,83	7,17	3,00	19,00
Número de membros remunerados	0,00	7,17	0,00	7,17
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	2,00	N/A	2,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia	N/A	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	4.210.018,25	N/A	4.210.018,25
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	560.876,55	N/A	560.876,55
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente	N/A	

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	7,17	7,00	7,00	8,83	9,00	9.33	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,17	7,00	7,00	8,83	9,00	9,33	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	56.465.893,14	34.348.092,09	20.776.521,61	10.523.805,75	6.682.882,95	6.875.307,36	363.600,00	355.600,00	329.200,00
Valor da menor remuneraçãoReal	9.717.538,64	7.537.854,31	6.938.084,36	888.000,00	840.000,00	770.000,00	363.600,00	355.600,00	329.200,00
Valor médio da remuneraçãoReal	19.221.313,31	13.160.877,25	10.496.288,95	2.270.896,51	1.742.984,95	1.705.403,12	363.600,00	355.600,00	329.200,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) da Diretoria (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) da Diretoria (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) de cada órgão (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde a divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde a divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2). O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros. Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2025	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Exercício Social encerrado em 31/12/2022
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	62,45%	60,51%	50,88%	52,71%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia não receberam remuneração além daquela referente às funções que ocupam na Companhia, e não há previsão para o recebimento de remuneração além daquela referente às funções que ocupam na Companhia para o exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Previsão para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não há parcela da remuneração da remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e/ou membros do Comitês de Assessoramento em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	2.442.893,00	0,00	0,00	2.442.893,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00

(1) Remuneração prevista nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcará com a remuneração demonstrada será a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2024

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	1.438.133,00	0,00	0,00	1.438.133,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00

(1) Remuneração prevista nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcou com a remuneração demonstrada foi a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2023

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	1.328.281,00	-	-	1.328.281,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	132.000,00	-	132.000,00

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

(1) Remuneração recebida nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcou com a remuneração demonstrada foi a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2022

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	2.448.869,53	-	-	2.448.869,53
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	716.666,66	132.000,00	-	848.666,66

(1) Remuneração recebida nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. As sociedades que arcaram com a remuneração demonstrada são Suzano Holding S.A. e IPLF Holding S.A.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes

Item 8.2 – Bônus do Projeto Cerrado

Em complemento ao item 8.2, que pormenoriza a remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, a Companhia apresenta informações adicionais quanto ao bônus excepcional que consta na remuneração total da Diretoria da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, relacionado à concepção, negociação e estruturação e bem-sucedida execução do Projeto Cerrado.

O Projeto Cerrado foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2021, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, e representou um investimento total para o Projeto de R$22,2 bilhões, com pagamentos substanciais durante os anos de 2021 a 2025. A planta de produção de celulose desenvolvida, localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, possui capacidade nominal de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano.

O Projeto Cerrado representa um importante avanço na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a ampliação de sua competitividade estrutural, o atendimento à demanda crescente de celulose de fibra curta e a evolução da Companhia em sustentabilidade, em especial ao que se refere a clima e resíduos.

Diante da magnitude do Projeto Cerrado para o fortalecimento da posição competitiva da Suzano no mercado de celulose, quando da aprovação do Projeto Cerrado, foi fixado um bônus extraordinário, condicionado ao atingimento de determinadas metas, contemplando mais de 300 colaboradores da Companhia. Apenas um membro da Diretoria Estatutária da Companhia fez jus a parcela do bônus do Projeto Cerrado, mas outros membros ainda poderão receber a referida bonificação, a depender do atingimento das metas do Projeto.

Por fim, cumpre mencionar que os valores que foram e serão pagos aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia no âmbito do Projeto Cerrado não excedem a remuneração global proposta à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para o exercício social de 2023.

Item 8.2 – Informações sobre Encargos Sociais

Em complemento ao item 8.2, que apresenta as informações sobre a remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, são apresentadas as informações considerando os valores dos encargos sociais que são ônus da Companhia, em linha com as orientações indicadas no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração sem encargos	29.222.784,79	146.158.519,92	1.261.729,70	176.643.034,42
Encargos sociais[1]	3.886.694,21	4.217.925,43	252.345,94	8.356.965,58
Total da remuneração com encargos	33.109.479,00	150.376.445,36	1.514.075,65	185.000.000,00

[1] Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração sem encargos	20.052.016,16	137.816.816,43	1.090.800,00	158.959.632,59

8.20 Outras informações relevantes

Encargos sociais[1]	2.750.015,24	5.169.816,68	218.160,00	8.137.991,92
Total da remuneração com encargos	22.802.031,40	142.986.633,11	1.308.960,00	167.097.624,51

[1] Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais					
	Conselho de	**Diretoria**	**Conselho**		**Total**
Total da remuneração	15.686.864,57	92.126.140,78	1.066.800,00	108.879.805,35	
Encargos sociais[1]	2.598.854,24	5.983.852,99	213.360,00	8.796.067,23	
Total da remuneração	18.285.718,81	98.109.993,77	1.280.160,00	117.675.872,58	

[1] Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**002879**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
01/01/2017	01/01/2017	

Descrição dos serviços prestados

Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão das informações trimestrais (individuais e consolidadas) e empresas controladas, referente ao exercício social de 2025; (ii) consultoria tributária; e (iii) outros serviços de auditoria independente.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração dos auditores independentes para o período de 30 de junho de 2025 foi segregada da seguinte da seguinte forma: (i) Honorários de auditoria no montante de R$ 8.721.207; (ii) Consultoria tributária: R$ 1.661.407; e (iii) Outros serviços de auditoria independente: R$ 6.571.463. A remuneração dos auditores independentes para o exercício social de 2024 foi segregada da seguinte da seguinte forma:(i) Honorários de auditoria no montante de R$ 19.916.975; (ii) Consultoria tributária: R$ 1.440.230 e (iii) Outros serviços de auditoria independente: R$ 628.765.

Justificativa da substituição

Não aplicável.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Nos termos da Resolução CVM no 162, de 13 de julho de 2022, a Companhia informa que sua política de contratação de serviços relacionados a auditoria externa está fundada nos princípios que preservam a independência do auditor.

O Código de Ética e Conduta, da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2019 e revisado em 25 de abril de 2023, determina que toda a situação em que qualquer pessoa, assim como seus(suas) parentes ou amigos(as) pessoais, possam se beneficiar do vínculo de colaborador(a) da Suzano S.A. para obter vantagem pessoal ou em benefício de terceiros(as) - ou seja, decisões em que seus interesses particulares prevaleçam em detrimento aos interesses da Companhia, resultando-lhe ganhos pessoais de qualquer natureza, diretos ou indiretos, para si, para membros de sua família ou amigos, quer tal decisão venha causar danos ou prejuízos - é caracterizada como uma situação de conflito de interesses. Nesses casos, o(a) administrador(a), fornecedor(a), prestador(a) de serviços ou representante da Companhia deve (i) prontamente declarar-se conflitado e impedido de participar da discussão em curso ou mesmo votar na matéria na qual tiver conflito de interesses, e (ii) retirar- se de uma eventual reunião em que a discussão esteja ocorrendo, garantindo, assim, a adequada independência e transparência do processo.

Conforme o Código de Ética e Conduta, especificamente com relação ao auditor independente, o responsável pela identificação e tratamento de conflito de interesses é o Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos do seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia aprova expressamente, em uma análise caso a caso, qualquer contratação dos auditores para outros serviços de auditoria e não auditoria prestados a Suzano. Quaisquer serviços prestados pela *PriceWaterhouseCoopers* Auditores Independentes Ltda. que não estejam especificamente incluídos no escopo da auditoria devem ser pré-aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes de qualquer contratação. Cabe ao Comitê de Auditoria fornecer recomendações ao Conselho de Administração em relação a qualquer contratação desse tipo

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas neste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	534	1412	0	0	0
Não-liderança	4582	17423	0	0	29
TOTAL = 23.980	**5116**	**18835**	**0**	**0**	**29**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	45	1181	122	509	6	0	83
Não-liderança	387	8407	2528	10146	255	0	311
TOTAL = 23.980	**432**	**9588**	**2650**	**10655**	**261**	**0**	**394**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	106	1495	345
Não-liderança	4945	13944	3145
TOTAL = 23.980	**5051**	**15439**	**3490**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	25	1921	0
Não-liderança	929	21105	0
TOTAL = 23.980	**954**	**23026**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	35	348	319	1029	17	198
Não-liderança	710	5289	5432	9481	71	1051
TOTAL = 23.980	**745**	**5637**	**5751**	**10510**	**88**	**1249**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	172	573	0	0	0
Nordeste	845	4764	0	0	28
Centro-Oeste	1307	4444	0	0	0
Sudeste	2437	8072	0	0	1
Sul	34	54	0	0	0
Exterior	321	928	0	0	0
TOTAL = 23.980	**5116**	**18835**	**0**	**0**	**29**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	10	126	81	521	2	0	5
Nordeste	127	1138	976	3329	33	0	34
Centro-Oeste	88	1893	673	2944	130	0	23
Sudeste	184	5831	910	3421	87	0	77
Sul	2	55	10	19	0	0	2
Exterior	21	545	0	421	9	0	253
TOTAL = 23.980	**432**	**9588**	**2650**	**10655**	**261**	**0**	**394**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	97	514	134
Nordeste	1105	3883	649
Centro-Oeste	1634	3652	465
Sudeste	2034	6737	1739
Sul	17	63	8
Exterior	164	590	495
TOTAL = 23.980	**5051**	**15439**	**3490**

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados* (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Localidade	2024
São Paulo	7.795
Bahia	5.560
Maranhão/Piauí	4.309
Espírito Santo	5.806
Mato Grosso do Sul	10.172
Outros	378
Pará	243
Total	**34.263**

Os serviços terceirizados contratados pela Companhia são mais efetivamente de natureza operacional, não sendo possível diferenciá-los em grupos de atividades.

A tabela acima refere-se aos profissionais terceirizados considerados de natureza contínua/não eventual na Companhia e/ou em suas controladas, atuando prioritariamente em frentes operacionais relacionadas a facilities, transportes, serviços industriais e florestais.

c. Índice de rotatividade*

Exercício	Efetivo Médio	Desligamentos	Rotatividade
2024	21.646	2.998	13,80%

* Cálculo realizado segundo metodologia adotada pelo GRI (Global Reporting Initiative). O cálculo apontado acima se refere a Taxa de saída (desligamentos ano / HC médio ano)

10.2 Alterações relevantes

O quadro de pessoal próprio da Suzano em 2024, em relação ao de 2023, teve incremento de 3.073 colaboradores. Tal incremento se deu, principalmente, em razão do aumento da base florestal, primarizações, formação de *poo*l sucessório para as unidades industriais, início das operações da Unidade de Ribas do Rio Pardo e da aquisição de duas fábricas da Pactiv Evergreen, nos Estados Unidos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos, a critério da Companhia. A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.

O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.

A Companhia conta com dois diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais. Estas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, é oferecida ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia.

b) Política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios:

- Assistência Odontológica

A Suzano concede assistência odontológica aos colaboradores de algumas unidades, extensivo aos dependentes.Na unidade Mucuri, o benefício é extensivo também aos pais dos colaboradores.

- Plano de Saúde

A Suzano concede assistência médica aos colaboradores por meio de planos administrados por empresas contratadas, de acordo com a localidade de trabalho. Têm direito colaboradores, seus dependentes (entende-se por dependentes cônjuges ou companheiro(a), filhos(as) solteiros até 21 anos, filhos(as) solteiros(as) até 24 anos, desde que estudantes, e filhos(as) portadores de necessidades especiais de qualquer idade) e estagiários. O plano de saúde oferecido pela empresa possui modelo de coparticipação, ou seja, o colaborador coparticipa com um % sobre os procedimentos médicos realizados, conforme o padrão do Plano Saúde. Não há contribuição fixa mensal para o plano. Em todas as localidades há rede credenciada para atendimento aos colaboradores e seus dependentes. Além disso, o colaborador também tem direito a reembolso para despesas realizadas em locais não credenciados, respeitando uma tabela que varia de acordo com o padrão do Plano.

- Vale Refeição

Crédito fornecido mensalmente, sempre no último dia útil de cada mês, em Cartão Refeição nas localidades onde não existe refeitório.

- Refeitório

Restaurantes terceirizados para serviço de refeições nas unidades fabris e florestais (desjejum, almoço, jantar e ceia).

- Vale Alimentação

Crédito fornecido mensalmente, sempre no último dia útil de cada mês, em Cartão Alimentação.

- Vale Transporte

O benefício oferecido para auxiliar o colaborador no descolocamento entre sua residencia e local de trabalho e vice-verse, utilizando o transporte pulibo coletivo por meio da concessão de vale tranporte e/ou onibus fretado pela Suzano. São elegiveis ao benefício colaboradores próprios, estagiários e aprendizes.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Cesta de Natal

São elegíveis a este benefício todos os colaboradores e é concedido no mês de dezembro um saldo adicional ao vale alimentação.

..

- Presente dos(as) filhos(as)

Tem o direito todos colaboradores com filhos de zero a 12 anos e 11 meses completes em dezembro. Os colaboradores recebem um crédito por filho no mês de dezembro.

- Programa Estudar é Crescer

É um benefício de incentivo que visa, em conjunto com os pais colaboradores, melhorar o desempenho escolar dos filhos, através de prêmios em dinheiro para alunos que atingem boas médias no final do ano letivo. Os prêmios são pagos mediante critérios pré- estabelecidos e análise do boletim escolar até o 1º trimestre do ano seguinte, mediante depósito para o colaborador.

- Kit Material Escolar

Todos os anos, a Suzano entrega material escolar aos filhos dos colaboradores e a distribuição é feita de acordo com a faixa escolar. Tem direito os filhos de colaboradores a partir de 04 anos de idade (completados até 31/03 do ano seguinte), que estiverem em idade da pré-escola, ensino fundamental ou ensino médio.

- Auxílio Creche

É um benefício previsto em Convenção e Acordo Coletivo para reembolso das despesas com creche ou serviço de babá. Tem o direito todas as colaboradoras que são mães, colaboradores viúvos e separados judicialmente, que detêm a guarda legal dos filhos, sendo que o período definido de acordo da elegibilidade ao benefício é de acordo com a localidade onde a colaboradora trabalha. O valor do benefício é creditado na folha de pagamento. Para isso, é necessário formalização da opção do benefício no RH e não existe desconto para o colaborador.

- Auxílio Filho PcD

Este benefício é previsto em Convenção e Acordo Coletivo e destinado para reembolso das despesas com tratamento e educação especializada de filhos. A concessão do benefício fica condicionada a apresentação laudo médico do(a) filho(a) ao Departamento Médico para avaliação. O valor do benefício é creditado na folha de pagamento, sendo necessário a formalização da opção do benefício no RH. Não existe limite de idade do dependente para receber o benefício. Não há desconto para o colaborador.

- Homenagem por Tempo de Casa

São homenageados, os colaboradores que completam 10, 20, 30 e 40 anos de casa. É oferecido uma caixa com itens simbólicos e um crédito em cartão exclusivo para compras.

- Seguro de Vida

Este benefício assegura o colaborador e seus dependentes em caso de morte e/ou invalidez. O capital segurado equivale a 36 vezes o valor do salário do colaborador, limitado a R$ 1.200.000,00.

- Empréstimo Consignado

Este benefício é oferecido ao colaborador (afastados com rendimentos pelo INSS, estagiários e terceiros não são elegíveis), com o objetivo de obter o Empréstimo Consignado, sendo que devem ter no minimo 6 meses de empresa. A contratação do empréstimo consignado deverá ser feita em uma das empresas parceiras da Suzano, e será considerado como margem consignável o valor de 30% da remuneração líquida. O total dos descontos voluntários (incluindo a prestação do empréstimo com desconto em folha) não poderá ultrapassar a 40% da remuneração disponível.

- Empréstimo social

O empréstimo poderá ser solicitado em situações emergenciais, conforme os critérios estabelecidos em politica. Será concedido 1 salário nominal e o desconto será em até 10 parcelas com correção de 0,5%.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Previdência Privada

A Suzano Prev é o plano de previdência complementar da Suzano, administrado pela BrasilPrev. Tem direito todos os colaboradores que tenham no mínimo 14 anos e no máximo 89 anos de idade.

- Viagens corporativas para lactantes

Em situações em que seja necessário viagem a trabalho, nacional ou internacional, a colaboradora que estiver em período de amamentação exclusiva e com bebês de até 12 meses, poderá optar por realizar a viagem com um acompanhanete e o seu filho(a), com todas as despesas de viagem pagos pela Suzano.

- Licença parental

Como empresa cidadã, entendemos a importância da chegada de uma criança. Por isso, oferecemos extensão da licença paternidade para 20 dias e maternidade para 180 dias. O benefício também vale para papais e mamães que adotarem ou obtiverem a guarda judicial da criança e para casais homo afetivos.

- Modelo de trabalho

A Suzano possui uma politica de diretrizes da modalidade de trabalho, incluindo flexibilidade de inicio e fim da jornada, trabalho remoto, presencial e hibrido.

- Convênio farmácia

Benefício que dá direito a compra de medicamentos mediante utilização de cartão físico ou virtual do(a) fornecedor(a) contratado(a). O formato de concessão varia de acordo com a Unidade e/ou cláusulas de Acordo Coletivo. São elegíveis ao benefício os(as) colaboradores(as), ativos(as) e afastados (exceto aposentadoria por invalidez).

- Programas de bem-estar

Tele Faz Bem: Atendimento gratuito e confidencial ao colaborador(a) Suzano e seus(as) dependentes(as) nas seguintes frentes: Apoio psicológico e de assistência social, orientação jurídica, financeira, de atividade física e nutricional;

Plataforma de saúde mental – A Wellz, oferece sessões de terapia online subsidiadas pela Suzano de forma confidencial, além de várias oportunidades de auto cuidado como jornadas, diário de humor, terapia em grupo, entre outros;

Plataforma de saúde física – A Wellhub é uma plataforma completa de bem estar com acesso a academias, aplicativos e aulas on-line com liberdade de escolha de atividades.

Programa de gestantes – O programa “Bebê Saudável” realiza o acompanhamento gestacional através de contato telefônico, grupos de afinidade e abordagens individuais, além do recebimento de um kit personalizado.

c) Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Até o exercício de 2023, Companhia possuía três planos de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações: (i) o Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*), o (ii) Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) e o (iii) Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*).

Em 2024, a administração da Companhia decidiu pela descontinuação do Plano SAR, e, visando dar continuidade aos objetivos da Companhia de (i) alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia e de seus acionistas; (ii) atraí-los, recompensá-los, retê-los e incentivá-los a conduzirem os negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

acionistas; e (iii) conceder-lhes um incentivo financeiro, a administração da Companhia propôs à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024, o aprimoramento da modelagem do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) e do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Share*s) através da aprovação de dois novos planos.

Os planos de remuneração baseados em ações e suas características estão descritos no item 8.4 deste Formulário de Referência são extensivos aos Diretores não estatutários e colaboradores-chave da Companhia, de acordo com as regras de elegibilidade de cada plano.

d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

(em valores anuais)	
Maior Remuneração Individual:	R$ 56.465.893,14
Mediana da Remuneração Individual:	R$ 68.363,47
Razão:	826

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
56.465.893,14	68.363,47	825,97
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Os sindicatos aos quais os colaborados da Companhia estão vinculados são:

- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão, e Cortiça do Estado de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá e Ferraz de Vasconcelos;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel e Papelão de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça Art e Afins de Limeira e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Cortiça, Artefatos de Papel, Madeira e Assimilados do Estado da Bahia;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Artefato de Papel, Florestamento e Reflorestamento de Madeira para Papel e Celulose do Estado do Maranhão;
- Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Mogi das Cruzes;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José dos Campos;
- Sindicato dos Empregados Rurais de Itapetininga, Angatuba, Alambari e Campina do Monte Alegre;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel Arcanjo;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itararé;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Empregados Rurais de Lençóis Paulista;
- Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, Plantio, Tratos Culturais, Extração, Beneficiamento da Madeira, em atividades florestais no Extremo Sul da Bahia;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Madeira e Lenha dos Municípios de São Mateus, Pedro Canário, Montanha, Pinheiro, Conceição da Barra, Jaguaré, Rio Bananal, Linhares e Sooretama.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Água Clara;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Três Lagoas – MS;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Vegetal, Carvoejamento, Reflorestamento e Similares do Estado de Minas Gerais;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose, Pastas de Madeira para Papel, Papelão, Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça e Químicos de Três Lagoas – MS;
- Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Pelotas;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capão Bonito;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose P M P P P Cortiça, Químicas, Eletroquímicas, Farmacêuticas e Similares do Estado Espírito Santo;
- Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias Extrativas de Madeira e atividades florestais dos municípios de Aracruz e Fundão;
- Federação dos Trabalhadores nas Indústria do Estado do Ceará
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça dos Estados do Pará e Amapá;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras assalariados Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Cortiça e Artefatos de Papel de Jacareí.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

- Sindicato dos Trabalhadores da Industria Química Pet Farmacêutica Tin Verplas R Sint E S V O E SI do Estado do Pará
- Sind Interm dos Trab e Trab nas Ind de Papel, Celulose, Pasta de Mad para Papel, Papelão, Cortiça, Artf de Pap e Mad da Região Sul do Maranhão
- Sindicato dos Estivadores de Santos
- Sindicato dos Trabalhadores Portuários em Geral na Administração de Portos e Terminais Privativos de SP
- Sindicato dos Trabalhadores Administrativos e Capatazia no Porto de Santos
- Sindicato dos Operadores de Empilhadeira e Guindaste nos Portos de SP

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente ou através do Sindicato Patronal, a Companhia firma acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores de cada unidade industrial ou florestal, cujos termos variam de unidade para unidade, respeitando suas culturas, costumes e peculiaridades, mas que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

Nos três últimos exercícios sociais não ocorreu movimento paredista, paralisações ou greves envolvendo colaboradores da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada neste item 10 do Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

O tema Partes Relacionadas é direcionado por política própria, denominada Política de Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 22 de julho de 2019 e revisada em 30 de novembro de 2023. O documento está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção "A Companhia", item "Estatuto, Códigos, Políticas e Regimentos".

A Política de Partes Relacionadas tem como objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política de Partes Relacionadas da Companhia está em consonância com as orientações fixadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Em linha com a referida política, cabe à Companhia garantir que transações com Partes Relacionadas sejam realizadas em consonância com o Código de Ética e Conduta da Suzano, a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), bem como com as demais regras e diretrizes emitidas por órgãos reguladores aos quais a Companhia esteja sujeita. Nesse sentido, foi instituído um órgão interno responsável pela avaliação prévia de tais transações – conforme abordagem adiante, além dos mecanismos e procedimento internos descritos abaixo.

Comissão de Partes Relacionadas

A Comissão de Partes Relacionadas é um órgão colegiado, independente, de caráter consultivo e permanente, que tem por objetivo geral: (a) recepcionar informações sobre transações com Partes Relacionadas; (b) validar os controles de Partes Relacionadas os quais a Companhia deva emitir; e (c) avaliar o atendimento de Transações com Partes Relacionadas ao disposto na Política de Partes Relacionadas.

A Comissão de Partes Relacionadas se reunirá trimestralmente, de maneira ordinária, e sempre que necessário para tratar dos temas estabelecidos na Política de Partes Relacionadas, de maneira extraordinária. Dentro de suas atribuições, a Comissão de Partes Relacionadas deverá emitir pareceres sobre as Transações com Partes Relacionadas que lhe sejam encaminhadas nos termos da Política. Em qualquer caso, o parecer e/ou diretriz emitidos pela Comissão de Partes Relacionadas deverão ser acatados pela(s) parte(s) envolvida(s) na negociação de transações com Partes Relacionadas. Caso a Comissão de Partes Relacionadas apresente sua recomendação e a transação seja celebrada de forma diferente ao recomendado ou, no caso de transação não aprovada pelo Comitê, a Transação em questão (concretizada ou não) deverá ser encaminhada para apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mecanismos e Procedimentos

As Transações com Partes Relacionadas observarão as seguintes práticas e condições:

a) Serão divulgadas de forma clara e objetiva nas demonstrações financeiras da Suzano, para o adequado entendimento de sua natureza pelos usuários dessas informações;

b) Serão regidas pelos mesmos princípios, regras e condições de mercado a que estão sujeitas as demais negociações realizadas com partes independentes à Companhia, sendo realizadas em consonância com esta Política, Código de Ética e Conduta da Suzano, a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução CVM nº 80//2022, bem como com as demais regras e regulamentos emitidos por órgãos reguladores aos quais a Companhia.

c) Serão formalizadas em instrumento por escrito, como, por exemplo, ato societário ou instrumento contratual (os instrumentos escritos deverão observar as políticas de contratação da Companhia e apresentar, no mínimo, as condições para verificação se os critérios da contratação atingem as condições que permitem tal transação, tais como preço, prazos e garantias).

d) Serão precedidas de número mínimo de propostas ou cotações junto a empresas de capacidade similar conforme disposto no Procedimento de Compras Centralizadas da Companhia. Os casos de vendas deverão observar os mesmos critérios com base em dados de mercado;

e) Serão precedidas de análise pela Comissão de Partes Relacionadas, que poderá recomendar ou não a aprovação da transação com Partes Relacionadas;

11.1 Regras, políticas e práticas

f) Deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração as transações com Partes Relacionadas cujo valor total supere o valor de R$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) ou quando superior a 1% do ativo total da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras ou, quando houver, nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia;

g) Deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral as transações com partes relacionadas cujo valor corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado;

h) O coordenador da Comissão de Partes Relacionadas deverá encaminhar ao conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário as Transações avaliadas que superem o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Por sua vez, o Comitê de Auditoria Estatutário deverá encaminhar ao conhecimento do Conselho de Administração as Transações que superem o valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no agregado, desde que envolva entidade relacionada a um dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

i) Quando se tratar de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas devem assegurar tratamento equitativo às ações de uma mesma espécie e classe.

As seguintes transações com Partes Relacionadas, desde que estejam nas condições recomendadas pelas áreas envolvidas, estarão dispensadas das práticas descritas nos itens “b” a “i” acima, sendo opcional o encaminhamento do tema à Comissão de Partes Relacionadas:

(a) Transações entre a Companhia e suas Controladas, diretas e indiretas, realizadas no curso normal dos negócios, salvo nos casos em que haja participação no capital social da Controlada por parte das pessoas indicadas no item 4.2 (a) da Política de Partes Relacionadas

(b) Transações entre Controladas, diretas e indiretas, da Companhia, realizadas no curso normal dos negócios, salvo nos casos em que haja participação no capital social da Controlada por parte das pessoas indicadas no item 4.2 (a) da Política de Partes Relacionadas; e

(c) Transações envolvendo remuneração dos administradores.

Transações Vedadas

É vedada a realização das seguintes transações:

a) Aquelas realizadas em condições adversas às de mercado que afetem negativamente ou prejudiquem os interesses da Companhia;

b) Participação de Pessoal Chave, em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou resultem da utilização de informações confidenciais e/ou estratégicas obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia;

c) Aquelas estranhas ao objeto social da Companhia ou sem observância de limites previstos nas regras fixadas pela Administração da Companhia;

d) Concessões de empréstimos e garantias a favor de Pessoal Chave ou controladores da Companhia;

e) Qualquer forma de remuneração de assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação vigente, os preços e condições de mercado, além das diretrizes acima descritas, conforme dados constantes do item 11.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Administradores (exceto remuneração – nota 11.2)	30/06/2025	256.000,00	128.000,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Partes relacionadas					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere a compra e venda de produtos entre partes relacionada					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Administradores e pessoas vinculadas	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controlador					
Objeto contrato	O montante envolvido refere-se a distribuição de dividendos do ano de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Alden Fundo de Investimento em Ações	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controlador					
Objeto contrato	O montante envolvido refere-se a distribuição de dividendos do ano de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Bexma Participações Ltda.	30/06/2025	3.869,02	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Bexma Comercial Ltda					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com telefonia no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Civelec Participações Ltda.	30/06/2025	0,00	2.895.000,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	CIVELEC					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto a CIA até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Controladores	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controlador					
Objeto contrato	O montante envolvido refere-se a distribuição de dividendos do ano de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fibria Celulose (U.S.A.) INC.	30/06/2025	2.875.546.985,29	3.571.175.414,65	1107841154,42	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SINC					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fibria Overseas Finance Ltd.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SOFL					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Fibria Terminal de Celulose de Santos - STCS					
Objeto contrato	O montante refere-se a prestação de serviço de agenciamento de serviço portuário					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Agenciamento de serviço portuário					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	30/06/2025	-31.499.466,57	-10.177.976,72	-37961559,72	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Fibria Terminal de Celulose de Santos - STCS					
Objeto contrato	Montante pago a Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com projetos/refere-se a prestação de serviço de agenciamento de serviço portuário, no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas/Agenciamento de serviço portuário					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fundação Arimax	30/06/2025	2.989,08	2.286,84	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Fundação Arymax					
Objeto contrato	O montante refere-se a doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambient					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Apoio a projetos sociais com a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FuturaGene Ltd.	30/06/2025	-749.673,53	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	FuturaGene Ltd.					
Objeto contrato	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologi					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ibema Companhia Brasileira de Papel	30/06/2025	107.158.140,61	81.018.325,86	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Ibema Companhia Brasileira de Papel					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de papel efetuadas pela sociedade controlada em conjunto Ibema até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ibema Companhia Brasileira de Papel	30/06/2025	-5.054.756,24	-2.417.023,26	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Ibema Companhia Brasileira de Papel					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere a compra de produtos para revenda da sociedade controlada em conjunto IBEMA até 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ibema Companhia Brasileira de Papel	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Ibema Companhia Brasileira de Papel					
Objeto contrato	O montante refere-se a dividendos a receber em 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	30/06/2025	-3.735.795,21	-1.225.057,70	-2450000	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável					
Objeto contrato	O montante refere-se a doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambient					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Apoio a projetos sociais com a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Ibema Companhia Brasileira de Papel					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com telefonia no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IPLF Holding S.A.	30/06/2025	3.106,95	262,18	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	IPLF Holding S.A.					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com telefonia no exercício de 2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	30/06/2025	-34.578.367,89	-48.753.817,52	31839687,81	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	ITACEL					
Objeto contrato	O montante refere-se a prestação de serviço de agenciamento de serviço portuário					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Agenciamento de serviço portuário					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mabex Representações e Participações Ltda.	30/06/2025	-1.006.638,91	-406.397,41	-891520,5	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	MABEX					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Maxcel					
Objeto contrato	O montante refere-se a dividendos a receber em 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda.	30/06/2025	0,00	0,00	-241461,83	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SZKC					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto a CIA até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mucuri Energética S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Mucuri Energética					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mucuri Energética S.A.	30/06/2025	2.422,85	340.853,20	-2259400,08	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Mucuri Energética					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de energia eletrica efetuada pela Companhia à controlada Mucuri Energetica até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Naman Capital Ltda	30/06/2025	4.227,62	2.440,30	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Bizma					
Objeto contrato	Montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como gastos com telefonia no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda	30/06/2025	-74.725,41	-14.859,10	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.					
Objeto contrato	O montante pago refere-se a prestação de serviço com as administração de imovéis, tais como acompanhamento de vistoria, pagamentos, dentre outros, pertencentes a Suzano S.A					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Consultoria imobiliária					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	30/06/2025	-39.045.802,51	-24.343.659,26	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Paineiras Logística e Transportes Ltda					
Objeto contrato	O montante refere se a prestação de serviço de frete rodoviário de cargas utilizando de veículos próprios ou terceiros e organização de logistica de transporte, armazenagem e movimentação de carga					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Agenciamento de transporte rodoviário					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	30/06/2025	219.502,46	187.555,50	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Paineiras Logística e Transportes Ltda					
Objeto contrato	Montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como gastos com telefonia, transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Agenciamento de transporte rodoviário					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PEI - Proj Esp. e Invest.	30/06/2025	0,00	-8.342.038,52	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	PEI - Proj Esp. e Invest.					
Objeto contrato	Comercialização de equipamentos e peças					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	30/06/2025	-42.460.372,76	-8.023.117,86	-46737148,7	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Portocel					
Objeto contrato	O montante refere-se a prestação de serviço de agenciamento de serviço portuário					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Agenciamento de serviço portuário					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Portocel					
Objeto contrato	O montante refere-se a dividendos a receber em 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Portocel					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como reembolso com apolice de seguro, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	30/06/2025	2.371.575,82	3.193.144,45	1680451,17	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Portocel					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto Portocell até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SBFC Participações Ltda	30/06/2025	6.236,24	0,00	8599,36	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SBFC Participações Ltda - FPLA					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de energia efetuadas pela controlada SBFC Participações à Companhia até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SBFC Participações Ltda	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SBFC Participações Ltda - FPLA					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere a compra de produtos para revenda da Cia controlada SBFC Participações até 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SBFC Participações Ltda	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SBFC Participações Ltda - FPLA					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como reembolso com apolice de seguro, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Stenfar S/A Indl. Com. Imp. Y.Exp.					
Objeto contrato	O montante pago refere-se a uma comissão de agente (fee) devido ao gerenciamento da carteira de clientes sobre as vendas efetuadas pela Stenfar no exercicio de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Comissão de agente					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	30/06/2025	-3.166.713,54	-456.346,28	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Stenfar S/A Indl. Com. Imp. Y.Exp.					
Objeto contrato	Montante pago a Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas tais como gastos com impostos, taxas, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	30/06/2025	73.871.284,59	32.122.842,37	125791354,48	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Stenfar S/A Indl. Com. Imp. Y.Exp.					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de papel efetuadas pela Companhia à controlada Stenfar até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	15/03/2017	0,00	-11.051.651.321,41	0	14/03/2047 00:00:00	7,590000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	12/09/2017	0,00	-692.271.558,16	0	14/07/2026 00:00:00	5,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	12/09/2017	0,00	-693.947.696,65	0	14/07/2026 00:00:00	6,451600
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	18/07/2016	0,00	-81.026.136,29	0	14/07/2026 00:00:00	6,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	02/07/2021	0,00	-4.221.270.418,75	0	15/01/2032 00:00:00	6,700000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	09/11/2018	0,00	-1.949.135.415,98	0	14/03/2047 00:00:00	6,900000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	29/05/2019	0,00	-3.334.061.423,00	0	15/01/2030 00:00:00	5,500000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	17/07/2019	0,00	-154.824.333,78	0	16/12/2047 00:00:00	5,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	22/04/2019	0,00	-142.818.484,24	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	07/03/2019	0,00	-157.201.124,84	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	12/02/2019	0,00	-892.878.468,13	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	19/06/2019	0,00	-162.169.477,76	0	15/01/2030 00:00:00	5,500000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	19/06/2019	0,00	-159.034.333,78	0	15/01/2030 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	26/06/2019	0,00	-157.690.333,78	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	27/06/2019	0,00	-317.160.667,56	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	28/06/2019	0,00	-79.366.166,89	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	29/03/2019	0,00	-81.500.562,42	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	07/02/2019	0,00	-344.666.531,07	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	08/02/2019	0,00	-694.568.062,14	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	14/06/2019	0,00	-59.949.125,16	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	14/06/2019	0,00	-645.013.911,12	0	16/12/2047 00:00:00	5,500000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	11/02/2019	0,00	-581.803.218,45	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	30/04/2019	0,00	-66.498.979,24	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	01/07/2019	0,00	-89.865.769,34	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	22/08/2019	0,00	-69.235.766,99	0	16/12/2047 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	16/04/2019	0,00	-60.844.921,82	0	15/01/2029 00:00:00	5,540000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	27/10/2020	0,00	-4.078.334.633,83	104150325,21	15/01/2031 00:00:00	4,500000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	27/09/2021	0,00	-2.651.237.107,68	50261822,13	15/09/2028 00:00:00	3,530000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	11/02/2021	0,00	-413.547.583,24	9257806,6	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	12/02/2021	0,00	-136.804.719,45	3085935,55	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	18/02/2021	0,00	-413.208.833,26	9257806,65	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	19/02/2021	0,00	-276.586.388,89	6171871,1	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	22/02/2021	0,00	-275.115.638,97	6171871,2	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	23/02/2021	0,00	-168.682.533,35	3703122,65	15/01/2031 00:00:00	4,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	20/09/2018	0,00	-5.114.207.091,74	112155211,36	15/01/2029 00:00:00	6,316800
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	05/02/2019	0,00	-31.674.260,44	0	15/01/2032 00:00:00	6,600000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Austria e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Austria) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de emissão de bonds. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	30/06/2025	4.286.443.624,80	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	Montante refere se a encargos financeiros sobre contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação, decorrente da captação por meio de emissão de bonds					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Encargos financeiros sobre contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Austria GmbH	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Austria GmbH					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de papel efetuadas pela Companhia à controlada Suzano Austriaaté 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Ecuador S.A.S.	30/06/2025	25.768.797,31	52.887.498,43	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SZEC					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto a CIA até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Finland Oy	30/06/2025	-4.582,39	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Finland Oy					
Objeto contrato	Produção e comercialização de celulose e celulose microfibrilada e pape					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Holding S.A.	30/06/2025	-542.681,32	-562.063,61	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Holding S.A.					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como gastos com telefonia, transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Holding S.A.	30/06/2025	0,00	-149,01	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Holding S.A.					
Objeto contrato	O montante envolvido refere-se a distribuição de dividendos do ano de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	30/06/2025	1.432.367.279,07	4.628.768.327,45	-407824601,34	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto a CIA até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	14/02/2018	0,00	-1.269.639.383,13	-82096368,85	13/02/2026 00:00:00	1,411610
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	07/12/2018	0,00	0,00	0	Indeterminada	1,150000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	14/08/2023	0,00	-128.292.199,02	-14017388,72	13/02/2026 00:00:00	1,411610
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	07/12/2023	0,00	0,00	-787897171,33	08/12/2025 00:00:00	1,411610
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	22/02/2024	0,00	-156.142.182,15	-7258287,18	13/02/2029 00:00:00	1,950000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	23/02/2024	0,00	-93.685.309,29	-4338733,47	13/02/2029 00:00:00	1,950000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	26/02/2024	0,00	-156.142.182,15	-7153856,35	13/02/2029 00:00:00	1,950000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	27/02/2024	0,00	-437.198.110,02	-19963203,82	13/02/2029 00:00:00	1,950000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	28/02/2024	0,00	-156.142.182,15	-7105660,68	13/02/2029 00:00:00	1,950000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	02/12/2024	0,00	-160.473.480,38	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	03/12/2024	0,00	-124.311.248,06	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	04/12/2024	0,00	-124.294.632,14	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	05/12/2024	0,00	-86.994.611,31	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	06/12/2024	0,00	-13.153.540.871,38	0	13/09/2027 00:00:00	1,700000
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	06/12/2024	0,00	-124.261.400,04	0	13/09/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	09/12/2024	0,00	-124.211.552,03	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	10/12/2024	0,00	-124.194.936,11	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	11/12/2024	0,00	-93.133.740,14	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Finance B.V.	12/12/2024	0,00	-68.293.091,27	0	09/11/2027 00:00:00	4,835200
Relação com o emissor	Suzano International Finance B.V. - SLOA					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Finance B.V. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	30/06/2025	11.941.768.327,31	5.386.910.077,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de papel e celulose efetuadas pela Companhia à controlada Suzano International Trade GmbH até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	30/06/2025	-278.259.266,56	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Montante refere se a encargos financeiros sobre contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação, decorrente da captação por meio de emissão de bonds					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Encargos financeiros sobre contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	23/11/2018	0,00	0,00	0	23/11/2025 00:00:00	3,810000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	13/12/2022	0,00	-62.242.022,90	-2018438,14	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	14/12/2022	0,00	-124.484.045,80	-4036876,28	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	15/12/2022	0,00	-93.363.034,32	-3027657,22	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	23/12/2022	0,00	-359.447.682,18	-11656480,38	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	03/01/2023	0,00	-280.089.102,95	-9082971,63	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	04/01/2023	0,00	-466.815.171,65	-15138286,12	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	05/01/2023	0,00	-466.815.171,72	-15138286,07	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	06/01/2023	0,00	-186.726.068,64	-6055314,43	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	09/01/2023	0,00	-93.363.034,32	-3027657,22	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	10/01/2023	0,00	-62.242.022,90	-2018438,14	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	07/02/2023	0,00	-155.605.057,22	-5046095,36	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	08/02/2023	0,00	-217.847.080,12	-7064533,56	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	09/02/2023	0,00	-155.605.057,22	-5046095,42	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	10/02/2023	0,00	-387.456.592,42	-12564777,44	05/12/2029 00:00:00	2,740000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	12/09/2023	0,00	-257.102.075,19	-9538524,98	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	13/09/2023	0,00	-96.413.278,20	-3576946,87	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	14/09/2023	0,00	-128.551.037,60	-4769262,49	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	15/09/2023	0,00	-192.826.556,40	-7153893,68	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	18/09/2023	0,00	-32.137.759,40	-1192315,62	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	25/09/2023	0,00	-96.413.278,20	-3576946,86	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	26/09/2023	0,00	-160.520.171,87	-5955322,08	02/01/2029 00:00:00	2,260000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	14/02/2018	0,00	-29.189.607,15	0	13/02/2026 00:00:00	1,150000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	15/08/2024	0,00	-1.654.900.769,11	-54888229,7	12/08/2031 00:00:00	2,470000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	20/08/2024	0,00	-635.952.456,99	-20623754,28	12/08/2031 00:00:00	2,470000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano International Trading GmbH	30/08/2024	0,00	-1.135.123.942,23	-65239902,56	12/08/2031 00:00:00	2,470000
Relação com o emissor	Suzano International Trade GmbH - SFIT					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano International Trading e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano International) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Material Technology Development Ltd.	30/06/2025	-11.249,75	83.502,53	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Material Technology Development Ltd.					
Objeto contrato	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologi					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Pulp and Paper America Inc.	30/06/2025	272.580.994,47	349.712.009,89	139046202,61	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Pulp and Paper America Inc.					
Objeto contrato	Escritório comercia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	1,150000
Relação com o emissor	Suzano Pulp & Paper Europe S.A - SZEU					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	1,150000
Relação com o emissor	Suzano Pulp & Paper Europe S.A - SZEU					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	1,150000
Relação com o emissor	Suzano Pulp & Paper Europe S.A - SZEU					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	O contrato financeiro em questão possui uma cláusula de pré-pagamento/recisão que determina que a devedora (suzano S.A.) deve arcar com todas as despesas que a credora (Suzano Trading ltd.) possa vir a incorrer devido a esse pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Captação por meio de sindicato dos bancos. O saldo existente contempla a atualização cambial e encargos incorridos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	30/06/2025	0,01	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Pulp & Paper Europe S.A - SZEU					
Objeto contrato	Contrato de empréstimos de pré-pagamento de exportação entre a Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e a Suzano S.A. para movimentação de saldo financeira entre companhia					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Shanghai Ltd.	30/06/2025	1.717.915.995,14	798.959.399,10	1985449580,71	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Suzano Shanghai Ltd.					
Objeto contrato	Captação de recursos financeiro					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Captação de recursos financeiros					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Singapore Pte. Ltd	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SSGP					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Ventures LLC	30/06/2025	-0,04	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	SVEN					
Objeto contrato	O montante recebido pela Cia referente a compartilhamento de custos e despesas corporativas, tais como, gastos com transmissão de dados, dentre outros no exercício de 202					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Veracel Celulose S.A.	30/06/2025	6.433.789,34	5.631,00	6925771,19	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Veracel Celulose S.A					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de outros produtos efetuadas pela sociedade controlada em conjunto Veracel até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total recebido no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Veracel Celulose S.A.	30/06/2025	0,00	0,00	0	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Veracel Celulose S.A					
Objeto contrato	O montante refere-se a dividendos a receber em 31/12/2024					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Veracel Celulose S.A.	30/06/2025	-6.529.630,05	0,00	-7195184,64	Indeterminada	0,000000
Relação com o emissor	Veracel Celulose S.A					
Objeto contrato	O montante envolvido se refere as vendas de energia efetuadas pela companhia à sociedade controlada em conjunto Veracel até 31/12/2024 e o montante em reais se refere ao total pago no mesmo período					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Transações Comerciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

A Companhia adota as melhores práticas de governança corporativa e fundamenta o ambiente de negócios nas recomendações e/ou exigências da legislação. Nesse sentido, o tema conflito de interesses é amplamente abordado nos diversos níveis e setores organizacionais através de diretrizes formalmente instituídas, controles e mecanismos próprios de cada processo e auditorias periódicas. Ainda, é importante destacar a participação do canal de denúncias no tema.

A Companhia estabelece as condições de conflito de interesse e a exigência de observação nas condições em que deve se dar uma transação em que uma parte possa ter conflito de interesses no seu Código de Ética e Conduta. Além disso, a Companhia estabeleceu um formulário de conflito de interesses, nos quais os colaboradores autodeclaram potenciais ou possíveis situações de conflito de interesses no exercício da atividade do colaborador na Companhia.

Conforme abordado nos itens 11.1 e 11.2 deste Formulário de Referência, são contratadas operações com partes relacionadas no curso regular dos negócios da Companhia. Algumas operações envolvem sociedades cujo capital social seja parcialmente e integralmente detido pela Companhia, portanto, sendo consolidadas de qualquer forma na Companhia e outras situações podem envolver uma parte relacionada nos termos da legislação vigente.

Essas contratações com Partes Relacionadas são orientadas pela Política de Partes Relacionadas e estão sujeitas à aprovação dos órgãos de governança corporativa (em especial, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração da Companhia), conforme atribuições definidas pelo Estatuto Social e respectivos regimentos. Destaca-se também a Comissão de Governança, que possui em suas atribuições a avaliação prévia das transações com Partes Relacionadas conforme definido na referida Política.

Além disso, conforme consta da Política de Partes Relacionadas da Companhia, quando da deliberação acerca de transação com parte relacionada que envolva um administrador ou pessoal chave da Companhia, o administrador ou pessoal chave envolvido deverá imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar nas deliberações que versem sobre a transação em que é parte relacionada. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, tais administradores ou pessoas chave poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Adicionalmente, abaixo estão mapeadas diretrizes determinantes relacionadas ao tema:

- Regimento Interno do Conselho de Administração, Capítulo VIII, cláusulas 20-25.
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, Capítulo III, cláusula 10, item VII e XI.
- Código de Ética e Conduta, Capítulo “Integridade”.
- Política de Partes Relacionas em sua integralidade, com destaque para o Capítulo 5.

Os esclarecimentos prestados e os procedimentos descritos acima se aplicam a todas as transações com Partes Relacionadas mencionadas no item 11.2 acima.

Todos os documentos acima mencionados estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.suzano.com.br/), na seção “Governança Corporativa”, itens ‘Administração” e “Estatuto, Códigos e Políticas”.

(o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam realizadas em caráter estritamente comutativo e, portanto, apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A Política de Partes Relacionadas da Companhia estabelece a criação de uma Comissão de Partes Relacionadas que tem como papel avaliar os termos e condições das transações com partes relacionadas, para identificar se o caráter comutativo das condições está estabelecido, se as condições estão adequadas ao mercado, se a parte que se relaciona com a Companhia participou do processo, entre outros critérios. De acordo com a Política de Parte Relacionada da Companhia, a avaliação e parecer da Comissão de Partes Relacionadas deve ocorrer antes da aprovação da referida transação .

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia, conforme elencados no item 11.2 acima, consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado e obrigações não pecuniárias para evitar prejuízo a uma das partes envolvidas no negócio.

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 11.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia considera que as operações com partes relacionadas indicadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia foram realizadas em conformidade com as práticas de mercado para operações semelhantes, seguido os mesmos critérios de avaliação, tomada de preço e procedimentos que norteiam negociações feitas com terceiros não relacionados à Companhia. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nas demais Seções deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
29/09/2017		0,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
780.119.712	0	780.119.712

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
09/08/2024		19.269.281.424,63
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.264.117.615	0	1.264.117.615

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
09/08/2024		19.269.281.424,63
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.264.117.615	0	1.264.117.615

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
09/08/2024		19.269.281.424,63
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.264.117.615	0	1.264.117.615

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Companhia
Data de emissão	15/09/2019
Data de vencimento	15/09/2028
Quantidade	750.000
Valor nominal global R$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	781.560.543,69
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) de vigência das Debêntures, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.24 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado, total ou parcial (seguindo os procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Valor de Resgate Antecipado"), acrescido, ainda, de prêmio incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado (observado que, caso o resgate antecipado facultativo de que trata esse item aconteça em qualquer data de pagamento de remuneração, deverá ser considerada Remuneração devida até tal data), correspondente ao percentual indicado na tabela abaixo (Pêmio), pelo Duration Remanescente (conforme definido abaixo), calculado de acordo com a seguinte fórmula. PUPrêmio = Prêmio * Duration Remanescente/252 * PUDebênture Período - Prêmio 15/09/2022 a 15/09/2024 - 0,4% 15/09/2024 a 15/09/2026 - 0,35% 15/09/2026 até vencimento - 0,3%
Características dos valores mobiliários de dívida	A Debênture se refere à dívida quirografária destinada integralmente para utilização no curso ordinário dos negócios da companhia, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. O agente fiduciário desta emissão é a Pentágono S.A. DTVM. A remuneração da debênture é 100% da Taxa DI + 1,2% a.a..
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Operação indexada a CDI, condição de juros dia útil base 252 e amortização em parcela única no nono ano. Agente fiduciário: Pentágono trustee. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.

Valor mobiliário	**Debêntures**

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária (1° Série)
Data de emissão	15/06/2023
Data de vencimento	15/06/2030
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	548.416.885,75
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, quais sejam, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto. Resgate Antecipado Facultativo Total nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, com consequente cancelamento das Debêntures efetivamente resgatadas, desde que se observem: (i) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentações aplicáveis; (ii) o disposto no inciso II do artigo 1°, §1°, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis; e (iii) os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir. O prazo médio ponderado mencionado no item "(i)" da Cláusula 5.24.1 acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas. O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas. O valor indicado no item "(i)" ou no item "(ii)" abaixo, dos dois o que for maior ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total" ou "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa" conforme o caso), observado, ainda, o disposto no inciso III, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, exclusive, conforme o caso; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva amortização extraordinária, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima à duration remanescente das Debêntures, na data do respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão, e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	A Debênture se refere à dívida quirografária destinada nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874 ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A Debênture possui remuneração de IPCA +6,0188% a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Operação indexada à inflação (IPCA), condição de juros dia útil base 252 e amortização em parcela única no sétimo ano. Agente fiduciário: Vortx.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária (2° Série)
Data de emissão	15/06/2023
Data de vencimento	15/06/2033
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	548.459.129,65
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, quais sejam, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto Resgate Antecipado Facultativo Total nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, com consequente cancelamento das Debêntures efetivamente resgatadas, desde que se observem: (i) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentações aplicáveis; (ii) o disposto no inciso II do artigo 1°, §1°, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis; e (iii) os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir. O prazo médio ponderado mencionado no item "(i)" da Cláusula 5.24.1 acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas. O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas. O valor indicado no item "(i)" ou no item "(ii)" abaixo, dos dois o que for maior Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total" ou "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa" conforme o caso), observado, ainda, o disposto no inciso III, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, exclusive, conforme o caso; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva amortização extraordinária, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima à duration remanescente das Debêntures, na data do respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão, e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	A Debênture se refere à dívida quirografária destinada nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874 ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A Debênture possui remuneração de IPCA +6,2477% a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Operação indexada à inflação (IPCA), condição de juros dia útil base 252 e amortização em parcela única no sétimo ano. Agente fiduciário: Vortx.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária (Única)
Data de emissão	15/09/2023
Data de vencimento	15/09/2038
Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R$	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.220.448.520,88
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, quais sejam, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto. Resgate Antecipado Facultativo Total nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, com consequente cancelamento das Debêntures efetivamente resgatadas, desde que se observem: (a) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentações aplicáveis; (b) o disposto no inciso II do artigo 1°, §1°, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis; e (c) os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir. O prazo médio ponderado mencionado no item "a" da Cláusula 6.24.1 acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas. O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas. O valor indicado no item "(i)" ou no item "(ii)" abaixo, dos dois o que for maior "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total" ou "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa" conforme o caso), observado, ainda, o disposto no inciso III, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, exclusive, conforme o caso; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, multiplicado pelo percentual que será objeto da respectiva amortização extraordinária, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima à duration remanescente das Debêntures, na data do respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão, e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	A Debênture se refere à dívida quirografária destinada nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874 ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A Debênture possui remuneração de IPCA +6,1889% a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Operação indexada à inflação(IPCA), condição de juros dia útil base 252 e amortização em três parcelas anuais consecutivas no décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto anos (inclusive). Agente fiduciário: Vortx.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, (1ª série)
Data de emissão	15/05/2024
Data de vencimento	15/05/2032
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.018.010.246,29
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a partir de 16 de maio de 2027, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, com consequente cancelamento das Debêntures da série efetivamente resgatadas, observados os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir: Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas; O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os titulares de Debêntures da série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares de Debêntures; O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a todos os titulares de Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de comunicação amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.23.1 da Escritura de Emissão, dirigida a todos os titulares de Debêntures, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total. A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá coincidir com qualquer Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da série; Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures deverá constar, dentre outras, informações sobre: (i) Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, que deverá ser um Dia Útil; (ii) Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures envolvidas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures a serem resgatadas; acrescido (a) da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures calculada pro rata temporis, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, exclusive; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures quando do resgate (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures”), acrescido ainda de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula: PUprêmio = Prêmio* DurationRemanescente/252 *PUdebênture onde: PUdebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, acrescido de demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Prêmio (ao ano, base 252 dias) = de 16 de maio de 2027 (inclusive) até de 16 de maio de 2030 (exclusive): 0,35% ou de 16 de maio de 2030 (inclusive) até Data de Vencimento das Debêntures: 0,25%
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não contarão com garantia real ou fidejussória, nem qualquer privilégio sobre os bens da Emissora. Assim, inexistirá qualquer segregação de bens da Emissora ou de terceiros para servir como garantia aos Debenturistas, particularmente em caso de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão. A Debênture possui remuneração de CDI +0,80% % a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Operação indexada à taxa de juros (CDI), condição de juros dia útil base 252 e amortização em duas parcelas anuais consecutivas no sétimo e oitavo ano (inclusive). Agente fiduciário: Vortx. A operação ainda não foi liquidada.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária (2ª série)
Data de emissão	15/05/2024
Data de vencimento	15/05/2034
Quantidade	4.000.000
Valor nominal global R$	4.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	4.073.034.021,68
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a partir de 16 de maio de 2027, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, com consequente cancelamento das Debêntures da série efetivamente resgatadas, observados os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir: Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas; O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os titulares de Debêntures da série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares de Debêntures; O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a todos os titulares de Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de comunicação amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.23.1 da Escritura de Emissão, dirigida a todos os titulares de Debêntures, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total. A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá coincidir com qualquer Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da série; Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures deverá constar, dentre outras, informações sobre: (i) Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, que deverá ser um Dia Útil; (ii) Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures envolvidas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures a serem resgatadas; acrescido (a) da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures calculada pro rata temporis, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, exclusive; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures quando do resgate (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures”), acrescido ainda de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula: PUprêmio = Prêmio* DurationRemanescente/252 *PUdebênture onde: PUdebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, acrescido de demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Prêmio (ao ano, base 252 dias) = de 16 de maio de 2027 (inclusive) até de 16 de maio de 2030 (exclusive): 0,35% ou de 16 de maio de 2030 (inclusive) até Data de Vencimento das Debêntures: 0,25%
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não contarão com garantia real ou fidejussória, nem qualquer privilégio sobre os bens da Emissora. Assim, inexistirá qualquer segregação de bens da Emissora ou de terceiros para servir como garantia aos Debenturistas, particularmente em caso de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão. A Debênture possui remuneração de CDI +1% % a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Operação indexada à taxa de juros (CDI), condição de juros dia útil base 252 e amortização em duas parcelas anuais consecutivas no nono e décimo ano (inclusive). Agente fiduciário: Vortx. A operação ainda não foi liquidada.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária (3° Série)
Data de emissão	15/05/2024
Data de vencimento	15/05/2036
Quantidade	900.000
Valor nominal global R$	900.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	959.211.194,32
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá optar, a partir de 16 de maio de 2027, a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures, com consequente cancelamento das Debêntures da série efetivamente resgatadas, observados os termos e condições estabelecidos nas Cláusulas a seguir: Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures; As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas; O Resgate Antecipado Facultativo Total será endereçado a todos os titulares de Debêntures da série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares de Debêntures; O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a todos os titulares de Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de comunicação amplamente divulgada nos termos da Cláusula 6.23.1 da Escritura de Emissão, dirigida a todos os titulares de Debêntures, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total. A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá coincidir com qualquer Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da série; Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures deverá constar, dentre outras, informações sobre: (i) Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, que deverá ser um Dia Útil; (ii) Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures envolvidas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures a serem resgatadas; acrescido (a) da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures calculada pro rata temporis, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, exclusive; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures quando do resgate (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures”), acrescido ainda de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula: PUprêmio = Prêmio* DurationRemanescente/252 *PUdebênture onde: PUdebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, acrescido de demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; Prêmio (ao ano, base 252 dias) = de 16 de maio de 2027 (inclusive) até de 16 de maio de 2030 (exclusive): 0,35% ou de 16 de maio de 2030 (inclusive) até Data de Vencimento das Debêntures: 0,25%
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não contarão com garantia real ou fidejussória, nem qualquer privilégio sobre os bens da Emissora. Assim, inexistirá qualquer segregação de bens da Emissora ou de terceiros para servir como garantia aos Debenturistas, particularmente em caso de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão. A Debênture possui remuneração de IPCA +6,11% a.a. e seu Agente Fiduciário é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Operação indexada à inflação (IPCA), condição de juros dia útil base 252 e amortização em duas parcelas anuais consecutivas no décimo primeiro e décimo segundo ano (inclusive). Agente fiduciário: Vortx. A operação ainda não foi liquidada.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	11080	89	464

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 – Brasil Bolsa Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) SUZB3. As debêntures de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 sob os códigos (*tickers)* SUZB18, SUZB19, SUZB29, SUZBA0, SUZBA1, SUZBB1 e SUZBC1.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
ADR		Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York

Entidade Administradora
Bolsa de Valores de Nova York

Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
10/12/2018	10/12/2018	3,09

Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação
Sim:	ADR nível 2

Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior
Sim:	Cada 1 ADR corresponde a 1 ação ordinária (SUZB3)

Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário
Sim:	The Bank of New York Mellon

Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante
Sim:	Itaú Unibanco S.A.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 3,125% 15/01/2032
Data de emissão	18/06/2021
Data de vencimento	15/01/2032
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R$	6.192.300.000,00
Saldo Devedor em Aberto	6.179.915.400,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 15 de outubro de 2031, a Emissora poderá resgatar os Bonds, no todo ou em parte, de tempos em tempos, a preço de resgate igual ao maior entre (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate)(calculado a uma taxa de 3,125% por ano até o período de juros imediatamente seguinte a 16 de julho de 2026, no momento em que a taxa de juros deverá ser considerada como a taxa de juros subsequente a não ser que o objetivo de performance de sustentabilidade tenha sido satisfeito, com relação ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2026 e a Companhia tenha fornecido confirmação ao Agente Fiduciário juntamente com a relativa confirmação por um terceiro devidamente qualificado para tanto, ao menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026 e 16 de julho de 2027) como se os Bonds fossem resgatados em 15 de outubro de 2031, descontada da data de resgate em uma base semi-anual (considerando um ano de 360 dias, composto por 12 meses de 30 dias), à taxa de Tesouro Americano somado a 30 pontos base, e, em cada caso, qualquer juros incorridos e não pagos e valores adicionais, se houver, sobre as Notes até a data de resgate, conforme calculado pelo banco de investimento independente. A qualquer momento após, e incluindo, 15 de outubro de 2030, a Emissora poderá resgatar as Notes, no todo ou em partes e de tempos em tempos, no valor de resgate igual a 100% do valor principal das Notes resgatadas, somados aos juros incorridos e não pagos auferidos sobre o valor principal das Note resgatadas, em tal data de resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/01/2032. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Estados Unidos. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US86964WAK80, condição de juros à 30/360, pagamentos programados a cada 6 meses, em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano após 15 de janeiro de 2022. Valor do principal original: US$ 1.000.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 7,00% 16/03/2047
Data de emissão	16/03/2017
Data de vencimento	16/03/2047
Quantidade	300.000

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor nominal global R$	1.857.690.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.857.690.000,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 16/03/2047. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA8372TAC20, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 300.000.000

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 7,00% 16/03/2047 (3º Re-Tap)
Data de emissão	21/05/2019
Data de vencimento	16/03/2047
Quantidade	250.000
Valor nominal global R$	1.548.075.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.548.075.000,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 16/03/2047. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA8372TAC20, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal original: US$ 250.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 7,00% 16/03/2047 (1º Re-Tap)
Data de emissão	12/09/2017
Data de vencimento	16/03/2047
Quantidade	200.000
Valor nominal global R$	1.238.460.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.238.460.000,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 16/03/2047. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA8372TAC20, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 200.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 7,00% 16/03/2047 (2º Re-Tap)

12.7 Títulos emitidos no exterior

Data de emissão	06/11/2018
Data de vencimento	16/03/2047
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	3.096.150.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.096.150.000,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 16/03/2047. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA8372TAC20, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 500.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 5,00% 15/01/2030
Data de emissão	21/05/2019
Data de vencimento	15/01/2030
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R$	6.192.300.000,00
Saldo Devedor em Aberto	6.155.146.200,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 15 de outubro de 2029, a Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de "integralização", acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, até a data do resgate, sendo que na ocasião de resgate parcial, deverão permancer em circulação um saldo de Bonds no valor maior ou igual US$ 150 milhões. Após 15 de outubro de 2029, a Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a um preço de resgate igual a 100% do valor de principal, sendo acrescido juros acumulados e não pagos, até a data de resgate.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora A data de vencimento é 15/01/2030. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Estados Unidos. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: (i) Restricted: 86964WAG7 / (ii) Regulation S: A8372TAK4; condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 1.000.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 3,75% 15/01/2031 (Re-Tap)
Data de emissão	14/09/2020
Data de vencimento	15/01/2031
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	3.096.150.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.091.196.160,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 15 de outubro de 2030, a Emissora poderá resgatar os Bonds, no todo ou em parte, de tempos em tempos, a preço de resgate igual ao maior entre (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate)(calculado a uma taxa de 3,75% por ano até o período de juros imediatamente seguinte a 16 de julho de 2026, no momento em que a taxa de juros deverá ser considerada como a taxa de juros subsequente a não ser que o objetivo de performance de sustentabilidade tenha sido satisfeito, com relação ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e a Companhia tenha forncedido confirmação ao Agente Fiduciário juntamente com a relativa confirmação por um terceiro devidamente qualificado para tanto, ao menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026) como se os Bonds fossem resgatados em 15 de outubro de 2030, descontada da data de resgate em uma base semi-anual (considerando um ano de 360 dias, composto por 12 meses de 30 dias), à taxa de Tesouro Americano somado a 50 pontos base, e, em cada caso, qualquer juros incorridos e não pagos e valores adicionais, se houver, sobre as Notes até a data de resgate, conforme calculado pelo banco de investimento independente. A qualquer momento após, e incluindo, 15 de outubro de 2030, a Emissora poderá resgatar as Notes, no todo ou em partes e de tempos em tempos, no valor de resgate igual a 100% do valor principal das Notes resgatadas, somados aos juros incorridos e não pagos auferidos sobre o valor ´rincipal das Note resgatadas, em tal data de resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/01/2031. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Estados Unidos. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US86964WAJ18, condição de juros à 30/360, pagamentos programados a cada 6 meses, em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano após 15 de janeiro de 2021. Valor do principal original: US$ 500.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 3,75% 15/01/2031
Data de emissão	14/09/2020
Data de vencimento	15/01/2031
Quantidade	750.000
Valor nominal global R$	4.644.225.000,00
Saldo Devedor em Aberto	4.636.794.240,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 15 de outubro de 2030, a Emissora poderá resgatar os Bonds, no todo ou em parte, de tempos em tempos, a preço de resgate igual ao maior entre (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate)(calculado a uma taxa de 3,75% por ano até o período de juros imediatamente seguinte a 16 de julho de 2026, no momento em que a taxa de juros deverá ser considerada como a taxa de juros subsequente a não ser que o objetivo de performance de sustentabilidade tenha sido satisfeito, com relação ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e a Companhia tenha forncedido confirmação ao Agente Fiduciário juntamente com a relativa confirmação por um terceiro devidamente qualificado para tanto, ao menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026) como se os Bonds fossem resgatados em 15 de outubro de 2030, descontada da data de resgate em uma base semi-anual (considerando um ano de 360 dias, composto por 12 meses de 30 dias), à taxa de Tesouro Americano somado a 50 pontos base, e, em cada caso, qualquer juros incorridos e não pagos e valores adicionais, se houver, sobre as Notes até a data de resgate, conforme calculado pelo banco de investimento independente. A qualquer momento após, e incluindo, 15 de outubro de 2030, a Emissora poderá resgatar as Notes, no todo ou em partes e de tempos em tempos, no valor de resgate igual a 100% do valor principal das Notes resgatadas, somados aos juros incorridos e não pagos auferidos sobre o valor principal das Note resgatadas, em tal data de resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/01/2031. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Estados Unidos. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US86964WAJ18, condição de juros à 30/360, pagamentos programados a cada 6 meses, em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano após 15 de janeiro de 2021. Valor do principal original: US$ 750.000.000.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 2,500% 15/09/2028
Data de emissão	13/09/2021
Data de vencimento	15/09/2028
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	3.096.150.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.096.150.000,00
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Antes de 15 de julho de 2028, a Emissora poderá resgatar os Bonds, no todo ou em parte, de tempos em tempos, a preço de resgate igual ao maior entre (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate)(calculado a uma taxa de 2,500% por ano até o período de juros imediatamente seguinte a 16 de setembro de 2026, no momento em que a taxa de juros deverá ser considerada como a taxa de juros subsequente a não ser que o objetivo de performance de sustentabilidade tenha sido satisfeito, com relação ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2026 e a Companhia tenha fornecido confirmação ao Agente Fiduciário juntamente com a relativa confirmação por um terceiro devidamente qualificado para tanto, ao menos 30 dias antes de 16 de setembro de 2026 e 16 de setembro de 2027) como se os Bonds fossem resgatados em 15 de julho de 2028, descontada da data de resgate em uma base semi-anual (considerando um ano de 360 dias, composto por 12 meses de 30 dias), à taxa de Tesouro Americano somado a 25 pontos base, e, em cada caso, qualquer juros incorridos e não pagos e valores adicionais, se houver, sobre as Notes até a data de resgate, conforme calculado pelo banco de investimento independente. A qualquer momento após, e incluindo, 15 de julho de 2028, a Emissora poderá resgatar as Notes, no todo ou em partes e de tempos em tempos, no valor de resgate igual a 100% do valor principal das Notes resgatadas, somados aos juros incorridos e não pagos auferidos sobre o valor principal das Note resgatadas, em tal data de resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/09/2028. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Estados Unidos. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US86964WAL63, condição de juros à 30/360, pagamentos programados a cada 6 meses, em 15 de março e 15 de setembro de cada ano após 15 de março de 2022. Valor do principal original: US$ 500.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 6,00% 15/01/2029
Data de emissão	20/09/2018
Data de vencimento	15/01/2029
Quantidade	1.000.000

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor nominal global R$	6.192.300.000,00
Saldo Devedor em Aberto	6.157.269.274,29
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária destinada a gastos gerais e à compra de ações da Fibria, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/01/2029. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha, Estados Unidos e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: (i) Restricted: US86964WAC64 / (ii) Regulation S: USA8372TAF50; condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 1.000.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 6,00% 15/01/2029 (Re-Tap)
Data de emissão	29/01/2019
Data de vencimento	15/01/2029
Quantidade	750.000
Valor nominal global R$	4.644.225.000,00
Saldo Devedor em Aberto	4.617.951.955,71
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária destinada a gastos gerais e à compra de ações da Fibria, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 15/01/2029. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha, Estados Unidos e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: (i) Restricted: US86964WAC64 / (ii) Regulation S: USA8372TAF50; condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor Original: US$ 750.000.000.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Fibria 4,00% 14/01/2025
Data de emissão	14/11/2017
Data de vencimento	14/01/2025
Quantidade	600.000
Valor nominal global R$	3.715.380.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.103.227.079,60
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, em qualquer momento antes de 14 de novembro de 2024 (que é a data que é dois meses antes do vencimento das notas, o "Par Call Data "), o emitente ou a Fibria Celulose podem, a seu critério, resgatar as notas, no todo ou em parte a qualquer momento e de tempos em tempos, por pagando o maior de (i) 100% do valor principal das notas e (ii) o valor "total do total" aplicável, em cada caso, mais juros acumulados e não pagos sobre o valor principal das notas que estão sendo resgatados (mas excluindo) a data de resgate. Em e depois a Data de Chamada Par, o emissor ou a Fibria Celulose podem, a seu critério, resgatar as notas, no todo ou em parte, a qualquer momento e de tempo, a um preço de resgate igual a 100% do valor do principal das notas mais juros acumulados e não pagos à data de redenção. As notas também podem ser resgatadas, na totalidade, mas não em parte, a 100% do seu valor principal acrescido de juros acumulados em qualquer tempo após a ocorrência de eventos específicos relacionados à lei de uma jurisdição tributável relevante II. Mediante pagamento de prêmio, da totalidade das notas a qualquer tempo, a critério do emitente ou da Fibria Celulose. III. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será de até 100% do valor de principal e a soma do valor presente das parcelas de juros e principal remanescentes descontados na data do resgate à taxa equivalente à Treasury + 0,30%.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, emitidos por meio da controlada Fibria Overseas Finance Ltd. Não há concessão de garantia real. A Fibria garante irrevogável e incondicionalmente o total pagamento de principal, juros e outros montantes devidos, no caso de uma falha de pagamento pela Fibria Overseas. O Deustche Bank atua como trustte, registrar, paying agent e transfer agent das notas no âmbito da escritura de emissão e tem como função principal assegurar o direito dos investidores. A data de vencimento é 14/01/2025. País: Holanda. Jurisdição bolsa: Alemanha. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US31572UAG13; condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 600.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Green Bond Fibria 5,50% 14/01/2027
Data de emissão	17/01/2017
Data de vencimento	17/01/2027
Quantidade	700.000
Valor nominal global R$	4.334.610.000,00
Saldo Devedor em Aberto	4.334.610.000,00

12.7 Títulos emitidos no exterior

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, mediante pagamento de prêmio, da totalidade das notas a qualquer tempo, a critério da Fibria, ou de partes das notas periodicamente. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O valor do resgate será de até 100% do valor de principal e a soma do valor presente das parcelas de juros e principal remanescentes descontados na data do resgate à taxa equivalente à Treasury + 0,50%.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 17/01/2027. País: Holanda. Jurisdição bolsa: Alemanha. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: US31572UAF30; condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 700.000.000.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 5,75% 14/07/2026
Data de emissão	14/07/2016
Data de vencimento	14/07/2026
Quantidade	500.000
Valor nominal global R$	3.096.150.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.284.874.661,64
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 14/07/2026. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA9890AAA81, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 500.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano 5,75% 14/07/2026 (Re-Tap)
Data de emissão	12/09/2017
Data de vencimento	14/07/2026
Quantidade	200.000
Valor nominal global R$	1.238.460.000,00
Saldo Devedor em Aberto	913.949.864,66
Possibilidade resgate	Sim

12.7 Títulos emitidos no exterior

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base em um prêmio de mercado, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 100% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds. Os descontos para a data de resgate devem ser feitos em uma base semi-anual (supondo um ano de 360 dias com doze meses de 30 dias) à taxa do Tesouro Americano mais 50 pontos base, além de quaisquer juros e outros montantes adicionais acumulados e não pagos, se houver, referente a tais Bonds para a data do resgate, calculado pelo banqueiro de investimento.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões e transferência do controle acionário da Suzano e da Emissora. A data de vencimento é 14/07/2026. País: Áustria. Jurisdição bolsa: Alemanha e Luxemburgo. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: USA9890AAA81, condição de juros à 30/360, operação bullet. Valor do principal: US$ 200.000.000.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Suzano Panda Bond 2,8%
Data de emissão	15/11/2024
Data de vencimento	15/11/2027
Quantidade	1.200.000
Valor nominal global R$	1.027.625.501,31
Saldo Devedor em Aberto	1.027.625.501,31
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Somente podem ser vendidos e distribuídos entre “institutional investors” do Interbank Market (China’s interbank bond market)
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar os Bonds ao todo, ou em parte, a qualquer momento a preço de resgate com base no preço original, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver, para a data do resgate, conforme estabelecido em Prospecto. O preço de resgate é igual a (i) 105% do valor principal, e (ii) a soma dos valores presentes, calculada a partir da data do resgate, dos restantes pagamentos programados de principal e juros (excluindo juros incorridos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data dos vencimentos dos Bonds.
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bond se refere à dívida quirografária, possuindo as seguintes restrições: (i) o título estabelece determinadas restrições para alienação de todos ou parte substancial da totalidade de seus ativos em uma transação ou série de transações e (ii) o título estabelece determinadas restrições quanto a incorporações, fusões, cessões. A data de vencimento é 15/11/2027. País: Holanda. Jurisdição bolsa: China. Mais informações sobre a emissão estão descritas no item 12.9 deste formulário.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Código ISIN: CND100008M710, condição de actual 365, operação bullet. Valor do principal: RMB 1.200.000.000.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples

Em 29 de maio de 2024, ocorreu a liquidação da captação de recursos realizada através da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição conforme o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 160/2022") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características:

• Valor Total da Emissão: R$ 5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais), sendo (i) R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) referentes às Debêntures da primeira série; (ii) R$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) referentes às Debêntures da segunda série; e (iii) R$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) referentes às Debêntures da terceira série.

• Data de Emissão: 15 de maio de 2024

• Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures foram destinados a investimento em projeto prioritário, referentes as debêntures da terceira série e refinanciamento e alongamento do perfil de endividamento da Companhia, referentes as debêntures da primeira e segunda série.

10ª (décima) emissão de debêntures simples

Em 18 de setembro de 2023, ocorreu a liquidação da captação de recursos, realizada através da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, às quais foram objeto de oferta pública de distribuição conforme o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM nº 160/2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características:

• Valor Total da Emissão: R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

• Data de Emissão: 15 de setembro de 2023.

• Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures foram integralmente destinados a investimentos relativos à geração de energia no âmbito do Projeto Cerrado, considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, do Decreto nº 8.874 de 11 de outubro de 2016 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 1.437, de 2 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 6 de junho de 2022.

9ª (nona) emissão de debêntures simples

Em 29 de junho de 2023, ocorreu a liquidação da captação de recursos, realizada através da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, às quais foram objeto de oferta pública de distribuição conforme o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM nº 160/2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características:

• Valor Total da Emissão: R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

• Data de Emissão: 15 de junho de 2023.

• Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures foram integralmente destinados a investimentos relativos à geração de energia no âmbito do Projeto Cerrado, considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, do Decreto nº 8.874 de 11 de outubro de 2016 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 1.437, de 2 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 6 de junho de 2022.

12.9 Outras informações relevantes

Oferta pública de CPR-Fs

Em 15 de setembro de 2025, a Companhia emitiu 2.000.000 (dois milhões) de cédulas de produto rural com liquidação financeira, escriturais, em 3 (três) séries, com as características descritas abaixo:

Valor mobiliário	Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira.
Identificação do valor mobiliário	1ª (primeira) emissão de cédulas de produto rural com liquidação financeira, escriturais, em 3 (três) séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição.
Data de emissão	15 de setembro de 2025.
Data de vencimento	1ª série: 15 de setembro de 2033. 2ª série: 15 de setembro de 2035. 3ª série: 15 de setembro de 2037.
Quantidade	1ª série: 293.255. 2ª série: 956.745. 3ª série: 750.000. Total: 2.000.000.
Valor nominal global R$	1ª série: R$ 293.255.000,00. 2ª série: R$ 956.745.000,00. 3ª série: R$ 750.000.000,00. Total: R$2.000.000.000,00.
Saldo Devedor em Aberto	R$2.000.000.000,00.
Restrição a circulação	Não.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contado da Data de Emissão (inclusive), ou seja, a partir de 15 de setembro de 2026, realizar a liquidação antecipada facultativa da totalidade das CPR-Fs de uma ou de todas as Séries ("Liquidação Antecipada Facultativa Total"), observados os termos e condições abaixo dispostos. A Liquidação Antecipada Facultativa Total somente será realizada mediante a publicação de anúncio no website da Companhia, e envio de cópia para o Agente de CPR-F, a B3 e a ANBIMA (em qualquer caso, "Comunicação de Liquidação Antecipada Facultativa Total"), com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data da efetiva Liquidação Antecipada Facultativa Total ("Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total"), sendo que em referida Comunicação de Liquidação Antecipada Facultativa Total deverá constar: (i) a Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a menção dos componentes do valor de pagamento, conforme previstos no Termo de Emissão; (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Liquidação Antecipada Facultativa Total; e (iv) quaisquer outras informações consideradas relevantes pela Companhia para conhecimento dos Titulares de CPR-Fs. O Agente de CPR-F fica autorizado a divulgar, na sua na rede mundial de computadores, a Comunicação de Liquidação Antecipada Facultativa Total. Valor da Liquidação Antecipada Facultativa Total – Primeira Série. Por ocasião da Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Primeira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente: (i) ao Valor Nominal Unitário das CPR-Fs Primeira Série, acrescido (ii) da Remuneração das CPR-Fs Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das CPR-Fs Primeira

12.9 Outras informações relevantes

	Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Liquidação Antecipada Facultativa Total; (iii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às CPR-Fs objeto da Liquidação Antecipada Facultativa Total devidos e não pagos até a data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, se houver; ("Valor de Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Primeira Série"), acrescido ainda de prêmio incidente sobre o Valor de Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Primeira Série ("Prêmio de Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Primeira Série"), calculado de acordo com a fórmula disposta no Termo de Emissão. Valor da Liquidação Antecipada Facultativa Total – Segunda Série. Por ocasião da Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens e abaixo ("Valor de Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Segunda Série"): (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das CPR-Fs Segunda Série, acrescido (a) da Remuneração das CPR-Fs Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das CPR-Fs Segunda Série imediatamente anterior das CPR-Fs Segunda Série, conforme o caso (inclusive), até a Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos devidos e não pagos referentes às CPR-Fs Segunda Série; e (ii) valor presente da soma das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário das CPR-Fs Segunda Série e (a) da respectiva Remuneração das CPR-Fs Segunda Série, desde a data da Liquidação Antecipada Facultativa Total até a sua Data de Vencimento, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das CPR-Fs Segunda Série, na Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, acrescido exponencialmente de uma taxa negativa de -0,65% (sessenta e cinco centésimos negativos por cento), calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos devidos e não pagos referentes às CPR-Fs Segunda Série. Valor da Liquidação Antecipada Facultativa Total – Terceira Série. Por ocasião da Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Terceira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens e abaixo ("Valor de Liquidação Antecipada Facultativa Total das CPR-Fs Terceira Série"): (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das CPR-Fs Terceira Série, acrescido (a) da Remuneração das CPR-Fs Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira

12.9 Outras informações relevantes

	Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das CPR-Fs Terceira Série imediatamente anterior das CPR-Fs Terceira Série, conforme o caso (inclusive), até a Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos devidos e não pagos referentes às CPR-Fs Terceira Série; e (ii) valor presente da soma das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário das CPR-Fs Terceira Série e **(a)** da respectiva Remuneração das CPR-Fs Terceira Série, desde a data da Liquidação Antecipada Facultativa Total até a sua Data de Vencimento, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das CPR-Fs Terceira Série, na Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data da Liquidação Antecipada Facultativa Total, acrescido exponencialmente de uma taxa negativa de -0,63% (sessenta e três centésimos negativos por cento), calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos devidos e não pagos referentes às CPR-Fs Terceira Série. Oferta de Liquidação Antecipada. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de liquidação antecipada da totalidade das CPR-Fs de uma ou de todas as Séries. A Oferta de Liquidação Antecipada será endereçada a todos os Titulares de CPR-Fs da respectiva Série, sendo assegurada a todos os Titulares de CPR-Fs a igualdade de condições para aceitar a liquidação antecipada das CPR-Fs de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão ("Oferta de Liquidação Antecipada"). A Companhia realizará a Oferta de Liquidação Antecipada por meio da divulgação de anúncio, nos termos previsto no Termo de Emissão e com envio da cópia ao Agente de CPR-F ("Comunicação de Oferta de Liquidação Antecipada"), com, no mínimo, 10 (dias) dias de antecedência da data em que se pretende realizar a liquidação antecipada decorrente da Oferta de Liquidação Antecipada, sendo que em referida Comunicação de Oferta de Liquidação Antecipada deverá constar (i) o valor do prêmio de liquidação antecipada, caso exista, que não poderá ser negativo; (ii) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, com cópia ao Agente de CPR-F, pelos Titulares de CPR-Fs que aceitarem a Oferta de Liquidação Antecipada; (iii) a data efetiva para a liquidação antecipada das CPR-Fs e pagamento aos Titulares de CPR-Fs, que deverá ser um Dia Útil; e (iv) as demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Titulares de CPR-Fs e operacionalização da liquidação antecipada das CPR-Fs.
Características dos valores mobiliários de dívida	Prazo: 1ª série: 8 (oito) anos contados da data de emissão.

12.9 Outras informações relevantes

	2ª série: 10 (dez) anos contados da data de emissão. 3ª série: 12 (doze) anos contados da data de emissão. Amortização: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e liquidação antecipada previstas no Termo de Emissão, (i) o saldo do Valor Nominal Unitário das CPR-Fs Primeira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das CPR-Fs Primeira Série; (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das CPR-Fs Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das CPR-Fs Segunda Série; e (iii) o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das CPR-Fs Terceira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das CPR-Fs Terceira Série (cada uma das datas, "Data de Amortização"). Juros Remuneratórios: 1ª série: juros remuneratórios equivalentes a 96,50% (noventa e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo" expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. 2ª série: incidirá juros remuneratórios correspondentes a 7,0753% (sete inteiros e setecentos e cinquenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. 3ª série: juros remuneratórios correspondentes a 7,0968% (sete inteiros e novecentos e sessenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Garantias	Não aplicável
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Com relação as alterações dos direitos assegurados por tais títulos, o título prevê que para as alterações de menor complexidade não há necessidade de consentimento dos titulares. Para as alterações de maior complexidade e que tenham impacto relevante nos títulos há necessidade de prévia aprovação dos titulares.
Outras características relevantes	Vencimento Antecipado: Observado o disposto no Termo de Emissão, o Agente de CPR-F deverá considerar antecipadamente vencidas, de modo automático ou após deliberação dos Titulares de CPR-F reunidos em Assembleia Geral de Titulares de CPR-Fs, todas as obrigações constantes do Termo de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ocorrência das hipóteses descritas no Termo de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"). Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das CPR-Fs, a Emitente deverá pagar a totalidade das CPR-Fs, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal pagar a totalidade das CPR-Fs, conforme o caso, das CPR-Fs Primeira Série ou pelo Valor Nominal Unitário Atualizado ou ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das CPR-Fs Segunda

12.9 Outras informações relevantes

	Série e das CPR-Fs Terceira Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização da respectiva série ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior à respectiva série, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente nos termos do Termo de Emissão. Agente de CPR-F: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Restrições	Restrições à distribuição de dividendos: constitui hipótese de vencimento antecipado não automático a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja em mora com suas obrigações pecuniárias relativas aos pagamentos de remuneração, amortização, liquidação antecipada facultativa total, amortização extraordinária facultativa das CPR-Fs e demais pagamentos devidos, pela Companhia, aos titulares de CPR-Fs, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na data de emissão das CPR-Fs; Restrições à realização de operações societárias: constitui hipótese de vencimento antecipado não automático a realização de operações societárias de transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (drop down), ou qualquer outra forma de reorganização que tenha como efeito uma combinação de negócios, cujo efeito seja (a) a verificação de troca de controle, nos termos previstos no termo de emissão, e/ou (b) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia é a incorporada) da Companhia, exceto pelo permitido no termo de emissão.
Número de titulares de valores mobiliários	Pessoas Físicas: 6.813 Pessoas Jurídicas: 4 Investidores Institucionais: 16

Oferta privada de Senior Notes no exterior

Bond 2025

Em 9 de novembro de 2017, Fibria Overseas Finance Ltd., subsidiária internacional da Companhia, concluiu a emissão no mercado internacional de títulos de dívida, o "Bond Fibria 2025", com vencimento para janeiro de 2025, com taxa de juros fixa de 4% a.a., com pagamento semestral, e montante de US$ 600 milhões.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao

12.9 Outras informações relevantes

valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de Senior Notes equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda detodos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do Trustee neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 100 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 100 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as Senior Notes não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela agência Fitch Ratings, Inc. e BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group.

Bond 2026 (Green Bonds)

Em 14 de julho de 2016 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de Senior Notes no mercado internacional no valor de US$ 500 milhões, com vencimento em 14 de julho de 2026, com cupom de 5,75% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 5,875% a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que

12.9 Outras informações relevantes

deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante**.**

As *Senior Notes* receberam em 2016 classificação de risco BB+ pela agência Fitch Ratings, Inc. e BB+ estável pela Standard & Poor's Ratings Group. A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Re-Tap Bond 2026 (Set/17)

Em 12 de setembro de 2017 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 200 milhões, com vencimento em 14 de julho de 2026, com cupom de 5,75% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 4,625%a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que

12.9 Outras informações relevantes

deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2017 classificação de risco BB+ pela agência Fitch Ratings, Inc. e BB+ estável pela Standard & Poor's Ratings Group. A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Bond 2027 (Green Bonds)

Em 11 de janeiro de 2017, a Fibria Overseas Finance Ltd, subsidiária internacional da Companhia concluiu a emissão no mercado internacional de títulos de dívida, o “Green Bond Fibria 2027”, com vencimento para 2027, com taxa de juros fixa de 5,5% a.a., com pagamento semestral, e montante de US$ 700 milhões.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que

12.9 Outras informações relevantes

deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 100 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 100 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela agência Fitch Ratings, Inc. e BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group.

Bond 2029

Em 20 de setembro de 2018 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 1 bilhão, com vencimento em 15 de janeiro de 2029, com cupom de 6,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 6,125% a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que

12.9 Outras informações relevantes

deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos. Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Note*s, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 75 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, da Áustria ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Note*s; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Re-Tap Bond 2029 (Janeiro/2019)

Em 29 de janeiro de 2019 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 750 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2029, com cupom de 6,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 5,465% a.a.

As *Senior Note*s não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 75 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, da Áustria ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Note*s não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2019 classificação de risco BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Bond 2030 (Mai/19)

Em 21 de maio de 2019 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Note*s no mercado internacional no valor de US$ 1 bilhão, com vencimento em 15 de janeiro de 2030, com cupom de 5,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 5,18%a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Note*s não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante**.**

As *Senior Notes* receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela agência Fitch Ratings, Inc. e BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Bond 2047

Em 09 de março de 2017 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 300 milhões, com vencimento em 16 de março de 2047, com cupom de 7,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 7,375% a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiária s;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2017 classificação de risco BB+ pela agência Fitch Ratings, Inc. e BB+ pela Standard & Poor's Ratings Group. A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Re-Tap Bond 2047 (Set/17)

Em 12 de setembro de 2017 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 200 milhões, com vencimento em 16 de março de 2047, com cupom de 7,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 6,30%a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante**.**

As *Senior Note*s receberam em 2017 classificação de risco BB+ pela agência Fitch Ratings, Inc. e BB+ pela Standard & Poor's Ratings Group A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Re-Tap Bond 2047 (Nov/18)

Em 06 de novembro de 2018 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 500 milhões, com vencimento em 16 de março de 2047, com cupom de 7,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 6,85%a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante**.**

As Senior Notes receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela agência Fitch Ratings, Inc. e BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings. Re-Tap Bond 2047 (Mai/19).

Em 21 de maio de 2019 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta privada de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 250 milhões, com vencimento em 16 de março de 2047, com cupom de 7,00% a.a., e retorno para o investidor de (*yield to maturity*) 6,245%a.a.

As *Senior Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Senior Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Senior Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Senior Notes* equivalentes a 25% do valor em aberto dos títulos terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento do valor do principal ou dos juros não sanada pela emissora ou pela Companhia;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de restrições relacionadas à consolidação, fusão ou venda de todos ou substancialmente todos os ativos;

c. descumprimento ou não observância pela emissora ou pela Companhia de dispositivos contidos no *Indenture* ou no *Description of the Notes*, que não tenha sido devidamente sanado após o recebimento de notificação do *Trustee* neste sentido;

d. não pagamento ou vencimento antecipado de dívida da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, cujo valor do principal seja igual ou superior a US$ 50 milhões;

e. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 50 milhões (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

f. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer subsidiária relevante, não contestado ou indeferido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou trânsito em julgado contra a emissora, a Companhia ou tais subsidiárias, nos termos da legislação vigente sobre falências e recuperação judicial, ou, ainda, ocorrência de evento cujos efeitos nos termos da legislação brasileira, das Ilhas Cayman ou de qualquer outro país, seja substancialmente semelhante aos do decreto da falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de tais subsidiárias;

g. as *Senior Notes* não estarem em vigor por qualquer motivo que não os previstos no *Indenture* e a Companhia não reconhecer a garantia por ela prestada perante as *Senior Notes*; e

h. todos ou a maioria dos ativos ou receita da emissora, da Companhia ou de suas subsidiárias relevantes forem confiscados ou penhorados por decreto de autoridade governamental ou se a emissora, a Companhia ou suas subsidiárias relevantes forem impedidas de dispor de tais ativos ou receita por autoridade governamental por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias consecutivos. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

As *Senior Notes* receberam em 2018 classificação de risco BBB- pela agência Fitch Ratings, Inc. e BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group A partir de então estas agências revisaram os ratings e a classificação desta emissão atualmente BBB- pela Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings.

Bond 2031

Em 14 de setembro de 2020 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta de Global Notes no mercado internacional no valor de US$ 750 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2031, com juros de 3,75% a.a., e 4,00% a.a. após 16 de julho de 2026.

As *Global Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Global Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Global Note*s equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Global Notes* terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento dos juros sob qualquer das *Global Notes* não sanada pela emissora ou pela Companhia em um período de 30 dias; ou falha em pagara o valor principal ou o prêmio, se houver (ou valor adicional, se houver), em qualquer das *Global Notes* na data devida;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de quaisquer outros *covenants* ou acordos relacionadas às *Global Notes* ou ao *Indenture* e que tal descumprimento perdure por um período maior do que 60 dias, contados da data do recebimento de notificação de descumprimento do Agente Fiduciário atuando em nome de titulares detentores de 25% do valor principal das *Global Notes*; ou por titulares detentores de 25% do valor principal;

c. falta em realizar o pagamento principal quando devido e tal pagamento descumprido não tenha sido realizado, anuído ou extendido dentro do período de tolerância aplicável com relação a qualquer dívida com um valor principal acima de U$ 75.000.000,00; ou o vencimento de qualquer dívida no valor principal total de U$ 75.000.000,00 ou maior seja acelerado de acordo com os termos de tal dívida, sendo entendido que o pré-pagamento ou resgate pela Companhia, pela Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, conforme aplicável;

d. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões ou o equivalente na data de determinação do valor (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

e. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes, (i) iniciado voluntariamente ou protocolado o pedido ou petição para um mandado de execução para início de um procedimento de falência ou tenha decretado falência por si mesmo; (ii) requeira ou consente com a entrada de uma ordem para desgravamento contra isso em caso involuntário; (iii) requeira ou consente com a indicação de um custodiante para isso ou para qualquer parcela substancial de suas propriedades; (iv) faça uma nomeação geral em benefício de seus credores; (v) propronha ou concordo com um acordo ou composução em falência com seus credores; ou (vi) protocole um pedido para reorganização de suas dívidas (recuperação judicial ou extrajudicial);

f. uma corte competente entre com uma ordem ou decreto sob as leis de falência que (i) seja para desgravamento contra a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes em caso involuntário; (ii) nomeie um custodiante para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes ou parte substancial de suas propriedades; (ii) odene a dissolução ou liquidação da Companhia, da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes; (iv) julgue como falida ou insolvente a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes;

g. ratifique um acordo ou composição em falência entre a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes e seus respectivos credores; ou (vi) garanta recuperação judicial ou extrajudicial para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, e no caso de qualquer um dos itens acima, a ordem ou decreto continue não contestado e em plenos efeitos por 60 dias;

h. a garantia deixe de ser válida e eficaz, de outra maneira que não as previstas nos termos da escritrura relevante, ou a Companhia se nege ou repudie suas obrigações de garantidor; ou

i. ocorrência de qualquer evento que, sob as leis de qualquer jurisdição relevante, tenha substancialmente o mesmo efeito que qualquer dos eventos descritos acima.

As Global Notes receberam em 2020 classificação de risco BBB- pela a Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings, Inc.

12.9 Outras informações relevantes

Re-Tap Bond 2031 (Nov/20)

Em 19 de novembro de 2020 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta de *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US$ 500 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2031, com juros de 3,75% a.a., e 4,00% a.a. após 16 de julho de 2026.

As *Global Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Global Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Global Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Global Notes* terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento dos juros sob qualquer das *Global Notes* não sanada pela emissora ou pela Companhia em um período de 30 dias; ou falha em pagara o valor principal ou o prêmio, se houver (ou valor adicional, se houver), em qualquer das *Global Notes* na data devida;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de quaisquer outros *covenants* ou acordos relacionadas às *Global Notes* ou ao *Indenture* e que tal descumprimento perdure por um período maior do que 60 dias, contados da data do recebimento de notificação de descumprimento do Agente Fiduciário atuando em nome de titulares detentores de 25% do valor principal das *Global Notes*; ou por titulares detentores de 25% do valor principal;

c. falta em realizar o pagamento principal quando devido e tal pagamento descumprido não tenha sido realizado, anuído ou extendido dentro do período de tolerância aplicável com relação a qualquer dívida .com um valor principal acima de U$ 75.000.000,00; ou o vencimento de qualquer dívida no valor principal total de U$ 75.000.000,00 ou maior seja acelerado de acordo com os termos de tal dívida, sendo entendido que o pré-pagamento ou resgate pela Companhia, pela Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, conforme aplicável;

d. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões ou o equivalente na data de determinação do valor (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

e. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes, (i) iniciado voluntariamente ou protocoloado o pedido ou petição para um mandado de execução para início de um procedimento de falência ou tenha decretado falência por si mesmo; (ii) requeira ou consente com a entrada de uma ordem para desgravamento contra isso em caso involuntário; (iii) requeira ou consente com a indicação de um custodiante para isso ou para qualquer parcela substancial de suas propriedades; (iv) faça uma nomeação geral em benefício de seus credores; (v) propronha ou concordo com um acordo ou composução em falência com seus credores; ou (vi) protocole um pedido para reorganização de suas dívidas (recuperação judicial ou extrajudicial);

f. uma corte competente entre com uma ordem ou decreto sob as leis de falência que (i) seja para desgravamento contra a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes em caso involuntário; (ii) nomeie um custodiante para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes ou parte substancial de suas propriedades; (ii) odene a dissolução ou liquidação da Companhia, da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes; (iv) julgue como falida ou insolvente a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes;

12.9 Outras informações relevantes

g. ratifique um acordo ou composição em falência entre a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes e seus respectivos credores; ou (vi) garanta recuperação judicial ou extrajudicial para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, e no caso de qualquer um dos itens acima, a ordem ou decreto continue não contestado e em plenos efeitos por 60 dias;

h. a garantia deixe de ser válida e eficaz, de outra maneira que não as previstas nos termos da escritrura relevante, ou a Companhia se nege ou repudie suas obrigações de garantidor; ou

i. . ocorrência de qualquer evento que, sob as leis de qualquer jurisdição relevante, tenha substancialmente o mesmo efeito que qualquer dos eventos descritos acima.

As *Global Notes* receberam em 2020 classificação de risco BBB- pela a Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings, Inc.

Bond 2032

Em 1 de julho de 2021 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta de *Global Notes* no mercado internacional no valor de US$ 1 bilhão, com vencimento em 15 de janeiro de 2032, com juros de 3,125% a.a.

As *Global Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido ("NPV") (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Global Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Global Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Global Notes* terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento dos juros sob qualquer das *Global Notes* não sanada pela emissora ou pela Companhia em um período de 30 dias; ou falha em pagara o valor principal ou o prêmio, se houver (ou valor adicional, se houver), em qualquer das *Global Notes* na data devida;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de quaisquer outros *covenants* ou acordos relacionadas às *Global Notes* ou ao *Indenture* e que tal descumprimento perdeure por um período maior do que 60 dias, contados da data do recebimento de notificação de descumprimento do Agente Fiduciário atuando em nome de titulares detentores de 25% do valor principal das *Global Notes*; ou por titulares detentores de 25% do valor principal;

c. falta em realizar o pagamento principal quando devido e tal pagamento descumprido não tenha sido realizado, anuído ou extendido dentro do período de tolerância aplicável com relação a qualquer dívida .com um valor principal acima de U$ 75.000.000,00; ou o vencimento de qualquer dívida no valor principal total de U$ 75.000.000,00 ou maior seja acelerado de acordo com os termos de tal dívida, sendo entendido que o pré-pagamento ou resgate pela Companhia, pela Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, conforme aplicável;

d. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões ou o equivalente na data de determinação do valor (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

e. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes, (i) iniciado voluntariamente ou protocoloado o pedido ou petição para um mandado de execução

12.9 Outras informações relevantes

para início de um procedimento de falência ou tenha decretado falência por si mesmo; (ii) requeira ou consente com a entrada de uma ordem para desgravamento contra isso em caso involuntário; (iii) requeira ou consente com a indicação de um custodiante para isso ou para qualquer parcela substancial de suas propriedades; (iv) faça uma nomeação geral em benefício de seus credores; (v) propronha ou concordo com um acordo ou composução em falência com seus credores; ou (vi) protocole um pedido para reorganização de suas dívidas (recuperação judicial ou extrajudicial);

f. uma corte competente entre com uma ordem ou decreto sob as leis de falência que (i) seja para desgravamento contra a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes em caso involuntário; (ii) nomeie um custodiante para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes ou parte substancial de suas propriedades; (ii) odene a dissolução ou liquidação da Companhia, da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes; (iv) julgue como falida ou insolvente a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes; (v) ratifique um acordo ou composição em falência entre a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes e seus respectivos credores; ou (vi) garanta recuperação judicial ou extrajudicial para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, e no caso de qualquer um dos itens acima, a ordem ou decreto continue não contestado e em plenos efeitos por 60 dias;

g. a garantia deixe de ser válida e eficaz, de outra maneira que não as previstas nos termos da escritrura relevante, ou a Companhia se nege ou repudie suas obrigações de garantidor; ou

h. . ocorrência de qualquer evento que, sob as leis de qualquer jurisdição relevante, tenha substancialmente o mesmo efeito que qualquer dos eventos descritos acima.

As *Global Notes* receberam em 2021 classificação de risco BBB- pela a Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings, Inc.

Bond 2028

Em 8 de setembrode 2021 a Suzano Austria GmbH, subsidiária internacional da Companhia, anunciou a oferta de *Global Notes* no mercado internacional no valor de US$ 500 milhões, com vencimento em 15 de setembro de 2028, com juros de 2,5% a.a.

As *Global Notes* não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

Eventuais alterações aos direitos assegurados pelas *Global Notes* deverão ser submetidas à aprovação de titulares de *Global Notes* equivalentes a mais da metade do valor em aberto dos títulos. Não há qualquer restrição à Companhia em relação à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários, somente recaindo sobre a Companhia determinadas restrições quanto à contratação de novas dívidas e à alienação de ativos.

Os titulares de *Global Note*s terão o direito de declarar o seu vencimento antecipado, nas seguintes hipóteses:

a. falta de pagamento dos juros sob qualquer das *Global Notes* não sanada pela emissora ou pela Companhia em um período de 30 dias; ou falha em pagara o valor principal ou o prêmio, se houver (ou valor adicional, se houver), em qualquer das *Global Notes* na data devida;

b. não observância pela emissora ou pela Companhia de quaisquer outros *covenants* ou acordos relacionadas às *Global Notes* ou ao *Indenture* e que tal descumprimento perdeure por um período maior do que 60 dias, contados da data do recebimento de notificação de descumprimento do Agente Fiduciário atuando em nome de titulares detentores de 25% do valor principal das *Global Notes*; ou por titulares detentores de 25% do valor principal;

12.9 Outras informações relevantes

c. falta em realizar o pagamento principal quando devido e tal pagamento descumprido não tenha sido realizado, anuído ou extendido dentro do período de tolerância aplicável com relação a qualquer dívida com um valor principal acima de U$ 75.000.000,00; ou o vencimento de qualquer dívida no valor principal total de U$ 75.000.000,00 ou maior seja acelerado de acordo com os termos de tal dívida, sendo entendido que o pré-pagamento ou resgate pela Companhia, pela Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, conforme aplicável;

d. trânsito em julgado de uma ou mais ações que condenem a emissora, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias ao pagamento em dinheiro de valor superior a US$ 75 milhões ou o equivalente na data de determinação do valor (calculado no período de 60 (sessenta) dias após a sentença), desde que este valor não tenha sido pago e a execução da sentença reste pendente por qualquer motivo, inclusive apelação;

e. pedido de falência da emissora, da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes, (i) iniciado voluntariamente ou protocoloado o pedido ou petição para um mandado de execução para início de um procedimento de falência ou tenha decretado falência por si mesmo; (ii) requeira ou consente com a entrada de uma ordem para desgravamento contra isso em caso involuntário; (iii) requeira ou consente com a indicação de um custodiante para isso ou para qualquer parcela substancial de suas propriedades; (iv) faça uma nomeação geral em benefício de seus credores; (v) propronha ou concordo com um acordo ou composução em falência com seus credores; ou (vi) protocole um pedido para reorganização de suas dívidas (recuperação judicial ou extrajudicial);

f. uma corte competente entre com uma ordem ou decreto sob as leis de falência que (i) seja para desgravamento contra a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes em caso involuntário; (ii) nomeie um custodiante para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes ou parte substancial de suas propriedades; (ii) odene a dissolução ou liquidação da Companhia, da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias relevantes; (iv) julgue como falida ou insolvente a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes;

g. ratifique um acordo ou composição em falência entre a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes e seus respectivos credores; ou (vi) garanta recuperação judicial ou extrajudicial para a Companhia, a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias relevantes, e no caso de qualquer um dos itens acima, a ordem ou decreto continue não contestado e em plenos efeitos por 60 dias;

h. a garantia deixe de ser válida e eficaz, de outra maneira que não as previstas nos termos da escritrura relevante, ou a Companhia se nege ou repudie suas obrigações de garantidor; ou

i. ocorrência de qualquer evento que, sob as leis de qualquer jurisdição relevante, tenha substancialmente o mesmo efeito que qualquer dos eventos descritos acima.

As Global Notes receberam em 2021 classificação de risco BBB- pela a Standard & Poor's Ratings Group e BBB- pela Fitch Ratings, Inc.

Panda Bond (Green Bonds)

Em 15 de novembro de 2024, a Companhia efetuou a emissão de Panda Bonds na China, no valor de CNY 1.200.000 (equivalentes a US$ 166.000 e R$ 960.891), ao custo fixo de 2,8%a.a. e vencimento em 15 de Novembro de 2027. Os Panda Bonds foram certificados como títulos verdes de acordo com a análise do China Green Bond Standard Committee. A Suzano, voluntariamente, obteve também avaliação de parte independente pela Sustainalytics US Inc. (Second Party Opinion), que assegura que a destinação dos recursos objeto desta operação está aderente aos Green Bond Principles publicados pelo International Capital Markets Association (ICMA).

Os títulos não são conversíveis em ações nem conferem direito de subscrever ou comprar ações da emissora ou da Companhia e poderão ser resgatadas pela Companhia a qualquer tempo, desde que integralmente e mediante o pagamento dos juros devidos e ainda não pagos e de prêmio correspondente ao valor presente líquido (“NPV”) (considerando-se, para este fim, os valores dos pagamentos futuros de juros que deixarão de ser pagos e o custo inicial do investimento), exceto na hipótese de resgate decorrente de questões tributárias, hipótese em que o prêmio não será devido.

12.9 Outras informações relevantes

Export Credit Supported Facility

Em 1º de novembro de 2022, a Companhia obteve uma nova linha de crédito (Export Credit Supported Facility) que será financiada pela Finnish Export Credit – FEC e garantida pela Finnvera, agência finlandesa de crédito à exportação, no montante de até US$800.000, ou o equivalente em euros na data em que o crédito for utilizado. O custo financeiro da nova linha de crédito é de 4,63% a.a., com prazo total de amortização de 10 (dez) anos, a ser iniciado em 2025. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. Até 31 de dezembro de 2023, a linha não havia sido desembolsada pela Companhia.

International Finance Corporation (IFC) A&B Loan - Sustainability Linked Loan (SLL)

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito ("A&B Loan") que será financiado pelo International Finance Corporation (IFC) e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US$600.000.

O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "A-loan", no montante de US$250.000 com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) "B-Loan", um empréstimo sindicalizado no valor de US$350.000 ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Essa linha de crédito foi totalmente utilizada até 30 de junho de 2023.

A nova operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

No dia 14 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a contração de um valor adicional, denominado como "B1-Loan Tranche 2", um empréstimo sindicalizado no valor de US$195.000 ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos.

No dia 25 de setembro de 2024, a Companhia concluiu a contração de valores adicionais, no "B1-Loan Tranche 2", um empréstimo no valor de US$245.000 ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos e no "B1-Loan Tranche 1", um empréstimo no valor de US$105.000 ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. As linhas adicionais, totalizando US$350.000, foram totalmente utilizadas em 10 de dezembro de 2024.

Nota de crédito rural

Em 9 de agosto de 2023, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra a captação de uma nota de crédito rural no valor de R$2.000.000 com taxa pós-fixada em CDI + 1,25% a.a., com vencimento final em agosto de 2030.

Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures da Oitava Emissão

Em adição às informações prestadas no item 12.3 deste formulário de Referência, seguem abaixo as descrições das características relevantes das emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia. Os termos indicados em letra maiúscula que não tiverem a definição expressa neste Formulário de Referência, terão os significados a eles atribuídos nas respectivas escrituras de emissão:

Valor Mobiliário	Debêntures
Identificação do Valor Mobiliário	Debêntures da Oitava Emissão da Companhia

12.9 Outras informações relevantes

Condições de vencimento antecipado	**I. Vencimento antecipado Automático** Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial: inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento; cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos da Escritura de Emissão;

12.9 Outras informações relevantes

	(i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária, principal ou acessória, relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados do que ocorrer primeiro entre (a) a data em que a Companhia tomar ciência do respectivo inadimplemento; e (b) a data em que a Companhia receber notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário; (ii) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a emissão nos termos da Escritura de Emissão; (iii) comprovação de incorreção, em qualquer aspecto relevante, omissão, ou falsidade de qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão; (a) caso haja qualquer transferência de participação societária entre os integrantes da Família Feffer; ou caso haja de participação societária por qualquer integrante da Família Feffer para terceiros, inclusive resultando na saída de um ou mais dos integrantes da Família Feffer do capital social da Companhia, desde que: (i) ao menos um dos integrantes da Família Feffer mantenha o Controle da Companhia; ou (ii) em função da referida transferência de participação societária, nenhum terceiro, isoladamente ou em conjunto com outro(s) terceiro(s) representando um mesmo interesse, passe a deter participação no capital social votante da Companhia maior do que a Família Feffer (ou do(s) integrante(s) remanescente(s) da Família Feffer, conforme o caso), observado que tal participação no capital social votante da Companhia pela Família Feffer (ou pelo(s) integrante(s) remanescente(s) da Família Feffer, conforme o caso) deverá ser sempre, direta ou indiretamente, igual ou superior a 20% do capital social votante da Companhia; ou (c) caso a Família Feffer (ou ao menos um dos integrantes da Família Feffer) participe do Controle compartilhado da Companhia com terceiros na hipótese da Companhia passar a ter seu Controle compartilhado em virtude da referida transferência de participação societária;

12.9 Outras informações relevantes

	(v) qualquer forma de Reorganização Societária cujo efeito seja (i) a verificação, nas demonstrações financeiras da nova controladora, de que a Família Feffer deixou de deter a maior participação, direta ou indireta, no capital social da Companhia (ou da sociedade para a qual migrarem os acionistas da Companhia, em caso de haver relação de troca ou substituição da participação societária) que assegure o controle; ou (ii) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia é a incorporada) da Companhia, exceto, em qualquer dos casos deste inciso, se: (vi) previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples dos presentes na assembleia geral de Debenturistas, que deve corresponder, ao menos, a 30% (trinta por cento) das debêntures em circulação; ou (vii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à Reorganização Societária em questão, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade; (viii) redução de capital social da Companhia, exceto: d) se previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples dos presentes na assembleia geral de debenturistas, que deve corresponder, ao menos, a 30% (trinta por cento) das debêntures em circulação; ou e) para a absorção de prejuízos; (ix) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas (ainda que na condição de garantidora ou coobrigada), de qualquer Dívida Financeira em valor, individual ou agregado, superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto: a) se cumulativamente (i) o inadimplemento em questão seja sanado no prazo de cura, se houver, previsto no respectivo instrumento que houver formalizado a respectiva Dívida Financeira (ou, em sua falta, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo inadimplemento); (ii) o inadimplemento em questão não ocasione o vencimento antecipado de outras obrigações a que a Companhia ou qualquer de suas Controladas estiver sujeita, observado o prazo de cura de que trata o item (i) anterior; e (iii) a obrigação pecuniária em questão tenha se tornado inexigível, mesmo que em caráter precário, e assim permaneça até o integral pagamento das Debêntures; ou

12.9 Outras informações relevantes

	) se o inadimplemento da obrigação pecuniária em questão tenha seus efeitos integralmente suspensos por decisão judicial, observado que a exceção prevista nesta alínea (b) estará sujeita aos seguintes requisitos cumulativos (i) será aplicável apenas enquanto durarem os efeitos da decisão judicial, e na extensão de seus efeitos; e (ii) o inadimplemento em questão não ocasione o vencimento antecipado de outras obrigações a que a Companhia ou qualquer de suas Controladas estiver sujeita; (x) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias, tiver sido comprovado ao agente fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) (a) cancelado(s) ou suspenso(s); (b) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; ou (c) garantido(s) por garantia(s) aceita(s) em juízo; (xi) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, em valor, individual ou agregado, superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas; distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na data de emissão, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão; ou (xiii) questionamento judicial, arbitral ou administrativo desta Escritura e/ou de qualquer documento relacionado à Emissão e às Debêntures e/ou quaisquer de suas disposições e/ou qualquer condição pactuada no âmbito da Emissão, pela Companhia e/ou por quaisquer afiliadas da Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

	Para fins desse quadro considera-se como: "Dívida Financeira": com relação a uma pessoa, com base nas demonstrações financeiras (consolidadas, se aplicável) de tal pessoa, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável. "Família Feffer": significa (i) David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer, bem como quaisquer de seus respectivos sucessores na forma da legislação civil; ou (ii) uma entidade que seja direta ou indiretamente controlada por uma ou mais pessoas referidas no item (i) acima. "Reorganização Societária", com relação a uma pessoa,qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (drop down), redução de capital ou qualquer outra forma de reorganizaçãoque tenha como efeito uma combinação de negócios, conforme definido na Deliberação da CVM n.º 665, de 4 de agosto de 2011.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Marcos Moreno Chagas Assumpção	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	
João Alberto de Abreu	Diretor Presidente	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

SUZANO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55

NIRE 29.3.0001633-1

Declaração do Diretor Presidente

João Alberto de Abreu, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 00.894.201-37, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Fisicas do Ministério da Economia (CPF) sob o nº 006.334.767-90, na qualidade de Diretor Presidente da Suzano S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Professor Magalhaes Neto, 1752, 10º andar, salas 1010 e 1011 ("Companhia"), declara:

a) que reviu o formulário de referência;

b) que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial aos arts. 15 a 20; e

c) que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:
JOÃO ALBERTO FERNANDEZ DE ABREU
6224DA1D4723467...

João Alberto de Abreu
Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: 98A5BB07-CA1C-4D65-87EA-9C051B10D4C3

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

SUZANO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55

NIRE 29.3.0001633-1

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Marcos Moreno Chagas Assumpção, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 1630496, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) sob o nº 697.293.10106, na qualidade de Vice-Presidente Executivo Estatutário de Finanças e Relações com Investidores da Suzano S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Professor Magalhaes Neto, 1752, 10º andar, salas 1010 e 1011 ("Companhia"), declara:

a) que revi o formulário de referência;

b) que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM n° 80/2022, em especial aos arts. 15 a 20; e

c) que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:
MARCOS MORENO CHAGAS ASSUMPCAO
4B1A52858EE141C...

Marcos Moreno Chagas Assumpção
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.